

FERNANDO DE CASTRO ALÉM

**O JORNAL *O PROGRESSO* E A DINÂMICA POLÍTICA E
ELEITORAL EM DOURADOS (1954, 1958 E 1962)**

DOURADOS – 2011

FERNANDO DE CASTRO ALÉM

**O JORNAL *O PROGRESSO* E A DINÂMICA POLÍTICA E
ELEITORAL EM DOURADOS (1954, 1958 E 1962)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *Fronteiras, Identidades e Representações*

Orientador: Prof. Dr. **João Carlos de Souza.**

Ficha elaborada pela Biblioteca Central da UFGD

320.9817 Além, Fernando de Castro.

A367j O Jornal O Progresso e a dinâmica política e eleitoral em

Dourados (1954, 1958 e 1962) / Fernando de Castro Além.

Dourados, MS : UFGD, 2011.

170 f.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos de Souza

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal
da Grande Dourados.

1. Dourados, MS – Eleições – Política, 1958 – 1962 -
Imprensa. 2. Dourados, MS – Partidos políticos, 1954 – 1962 –
Jornal O Progresso – Mídia impressa – Discursos. I.Título.

FERNANDO DE CASTRO ALÉM

**O JORNAL *O PROGRESSO* E A DINÂMICA POLÍTICA E
ELEITORAL EM DOURADOS (1954, 1958 E 1962)**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

João Carlos de Souza (Dr., UFGD) _____

2º Examinador:

Paulo Roberto Cimó Queiróz (Dr., UFGD) _____

3º Examinador:

Luiz Miguel do Nascimento (Dr., UEM) _____

DADOS CURRICULARES

- Data de nascimento – 18 de dezembro de 1972
- Filiação – Maria da Glória Castro Além e Leônidas Além
- Graduação em História pela Universidade Federal da Grande Dourados – Faculdade de Ciências Humanas – 2003/2007
- Mestrado em História pela Universidade Federal da Grande Dourados – Faculdade de Ciências Humanas – 2009/2011

Ao *seu* Além (*in memoriam*) e à *dona* Glória, meus exemplos, que sempre fizeram questão de demonstrar a necessidade em estudar; ao Igor e ao Yuri, meus meninos, que dão sentido à caminhada, meu sopro de vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que cuida e trata dessa forma imperfeita que sou...Ele conhece as minhas angústias....Ele conhece as minhas alegrias...a Essência Maior....o Primeiro Motor.

O movimento da História é fascinante. Pode ser minha, pode ser de qualquer um, pode ser de uma cidade, de um povo, de um grupo social, e até mesmo de um país. De qualquer forma, temos que respeitar seu movimento, seja rumo à ruptura ou à continuidade, pois ela sempre será única, mas nunca imutável. E o nosso ofício nos conduz a levar estes aspectos em consideração.

Ao final desta caminhada, gostaria de agradecer às pessoas que fazem parte da minha história e que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste trabalho; assim, agradeço tanto àquelas que me proporcionaram contribuições acadêmicas como também àquelas sem as quais a vida não teria sentido.

Pai, sinto sua falta todos os dias, todas as horas, todos os momentos. Sua paciência levo como exemplo, sua alegria fiz a minha, sua arte quis a meu modo copiar, e seu gosto pela política serviu de influência para que eu desenvolvesse este trabalho.

Mãe, a mulher que me gerou, que cuidou de mim como ninguém, que desde quando nasci me mostrou como o ensino transforma. Não sei o que seria de mim sem você, na hora mais difícil de minha vida. Professora ela é, professor eu sou. Lembro do seu orgulho quando aprendi a ler.

Igor Fernando, meu primogênito, *futuro homem forte*, sagaz, cuja doçura ainda desconhece, artista como o avô e como o pai. Yuri Gabriel, meu caçula, assim como eu, sempre apaixonado por alguém ou por alguma coisa, acho que ele não sabe o tamanho da sua sensibilidade. Vou sempre batalhar por vocês dois. Amo vocês, meus meninos.

Dona Petrolina, minha avó, guerreira que em Dourados aportou em 1951, que viveu as transformações apontadas em meu texto. Uma fortaleza, com sua sabedoria.

A Gisele e Luciano, meus irmãos, e suas respectivas famílias. Juntos crescemos, brincamos, brigamos, choramos, amadurecemos, e continuaremos sempre juntos. Amo vocês.

À Lara Lectícia, ex-companheira, por ter me apoiado e me dado forças durante todo esse processo. O carinho é eterno, apesar do destino haver nos separado. Nunca me esquecerei de toda sua força nesse momento tão importante.

Agradeço, em especial, ao Prof. João Carlos de Souza, meu orientador, por seus apontamentos, capazes de dar a direção exata a esta dissertação, sem os quais não seria possível chegar bem até o fim. Agradeço também por ter colaborado na elaboração do pré-projeto de mestrado.

Ao Prof. Paulo Cimó, pelas importantíssimas contribuições no exame de qualificação, que também foram importantes na condução do texto. Também pela gentileza de estar sempre à disposição na indicação de bibliografias e de pistas relevantes.

Ao Prof. Eudes, por ter me indicado como proceder após duas reprovações seguidas na seleção do mestrado, o que possibilitou a aprovação para a turma de 2009. Agradeço também pela gentileza na indicação de bibliografias, além de me apontar quais os principais sítios para pesquisa na internet.

Ao Prof. Linderval, pelas importantes contribuições no Exame de Qualificação.

Ao Prof. Eliazar, pelo aporte da disciplina por ele ministrada – *Historiografia Brasileira* –, que me proporcionou o maravilhoso contato com o pensamento historiográfico brasileiro.

A André Dioneu, Tiago Dopke, Tiago Alinor, Eduardo Salgueiro e Fernanda Andrade, colegas do programa que sempre colaboraram com a indicação de bibliografias, além de dividirem comigo todas as angústias. Vocês estarão comigo pra sempre.

A Cleber, secretário do PPGH/UFGD, por algumas vezes ter que ouvir meus lamentos, amigo sempre pronto a colaborar.

A Adiles Torres, João Augusto Capilé Júnior, Atílio Torraca Filho, Rozemar Mattos Souza, Sultan Rasslan e minha avó, Dona Tó, pelas entrevistas gentilmente concedidas a mim.

A Cryseverlin, Fagner, Cleide, Andrelice, Luciane, Andréia, Vera e Weverton, funcionários do Museu Municipal. Pessoas sempre muito gentis e prontas a colaborar, que nunca impuseram obstáculos para que eu pusesse realizar as pesquisas naquele local.

A João Paulo, Gláucia e Alice, funcionários do jornal *O Progresso*, por me eximir do pagamento de R\$ 15,00 para pesquisar os exemplares do periódico.

A Carlos Barros, colega na graduação, cujas conversas nos corredores da UFGD forneceram pistas importantes para as pesquisas.

A Ivanir, funcionária do Centro de Documentação Regional da UFGD, que com muita simpatia me atendeu naquele setor.

A Telma Valle de Loro, pela minuciosa revisão ortográfica desta dissertação.

A Alexandre Casella, pela tradução do resumo.

À CAPES, pelo financiamento desta pesquisa.

A todas e todos que direta ou indiretamente contribuíram para que este trabalho fosse concluído.

“Então me abraça forte
E diz mais uma vez que já estamos
Distantes de tudo
Temos nosso próprio tempo...”
(Renato Russo)

RESUMO

Essa dissertação tem como objetivo analisar o contexto político da cidade de Dourados, localizada no sul do antigo estado do Mato Grosso, no período de 1954 a 1962, a partir dos discursos e representações veiculados pelo jornal semanário *O Progresso*. Tal análise procura identificar a base social dos principais partidos políticos na cidade – o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD) -, e como ocorreu a participação eleitoral desses partidos nas eleições de 1954, 1958 e 1962. A dinâmica eleitoral local, objeto de análise, foi debatida levando-se em consideração o contexto da migração de milhares de pessoas para a região, com a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), demonstrando as expectativas e transformações promovidas por esse processo, particularmente no campo da política. Dessa perspectiva, abordamos a atuação dos partidos políticos nos referidos pleitos, suas rivalidades na cena política local e as tentativas de acordos. Debates os motivos que culminaram na mudança de mando do executivo douradense, com a ascensão do PTB e o descenso da UDN, e o papel desempenhado pelo PSD, que tinha como uma de suas principais lideranças o proprietário do periódico *O Progresso*, porém esse partido nunca conquistou a Prefeitura de Dourados.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the political context of Dourados city, located in the southern state of Mato Grosso, in the period of 1954 to 1962, from the discourses and representations constructed in the period by the weekly journal *O Progresso (The Progress)*. This analysis aims to identify the social base of the main political parties in the city - the Partido Trabalhista Brasileiro (Brazilian Labor Party) (PTB), the União Democrática Nacional (National Democratic Union) (UDN) and the Partido Social Democrático (Social Democratic Party) (PSD) - and how was the turnout of the parties in the elections of 1954, 1958 and 1962. The local electoral dynamics, the object of analysis, was discussed according to the context of migration of thousands of people throughout the region, with the implementation of the Colônia Agrícola Nacional de Dourados (National Agricultural Colony of Dourados) (CAND), the expectations and changes promoted by this process, particularly in political aspects. From this perspective, discussed the role of political parties in these elections, their rivalries at the local political scene and attempted agreements. It was discussed the reasons that led to the command change of Dourados executive branch, with the rise of the PTB and the decline of the UDN, and the function of the PSD, which had as one of its main leaders the owner of the journal *O Progresso (The Progress)*, but the party never owned the Dourados city.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População de Dourados entre as décadas de 1940 a 1960.....	28
Tabela 2 – Percentual (%) de habitantes na zona rural e zona urbana de Dourados, entre 1940 e 1960.....	29
Tabela 3 - Comparativo de crescimento percentual (%) proporcional da população urbana em relação à população rural.....	29
Tabela 4 - Percentual (%) de crescimento da população de Dourados, entre 1940 e 1960.....	30
Tabela 5 - Principais problemas do cotidiano urbano apontados pelo jornal <i>O Progresso</i> , nos anos de 1953, 1954, 1957, 1958 e 1962.....	68
Tabela 6 - Quadro demonstrativo das eleições para prefeito municipal em Dourados, em 1954, 1958 e 1962.....	116
Tabela 7 - Divisão por partidos nas cadeiras da Câmara Municipal de Dourados – 1954, 1958 e 1962.....	141
Tabela 8 - Quantitativo de votos para prefeito municipal de Dourados, em 1954, 1958 e 1962.....	142
Tabela 9 – Porcentagem (%) de votos válidos para prefeito de Dourados, em 1954, 1958 e 1962.....	142

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ADEMAT** – Ação Democrática Matogrossense
- AIB** – Ação Integralista Brasileira
- ANL** – Aliança Nacional Libertadora
- ARENA** – Aliança Renovadora Nacional
- CER** – Companhia de Estradas de Rodagem
- CGT** – Central Geral dos Trabalhadores
- CAND** – Colônia Agrícola Nacional de Dourados
- DEM** - Democratas
- DNER** – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
- Dr.** - doutor
- ED** – Esquerda Democrática
- IBAD** – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
- INIC** – Instituto Nacional de Imigração e Colonização
- JUCEMS** – Junta Comercial do Estado do Mato Grosso do Sul
- fls.** - folhas
- JK** – Juscelino Kubitscheck
- MDB** – Movimento Democrático Brasileiro
- MST** – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
- MTR** – Movimento Trabalhista Renovador
- NCD** – Núcleo Colonial de Dourados
- PCB** – Partido Comunista Brasileiro
- PDC** – Partido Democrata Cristão
- PL** – Partido Libertador
- PMDB** – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PR – Partido Republicano

PRB – Partido Proletário do Brasil

PRD – Partido Rural Democrático

PRP – Partido da Representação Popular

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PST – Partido Social Trabalhista

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTN – Partido Trabalhista Nacional

SESP – Secretaria de Estado de Saúde Pública

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

Sr. - senhor

TREs – Tribunais Regionais Eleitorais

V. Sa. – Vossa Senhoria

UDN – União Democrática Nacional

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

Lista de tabelas	11
Lista de abreviaturas e siglas	12
Introdução	15
Capítulo I	
A IMPLANTAÇÃO DA CAND, O SURGIMENTO DE <i>O PROGRESSO</i> E A FUNDAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS EM DOURADOS	
1.1. Dourados: o <i>El Dorado</i> a partir da CAND.....	26
1.2. História e caracterização do jornal <i>O Progresso</i>	40
1.3. Partidos políticos em Dourados: fundação e composição social.....	49
Capítulo II	
O JORNAL <i>O PROGRESSO</i> E A CLASSE POLÍTICA LOCAL	
2.1. Problemas do cotidiano urbano nas páginas de <i>O Progresso</i> (1953 a 1962).....	66
2.2. As eleições e o jornal <i>O Progresso</i> : estratégias discursivas (1954, 1958 e 1962).....	87
2.3. <i>O Progresso versus O Jornal de Dourados</i> : concorrência e política local (1958).....	98
Capítulo III	
PTB, UDN E PSD: DINÂMICA ELEITORAL EM DOURADOS (1954, 1958 e 1962)	
3.1. Disputas eleitorais em Dourados: influência do contexto estadual e crescimento	

do PTB.....	114
3.2. UDN <i>versus</i> PTB: estratégias eleitorais e polarização nas eleições em Dourados.....	129
3.3. O PSD em Dourados: contínua perda de densidade eleitoral.....	140
Considerações finais	153
Bibliografia	157
Fontes de natureza não bibliográfica	164

INTRODUÇÃO

18 de dezembro de 2010. O jornal *O Progresso*, na edição especial sobre o 75º quinto aniversário de Dourados, deu destaque à eleição extemporânea que ocorreu na cidade em fevereiro de 2011, após a renúncia do Prefeito Ari Artuzi (PDT), de seu Vice Carlinhos Cantor (PR) e do Presidente da Câmara Municipal, Sidlei Alves (DEM), em virtude do escândalo de corrupção do erário público denunciado pelo secretário de governo, Eleandro Passaia, homem de confiança de Artuzi. Passaia realizou diversas gravações de autoridades públicas do executivo e legislativo Municipal, além de empresários, todas autorizadas pela Justiça Federal, utilizando equipamentos da Polícia Federal, gravações essas que apontavam o recebimento de propina por parte desses agentes, na operação desencadeada pela Polícia Federal, conhecida como *Operação Uragano*.

As denúncias tomaram proporções gigantescas ao alcançarem a mídia nacional. Dourados figurou no noticiário da grande imprensa, através das imagens esdrúxulas de Ari Artuzi. Tais imagens mostravam Artuzi, ao mesmo tempo em que recebia propina no quintal de sua casa, *escrachava* a população carente do município, gargalhando e reproduzindo em tom de deboche um discurso por ele inventado. Em outra gravação, as câmeras escondidas captavam mais um dos inúmeros pagamentos de propina. Nessa, Zezinho da Farmácia, um dos vereadores presos na *Uragano*, erguia as mãos, comemorando o recebimento do dinheiro da corrupção. Com a prisão dos envolvidos, estaria decretada a morte política de Ari Artuzi e o grupo que o apoiava na Câmara de Vereadores.

Chama atenção o fato de a eleição extemporânea ser marcada imediatamente após a renúncia de Artuzi, Cantor e Sidlei Alves; também após o pleito de 2010, eleições estas em que o Vice-Governador, Murilo Zauith (DEM), concorria ao Senado Federal, terminando derrotado. Diante do cenário político caótico em que Dourados se encontrava, o nome de Murilo Zauith passou a ser apontado incessantemente pela imprensa douradense como provável candidato à Prefeitura de Dourados.

Em meio a inúmeras desistências de candidatos, sem contar os conchavos políticos articulados pelo Governador André Puccinelli com vistas a garantir a vitória de Zauith, o democrata foi lançado candidato a prefeito, pela chapa intitulada *União por Dourados*.

Tratou-se de formar uma coalizão com 15 partidos, entre estes o PT, principal adversário do DEM no município. O PT, sob a batuta do Senador Delcídio do Amaral e do ex-prefeito de Dourados, Laerte Tetila, lançou a vice de Zauith – Dinaci Ranzi –, escolhida após uma disputa interna na legenda, pois um grupo de militantes, vinculados à esquerda do partido, não queria a coligação com o DEM, e acabou lançando, à revelia, a candidatura do vereador Elias Ishy a prefeito, pretensão esta que foi rejeitada pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Foi nesse momento que se construiu um discurso na mídia douradense de *união das forças políticas pelo bem de Dourados*. O arranjo arquitetado pelo Governador André Puccinelli garantiu a vitória fácil de Murilo Zauith, pois o único grupo político que poderia fazer frente a tal candidatura foi cooptado, para que Zauith não encontrasse percalços no período eleitoral. Acreditamos não ser prudente fazer qualquer elucubração sobre o que levou ao arranjo que culminou na aliança DEM-PT, haja vista a História ser *um prato que se come frio*. Este trabalho ficará a cargo de futuras investigações históricas. O que vale destacar é o discurso de *união das forças políticas pelo bem de Dourados*, o qual o jornal *O Progresso* é um dos principais agentes de irradiação, tendo em vista tal discurso servir aos interesses do grupo que dirige o periódico.

Mais do que isso, a *União por Dourados*, ou seja, a defesa da candidatura de Murilo Zauith (DEM), serviu para demonstrar a importância do jornal *O Progresso*, como instrumento de formulação das opiniões locais, sempre defendendo uma posição política para fazer valer seus interesses, desde seu surgimento pelas mãos de Weimar Torres, momento em que o jornal se autointitulava *independente*. Tais interesses não estão restritos apenas à obtenção de verbas publicitárias da Prefeitura, mas importa também demarcar posição quanto à importância do próprio periódico na configuração do poder em Dourados, no projeto político defendido por sua direção.

A influência do jornal *O Progresso* na eleição citada acima, ainda a ser dimensionada, assim como em todas ocorridas no município desde a sua fundação, se constitui em significativo objeto de análise, pelo que pode representar na compreensão das relações sociais conforme o afirmado por John B. Thompson. O autor aponta que os meios de comunicação – e no nosso caso, o jornal impresso –, são, fundamentalmente, organizados a partir da dimensão social instituída, ou seja, são responsáveis pela reelaboração do caráter simbólico da vida social, ou mesmo pela “reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si” (THOMPSON, 1998, p. 19).

A edição de 21 de dezembro de 2010 apresentou em manchete de capa a convenção que homologou a candidatura de Murilo Zauith. Foi dedicada uma página inteira para noticiar a convenção. Já na coluna *Conjuntura*, o jornalista Williams Araújo afirmou: “seja quem for o adversário, o democrata está cotadíssimo para assumir o cargo que persegue há anos” (*O PROGRESSO*, 21/12/2010).

Já na edição de 17/18 de dezembro de 2010, na coluna *Malagueta*, o jornalista Marcos Santos, agindo em defesa da coligação DEM/PT, construiu discursos que desqualificavam o grupo petista que lutou pela candidatura própria. Em relação à convenção do PT realizada em 21 de dezembro, convenção esta que decidiu o apoio a Murilo Zauith, Marcos Santos afirmou:

Os petistas de Dourados estão divididos entre o dilema de lançar candidatura própria para prefeito de Dourados nas eleições de 6 de fevereiro e levar uma surra nas urnas, já que os nomes apresentados até agora não conseguiram se eleger nem mesmo vereador, [...] Os mais *equilibrados e racionais* (grifo nosso) entendem que o momento não é para se falar em candidatura própria, enquanto *os mais radicais e afoitos* (grifo nosso) acreditam que o partido deva lançar algum candidato kamikase (*O PROGRESSO*, 17/18 de dezembro de 2010).

Entendemos que, os mais *equilibrados e racionais*, como o grupo que queria a aliança com o DEM, enquanto para o jornal, os *radicais e afoitos* eram os contrários à coligação. Portanto, o jornal *O Progresso* se colocou ao lado da coligação, construindo discursos que buscavam desqualificar os petistas que queriam candidatura própria. Na mesma coluna, Marcos Santos afirmou:

Resta saber como os mais radicais vão reagir diante de uma possível derrota no encontro dia 21, mesmo porque antes mesmo de ir às urnas *esse pessoal* (grifo nosso), alimentado pelo ex-governador Zeca, já fala em bater as portas do comando nacional do partido para fazer valer a proposta de candidatura própria (*O PROGRESSO*, 17/18 de dezembro de 2010).

Sendo assim, citando como exemplo o fato que culminou com a eleição extemporânea de fevereiro de 2011 em Dourados, podemos apontar um dos eixos basilares deste trabalho: discutir como o jornal *O Progresso* foi utilizado pelo seu diretor, Weimar Torres, para buscar garantir seus interesses políticos, entre 1954 e 1962, na cidade de Dourados. O periódico se transformou em agente a serviço do partido político de Weimar, o PSD, em um momento em que o município passava por transformações que viriam mudar a sua configuração demográfica, econômica e política por conta da migração em massa ocorrida em virtude do advento da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND).

Weimar Torres utilizou-se de seu *poder simbólico* – as notícias veiculadas pelo jornal *O Progresso* –, na busca de seus interesses, fosse garantir seu capital político ou angariar verbas publicitárias para o periódico. Quanto a isso, citamos John B. Thompson. Para o autor,

“na produção de formas simbólicas, os indivíduos se servem destas e de outras fontes para realizar ações que possam intervir no curso dos acontecimentos com conseqüências as mais diversas” (THOMPSON, 1998, p. 24). Para Pierre Bourdieu, o capital político é uma forma de capital simbólico, ou seja, “crédito firmado na crença e no reconhecimento, ou mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objecto – os próprios poderes que eles lhe reconhecem” (BOURDIEU, 1989, p. 188).

A utilização dos periódicos como fonte na História conquistou espaço a partir do advento da História Cultural. Antes, as notícias impressas eram vistas com suspeição pelos historiadores. Se, no final do século XIX e início do XX, a busca pela objetividade reservava apenas o documento-verdade como fonte histórica (LUCA, 2005, p. 112), os estudos encabeçados pela terceira geração dos *Annales* propunham uma renovação temática da História, agora em permanente relação de interdisciplinaridade com a antropologia, geografia, ciência política, sociologia, entre outras ciências. Aqui se dá o fortalecimento da História Cultural, ancorada no estudo das práticas e representações sociais (LUCA, 2005, p. 114).

A relutância em se trabalhar com as fontes impressas, pelos historiadores em geral, guardava uma relação com certa concepção e postura positivista diante do documento e de sua suposta objetividade. Assim, o periódico era uma fonte considerada suspeita, por se tratar de instrumento a serviço das classes dominantes – portanto de imparcialidade discutível –, ou mesmo pela falta de critérios metodológicos ao inquirir tais fontes. O jornal ganhou *status* entre os historiadores a partir do início da década de 1970. Segundo Tânia Regina de Luca, “ao lado da História da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica” (LUCA, 2005, p. 118).

Para Maria Helena Rolim Capelato, já foi reconhecida a importância da fonte imprensa como importante material para pesquisa de uma época. Segundo a autora, “manancial dos mais férteis para o conhecimento do passado, a imprensa possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos” (CAPELATO, 1994, p. 13).

A partir das considerações sobre o papel do jornal *O Progresso* nas eleições locais, partimos para as mudanças ocorridas na cidade de Dourados, a começar pelo incremento populacional proporcionado pela CAND, o que mudou a hegemonia política local: se a UDN venceu as eleições de 1947, 1950 e 1954, nas eleições posteriores o PTB se transformou em força política hegemônica. Quanto ao PSD, partido de Weimar Torres, mesmo disputando todas as eleições no período, nunca sagrou-se vencedor em Dourados.

Realizar um trabalho vinculado à História Política se mostrou difícil, mas também extremamente prazeroso, haja vista a política fazer parte de nosso cotidiano desde a infância. Quando pequeno, as eleições eram assunto comentado e vivido em nossa casa. Nosso pai, Leônidas Além, músico e comerciante em Dourados, falecido em 1988, sempre esteve envolvido nos *bastidores* do poder local. Embora não exercesse nenhum cargo público, seja administrativo seja eletivo, através da música, frequentava reuniões nas residências de um determinado grupo político nas décadas de 1970 e 1980. Entre uma polca paraguaia e uma canção de Nelson Gonçalves, ocorriam conversas, e nós ainda menino, nos atentávamos aos comentários políticos ditos por tais agentes do poder, além de presenciar alguns fatos, como convites para candidaturas, discursos inflamados, acusações, entre outros.

Mesmo após a morte de nosso pai, o fascínio pelas eleições, pelas posições políticas dos candidatos, pelas ações do poder público, além das relações dos políticos com a sociedade, nos despertaram interesse. Ao ingressar na profissão de bancário em 1987, com 14 anos, influenciado pelos movimentos para melhoria nas condições de trabalho e por salários mais dignos, acabamos nos inclinndo às posições políticas de esquerda, tanto que nos filiamos a um partido político de histórico pelas lutas sociais no ano de 1998. Quando da eleição em Dourados para prefeito em 2000, ocorreu a vitória de Laerte Tetila. Nesse momento, fomos convidados para exercer um cargo de confiança em seu governo, ou seja, um cargo político.

Somamos a isso a formação em História - curso inclinado às discussões políticas, às estratégias de poder, à reflexão crítica sobre as configurações sociais que propuseram a ascensão de reinados, de governos democráticos e autocráticos, as disputas que ocasionaram guerras, possessões do homem pelo homem -, pela Universidade Federal da Grande Dourados, período esse em que atuamos também no movimento estudantil.

Portanto, pensamos necessário um trabalho que pudesse aludir à História Política da cidade em que nascemos. A partir daí, em conjunto com nosso orientador, Professor João Carlos de Souza, foi pensada a seguinte problemática: discutir a ascensão do PTB em Dourados a partir do advento da CAND. Vários autores já haviam apontado nesse caminho. Faltava um estudo buscando compreender de que forma o PTB passou a comandar a política local, e em que medida a migração propiciada pela colonização foi responsável pela hegemonia petebista. Após a aprovação no Programa de Mestrado em História da UFGD, a partir das discussões empreendidas nas disciplinas, leitura da bibliografia e do primeiro contato com as fontes, ocorreu a mudança na problemática inicial.

Neste trabalho buscamos realizar a análise dos discursos políticos produzidos pelo jornal douradense *O Progresso* entre 1954 e 1962, dando ênfase às eleições municipais de 1954, 1958 e 1962, discursos construídos com vistas a garantir os interesses de Weimar Torres e do PSD no município. O recorte temporal em grande parte se justifica, pois o jornal foi fundado em 1951, e em 1962 ocorreu o último pleito municipal antes do golpe civil-militar de 1964. A opção por analisar as representações políticas produzidas pelo jornal e compreender o papel desempenhado pelo PSD em Dourados, se apoiou no fato de o proprietário e fundador do periódico, Weimar Torres, pertencer aos quadros do PSD e ter exercido mandatos políticos no período. Assim, será também objeto de análise como se comportava o jornal em relação ao PSD e aos demais partidos, mais especificamente a UDN e o PTB, durante as eleições supramencionadas.

Portanto, buscamos investigar, através das representações emitidas pelo jornal, das entrevistas já realizadas com agentes históricos da época, além de alguns documentos manuseados, como se dava a relação do jornal com os agentes políticos nos períodos eleitorais acima mencionados. O fato de o diretor de *O Progresso* ser vinculado a um partido político, exercendo os cargos de vereador e deputado estadual no recorte temporal proposto, reforçou a necessidade da análise.

Para realização deste trabalho, utilizamos como fonte o jornal *O Progresso*, veiculado nos anos de 1951, 1953, 1954, 1955, 1957, 1958, 1960 e 1962. Também utilizamos as edições de *O Jornal de Dourados* relativas ao ano de 1958. Foram fundamentais alguns depoimentos, como a entrevista com Adiles do Amaral Torres, viúva de Weimar Torres; João Augusto Capilé Júnior, Prefeito de Dourados entre 1945 e 1947; Atílio Torraca Filho e Sultan Rasslan, militantes do antigo PTB; Rosemar Mattos de Souza, membro da família Mattos, oligarquia que liderava o PSD douradense; e Petrolina Pires de Castro, migrante chegada a Dourados em 1951. Utilizamos também o diário pessoal de Weimar Torres, especialmente com referência ao ano de 1962. Além dessas, foram consultados documentos relativos à criação do PTB em Dourados, no ano de 1947.

Trata-se de um estudo de História Política, para ser mais exato, *da nova História Política*. Portanto, serão utilizados referenciais teóricos vinculados a esse paradigma historiográfico. Faremos uma breve digressão, apontando os caminhos que culminaram no surgimento da *nova História política*.

René Rémond afirma que a pressão desencadeada pelas próprias circunstâncias dos acontecimentos políticos ocorridos no século XX fez com que houvesse uma percepção por

parte dos pesquisadores para a autonomia da política, frente aos demais componentes da realidade social. Como exemplo, esse autor cita o Estado, agente estruturador e organizador da política, intervindo nas economias liberais como forma de ajustá-las frente às crises ocorridas no século XX. Ou seja, o autor afirma que existe uma espécie de interação recíproca entre os setores da vida social e a política, gerando consequências bastante consideráveis sobre os demais setores. Tal movimento foi perceptível aos historiadores a partir do surgimento das políticas públicas, pois era necessária a intervenção dos Estados Nacionais nas economias locais, diante dos novos desafios expostos pelas demandas surgidas.

O que ocorre é o aumento da percepção da importância do político nas teias sociais. Cada vez mais as pessoas entendem que o Estado está intimamente ligado às suas vidas. Seja na igreja, nas associações de bairro, no controle da produção, na difusão cultural seja na macroeconomia, o que existe é uma ampliação das fronteiras de atuação por parte do poder público. Sendo assim, como caracterizar a História Política apenas como analista das forças dominantes que possuem o *centro* do poder, descredenciando-a como agente inicial e irradiador das demais demandas sociais? O autor interroga: “[...] como sustentar ainda que o político não se refere às verdadeiras realidades, quando ele tem por objetivo geri-las?” (RÉMOND, 2003, p. 24).

Márcia Mansor D’aléssio e Maria de Lourdes M. Janotti afirmam que esse *retorno do político* é sintoma das mudanças ocorridas no estudo da História. Mas diferentemente, da História política factual, essa nova História Política surge imersa nas mais diferentes situações históricas, e não mais a partir de atos oficiais (D’ALÉSSIO; JANOTTI, 1996, p. 3).

Peter Burke chama a atenção para essas mudanças que ocorreram no estudo da História, a partir do advento da História Cultural. O autor afirma que: “O que era previamente considerado imutável é encarado como uma construção cultural sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço” (BURKE, 1992, p. 11). Assim, as nuances advindas dos cruzamentos culturais, suas re-significações, as variáveis, e seus novos resultados e representações passaram a ter importância para o estudo da História.

Na década de 1970, emergiu na historiografia a *nova História*. Segundo Francisco Falcon, tal momento se deu quando Braudel proclamou na revista dos *Annales* a incorporação do estruturalismo pela historiografia, prestigiado pelo debate entre a História e Antropologia de Levis-Strauss ocorrido desde os anos finais da década de 1950.

Nasceu um universo de questões antes ignorado pela história, como as mentalidades, a sexualidade, a bruxaria, o corpo, as festas, o cinema, a culinária, entre outros, alterando profundamente a crítica aos documentos, sobre os quais agora não basta apenas saber o que eles dizem, mas a maneira como dizem. Também a renovação marxista colaborou para o surgimento de uma História nova, através de estudiosos ingleses como Perry Anderson, Edward Thompson, Eric Hobsbawn, os quais abandonaram a ortodoxia economicista, reconheceram a importância dos elementos culturais, inclusive adotando a perspectiva dos *vencidos*.

Nesse momento, se torna necessário observar por qual caminho deverá trilhar a História Política, a partir da degeneração de sua forma tradicional sofrida com o passar dos tempos. Na mesma similitude em que existe um movimento pela negação da História Política tida como tradicional, emerge a necessidade em se fundar uma *nova História política*.

A partir da terceira geração dos *Annales*, conceitos fundamentais considerados ultrapassados serão substituídos por visões mais modernas, como a ideia do global como História total sendo substituída por global equivalente a um espaço pulverizado de múltiplas unidades, com essas unidades estando presentes de acordo com suas próprias especificidades. Essa mudança conceitual deu suporte para que uma nova História do poder viesse à tona, dando lugar não a uma História, mas às múltiplas Histórias. Portanto, mesmo a História Política não deveria ficar de fora das renovações propostas pela historiografia, as quais visavam à busca pelas coletividades diversas.

Em uma nova História Política, é indispensável a presença das trocas interdisciplinares, com novas possibilidades se abrindo aos historiadores da política, a partir de trabalhos sobre Antropologia Histórica, ou mesmo Sociologia Política. Francisco Falcon cita Geertz, Sahlins, Bourdieu, além de Chartier, mostrando a relevância no tratamento do simbólico no tocante às práticas sociais inerentes à política e ao poder. Ou seja, é a História do poder não mais na sua forma tradicional, “[...] mas, em nível das representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder” (FALCON, 1997, p. 76).

Jacques Le Goff chama a atenção para uma *nova História política*, com seus aspectos e abordagens adquirindo cada vez mais importância nas ciências humanas, emergindo uma História que pudesse ser renovada enfatizando o estudo do poder, utilizando conceitos sociológicos, antropológicos e semiológicos, e a partir desses conceitos pluridisciplinares, definir os níveis do tempo histórico – curta, média ou longa duração. O autor ainda afirma:

Mas é igualmente verdade que os modelos da nova história geral devem conceder à dimensão política o mesmo lugar que é ocupado na sociedade pelo fenômeno do poder, que é a encarnação epistemológica da política no presente. Para passar da época da anatomia para a do átomo, a história política não pode considerar-se a ossatura da história, mas continua a ser o seu núcleo (LE GOFF, 1985, p. 242).

Para Vavy Pacheco Borges, um estudo sobre História Política vai buscar “a racionalidade de uma época e de um espaço determinado na problemática própria do objeto em questão – seja este um país, uma cidade, uma instituição” (BORGES, 1996, p. 154).

Em relação à amplitude do político a partir da renovação historiográfica, René Rémond chama atenção para a dificuldade em se delinear o que é o político, diante da totalidade social. Para o autor:

Com exceção de um núcleo restrito que lhe é inseparável, o político é como esses Estados dos quais a geografia não delineou previamente os contornos e a história não parou de modificar os limites: o político não tem fronteiras naturais. Ora ele se dilata até incluir toda e qualquer realidade e absorver a esfera do privado: este é um traço das sociedades totalitárias. Ora ele se retrai ao extremo (RÉMOND, 2003, p. 442).

Portanto, diante da mudança do olhar sobre os acontecimentos, que propuseram uma nova leitura dos fatos e dos agentes sociais envolvidos, foi possível garantir o retorno da História Política, mas de forma renovada, o que garante seu lugar ao lado dos demais campos de estudo historiográfico. Embora todos os outros acabem circulando pelos terrenos dessa *velha nova* política.

Esta dissertação foi dividida em três capítulos: no primeiro, fazemos a análise das transformações ocorridas na cidade de Dourados, sendo um dos marcos a migração propiciada pela CAND, enfocando o discurso do *El Dorado* que é construído para estimular essa migração. Ao mesmo tempo, realizamos a contextualização com os níveis nacionais e estaduais da política no período, ao abordar os projetos governamentais que geraram impactos para Dourados: a *Marcha para o Oeste*, criada por Getúlio Vargas, desestabilizando a Companhia Matte Laranjeira; e a criação e a extinção do Território Federal de Ponta Porã, no qual Dourados estava circunscrita.

Além disso, discutimos as circunstâncias do surgimento do jornal *O Progresso*, jornal impresso mais antigo do estado do Mato Grosso do Sul, fundado nesse período de transformações ocorridas em Dourados. Também apontamos para a fundação dos partidos políticos no município, que se deu no fim da década de 1940, enfocando a composição social das principais legendas na cidade: UDN, PSD e PTB. Realizamos também uma contextualização com a política nacional, demonstrando o surgimento desses partidos e de outras legendas, a partir do fim do Estado Novo.

Já no segundo capítulo, analisamos as representações construídas pelo jornal *O Progresso* quanto à classe política douradense. Também discutimos sobre as temáticas discursivas que fomentaram o debate político no município, relacionando tais temáticas – fornecimento de energia elétrica; manutenção de estradas de acesso; manutenção das vias públicas; construção de escolas –, a partir da relação do periódico com o Governo do estado do Mato Grosso e com a Prefeitura de Dourados. Analisamos como o jornal manipulava seus discursos relativos a tais temáticas, seja em busca de demarcar posições, seja na conquista de verbas publicitárias para sua manutenção.

Também apontamos para as representações construídas pelo jornal nos períodos eleitorais de 1954, 1958 e 1962, que buscavam garantir os interesses de Weimar Torres e seu grupo político junto ao eleitorado e à classe política do município. Nesse item, observamos a mudança do discurso do jornal, dependendo do momento e dos interesses do PSD em Dourados. No último item, apresentamos a concorrência estabelecida nas eleições de 1958, entre *O Progresso*, partidário do PSD, e *O Jornal de Dourados*, órgão que apoiava o PTB, e como essa disputa acabou se configurando em ameaças pessoais e processos criminais, envolvendo seus diretores e apoiadores.

No terceiro capítulo, discutimos propriamente as eleições de 1954, 1958 e 1962 em Dourados. Primeiramente, chamamos atenção para a influência dos governadores do Mato Grosso nos pleitos no município, especialmente em 1954, quando houve uma manipulação orquestrada pelo Governador Fernando Correa da Costa, visando garantir a vitória de seu partido, a UDN. Também apontamos para o crescimento do PTB douradense a partir da migração proporcionada pela CAND. Em seguida, discutimos as estratégias de PTB e UDN quanto às disputas eleitorais em Dourados, partidos que polarizaram as eleições no período. Por último, realizamos a análise do declínio do PSD no município. O partido, que em 1954 e 1958, mesmo perdendo os pleitos, possuía densidade eleitoral para disputar em posição de igualdade com a UDN e PTB, em 1962 teve uma votação pífia.

CAPÍTULO I

A implantação da CAND¹, o surgimento de *O Progresso* e a fundação dos partidos políticos em Dourados

1.1. Dourados: o *El Dorado* a partir da CAND

No início da década de 1950, momento em que se intensificaram as migrações para Dourados em virtude da *epopeia* da CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados –, um discurso de progresso, civilização e modernidade buscou legitimar as mudanças que aconteciam no município, como se a partir daquele momento as transformações pudessem ocorrer de pronto, por si só, garantindo de imediato qualidade de vida e prosperidade a todos que se instalassem na cidade, e também aqueles que nela se encontravam, mascarando a realidade, dando a entender que tal progresso ocorreria automaticamente com a migração de milhares de famílias para a região. Símbolos desse progresso, como o aumento de casas comerciais, a chegada efetiva da luz elétrica, ou mesmo o acesso a linhas aéreas, foram afirmados através desse discurso. Chega-se a apontar que a cidade se transformava *em uma das regiões mais famosas da pátria*, uma verdadeira *terra prometida* para aqueles que aqui se instalassem, bastando apenas a chegada dos colonos.

Walter Benjamin critica essa ideia de progresso, supostamente implantado sem vínculo com a realidade, como se ocorresse imediatamente e de forma ilimitada, surgido de pronto, desvinculado do passado que o constrói. Para Benjamin, a história de uma localidade, ou de um povo, estaria intrinsecamente ligada a uma sucessão heterogênea e não linear de acontecimentos. Portanto, o progresso, a civilização e a modernidade, que eram parafraseados por aqueles que tinham o poder de legitimar o discurso, dependiam do resultado de outros processos históricos. Segundo o autor:

A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo de vazio, mas um tempo saturado de *agoras*. Assim, a Roma antiga era para *Robespierre* um passado carregado de *agoras*, que ele fez explodir do *continuum* da história. Ele citava a Roma antiga como a moda cita um vestuário antigo (BENJAMIN, 1986, p. 229/230).

¹ Colônia Agrícola Nacional de Dourados

Podemos traçar um paralelo ao trabalho de João Carlos de Souza. O autor analisa os discursos veiculados na imprensa corumbaense e do Mato Grosso, quando da chegada de artefatos considerados como símbolos de civilização, progresso e modernidade, como o tronco da Ferrovia Noroeste do Brasil, ou do telégrafo. Aqui, um discurso visava mascarar a realidade, como se a civilização, a modernidade e o progresso se instalassem em Corumbá por si só, legitimado apenas com a chegada de elementos que pudessem realçar esse estado de coisas, estando a natureza, ou mesmo os indígenas que habitavam a região, vinculados a um sentimento negativo, de barbárie, como verdadeiros símbolos de atraso. O que valia a pena era o “desejo de compartilhar do progresso técnico ocidental” (SOUZA, 2001, p. 52), buscando anular uma realidade vinculada ao que a sociedade corumbaense entendia como obstáculo à civilização, “ou seja, o vazio territorial, o pantanal, a natureza selvagem e intocada” (SOUZA, 2001, p. 52).

No mesmo sentido, Walter Luiz Betoni, ao analisar a produção historiográfica sobre Dourados, afirma que a criação da CAND propiciou aos memorialistas que retratavam o município construir um discurso que buscava legitimar a chegada da civilização e do progresso para a região. Segundo o autor, esse discurso atuava no sentido de validar a opinião segundo a qual os migrantes trariam consigo o espírito da *civilização* e da *brasilidade* desde muito tempo reclamado, em contrapartida à realidade *bárbara* e *atrasada* vivida pelos moradores da cidade à época. A CAND também atraiu para a região grandes empreendedores de café, como o comendador Geremia Lunardelli, entre outros. Segundo Betoni, tal fato foi muito comemorado pelos memorialistas locais, pois para estes, esses investimentos serviram para comprovar que o progresso havia chegado a Dourados (BETONI, 2002, p. 61).

De fato, ao tomarmos por referência os 20 anos que se seguiram ao início da década de 1940, é possível constatar que houve um aumento substancial da população em Dourados. Atribuímos esse crescimento principalmente à criação da CAND e ao processo de sua implantação, ou seja, a efetiva distribuição de lotes, ocorrida principalmente a partir de fins da década de 1940 e ao longo dos anos 1950. A tabela a seguir demonstra o salto populacional ocorrido no município, com a chegada dos colonos:

Tabela 1 – População de Dourados entre as décadas de 1940 a 1960.

Ano	População rural	População urbana	Total
1940	13.164	1.821	14.985
1950	18.105	4.729	22.834
1960	68.482	16.186	84.668

Fonte: IBGE – Agência Dourados (MS)

Podemos notar que o crescimento populacional mais significativo se deu junto à zona rural (378,25%), principalmente entre 1950 e 1960, período em que aumentou substancialmente a migração de famílias para Dourados. Isso não quer dizer que não havia também uma expressiva evolução nos números relativos à população urbana (348,34%), porém mais suave do que o inerente à população no campo. Tal crescimento pode ser interpretado como consequência, ou, acontecido a partir do surto migratório para a zona rural de Dourados, de milhares de famílias em busca de uma vida melhor, com a doação dos lotes da CAND.

Para demonstrar com maior clareza os números anteriormente mencionados, apresentaremos a porcentagem de habitantes na zona rural e na zona urbana, também relativa ao período entre 1940 a 1960, o que reforça o maior número de habitantes no campo no município. Os números que serão citados indicam que entre 1940 e 1950 houve um decréscimo de ordem proporcional na relação campo/cidade em Dourados, ou seja, houve um aumento proporcional de habitantes da cidade em relação aos do campo. Mas no período seguinte, 1950 e 1960, período da migração em massa para a região, essa relação se manteve estável, havendo, também proporcionalmente, uma pequena diferença em favor da população do campo:

Tabela 2 – Percentual (%) de habitantes na zona rural e na zona urbana de Dourados, entre 1940 e 1960:

Ano	Zona rural (%)	Zona urbana (%)
1940	87,85	12,15
1950	79,29	20,71
1960	80,61	19,39

Fonte: IBGE – Agência Dourados (MS)

A tabela a seguir reforça a anterior, se compararmos proporcionalmente a porcentagem de crescimento da população instalada na cidade em relação à estabelecida no campo. Ao realizarmos a análise dos períodos entre 1940 e 1950, e 1950 e 1960, pudemos notar que os números proporcionais relativos aos cidadãos eram mais expressivos nas primeiras décadas, e, ao contrário, entre 1950 e 1960, os números foram favoráveis aos moradores do campo, embora tenha ocorrido uma diferença pouco significativa, conforme demonstraremos na tabela a seguir:

Tabela 3 – Comparativo de crescimento percentual (%) proporcional da população urbana em relação à população rural:

Ano	Zona rural (%)	Zona urbana (%)
1940/1950	37,54	159,69
1950/1960	277,85	242,70

Tais números demonstram com maior saliência o crescimento populacional, quando apontamos o percentual de incremento dos habitantes de Dourados, entre 1940 e 1960, realizando uma comparação entre esses períodos:

Tabela 4 – Percentual (%) de crescimento da população de Dourados, entre 1940 e 1960.

Períodos a serem comparados	Percentual (%) de crescimento da população
1940/1950	52,38
1950/1960	372,05
1940/1960	566,93

Essa migração substancial para Dourados no período supramencionado se deveu, como afirmamos anteriormente, à criação e instalação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), inserida no bojo do projeto migratório intitulado *Marcha para o Oeste*. O Presidente Getúlio Vargas criou as colônias agrícolas federais através do Decreto-Lei nº 5.941, de 14 de fevereiro de 1941, durante o período do Estado Novo. Esse projeto não estava alheio à questão da segurança nacional, ou seja, ao controle das fronteiras. Visava também a uma melhor articulação entre as regiões brasileiras, possibilitando o fornecimento de alimentos ao *centro* do capitalismo nacional e, ao mesmo tempo, a migração de trabalhadores para povoar os chamados *espaços vazios*. Nas áreas de colonização, foram distribuídos lotes medindo entre 30 e 50 hectares a famílias reconhecidamente *pobres*, que viviam à beira da marginalidade em suas regiões de origem.

A CAND foi criada através de Decreto-Lei de 28 de outubro de 1943, e sua instalação teve início apenas em janeiro de 1944. Porém, a efetiva implantação legal aconteceu somente em 20 de julho de 1948, quando houve a demarcação da área pelo Governo Federal, através do Decreto-Lei nº 87. (OLIVEIRA, 1999, p. 151). Quanto à demora na implantação legal da CAND, Alcir Lenharo (1986) afirma que esse projeto funcionava apenas no campo do simbólico, devido ao seu uso propagandístico como *colônia modelo* pelo Estado Novo, tanto que a demarcação não ocorreu no governo de Getúlio Vargas, e sim com Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) na Presidência da República.

Segundo Suzana Naglis, a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados não foi tributada apenas à vontade do governo central, mas houve uma reivindicação por parte de

setores da comunidade douradense para efetivação do projeto de colonização em Dourados, que a viam como oportunidade para o desenvolvimento econômico da região. Foi formada uma comissão de douradenses *notáveis*, quando da visita de Getúlio Vargas ao sul do Mato Grosso em 1941, solicitando a implantação do projeto colonizador. Houve também o envio, em 1942, de um abaixo-assinado contendo cinquenta e duas assinaturas de indivíduos das mais diversas ocupações, em prol da colônia, ao Presidente Getúlio Vargas. Naglis afirma que:

Diante disso, é possível afirmar que surgiu uma mobilização dos munícipes de Dourados e região a favor da CAND, o que é uma evidência de que Getúlio Vargas não foi o único responsável por essa criação. Visto que o processo de instalação da CAND também atendeu os interesses da elite local, que a viam como início de progresso para a região (NAGLIS, 2008, p. 36).

É importante salientar que, quando do surto migratório em massa, no início da década de 1950, a colônia não estava preparada para receber tamanho incremento populacional. Aos migrantes que chegaram nesse período, restava atuar na abertura das matas e na demarcação das roças. Faltavam as condições necessárias para que esses colonos se fixassem na terra e iniciassem os trabalhos. Quanto à chegada desses colonos à região, Benícia Oliveira afirma:

Diante das análises, constatamos que os primeiros trabalhadores rurais que chegaram à região foram fixados no solo, e receberam também os benefícios e assistência conforme estabelecia o projeto de 1941, de criação de colônias agrícolas nacionais. Entretanto, os que chegaram mais tardiamente, já denominados de “retardatários”, foram utilizados como desbravadores de novas áreas, vinculadas a questões de segurança interna e, por vezes, ao desenvolvimento econômico do país nos moldes capitalistas. [...] Dada a demora de demarcação da área destinada ao assentamento de trabalhadores rurais na região de Dourados, o processo de chegada e localização dos colonos se prolongou por vários anos. Como não havia um critério estipulado quanto à quantidade de migrantes a ser contemplada, e a propaganda intensa acerca da distribuição de terras gratuitamente continuava, o que resultou foi a vinda de um numeroso contingente de colonos (OLIVEIRA, 1999, p. 166/167).

Um problema enfrentado pelos colonos, quando da chegada a Dourados, era a demora no recebimento dos lotes. O tão sonhado quinhão de terra para iniciar a roça era possível, em geral, após até três anos de espera, por muitas vezes angustiante. Enquanto isso, o colono e sua família eram obrigados a se instalar na casa de parentes ou conhecidos, ou trabalhar como diaristas para outros que possuíam algum recurso próprio. Havia ainda aqueles que prestavam serviços para a administração da colônia – como a abertura de estradas e de lotes. Não foram poucos também os que se instalaram ilicitamente na terra, fato que ocorria com o consentimento da administração da colônia, até conseguirem a regularização do lote. Naglis aponta o problema:

Devido à morosidade na entrega de lotes e mesmo à falta de rigor da administração da CAND, foi comum o fato de colonos viverem em terras da colônia sem terem um lote demarcado oficialmente. A maioria das famílias chegava primeiramente na sede da cooperativa da colônia, atual Vila São Pedro, onde se fazia o pedido formal do lote à administração. [...] Se alguns ficaram na expectativa de receber o lote morando com parentes, outros ficaram morando dentro dos limites da colônia, sem um lote demarcado, na condição de colonos irregulares. [...] A situação de colonos considerados irregulares, em condições provisórias, pode ser considerada como fato conhecido e de certa forma outorgado pelo poder dos administradores. É conhecido que o volume de colonos cresceu muito a partir do ano de 1950, e também o fato de que a chegada em massa dos colonos fugiu ao controle da Administração, mas houve uma parcela também de responsabilidade dos administradores (NAGLIS, 2008, p. 61/62).

Sobre a árdua tarefa de dar início aos trabalhos de abertura das matas para demarcação dos lotes, Oliveira afirma que não foi concedida pelos administradores da CAND a infraestrutura necessária para que os colonos recém-chegados pudessem realizar a instalação de suas roças. Por mais que a lei determinasse os deveres dos administradores da colônia agrícola para com os colonos, esses não eram efetivamente colocados em prática, conforme aponta a autora:

Era prevista no Decreto nº 3.059, a distribuição gratuita de madeira para a construção de casas, de algumas ferramentas, de animais para criação e de empréstimos monetários no primeiro ano. Segundo o Decreto, o trabalhador da colônia, tinha também, direito à assistência médica e farmacêutica gratuita. No entanto, cabe destacar que, na prática, o governo não ofereceu condições necessárias para que esse projeto se concretizasse, no sentido de fixar o homem na terra. Pois, conforme depoimentos de alguns remanescentes da CAND, faltou infra-estrutura necessária para tal implemento como, por exemplo, financiamento da produção, mercado para a compra e venda de produtos, entre outros (OLIVEIRA, 1999, p. 172).

Para entender o que motivou a migração de milhares de colonos para Dourados, realizamos uma contextualização dos processos históricos da política nacional, e sua relação com os projetos governamentais direcionados para a região. Getúlio Vargas, seu fundador, assumiu o poder em um momento de severa crise econômica internacional, que se deu após o *crack* da Bolsa de Nova York, cujos reflexos na economia brasileira se faziam sentir principalmente sobre as agroexportações, sobretudo do principal produto nacional de exportação, o café. Foi um momento cujos princípios do liberalismo clássico e da democracia burguesa sucumbiam devido às circunstâncias históricas. Acompanhando a tendência política ocidental, Vargas defendeu um regime político centralizado, cabendo ao Estado um maior controle sobre as finanças nacionais.² Getúlio nunca foi um defensor da democracia burguesa

²Diante do *débâcle* do liberalismo econômico após a crise de 1929, em países *centrais* do capitalismo, o Estado passou a exercer maior controle sobre seus sistemas econômicos. Isso se deu inclusive para o caso estadunidense, quando o Presidente Franklin Delano Roosevelt (1933-1937) instalou a política do *New Deal*.

liberal. Quando assumiu o poder, destituiu os presidentes dos estados, nomeando em seus lugares interventores federais, além de dissolver as Assembleias Legislativas e o Congresso Nacional (FAUSTO, 2006, p. 46).

No campo econômico, foi pensado e executado pelo governo Vargas um projeto, que articulava colonização de terras devolutas e transporte de mercadorias e pessoas, integrando as incipientes regiões industriais aos chamados *espaços vazios* brasileiros, entre tais o sul do estado do Mato Grosso, projeto esse intitulado de *Marcha para o Oeste* (OLIVEIRA, 1999, p. 59). À economia se vinculava também um interesse estratégico, de controle das fronteiras do sul do Mato Grosso com os países vizinhos. Havia a preocupação dos dirigentes do Estado com Mato Grosso, no tocante à soberania do território brasileiro, preocupação essa que vinha desde os tempos coloniais. A partir disso, Vargas desenvolveu um discurso de união de todos os brasileiros para a construção de um novo Brasil. Dessa forma, buscava impulsionar a migração de pessoas para as regiões menos povoadas, como o sul do estado do Mato Grosso (OLIVEIRA, 1999, p. 75).

Segundo Paulo Roberto Cimó Queiróz, a região era marcada pela quase ausência dos poderes constituídos, fator que dava margem à militarização das relações sociais e políticas, favorecendo o banditismo e as violentas lutas armadas. Além disso, havia a presença incômoda de instituições e populações estrangeiras, possibilitando uma influência cultural externa, beneficiada pela ausência de controle nas comunicações das fronteiras entre os países vizinhos. A concessão para exploração de ervais pela Companhia Mate Laranjeira era considerada um grande inconveniente, haja vista tratar-se de “uma empresa estrangeira com gerentes e trabalhadores estrangeiros, dominando vastas áreas precisamente nas *fronteiras perigosas* do sul do Mato Grosso” (QUEIRÓZ, 2003, p. 30).

Diversas foram as providências tomadas pelo Estado brasileiro com vistas a um maior controle da região. A mais notável, segundo Queiróz, foi a *nacionalização de fronteiras* imposta pelo regime do Estado Novo. Entre medidas repressoras, como a não renovação da concessão para exploração dos ervais pela Companhia Mate Laranjeira, somaram-se dispositivos *civilizadores*, como a criação, em 1943, da Colônia Agrícola Nacional de

Outros, como a Espanha de Francisco Franco, a Itália, de Benito Mussolini e a Alemanha, de Adolf Hitler eram governados por regimes políticos autoritários, denunciando o liberalismo como um mal a ser extirpado. Vale lembrar que no regime autoritário da União Soviética, dirigida sob as mãos de ferro de Joseph Stálin, o sistema econômico planejado não sofreu abalos com o *crack* da bolsa de Nova York. Sendo assim, afirma Mazower: “A grande crise do capitalismo teve, portanto, fortes implicações políticas: havia uma alternativa democrática ao fascismo e ao comunismo capaz de enfrentar os desafios econômicos da década de 1930?” (MAZOWER, 2001, p. 123).

Dourados (CAND), situada no novo Território Federal de Ponta Porã. Entre tais dispositivos, incluíram-se ainda medidas de melhoramento, conclusão e ampliação da Ferrovia Noroeste do Brasil (QUEIRÓZ, 2003, p.32/33).

Alcir Lenharo afirma que a *Marcha para o Oeste* foi pensada com o objetivo de povoar os *vazios* demográficos existentes no interior do país, para, ao mesmo tempo, integrá-los à porção litorânea. Suas metas estavam ancoradas na pequena propriedade e na organização cooperativa dos trabalhadores rurais. Além disso, os núcleos urbanísticos das colônias se transformariam em belas cidades, com toda a infraestrutura necessária, no cabo de 10 a 15 anos. A colonização permitiria também transferir contingentes populacionais em situação de risco social, principalmente do nordeste brasileiro, para as zonas de colonização, impedindo possíveis convulsões sociais nas regiões de origem desse migrante, transformando-o no *homem novo*, no trabalhador ideal para as lides do campo, capaz de colaborar na construção do Brasil que se apresentava (LENHARO, 1986, p. 47/48).

Getúlio colocou em prática o que seus discursos externavam durante a fase conhecida como *Governo Provisório*. As primeiras preocupações do governante relacionadas à economia, enfocadas na agricultura e na segurança nacional, quando da sua tomada de poder, eram a *pedra de toque* do que estaria por vir. Utilizando-se do campo do simbólico e assessorado por intelectuais que o auxiliavam na construção de um discurso que trouxesse à sociedade brasileira a possibilidade de uma estabilidade social integrada ao desenvolvimento econômico da nação e à segurança das fronteiras do oeste brasileiro, suas palavras evocavam a necessidade de todos os brasileiros marcharem unidos, como uma engrenagem na gestação deste Brasil idealizado e indivisível. Lenharo afirma que:

A “Marcha...” foi armada para evoluir do domínio da lenda para o da legenda, do mítico para o simbólico, regiões férteis de fantasia e emoção, instrumentos penetrantes com os quais se articulava a imagem indivisa de uma nação homogênea e acabada, superadora dos conflitos sociais. A conquista do oeste significava para o regime a integração territorial como substrato simbólico da união de todos os brasileiros. [...] A transformação do oeste conquistado era também apreciada como suporte de sustentação para o novo implantado nas cidades, e sua extensão para o campo era tida como um movimento natural e inerente de acabamento da nova ordem estabelecida. [...] O discurso não caminha à parte da prática; [...] Como instrumento de análise, oferece um caminho rico de percepções, pois inflete e aponta as modulações do fazer da política. (LENHARO, 1986, p. 17/18).

Mas para que a *Marcha* se consolidasse, era necessário vencer um obstáculo, já citado anteriormente: o poderio da Companhia Mate Laranjeira. Empresa ervateira criada por Tomas Laranjeira, comerciante gaúcho responsável pelo fornecimento de víveres à comissão formada em 1872 para demarcar as fronteiras entre Brasil e Paraguai ao fim da guerra do Paraguai.

Após verificar a existência de extensos ervais nativos, Laranjeira, hábil negociante, instalou fazenda na região, e conseguiu junto ao Governo Imperial uma concessão para arrendamento da área para produção de erva-mate, através do Decreto-Lei nº 8.799, de 9 de dezembro de 1882 (OLIVEIRA, 2004, p. 2).

Com o passar do tempo, a empresa ervateira ampliou significativamente a área de arrendamento para o manejo dos ervais. No ano de 1891, momento em que os irmãos Joaquim e Manoel Murtinho³, políticos influentes nas esferas regional e nacional, se tornaram acionistas da Mate, a área foi novamente ampliada. Aos poucos, a empresa se transformou em protagonista da política local, havendo aqueles que defendiam a renovação do arrendamento das terras devolutas, como o Presidente da Província do Mato Grosso, Antônio Maria Coelho e os irmãos Murtinho; ou aqueles contrários à renovação, como Generoso Ponce e a família Corrêa da Costa. Foi um momento político marcado por rupturas e alianças, as quais giravam em torno da renovação ou não do arrendamento da Mate, embora tais disputas demonstrassem muito mais a luta pelo poder político do que a necessidade dos Murtinho em proteger suas concessões relativas à produção da erva-mate (QUEIRÓZ, 2009, p. 13).

O arrendamento de vastíssima área à Mate Laranjeira, segundo José Roberto de Oliveira, seria resultado da política de concessão de terras no antigo estado do Mato Grosso, o que garantiria a hegemonia das oligarquias locais quanto à posse da propriedade rural, marcada em sua maioria pela presença do latifúndio. O autor afirma:

O trabalho de recuperação das fontes e da bibliografia existentes sobre a política de terras implementadas no Mato Grosso passa necessariamente pelos caminhos da Mate Laranjeira e pela política de acesso às terras devolutas do Estado, implementadas desde o período colonial, com a ocupação dos espaços “vazios”. Ocupação essa que foi, ao longo dos anos, eliminando contingentes inteiros de indígenas, dificultando a posse de terras a pequenos proprietários e posseiros e construindo assim, uma elite com os olhos voltados para a grande propriedade, e conseqüentemente, com as políticas direcionadas para a constituição e conservação da mesma. (OLIVEIRA, 2004, p. 83).

A partir daí, a Mate buscou monopolizar a exploração de erva-mate na região, cuja opressão se fazia sentir nos trabalhadores utilizados como mão de obra, nos produtores independentes da *ilex paraguayensis*, além dos indígenas que habitavam a grande área explorada, criando dificuldades para qualquer tipo de colonização, com a utilização das terras pela companhia. Migrantes que se dirigiam à região, vindos do sul do país com o objetivo de

³ Joaquim Murtinho foi Ministro da Fazenda. Manoel Murtinho foi presidente do Mato Grosso entre 1892 e 1895, e Ministro do Supremo Tribunal Federal. Além disso, eram acionistas do Banco Rio-Mato Grosso (OLIVEIRA, 1999, p. 140), porém seu controle sobre a instituição era mais administrativo e político do que acionário.

criar gado, eram proibidos de se instalar, haja vista se constituírem em ameaça aos planos da empresa. Mas seu poderio passou a ser questionado no início do século XX, fosse por migrantes, na maioria vindos do Rio Grande do Sul, fosse por uma parcela da elite política mato-grossense. Um marco nesse questionamento, segundo Queiroz, foi uma lei estadual de 1915 que,

[...] ao mesmo tempo em que manteve os arrendamentos da empresa (ainda que bastante reduzidos em sua extensão), garantiu aos posseiros estabelecidos na região dos ervais a “preferência para aquisição” dos respectivos terrenos, de tal modo que, entre 1919 e 1924, o Estado expediu centenas de títulos de propriedade de lotes situados nessa região (QUEIROZ, 2009, p. 7).

Restava a Getúlio Vargas, fundamentalmente, desarticular o poderio que se implantara, verdadeiro empecilho aos seus projetos. Desde a década de 1930, o Governo Federal vinha tomando medidas com o objetivo de sobretaxar cada quilo do produto. Também houve a criação do Conselho Nacional do Mate e de institutos locais, sem contar a desapropriação das instalações da Mate Laranjeira no porto de Guaíra. Além disso, com o objetivo de transferir capitais para a indústria nacional, Getúlio criou impostos para exportação da erva-mate, pois apenas a exploração dos ervais nativos era realizada no Brasil, ocorrendo sua industrialização na Argentina. A partir daí, a Mate começou a conhecer seu declínio. A companhia ficou impossibilitada de concorrer no mercado com a produção argentina, maior compradora da erva extraída do sul do Mato Grosso (OLIVEIRA, 1999, p. 129).

Dentro do contexto da *Marcha para o Oeste*, outra medida importante foi tomada com o objetivo de acabar com o domínio da Companhia Mate Laranjeira no sul do antigo estado do Mato Grosso: a criação do Território Federal de Ponta Porã⁴, através do Decreto-Lei nº 5812, de 13 de setembro de 1943, sendo desmembrada uma parte da porção sul do estado, área que abrangia a concessão para arrendamento destinada à exploração dos ervais pela Mate Laranjeira, onde o município de Dourados estava inserido. O território englobava os municípios de Ponta Porã, Dourados, Nioaque, Porto Murtinho, Miranda, Bela Vista, Maracaju e Bonito. Sua criação, além de garantir a colonização dos chamados *espaços vazios* – destituindo da Mate Laranjeira seu monopólio sobre a exploração da terra e do trabalho –, também deve ser pensada como elemento importante do projeto nacionalista de Vargas,

⁴O antigo estado do Mato Grosso, formado pelos atuais estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia, portanto de imensas dimensões territoriais, também era marcado por fortes diferenciações regionais. Em 1943 houve o desmembramento de sua ampla área por Getúlio Vargas, com a criação do Território Federal do Guaporé, atual estado de Rondônia, e do Território Federal de Ponta Porã. (QUEIROZ, 2006, p. 6).

voltado para a área da segurança interna, na tentativa de reprimir qualquer instabilidade quanto à garantia da soberania brasileira sobre as fronteiras do país. Segundo Oliveira:

Essa iniciativa do governo estadonovista deve ser entendida no contexto da nacionalização das fronteiras. A partir do golpe de 1937, o nacionalismo passou a ser parte integrante da política do Estado Novo. Vargas tornou-se o defensor de um Estado forte, através do qual, seu chefe teria poderes de intervir para combater os regionalismos, considerados por ele, um entrave ao desenvolvimento da Nação. [...] A hipótese de que Vargas, visando a eliminar a Mate Laranjeira, criou o Território Federal de Ponta Porã, tem sentido, uma vez que a partir desse decreto, a área fronteira foi desmembrada do Estado de Mato Grosso, ficando vinculada diretamente à União, o que facilitou a ação do governo federal sobre ela. A criação da (CAND) Colônia Agrícola Nacional de Dourados, situada no novo território federal, veio confirmar as intenções governamentais nesse sentido (OLIVEIRA, 1999, p. 141)

Quando da criação do Território Federal de Ponta Porã, o Governo Federal estendeu o ramal ferroviário da Noroeste do Brasil de Campo Grande para o distrito de Itahum, em Dourados, e para Ponta Porã (OLIVEIRA, 1999, p. 138). Isso ocorreu em concordância com a preocupação de Vargas em relação à instabilidade na região fronteira, e pelo controle federal da região. O projeto colonizador da CAND viria consolidar tais políticas.

Mas a criação do Território Federal de Ponta Porã deve ser analisada também como elemento importante na disputa interna pelo poder das elites regionais, do norte e do sul do antigo Mato Grosso, pois a área foi desmembrada do estado, tendo ficado seu controle sob domínio do Governo Federal.

O sul, que cada vez mais ganhava impulso econômico e político, desde o século XIX experimentava um aumento demográfico a partir da migração de mineiros, paulistas, paranaenses e sul-rio-grandenses, além de estrangeiros, sobretudo de paraguaios, ao contrário do norte, cuja população da capital estava virtualmente estacionada (QUEIRÓZ, 2006, p. 8).

Envolto pela economia ervateira e pela pecuária, considerada mais moderna e pujante do que a do norte, a porção sul recebeu também melhorias nas comunicações com a região litorânea, a partir da extensão de um tronco da Ferrovia Noroeste do Brasil a Porto Esperança. No norte, diferentemente, os caminhos aos centros mais *adiantados* ainda eram muito precários. Devido a essas condições, a porção meridional do estado reivindicava desde o século XIX a separação política do norte (QUEIRÓZ, 2006, p. 8).

A criação do Território Federal de Ponta Porã pode ter sido vista pelos políticos do norte como perda de mando político em uma região de riquezas tão promissoras, além do fim do controle de cargos públicos e da manutenção das trocas de favores.

O Sr. João Augusto Capilé Júnior, prefeito de Dourados entre os anos de 1945 e 1947, realçou a questão da falta de segurança que havia na fronteira, no momento da criação do Território Federal de Ponta Porã. Em sua fala, acabou chamando atenção para o descontentamento dos políticos do norte do estado com o desmembramento da área para a efetivação do Território Federal:

A criação se deu porque nós vivíamos um clima muito, um clima na beira do Paraguai, sentindo os efeitos da violência, as famílias todas passando muita dificuldade, e o governo resolveu criar aqui um Território. É verdade que teve que tirar esse pedaço do estado do Mato Grosso, e o estado do Mato Grosso não gostou disso. Ninguém gosta que se retirem um pedaço. Assim ficou Mato Grosso procurando anular o Território. Mas a verdade é que o Território de Ponta Porã trouxe uma vantagem muito grande pra todos nós. Me pegou como prefeito de Dourados, e eu então recebi com uma alegria muito grande, porque aí eu participei de toda aquela luta que foi implantada pelo governo do Território de Ponta Porã (CAPILÉ JÚNIOR, 2010)⁵.

Betoni aponta que a criação do Território Federal de Ponta Porã foi registrada pelos memorialistas locais como a vitória da civilização e do progresso sobre a barbárie que imperava na região. Por esse motivo foi retratada por eles sempre em forma de exaltação, pois serviu para elevar a autoestima da população. Segundo o autor,

Também a implantação do Território Federal de Ponta Porã, ocorrida em 1943, durante a ditadura do Estado Novo (abrangendo oito municípios, entre eles o de Dourados), é vista pelos autores como parte da política de ocupação dos espaços considerados vazios ainda existentes no Oeste brasileiro e como prenúncio de progresso. [...] Segundo o ponto de vista deles [os memorialistas], a criação do território federal foi a redenção de Dourados, pois grande parte do desenvolvimento local está relacionado à sua criação (BETONI, 2002, p. 57).

João Augusto Capilé Jr. denunciou o Deputado João Ponce, radicado em Cuiabá, pela extinção do Território Federal de Ponta Porã:

Bom, eu vou te explicar direitinho, porque que eu sei. Foi na hora que se criou a Constituição de 46 no seu artigo 8º das disposições constitucionais transitórias, dizia assim: fica extinto o atual Território de Iguazu. O João Ponce, que era um deputado de lá de Cuiabá, era deputado federal, chegou sorrateiramente, olhou aquilo lá, pegou uma caneta, e acrescentou, botou no plural: ficam extintos os atuais Territórios de Iguazu e botou lá Ponta Porã. Com isto o Território acabou (CAPILÉ JÚNIOR, 2010).

Podemos compreender que a criação do Território Federal de Ponta Porã, mesmo tendo como foco um projeto nacionalista de proteção das fronteiras, ou seja, sem qualquer pretensão regionalista, e estando inserida em um projeto maior, a *Marcha para o Oeste*, indiretamente acirrou as disputas pelo comando político do estado, demonstrando o receio dos políticos nortistas pela perda de poder em uma fatia tão importante do estado do Mato Grosso.

⁵ Entrevista concedida ao autor em 26 de abril de 2010.

Sua criação serviu de alento para os políticos locais, pois o desenvolvimento vislumbrado com o Território poderia trazer lucros políticos para eles.

Portanto, o governo de Getúlio Vargas, ao lançar a *Marcha para o Oeste*, evocando sentimentos de nacionalismo, fez deslocar vidas, sentimentos e ações rumo ao *desconhecido*, ao espaço que deveria ser integrado à comunidade nacional, na consolidação de uma porção desse país que ainda pouco se conhecera, cujos elos de integração forjados pelos braços do *novo* homem seriam capazes de formar um Brasil uno. A CAND, a Noroeste do Brasil e o Território Federal de Ponta Porã estavam inseridos nesse projeto. Eram partes que, junto ao todo, teriam o propósito de transformar essa porção *despovoada* do território nacional. E, de certa forma, apresentar uma nova feição para Dourados.

A *Marcha para o Oeste* trouxe consequências também no âmbito político no município. Disputas antigas foram renovadas, tanto em nível regional quanto local, surgiram novas lideranças, grupos se formaram e se desfizeram, outros antes hegemônicos passaram a conhecer o dissabor das derrotas eleitorais, alianças foram acertadas e logo em seguida desfeitas, expectativas de vitória ou derrota foram conhecidas.

Nasceu um novo momento político integrado às experiências do coletivo que se instalara na cidade de Dourados. A partir do início da década de 1950, novas situações políticas foram colocadas em prática, a fim de regularem novas circunstâncias, conforme o ritmo nascido a partir das mudanças ocorridas na sociedade douradense no período. Os acontecimentos imediatos da política fizeram emergir, conforme Janotti e D'aléssio, “nem intenções ocultas, nem subterrâneos incrustados nas tradições, mas aquilo que aparece, que se manifesta regulando as relações humanas. Lugar onde se experimentam lugares e sonhos coletivos, conscientes ou inconscientes” (JANOTTI; D'ALÉSSIO, 1996, p. 2). Afinal, estariam as intencionalidades de mulheres e homens integradas à dinâmica da sociedade, alterando ou não suas próprias vidas? Os *instrumentadores* da História não podem deixar passar em branco.

1.2. História e caracterização do jornal *O Progresso*

Inserido no conjunto de mudanças que ocorriam em Dourados a partir da CAND, estava o semanário *O Progresso*. Sua fundação se deu em 21 de abril de 1951, e a impressão, no início, se realizava na tipografia Nossa Senhora Aparecida, de propriedade do Sr.

Naurestides Brandão. Seu diretor, Weimar Gonçalves Torres, batizou o periódico com o mesmo nome daquele que havia circulado na vizinha Ponta Porã, cujo proprietário era seu pai, o advogado paraibano José dos Passos Rangel Torres. O homônimo da fronteira, fundado em 1920, foi obrigado a encerrar suas atividades na mesma década por questões políticas (SCHWENGBER, 2005, p. 48). No exemplar inaugural do jornal douradense, Weimar Torres, em seu editorial intitulado *Revivencia*, fez alusão ao antigo periódico ponta-poranense, exaltando as ações realizadas por ele:

Há muito tempo atrás, havia, em cidade vizinha nossa, um jornal. Chamava-se, como este, “O PROGRESSO”. A cidade florescente galgava, passo a passo, os degraus da civilização. E, aquele jornal pequeno e despretencioso, registrou com serenidade e equilíbrio, testemunhou com fé e heroísmo os fatos mais assinalados de uma jornada empolgante em demanda ao futuro e, em pinceladas fortes e vivas, retratou a história das lutas inglórias e gloriosas, das campanhas revolucionárias, dos ideais e angústias de uma gente brava que através de anos e anos legaram a Mato Grosso e à Pátria uma formosa e alviçareira Ponta Porã. [...] É com emoção dessas lembranças que hoje, em Dourados, lanço a público este jornal. Si esta terra, como aquela marcha agora, em passos largos para um futuro radiante, Deus permita que, neste milagre de revivencia, “O PROGRESSO” de Dourados possa cumprir o seu destino como o ser bom, justo e perseverante como o foi a figura inesquecível de meu pai (*O PROGRESSO*, 21/4/1951, p. 2).

Um discurso exaltando a modernidade e a civilização buscava legitimar tais estados de coisas com a fundação de *O Progresso*, em Dourados no ano de 1951. Weimar Torres concretizou uma velha aspiração: reviver o homônimo ponta-poranense. O próprio nome do periódico, *O Progresso*, aludia a tal discurso, transformando-se em agente importante na caminhada a um futuro radiante que, através de *lutas heróicas*, buscava dar sentido à chegada de uma nova era vivida pela comunidade local. Havia a tentativa de materializar um imaginário no qual Dourados era vislumbrada como uma espécie de *Nova Canaã*, o *El Dorado*, capaz de dar dias melhores a todos que nela se encontrassem e para ela viessem.

O semanário⁶, utilizando mais uma vez o discurso de modernidade, civilização e progresso, estado de coisas ocorrido *da noite para o dia*, apontou as transformações vividas no município a partir da criação da CAND. Na manchete de seu primeiro exemplar, foram construídas representações buscando legitimar o discurso da Dourados *próspera e civilizada*:

Quem conheceu este imenso município a pouco mais de 5 anos não se atreveria a prever o grande progresso que tomaria esta terra. Na verdade, data de pouco mais de 3 anos o descobrimento econômico de Dourados a que se prendem diversos fatores que, enfim podem ser reduzidos num único: o esplendor e a magnitude da terra

⁶ *O Progresso* deixou de ser semanário em 1976, tornando-se diário. Após a morte de Weimar em 1969, assumiu a direção do periódico seu sogro, Wlademiro do Amaral, dando início a um processo de modernização do jornal para poder competir no mercado local, pois sofria concorrência da *Folha de Dourados*, o primeiro periódico de Dourados a imprimir edições diárias (SCHWENGBER, 2005, p. 62).

dadivosa e fecunda que possui. Havia aqui, há alguns anos, poucos moradores, dedicados exclusivamente à criação de gado e à exploração de erva-mate nativa. [...] Repentinamente, da noite para o dia, iniciou-se a grande procura de terras que teve seu clímax nos anos de 1948 e 1949 e atingiu a tal ponto que, em pouco tempo não haviam mais terras devolutas no município (*O PROGRESSO*, 21/4/1951, p. 1 e 4).

Esse discurso vinculado ao progresso, ao *El Dorado*, à modernidade, ao desenvolvimento, utilizado como propaganda para atrair a migração em massa, e dessa forma, justificar o poder político e econômico nas mãos de um determinado grupo de interesses, foi também identificado e analisado por outros pesquisadores, que nos ajudaram a compreender a forma particular de sua utilização em Dourados. Para mencionar um caso, José Miguel Arias Neto, ao analisar os discursos produzidos pela elite cafeeira do norte do Paraná a partir das transformações sofridas na região, mais especificamente na cidade de Londrina, em virtude da intensa colonização ocorrida entre 1937 e 1945 em busca do café, aponta que essas representações foram utilizadas por um determinado grupo para legitimação de seus interesses financeiros e políticos na cidade, dominando o poder local. Segundo o autor,

[...] Os significados vão se superpondo e configurando a nova persona do capital no norte do Paraná, legitimando o empreendimento capitalista ao revesti-lo com a máscara do progresso e justificando as práticas de dominação do novo grupo dominante, ao identificá-lo com os desbravadores iniciais e com os bandeirantes (ÁRIAS NETO, 1998, p. 111).

Quanto à criação de *O Progresso*, Adiles do Amaral Torres, viúva de Weimar e atual diretora do periódico, afirmou que era um antigo sonho do marido reviver as páginas do homônimo ponta-poranense:

[...] e ele tinha um sonho de reviver o Jornal *O Progresso*, que o pai dele, Seu Rangel Torres, tinha montado em Ponta Porã na década de 20 [...] e ele cresceu, estudou, e desde menino tinha aquilo na cabeça, de reviver o jornal do pai, aí a gente se conheceu, casou e ele montou o jornal. No começo era muito difícil, não tinha recurso [...] (TORRES, 2010).⁷

Weimar Torres chegou a Dourados no ano de 1948, vindo de Ponta Porã, onde trabalhou no semanário *A Fronteira*, de propriedade de Mendes Brandão Ltda⁸, atuando como diretor do periódico. O jornal ponta-poranense *A Fronteira* se autointitulava como *órgão semanário independente*⁹, o que suas publicações colocavam em dúvida, haja vista tratar-se

⁷ Entrevista concedida ao autor, realizada em 10/1/2010.

⁸ Leia-se Orlando Mendes Gonçalves, da família de sócio-proprietários da Companhia Mate Laranjeira. Quanto a Brandão, trata-se de Naurestides Brandão, que posteriormente se tornou gerente do jornal *O Progresso*, a partir da sua fundação em 21 de abril de 1951 (JUCEMS – Agência Dourados (MS), 19/11/2010).

⁹ Nos exemplares pesquisados, relativos ao ano de 1947, tanto na capa, quanto na divulgação dos preços de publicidade, aparece a autointitulação.

de instrumento de comunicação a serviço de militantes do PSD e do PTB, cujo principal interesse seria demarcar posição na disputa estabelecida contra o tradicional rival, a UDN de Ponta Porã, que também possuía seu periódico – *A Folha do Povo* –, de propriedade de Aral Moreira.

O objetivo inicial de Weimar Torres em Dourados seria atuar na área de advocacia. Weimar, após se formar em direito, montou escritório em Ponta Porã. Mas segundo Adiles, foi obrigado a se mudar da cidade, por sofrer perseguições de seu principal adversário político que, conforme a viúva de Weimar, seria o udenista Aral Moreira, da *Folha do Povo*. No primeiro dia de funcionamento de seu escritório naquela cidade, a placa do estabelecimento foi depredada e suja de fezes, e Weimar se sentiu obrigado a transferir seu domicílio para Dourados (TORRES, 2010).

Weimar passou a gozar de grande prestígio junto à comunidade local, ganhando destaque na cena política desde sua chegada a Dourados, ampliando sua influência para a esfera política estadual e federal com o passar dos anos. Militante do PSD, em seu primeiro pleito eleitoral se elegeu vereador no ano de 1950, reelegendo-se em 1954. Nas eleições de 1958, buscou uma cadeira de deputado estadual, não se elegendo de pronto. Assumiu a cadeira posteriormente como suplente, vindo a reeleger-se em 1962. Posteriormente, quando da extinção do modelo pluripartidário e criação do sistema bipartidário¹⁰, Weimar se filiou à ARENA, elegendo-se deputado federal em 1966, vindo a falecer de um acidente aéreo no ano de 1969 (SILVA, 2007, p. 31).

Isabela Schwengber, ao analisar as representações sobre o MST nas páginas do *Correio do Estado* e de *O Progresso*, aponta que Weimar pôs em funcionamento o periódico em virtude, principalmente, de seus interesses políticos. A autora afirma que:

[Weimar] Era um ativo militante político do Partido Social Democrático – PSD, sigla partidária que representou nos cargos de vereador em Dourados e de deputado estadual e federal. *O Progresso* surgiu exatamente no início do primeiro cargo eletivo de Weimar, o que sugere que suas pretensões com o jornal eram muito mais políticas e eleitorais do que financeiras ou jornalísticas (SCHWENGBER, 2005, p. 49).

Apontamos também os estudos apresentados por Lélío Loureiro da Silva sobre o jornal *O Progresso*. O autor realizou uma análise dos discursos do periódico sobre os *Kaiowa-*

¹⁰ Após o golpe civil-militar de 1964, que derrubou da Presidência da República João Goulart e instalou um regime político ditatorial, assumiu o Governo o General Castello Branco (1964-1967). Em 27 de outubro de 1965, foi promulgado o Ato Institucional nº 2, extinguindo os partidos políticos existentes, criando apenas dois: a Aliança Renovadora Nacional – ARENA –, situacionista, de total apoio ao regime; e o Movimento Democrático Brasileiro – MDB –, de oposição branda ao Governo Federal.

Ñandeva do Mato Grosso do Sul, entre 1980 e 1989. Segundo Silva, a linha editorial do periódico ia ao encontro do histórico político e social de seus fundadores, comprometidos com o processo de formação de uma identidade sul-mato-grossense, irradiando um discurso vinculado a esse processo e “com os projetos governamentais desenvolvidos na região, pois os mesmos vislumbravam desenvolvimento e progresso” (SILVA, 2007, p. 33). Portanto, o autor também vincula o periódico aos interesses políticos de Weimar e da classe política de Dourados e do Mato Grosso.

Priscila Viudes, ao analisar os discursos de *O Progresso* quando ocorreram os casos de desnutrição indígena na reserva Francisco Horta Barbosa, no ano de 2005, também remete aos interesses políticos da direção do jornal, os quais não são tão aparentes hoje em dia como na época de sua inauguração, mas demonstram muito bem a parcialidade do periódico douradense, “em detrimento do interesse do público e da sociedade” (VIUDES, 2009, p. 93).

Suzana Arakaki discute o golpe de 1964 em Dourados, analisando os discursos construídos por *O Progresso* quando do evento, além das entrevistas de agentes que moravam na cidade quando da *revolução*. A autora afirma que é necessário que se analise o lugar social de Weimar Torres em Dourados, além de buscar compreender as fontes de financiamento do periódico, para a partir daí entender o posicionamento político do jornal. Arakaki caminha no mesmo sentido, também remetendo aos interesses políticos de Weimar com a fundação de *O Progresso*. Segundo a autora:

Se a imprensa jornalística circula formas simbólicas e essas formas podem ser ideológicas, mantendo relações de poder em contextos específicos, então ao estudar jornais entendemos como o sentido das mensagens pode estar a serviço do poder (ARAKAKI, 2003, p. 111).

Ratificando as análises apontadas, entendemos que as motivações de Weimar ao inaugurar *O Progresso* não se restringiam a um desejo pessoal, mas são, sem dúvida, políticas, e que a vinculação do periódico com a classe política local e regional pautou as publicações do jornal, desde seu surgimento até os dias atuais. E no momento de sua fundação, houve o estreitamento dos laços entre o periódico e os políticos locais. O jornal foi colocado em funcionamento com auxílio financeiro da Prefeitura Municipal de Dourados no valor de 8 mil cruzeiros, votado e aprovado pela Câmara de Vereadores local (*O PROGRESSO*, 21/4/1951, p. 3). Tal recurso foi utilizado para transportar o maquinário pertencente ao Sr. Naurestides Brandão do interior de São Paulo para Dourados, pois ele havia se mudado de Ponta Porã, e sua gráfica não estava conseguindo prosperar na localidade

onde havia se instalado. Desde a fundação de *O Progresso*, já se estabeleceu uma ligação entre o jornal e a classe política douradense, garantindo os interesses políticos de ambas as partes.

Outra circunstância que favoreceu a criação e consolidação de *O Progresso* foi o forte crescimento populacional vivido por Dourados, a partir do advento da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). Weimar soube aproveitá-lo como a oportunidade ideal para inaugurar o jornal, pois não havia nenhum periódico circulando no município, uma vez que o último jornal veiculado foi *O Douradense*, entre 1948 e 1950.

VERTIGINOSA! A marcha de Dourados para o progresso (O PROGRESSO, 21/4/1951, p. 1). Esta é a chamada de capa do periódico quando de seu número inaugural. A reportagem chamava a atenção para as transformações ocorridas em Dourados a partir da migração de milhares de colonos para a região. Segundo a matéria:

De uma terra inexpressiva e esquecida, passa Dourados a ser uma das regiões mais famosas da pátria. Gente de toda parte se instala no município. Para explorar suas magníficas matas, mais de 2.400 pessoas chegaram depois do recenseamento. Grandes vendas de terra, cinema, luz elétrica, linha de aviões diários, loteamento em massa, mais e mais casas de comércio, valorização acelerada dos imóveis, cafezais, produção imensa de algodão e cereais, instalação de grandes serrarias, um instantâneo poliformico de uma esplendida realidade (*O PROGRESSO, 21/4/1951, p. 1*).

Nas páginas do periódico douradense apareciam propagandas de empresas colonizadoras oferecendo glebas para plantio de café, graças à rica fertilidade do solo douradense, além das mudanças que ocorriam na zona urbana, como a construção de hotéis, a chegada de agências bancárias, a ampliação das dependências do aeroporto, o estabelecimento de novos loteamentos urbanos, entre outras melhorias para Dourados.

Chamava atenção a especulação imobiliária que ocorria no município no período. Os preços dos imóveis urbanos dispararam diante da procura crescente, o que não passava despercebido pelo periódico. João Augusto Capilé Jr. fez alusão ao fenômeno em sua coluna intitulada *Aquarela da Vida*¹¹, aclamando o profissional da área de corretagem de imóveis, considerado um *bastião do progresso e da modernidade*. O articulista escreveu:

[...] Povoam-se as ruas da sede municipal, de forasteiros dos mais variados aspectos, e entre eles, intercaladamente, de tempo em tempo surgem os corretores como a servir de cicerone àqueles que pisam pela primeira vez à terra prometida. [...] São esses corretores elementos do mais alto valor, uns agindo isoladamente, outros reunidos em sociedade, todos merecedores do melhor conceito comercial. Assemelham-se esses corretores às boas fórmulas encontradas nos exuberantes garimpos indicadoras de um ou outro precioso minério. [...] Salve, pois, esses

¹¹ Na referida coluna, o autor utilizava o pseudônimo *Jota Júnior*.

heróis, que num rasgo de abnegação abandonam o convívio da família, e o conforto dos grandes centros afim de trazer para as regiões do interior, uma parcela daquela civilização tão almejada por todos aqueles que à guisa de verdadeiros bandeirantes embrenham-se na mata à procura da grandeza do Brasil. (*O Progresso*, 24/6/1951, p. 3.).

A pessoa do corretor de imóveis, nesse caso, foi comparada ao do bandeirante paulista, como *herói desbravador* de sertões inexplorados, garantidor de um novo tempo para Dourados, como se transportasse uma vara de condão que pudesse, com seu toque mágico, instalar a *civilização* e os *símbolos de progresso* tão almejados. Esse profissional foi saudado por doar sua quota de sacrifício – deixar a família e o conforto dos grandes centros, como expressou o articulista. Na verdade, desejava mesmo é a prosperidade de seus negócios, através da especulação imobiliária.

Antônio Celso Ferreira realizou um estudo sobre a utilização da *epopeia bandeirante* por intelectuais paulistas, que entre 1870 e 1940, atuaram na elaboração de um discurso mítico, apropriando-se da simbologia bandeirante para legitimar São Paulo como uma terra de desbravadores do sertão brasileiro, a fim de dar sentido a uma identidade paulista. É importante verificar que, mesmo após o esgotamento do discurso valorizador da *epopeia bandeirante* com o surgimento de estudos especializados no campo da História, a partir de 1940, este rompeu as fronteiras paulistas, como pudemos verificar nas palavras de João Augusto Capilé Jr. citadas anteriormente. Segundo o autor, os significados da identidade, presentes no discurso letrado regional, por seu conteúdo homogeneizante, acabaram distorcendo diferenças sociais importantes. Além disso, tal discurso teve o poder de perdurar através dos tempos, funcionando como referência imaginária coletiva (FERREIRA, 2002, p. 28), o que pôde ser verificado no discurso do articulista do jornal *O Progresso*.

Ao comparar o corretor ao bandeirante, João Augusto Capilé Jr. valorizou o profissional que, como o bandeirante, *num rasgo de abnegação*, foi responsável pelo surgimento de um novo tempo à *terra prometida*, capaz de trazer o progresso e a civilização, aos moldes dos grandes centros nacionais. Mas seus objetivos seriam bem diferentes. A realidade foi distorcida, pois para os corretores, civilização e progresso para Dourados não estavam incluídos em suas metas, e sim o quanto a especulação imobiliária com a venda de lotes poderia render a eles.

Portanto, sem negar as intenções de fortalecimento político e social de Weimar em Dourados, o surgimento de *O Progresso* deve ser pensado também como elemento integrante do conjunto de mudanças ocorridas na cidade no período, quando da intensa migração de indivíduos oriundos, principalmente, do nordeste brasileiro no início da década de 1950,

momento em que ocorreu a doação dos primeiros lotes da CAND. É importante ressaltar que o periódico não poupou esforços em construir um discurso que pudesse legitimar um estado de coisas diferente da realidade, vinculando a modernidade, a civilização e o progresso à migração e suas consequências, como se apenas tal fato fosse necessário para que a *terra prometida*, o *El dorado* fosse acessível a todos aqueles que aqui se encontrassem.

Com a migração em virtude da CAND, se cristalizou um imaginário envolto em sonhos e planos cujo futuro promissor parecia não muito distante, uma realidade que poderia se tornar palpável, tomar forma, uma espécie de fonte de água deliciada por aqueles que acabaram de sair de um extenso e hostil deserto, em se tratando dos que chegavam à região em busca de um futuro melhor, o que não foi muito diferente também para os que já se encontravam em Dourados. Discursos eram produzidos, destacando a cidade como sinônimo de desenvolvimento, esperança e prosperidade. O estudo de alguns autores citados no item anterior, com vistas a analisar a implantação da CAND e a migração dos colonos, questiona esse estado de coisas, haja vista o discurso de progresso, civilização e modernidade construído pelo único periódico da cidade à época, *O Progresso*, não corresponder à realidade.

O periódico, em seus primeiros exemplares, não poupou espaços para divulgar o momento diferenciado que vivia Dourados, produzindo representações que *engrandecem esse novo tempo*. Mas a realidade para aqueles que aqui chegaram não era tão promissora como os discursos reforçavam. A falta de estrutura para iniciar as roças, a demora na legalização dos lotes, sem contar a ausência de mecanismos de financiamento e venda da produção após a instalação dos colonos, desconstruía esse discurso, criado com o objetivo de dar legitimidade a uma Dourados progressista, terra de grandes realizações para os que nela chegavam, o que na prática foi bem diferente. O editorial escrito por Weimar Torres em 9 de setembro de 1951, intitulado “...e os mortos também”, reafirmava esse discurso de progresso e desenvolvimento:

Dourados progride a olhos vistos. [...]. Casas são construídas em ritmo acelerado. Novas lojas se abrem. Veículos novos, em grande quantidade, entram na cidade todos os dias, provindos das mais longínquas regiões. Em tudo vibra e palpita um sangue novo, vigoroso e profundo. [...]. Nas ruas, há o contínuo vai e vem de homens e automóveis, numa ânsia incontida de acompanhar os passos gigantesco do progresso. Os aviões rasgam o céu, assustando a boiada nas fazendas, trazendo gente, cada vez mais gente, que vem ver de perto este novo milagre de fartura que escorre sobre o seio da terra, nesta nova e milagrosa Terra Prometida. (*O PROGRESSO*, 9/9/1951, p. 1).

Realizaremos a análise dos discursos construídos pelo jornal *O Progresso*, utilizando os conceitos de representação coletiva utilizados por Roger Chartier. O autor faz uso de um

enfoque cujo ponto de partida é a crítica à produção textual e suas formas de apropriação, ou seja, a maneira segundo a qual os indivíduos concebem o mundo em que vivem, o que acaba orientando suas práticas sociais, cujas representações mascaram, distorcem a realidade, haja vista que seus discursos são construídos a partir dos interesses de quem os produz (CHARTIER, 2002, p. 75).

O Progresso construiu representações capazes de dar sentido a um imaginário que buscava legitimar uma Dourados rumo a um caminho inexorável à civilização, ao progresso e à modernidade. O periódico destacava aspectos que tinham por objetivo reforçar um novo estado de coisas, como a construção acelerada de imóveis comerciais e residenciais, ou o contínuo vai e vem de homens e automóveis. Conforme o articulista, *um sangue novo, vigoroso e profundo, numa ânsia incontida de acompanhar os passos gigantesco do progresso*, gerava a impressão que esse mesmo progresso viria de forma imediata e por si só, e não como resultado de um processo histórico. *Essa nova e milagrosa Terra Prometida* tinha por objetivo reforçar esse discurso. Tais elementos eram construídos com a finalidade de gerar uma esperança por dias melhores naqueles que aqui se encontravam, e também naqueles que para aqui migravam.

Segundo Roger Chartier, as representações estão dispostas em uma luta, polarizada por quem tem o poder de classificar e nomear, (*O Progresso*, através de seu diretor e seus colaboradores) e a definição submetida ou resistente que cada comunidade produz de si mesma (a opinião pública douradense). Portanto, tais discursos, que eram construídos para reforçar uma ideia de que Dourados era a *nova canaã do progresso e desenvolvimento, porto seguro de esperança por dias melhores*, tinham o objetivo de distorcer a realidade, o que podia ser comprovado pela falta de infraestrutura para o início dos trabalhos pelos colonos, pela demora na legalização da posse das áreas, quando a administração da colônia fazia vistas grossas, pela falta de habitação na zona urbana para os moradores recém-chegados, pela falta de mercado para comercialização da produção dos colonos, pelas estradas precárias para o escoamento da produção, entre outros problemas que demonstravam a ausência de infraestrutura para receber tanta gente em pouco tempo.

Os discursos construídos por *O Progresso* estavam concatenados às diretrizes implantadas pelo governo brasileiro à época. A propaganda política criada pelo Estado Novo foi eficaz na construção de sonhos e esperanças por um futuro mais digno em milhares de indivíduos que viviam em condições precárias nas suas regiões originárias, resultando na migração deles para a região de Dourados, sul do estado do Mato Grosso. O periódico, ao

utilizar-se de seu poder de nomear e classificar as representações, reforçou tal discurso, ao estampar o município como símbolo de progresso, civilização e modernidade, garantindo dessa forma os interesses de Weimar Torres junto à comunidade local.

Os interesses de Weimar Torres estariam entronizados nos discursos construídos pelo periódico. Aqui, utilizando o pensamento de Pierre Bourdieu, podemos denominar os discursos do jornal *O Progresso*, relativos à chegada da modernidade, como propriedades simbólicas. Sendo assim, Bourdieu afirma: “Porque assim é e porque não há sujeito social que possa ignorá-lo praticamente, as propriedades (objectivamente) simbólicas, mesmo as mais negativas, podem ser utilizadas estrategicamente em função dos interesses materiais e também simbólicos do seu portador” (BOURDIEU, 1989, p. 112).

É importante salientar que também no campo da política local, transformações ocorreram no município de Dourados. Sendo Weimar Torres político à época, vinculado ao PSD, o noticiário político era pauta essencial em *O Progresso*.

1.3. Partidos políticos em Dourados: fundação e composição social

Demonstraremos a composição dos partidos políticos no município, a partir do início da década de 1950, momento em que ocorreu a migração de famílias para a região em virtude da CAND. Faremos uma análise da base social dos principais partidos – PTB, UDN e PSD –, à luz do contexto nacional e regional, e suas inter-relações. Ou seja, tentaremos responder às seguintes perguntas: quem fazia parte dos partidos políticos em Dourados? Qual o estatuto sócio-profissional dos principais líderes? Havia uma tendência à oligarquização manipulada pelas lideranças? Como era a relação entre essas lideranças? Qual a influência do contexto político estadual e nacional em suas estruturas partidárias? Como era o tratamento da mídia local, exclusivamente do jornal *O Progresso*, a tais partidos e suas lideranças?

Serge Berstein afirma que os partidos políticos têm um papel essencial de socialização política, no interior de uma clivagem que tem o poder de identificar seus membros pelo viés da cultura de que são seus portadores. Também os partidos possibilitam o jogo político, a partir de um conjunto de regras antes estabelecidas e aceitas, tornando possível as disputas de poder entre forças identificáveis. Para o autor,

O partido político continua sendo um elemento de mobilização das massas, de seleção das elites, de difusão de ideologias, em suma, de estruturação social [...]. Na

verdade, se desprezamos os partidos, é um elemento fundamental de compreensão do mundo contemporâneo que corre o risco de nos escapar (BERSTEIN, 2003, p. 93/94).

Para Pierre Bourdieu, as instituições – incluindo os partidos políticos –, nascem da legitimação que lhes é dada pelo mundo social, através das representações que são evocadas, gerando um efeito de reconhecimento, dando sentido a sua existência. Segundo o autor:

E a oficialização tem a sua completa realização na manifestação, acto tipicamente mágico (o que não quer dizer desprovido de eficácia) pelo qual o grupo prático, virtual, ignorado, negado, se torna visível, manifesto, para outros grupos e para ele próprio, atestando assim a sua existência como grupo conhecido e reconhecido que aspira à institucionalização. (BOURDIEU, 1989, p. 117/118).

Os partidos políticos foram fundados em Dourados após a *abertura democrática* preconizada por Getúlio Vargas no final do Estado Novo¹². Antes de adentrarmos o contexto político da cidade de Dourados com o nascimento das legendas, faremos uma caracterização das três maiores – PSD, UDN e PTB –, em nível nacional. Uma característica fundamental inicial não pode deixar de ser registrada, que emergiu a partir de um antagonismo principal: a existência do *getulismo* (PTB/PSD) e do *antigetulismo* (UDN).

O Partido Social Democrático (PSD) pode ser caracterizado como *conservador*. Suas lideranças foram arregimentadas a partir do estamento burocrático formado na Era Vargas, pela acomodação dos interventores nomeados por Getúlio para as administrações estaduais após a Revolução de 1930, atuando na defesa dos interesses dos grandes proprietários rurais, da burguesia nacional e do estamento burocrático, cujos membros entravam na política ainda jovens e continuavam durante muito tempo, fazendo uso de cargos eletivos e nomeados. Partido de grande penetração nas cidades do interior e nas zonas rurais, cuja base estava impregnada de profissionais liberais, como médicos, advogados, funcionários públicos e do setor comercial e bancário, os quais atuavam na cooptação das clientelas dessas áreas (FLEISCHER, 1981, p. 59).

Vargas esteve empenhado na organização do PSD em nível nacional, inclusive vencendo as eleições ao Senado pelo partido em 1945. O PSD dispunha de uma rede organizativa baseada no poder local, com células e diretórios municipais, organizando-se por todo o país, graças principalmente ao poder de cooptação sobre as bases comandadas pelas oligarquias agrárias estaduais e municipais. Mas com o processo de urbanização ocorrido no

12 Em 1945, diante da ameaça de um golpe instrumentalizado pela oposição contra o Estado Novo, Getúlio Vargas autorizou a criação de partidos políticos de feição nacional, estando Getúlio à frente do nascimento do PSD e do PTB. Nasceram diversas legendas, dando início a um período de frágil democracia que se alongou até 1964, ano em que ocorreu o golpe civil-militar (FAUSTO, 2006, p. 149).

Brasil, acelerado entre o final da década de 1940 e a década de 1960, além do processo de expansão dos partidos ditos progressistas, como o PTB, o PSD foi perdendo força eleitoral (SOARES, 1981, p. 8-9). Se em 1945 o partido possuía 177 congressistas, cairia para 141 em 1963 (CHACON, 1985, p. 158).

Era um partido que pode ser chamado de governista, em virtude de seus principais dirigentes, antes do período democrático, serem membros efetivos da ditadura estadonovista, encontrando-se no interior das decisões dos governos centrais¹³ e do Congresso Nacional, até pouco antes do golpe de 1964, dando ao partido uma “alta capacidade de formular e implementar decisões” (OLIVEIRA, 1981, p. 109). Aliado do PTB, estando durante o período democrático quase sempre na cúpula do poder, o partido reivindicava para si, constantemente, o controle dos cargos públicos federais relativos à distribuição de recursos, além dos favores ao nível industrial (OLIVEIRA, 1981, p. 112).

Assim como o PSD, A União Democrática Nacional (UDN) pode ser caracterizada como um partido *conservador*, apesar de essa classificação se atenuar a partir do final da década de 1950 e início da década de 1960, com a emergência de parlamentares de linha mais *progressista*, como a chamada *Ala bossa nova* da UDN, muitos dos quais perderam seus mandatos devido às cassações da ditadura militar, o que não atenuou a posição do partido em se manter sempre na oposição aos herdeiros políticos de Getúlio Vargas, na esfera federal, protagonizando inclusive tentativas de golpe durante todo o período. Partido de ampla aceitação na classe média, mas, nas regiões interioranas, vinculava-se prioritariamente aos donos da terra. Seus mandatários predominaram no Rio de Janeiro, em São Paulo e no nordeste brasileiro, enquanto no centro-oeste, centro-sul e Minas Gerais, eram mais frequentes os cargos administrativos (FLEISCHER, 1981, p. 59-60).

Com a redemocratização de 1945, a oposição ao regime de Getúlio Vargas agregou-se na UDN. Por esse motivo acabou sendo considerado o *partido da eterna vigilância*¹⁴. Como o PSD, a UDN desde sua fundação formou diretórios municipais em todo o país, arregimentando bases sociais diversas, desde que estivessem no *topo da pirâmide social*, de acordo com as especificidades locais – das oligarquias agrárias e suas estruturas de cooptação

¹³ A exceção ocorre durante o governo de Jânio Quadros (1961), que se elegeu presidente da república pelo PDC, com o apoio da UDN.

¹⁴ A UDN construiu representações com o objetivo de demonstrar sua preocupação com a moralização da política brasileira, as quais se consolidaram como elementos importantes do udenismo no imaginário político nacional, como o lema do partido: *O preço da liberdade é a eterna vigilância*, e seu símbolo composto pela tocha olímpica, os quais, indiretamente, serviam de ataque ao *getulismo* (AGGIO, 2002, p. 108).

de voto até os profissionais liberais das pequenas, médias e grandes localidades, passando pelo funcionalismo público. Congregando uma diversidade de tendências, unidas em oposição ao Estado Novo, nas eleições de 1945 lançou como candidato o Brigadeiro Eduardo Gomes, ex-tenente, participante do movimento de 1922 e sobrevivente dos *18 do forte*, primeiro levante do movimento tenentista, considerado como candidato perfeito para atrair a simpatia das classes médias pelos seus “[...] ideais moralizantes, encarnado na figura exemplar de virtudes cristãs e cívicas do antigo tenente” (BENEVIDES, 1981, p. 95-96).

A retórica liberal quando de sua fundação se metamorfoseia na defesa de postulados antidemocráticos, o que ficou bem claro a partir da Era Kubitschek. Mesmo emergindo uma facção mais *progressista* no interior do partido – a *Ala bossa nova* –, contraditoriamente a UDN contestava constantemente os resultados eleitorais, recorrendo sempre que considerasse necessário à tentativa de golpe nesse período democrático¹⁵, em associação com os quartéis, mais especificamente aqueles vinculados à Escola Superior de Guerra. O liberalismo clássico foi superado pelo anticomunismo, em um rude assalto aos movimentos sociais, considerados subversivos. Uma maior intervenção estatal parecia mais atraente, desde que ocorresse expurgando qualquer subversão aparente. Com o claro objetivo de tomar o poder político nacional, suas lideranças, como o Governador da Guanabara, Carlos Lacerda ou de Minas Gerais, Magalhães Pinto, atuaram efetivamente nos bastidores do golpe de 1964 (BENEVIDES, 1981, p. 107). Mas infelizmente para os udenistas, o desfecho lhes foi desfavorável, pois terminaram alijados do poder por aqueles que sempre foram seu principal braço de apoio, os militares.

Também como o PSD, a partir do processo de urbanização nacional ocorrida em fins dos anos 40 e da ampliação das bases no interior, principalmente do PTB, a UDN entrou em declínio eleitoral. Nas eleições parlamentares de 1962, o partido que representava a segunda força na proporção de cadeiras conquistadas no Congresso Nacional se transformou na terceira, perdendo o espaço para o PTB e para os pequenos partidos de base urbana. Disputando com o PSD a hegemonia eleitoral no meio rural, passaria a UDN a depender cada vez mais de sua base formada a partir dos estratos médios e altos das cidades médias e das capitais, cuja escassez de votos poderia ser compensada com uma intermitente participação eleitoral e pela fidelidade às suas bandeiras tradicionais (SOUZA, 1981, p. 69).

¹⁵ Aqui também ocorreu uma exceção, relacionada à citação anterior. Em 1960, quando da eleição de Jânio Quadros pelo PDC com o apoio da UDN. Mas tal afinidade se evaporou no decorrer do governo de Jânio, com a bancada udenista no Congresso Nacional abandonando a base governista no parlamento, devido ao fato de o Presidente não se submeter às vontades da legenda.

Já o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), apesar de ser classificado como *progressista* ou *populista* (FLEISCHER, 1981, p. 49), foi formado para agregar a cúpula sindical atrelada ao Estado Novo, com o objetivo de arrematar a classe operária sob domínio dessas lideranças, fator preponderante para que houvesse uma identificação das massas proletárias das grandes cidades brasileiras com o partido, o que conseqüentemente o consolidou como metropolitano. Ou seja, foi um partido saído não da base trabalhadora, mas nasceu de cima para baixo, como um legítimo representante dos interesses de Vargas junto ao aparelho dos sindicatos. Mesmo assim havia uma identificação da classe operária com o partido e suas bandeiras. Portanto, o PTB, que era chamado de *o partido dos trabalhadores*, pode ser também explicitado como *o partido de Vargas* (D'ARAÚJO, 1990, p. 198), legenda que o elegeu presidente em seu retorno durante o período democrático em 1950, ou ainda o *partido carismático*, pela aura mítica de seu fundador, construída durante seus respectivos mandatos, o que seu suicídio no ano de 1954, só veio a corroborar.

Na década de 1950, emergiu na cena política a figura de João Goulart, Ministro do Trabalho do último período de Getúlio, e seu herdeiro político. Nesse movimento, o partido conheceu uma postura mais ambígua em relação às suas diretrizes. Sem deixar de lado a estrutura corporativista com o propósito de cooptar a estrutura sindical, ou ainda mesmo se utilizando do *mito getulista* e de seu carisma na conquista e manutenção de eleitores, o partido abarcou em seu mote bandeiras nacionalistas e favoráveis ao controle do fluxo de capital externo no país, além de se transformar em principal fórum de debate na criação de uma ampla reforma de base, o que deu ao partido uma feição mais *ideológica* (D'ARAÚJO, 1990, p. 199).

Houve também a ampliação das bases do PTB a partir do final da década de 1940, com a instalação de diretórios municipais em regiões do interior do país, possibilitando ao partido uma maior musculatura em relação às eleições, contrastando com os *conservadores* UDN e PSD, que vinham perdendo contingentes eleitorais com o passar do tempo. Se em 1945, o partido estava restrito apenas às cidades de grande porte, em 1954 já está organizado em boa parte do país¹⁶. Segundo Gláucio Soares, em 1954 o PTB do Amazonas sobe de 20 vereadores para 63; no Ceará sobe de 2 para 37; no Mato Grosso de 3 para 16, em Santa Catarina sobe de 2 para 40 (SOARES, 1981, p. 17-18).

¹⁶ Apesar de haver forte crescimento do PTB entre 1945 e 1954, que se deu devido à fundação de células locais do partido por todo o país, as redes da UDN e do PSD eram mais extensas, o que garantia a tais partidos disputarem eleições em quase todos os municípios brasileiros (SOARES, 1981, p. 18).

Tal fenômeno ocorreu em todo o Brasil, e não se esgotou em 1954, haja vista o partido não estar estruturado na totalidade do território nacional como a UDN e o PSD – legendas cuja ampliação já se havia esgotado –, o que garantiu ao PTB a extensão contínua de células e diretórios até o fim do pluripartidarismo em 1965 e, conseqüentemente, aumento no número de eleitores. José Murilo de Carvalho relata que uma pesquisa de opinião pública realizada em 1964, momento anterior ao golpe, apontava o PTB como o partido preferido de 29% dos brasileiros, contra 14% da UDN e 7% do PSD (CARVALHO, 2009, p. 149). Nas eleições parlamentares, o partido que em 1945 possuía 7,7% das cadeiras, ascende para 28,4% em 1962, tornando-se o segundo maior no Congresso Nacional (SOARES, 1981, p. 23).

Ademais, houve outros fatores determinantes para o crescimento do PTB. O partido contou com o prestígio pessoal de Getúlio Vargas, que deixou o PSD, concorrendo nas eleições a Presidente da República pelo PTB, fato que gerou declínio eleitoral ao Partido Social Democrático. Por último, em 1950 o PCB, partido de forte penetração nas grandes cidades, não concorreu às eleições, pois havia sido extinto em 1947. Seus filiados, em sua maioria, na ausência de alternativas, acabaram *engrossando* eleitoralmente o Partido Trabalhista Brasileiro (FLEISCHER, 1981, p. 22/23).

Houve também outras resultantes. Souza afirma que as circunstâncias da morte de Getúlio serviram de mote imediato para alavancar o PTB (SOUZA, 1981, p. 71). Já Neves aponta que a partir de uma postura mais progressista do PTB, o partido poderia estar arregimentando um novo tipo de eleitorado, nascido a partir das correntes migratórias que penetravam em áreas rurais e periféricas (NEVES, 1988, p. 54), que pode ter sido o caso do crescimento do partido em Dourados, o que explanaremos a seguir.

Em 1961, assume o executivo João Goulart. Eleito Vice-Presidente em duas oportunidades¹⁷, sobe à Presidência com a renúncia de Jânio Quadros. Buscou implementar uma reforma agrária ambiciosa, além de aumentar o *cobertor* previdenciário para os trabalhadores rurais, políticas que causavam pânico nas velhas oligarquias rurais – muitas delas agregadas no antigo parceiro do PTB, o PSD. Sem contar a proposta de nacionalização das refinarias de petróleo existentes no país, o que gerou enorme desconforto junto aos detentores do capital externo.

¹⁷ Em 1955, na eleição de Juscelino Kubitschek e em 1960, na eleição de Jânio Quadros. Conforme a legislação eleitoral, as eleições para Presidente e Vice-Presidente eram realizadas, embora no mesmo pleito, separadamente. Ao eleitor era permitido votar em um candidato a Presidente de uma coligação e em um candidato a Vice-Presidente de outra.

Ao mesmo tempo, foi um período de maior participação popular através dos movimentos sociais organizados, como dos estudantes através da UNE, dos artistas engajados, dos operários filiados à CGT, de intelectuais – muitos deles ligados às universidades –, de movimentos camponeses, e de setores mais progressistas da igreja católica. O choque de posições antagônicas, ocorrido a partir da radicalização de ambas as partes, além da perda de base no Congresso Nacional com a retirada do apoio do PSD, derrubou João Goulart, dando início ao *eclipse* da democracia comandado pelos militares, iniciado em 1964 e findado no ano de 1985. O PTB foi o partido que mais sofreu com as perseguições do regime recém-instalado Brasil afora.

Além de PSD, UDN e PTB, a situação político-partidária do período caracterizava-se pela existência de partidos menores. Fleischer (1981) divide o sistema pluripartidário do período entre 1945 a 1964 em partidos *progressistas*, *ideológicos* e *conservadores*. Faremos uma breve digressão sobre as legendas nacionais a partir do estudo desse autor.

Quanto aos partidos chamados progressistas, podemos citar, além do PTB, já mencionado anteriormente, o Partido Social Progressista (PSP), fundado a partir do surgimento da corrente *antigetulista*. Era dirigido por Adhemar de Barros, interventor do estado de São Paulo entre o golpe de 1937 até 1941, momento de sua demissão por Getúlio Vargas. Há também o Partido Social Trabalhista (PST), fundado inicialmente sob o rótulo de Partido Proletário do Brasil (PRB) em 1946, com um perfil clientelista baseado nas zonas rurais. Além desses, podemos citar o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), fundado em 1959 a partir de uma cisão no interior do Partido Trabalhista Brasileiro do Rio Grande do Sul. Outro partido com forte base no estado de São Paulo era o Partido Trabalhista Nacional (PTN), que atuava na mesma faixa do PST, às vezes coligando com o PTB ou com o PSP. A menor agremiação *progressista* do sistema pluripartidário de 1945/1964 foi o Partido Rural Democrático (PRD), que geralmente apoiava o PSP nas coligações.

Entre os partidos chamados *ideológicos*, há um estruturado em bases nacionais desde a década de 1920: o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Fundado em 1922 sob a bandeira do comunismo, esteve muito ativo em 1934 e 1935, como principal ponto de apoio à Aliança Nacional Libertadora (ANL). Após esse período, o partido sofreu sucessivas perseguições, estando na ilegalidade a partir de 1947, vindo praticamente a desaparecer. Embora sua curta existência durante o período pluripartidário de 1945/1964, o partido teve uma atuação marcante, principalmente nas cidades de maior porte, onde conseguiu eleger inclusive a maioria simples de membros, o que aconteceu nas eleições para a Câmara de Vereadores do

Distrito Federal e em São Paulo, no ano de 1947. No estado de São Paulo, o partido se constituía na terceira força política, perdendo apenas para o PSD e o PTB.

Outro partido *ideológico*, O Partido Socialista Brasileiro (PSB) possuía seus membros arregimentados junto a setores da burguesia nacional, embora defendendo uma linha ideológica socialista, além de advogados e professores. Seus membros eleitos exerciam uma carreira política curta, por se tratar de indivíduos, em geral, de idade avançada. Já o Partido Democrata Cristão (PDC) tinha suas raízes no movimento político da igreja católica da década de 1930, aparecendo como uma alternativa junto às *esquerdas positivas* no final da década de 1940. O Partido de Representação Popular (PRP), nascido sob a bandeira da Ação Integralista Brasileira (AIB) na década de 1930, tentou impor uma versão brasileira do modelo fascista, chamado de integralismo, cujo principal inimigo a derrotar seria o socialismo, representado pela ALN – Aliança Nacional Libertadora. O líder do PRP, Plínio Salgado, candidatou-se a presidência no ano de 1955, elegendando-se deputado federal em 1958, e em 1965 pela ARENA. O menor partido de tradição *ideológica* do período foi a Esquerda Democrática (ED), constituindo-se em uma pequena cisão de dois deputados socialistas eleitos pela UDN, Hermes Lima e Domingos Velasco.

Quanto aos partidos ditos *conservadores*, além do PSD e da UDN, podemos citar o Partido Republicano (PR), que entre as legendas brasileiras foi a que possuiu a origem histórica mais remota. Fundado em 1870 na cidade de Itu (SP), quando do movimento pelo fim da monarquia, dominou a política nacional durante a República Velha, sobreviveu ao fim desse período histórico e ao Estado Novo. A partir de 1955 o PR entrou em declínio com a morte de seu líder máximo, Arthur Bernardes. O menor partido *conservador* do período foi o Partido Libertador (PL). A legenda concentrou o recrutamento de seus 11 deputados entre jornalistas e profissionais da saúde. Também possuía raízes históricas no movimento republicano, mas não tão remotamente como o PR.

Após realizar um panorama da composição dos partidos políticos em nível nacional, apontaremos para a natureza de UDN, PSD e PTB em Dourados, os três partidos mais bem estruturados no cenário político local.

O PTB, fundado em Dourados em 24 de novembro de 1945, possuía em seus quadros, desde o topo até a base, profissionais das mais diversas atividades, conforme apontado em seu documento de fundação. Reunia colonos e fazendeiros, comerciantes, profissionais liberais, servidores públicos, alfaiates, motoristas, carpinteiros, pedreiros, entre outros. A composição do diretório municipal foi marcadamente de feição tanto urbana, quanto rural.

Isso reforça a colocação de Neves. Segundo a autora, no sul do Mato Grosso, o PTB era menos estruturado em um padrão oligárquico e familiar na base municipal do que o PSD e a UDN. Neves afirma que havia muito mais uma vinculação ao prestígio de Vargas, no tocante à estruturação do partido no sul do Mato Grosso. A exceção se deu nos diretórios organizados a partir da principal liderança do partido no estado – Júlio Muller, irmão de Filinto Muller –, e dos redutos municipais dominados por alguns fazendeiros do sul, também leais a Getúlio Vargas (NEVES, 1988, p. 138). Isso explica um PTB douradense tão diversificado socialmente, agrupando elementos das mais diversas profissões, que atuavam tanto na área urbana como na rural.

Na cúpula do comando do partido em Dourados o Sr. Armando Campos Belo, comerciante na cidade (Ata de fundação do Diretório Municipal do Partido Trabalhista Brasileiro, 24/11/1945). Armando foi candidato a prefeito em 1950 em uma eleição controversa, perdendo por apenas dois votos para o udenista Nelson de Araújo, por conta de uma urna impugnada. Nessa época, o PTB já mostrava sua força em nível local, disputando palmo a palmo as eleições em Dourados, até que se transformou em hegemônico a partir de 1958, diferentemente do que ocorria em nível estadual.

No Mato Grosso, se constituía como a terceira força, atuando em um movimento pendular de apoio às maiores legendas regionais – PSD e UDN –, conforme as conveniências eleitorais. No estado, eram contrariadas as ideias correntes, segundo as quais havia uma tendência de coligação do PTB ao PSD. O PTB mato-grossense possuía um caráter fortemente regionalizado, colocando-se como mais conservador e adeso ao PSD ao norte e mais progressista e tendente às alianças com a UDN ao sul do estado (NEVES, 1988, p. 203), atuando como agente equilibrador do sistema político-eleitoral mato-grossense.

Essa postura pendular do PTB – fortemente regionalizada –, garantiu ao partido participar da estrutura administrativa dos governos eleitos, tanto do PSD quanto da UDN, inclusive em Dourados. Como *moeda de troca* pelo apoio, seus dirigentes eram agraciados com cargos públicos. Foi o que aconteceu na eleição do Governador pessedista João Ponce de Arruda em 1955. Em reunião realizada no dia 11 de fevereiro de 1956, por uma comissão interpartidária do PTB e do PSD local, na casa do pessedista Vlademiro Muller do Amaral, sogro de Weimar Torres, os líderes dos partidos decidiram sobre a divisão dos cargos públicos estaduais no município:

[...] A reunião decorreu na mais franca cordialidade, ficando estabelecido que a indicação de candidatos aos cargos de Delegado de Polícia, Escrivão da Delegacia de Polícia, e Dentista do Posto de Saúde caberá ao Partido Trabalhista Brasileiro, e,

ao Partido Social Democrático a indicação do Promotor de Justiça, Médico do Posto de Saúde, Inspetor Escolar, Sub-Delegado de Polícia da Sede, Contador do Fórum, Enfermeira do Posto de Saúde e Carcereiro (Ata da comissão inter-partidária PSD/PTB – MOREIRA, 1990, p. 136).

Também o jornal *O Progresso* fez alusão aos cargos públicos *fatiados* entre as legendas, incluindo aí a dissidência do PSP:

Contrariando prognósticos pessimistas, as forças que deram a vitória ao Governador Ponce de Arruda no pleito de outubro último estão deliberando dentro de um clima de harmonia o preenchimento dos cargos públicos estaduais em Dourados. (*O PROGRESSO*, 19/2/1956, p. 1).

Apesar da diversificação social e profissional dos membros do diretório douradense do PTB, foi possível verificar um baixo nível de oligarquização¹⁸. A convenção municipal de 1954, momento de *racha* no diretório municipal, quando houve uma disputa pelo controle da legenda entre Armando Campos Belo e o vereador Aguiar Ferreira de Souza, podemos apontar um conflito pelo controle da legenda em Dourados. Aguiar, após não conseguir indicação como candidato a prefeito pelo PTB, abriu dissidência levando consigo mais doze membros, passando a apoiar o candidato do PSD às eleições municipais. O jornal *O Progresso*, em matéria de capa, noticiou o ocorrido:

Sofreu, o Partido Trabalhista Brasileiro, neste município, a perda de treze destacados elementos, todos membros do diretório municipal [...]. Entre os valorosos elementos que se desligam do PTB está o Sr. Aguiar Ferreira de Sousa, vereador e atual presidente da Câmara Municipal (*O PROGRESSO*, 2/5/1954, p. 1).

Portanto, mesmo com o longo controle do diretório municipal do PTB por Armando Campos Belo, este não conseguia a unanimidade no interior do partido para se manter no comando, o que originava conflitos e disputas internas. Em 1955, esse político acabou deixando a direção do PTB, que ficou sob a presidência de José Joel Saburá (*O PROGRESSO*, 26/6/1955, p. 1), momento em que o vereador Vivaldi de Oliveira, contador de profissão, presidente da Câmara Municipal de Dourados, começou a despontar como a principal liderança da legenda.

¹⁸ A oligarquização está relacionada ao domínio de algumas poucas lideranças no interior da organização partidária, cujos objetivos gerais os quais identificavam lideranças e liderados são postos de lado, em prol de interesses próprios dessas elites dirigentes, o que leva ao conservadorismo e à manutenção dessas mesmas lideranças no poder, afastando dos representados qualquer possibilidade de mecanismo de participação e controle sobre o *escol* dirigente partidário (NEVES, 1988, p. 149). Berstein afirma que, no momento em que um partido político se organiza, no interior deste se forma uma elite dirigente, que acaba identificando os interesses do partido com seus interesses próprios, culminando em seu domínio inamovível por uma oligarquia dirigente. Por isso, a existência de um partido, por mais que se autodenomine democrático, inviabiliza a democracia no seu seio. Para o autor, “[...] esse fenômeno [...] era grave na medida em que comprometia enormemente toda possibilidade de democracia dentro do partido: um partido não pode abrir mão de organização, mas a organização secreta a oligarquia, e a oligarquia confisca o poder em proveito próprio” (BERSTEIN, 2003, p. 84).

O PSD, diferentemente do PTB, possuía na cúpula partidária os chamados *coronéis* das grandes propriedades rurais, além de profissionais liberais, comerciantes e indivíduos do estamento burocrático civil-militar. Aos ditos *pioneiros* de Dourados, foi dada a guarida na cúpula do partido. Desde sua fundação na cidade, foi presidido pelo coronel Firmino Vieira de Mattos, até sua morte no ano de 1959. Rozemar Mattos de Souza, advogado em Dourados e neto de outro *ilustre* possedista, o coronel Juca de Mattos, nos afirmou que: “se o coronel Firmino mandasse ter 100 votos em determinada urna, podia abrir que lá estavam os cem votos” (SOUZA, 2010)¹⁹, informação que merece ser mais bem avaliada, haja vista o partido não haver ganho nenhuma eleição para prefeito em Dourados.

Havia pouco espaço para discussão política dentro do partido, estando seus membros presos aos ditames das lideranças maiores, configuradas nos coronéis Firmino Vieira de Mattos, Onofre Pereira de Mattos e Juca de Mattos, além dos políticos com mandato, como Weimar Torres e o deputado Wilson Pinho, além de Vlademiro do Amaral, sogro de Weimar Torres. Sem contar a forte presença do principal líder da legenda no estado, Filinto Muller.

Weimar Torres apontava em *O Progresso* que, diante das defecções que ocorriam nas fileiras dos demais partidos, sua legenda era *símbolo de coesão*. Em editorial de 2 de maio de 1954, Weimar Torres buscou legitimar o *monólito* possedista:

Nunca na história de Dourados os partidos políticos tiveram tão numerosos desligamentos de seus membros como nesta agitada preparação para o pleito de 3 de outubro próximo. Isso denuncia por um lado a fragilidade dos laços que une os componentes de uma agremiação partidária e, por outro lado a insatisfação reinante nos partidos pela orientação que lhes vem sendo imprimida. Acrescente-se entretanto que o único partido de Dourados que até agora não teve nenhum desligamento de seus quadros é o Partido Social Democrático para qual estão voltadas as melhores esperanças do nosso povo, de uma solução feliz na escolha dos candidatos aos cargos eletivos municipais (*O PROGRESSO*, 2/5/1954, p. 4).

Portanto, o *monólito* possedista pode ser interpretado como não aberto à discussão política, estando o partido sob domínio inquestionável das principais lideranças locais e regionais, fator que só veio reforçar sua tendência à oligarquização. Atílio Torraca Filho, membro do PTB nas décadas de 1950 e 1960, vereador em Dourados pelo MDB na década de 1970, afirmou o seguinte quanto ao espaço de discussão política do PSD:

Discussão política? O PSD, que era o partido dos coronéis? Não, meu filho, não havia, era só imposição do cabeça, o cabeça chegava, tem que ser assim e assim e assim e pronto. O Filinto falava lá de cima, chegava pro Firmino aqui de baixo, mandava pro pessoal de baixo e acabou (TORRACA FILHO, 2010).

¹⁹ Entrevista realizada em 01/06/2010.

Poucos foram os momentos em que houve espaço para discussão interna no seio do PSD. Um caso foi o das eleições de 1962, quando houve a tentativa de aproximação entre PSD e UDN, capitaneada pelo ex-udenista Vlademiro do Amaral, mas que não obteve êxito, fato que será abordado mais detalhadamente no capítulo III.

Outro exemplo, mais gritante, foi a tentativa de renovação do diretório do partido no ano de 1956, capitaneada por indivíduos que tinham forte inserção na colônia agrícola. Atuando na cooptação de colonos filiados ao PSD, distribuíram cédulas *marcadas*²⁰ e realizaram o transporte de eleitores até o diretório. Acabaram vencendo as eleições internas do partido. Weimar Torres, assim como os coronéis Onofre Pereira de Mattos e Juca de Mattos, ficaram de fora do diretório local do PSD, estando o coronel Firmino em posição secundária. Tal convenção e seus desdobramentos renderam pesadas críticas nas páginas de *O Progresso*:

[...]Si, a princípio se acreditou que a dita convenção objetivava apenas o cumprimento de disposição estatutária e decorreria pacífica e dentro da melhor harmonia, os fatos vieram provar ao contrário. [...]De fato, na Colônia Federal, sob o máximo sigilo, foi deliberado afastar do Diretório, diversos elementos, através da distribuição de chapas já marcadas, aos colonos de lá vindos, em avultado número e que, ludibriados assim, nem sequer sabiam que estavam servindo a propósitos egoístas. Tanto assim é que a maior parte deles nem sequer conhece vários dos nomes em que votaram, nomes estranhos à tradição do partido que foram substituir no Diretório eleito elementos que militavam na agremiação desde tempos remotos a custa de sacrifício, esforço, dedicação, lealdade e desinteresse. (*O PROGRESSO*, 30/9/1956, p. 1).

Porém, a manobra não deu certo. A eleição acabou sendo invalidada pelo diretório regional, com as antigas lideranças novamente assumindo o controle do partido: coronel Firmino Vieira de Mattos, coronel Onofre Pereira de Mattos e Weimar Torres, conforme publicado no jornal *O Progresso*, em 23 de dezembro de 1956:

Em virtude do não reconhecimento dos Diretórios eleitos nas convenções municipais de 1955 e 1956, é o seguinte o Diretório oficial do PSD registrado a fls. 65 e vº do livro de registros dos Diretórios Municipais do Tribunal Regional Eleitoral: Presidente: Firmino Vieira de Matos. Vice-Presidente: Onofre de Matos. Secretário: Dr. Weimar Torres [...] (*O PROGRESSO*, 23/12/1956, p. 1).

O não reconhecimento das eleições do diretório local do PSD em 1956 só veio reforçar a tendência à oligarquização do partido. Na mesma direção do diretório municipal da legenda em Dourados, o que também demonstra a estrutura oligarquizada do PSD no Mato Grosso, segundo Neves, é que o comando partidário e os cargos eletivos sempre estiveram nas

²⁰ As cédulas eleitorais chegavam ao eleitor já preenchidas, cabendo a este apenas colocar na urna, na sede do diretório durante a convenção. Muitas vezes o eleitor nem sabia em quem estava votando.

mãos dos mesmos nomes (NEVES, 1988, p. 164). E é claro, se percebe também que as lideranças locais tinham forte respaldo na direção regional da legenda, comandada por Filinto Muller, o que reforçou mais ainda o caráter restrito a pequenos grupos de interesses no seio do PSD, tanto na instância regional quanto no diretório municipal em Dourados.

Filinto Muller, membro da revolta tenentista de 1924, chefe da polícia política de Getúlio Vargas quando da ditadura do Estado Novo, candidato a Governador derrotado em 1950 e 1960²¹, Senador da República, se consolidou como a principal liderança estadual do PSD. Não eram poucos os adjetivos elevados, de adulação a Filinto construídos por *O Progresso*, como “homem de luta, de um passado brilhante, todo ele dedicado ao serviço da pátria e do povo matogrossense” (*O Progresso*, 17/1/1954, p. 1); “revolucionário de 1924, destacou-se pela bravura, pela inteligência e pela abnegação, lutando de arma em punho contra os desmandos da época” (*O Progresso*, 21/3/1954, p. 1); “Filinto é como o jequitibá” (*O Progresso*, 11/4/1954, p. 1). Tais publicações vinham demonstrar a ligação de Filinto Muller com Weimar Torres, o que de certa forma garantiria o apoio do primeiro ao último nas demandas do diretório municipal do PSD.

A influência de Filinto Muller no diretório do PSD de Dourados, no que concernia aos arranjos eleitorais, o que consolida a hipótese de oligarquização da legenda em Dourados, também pode ser afirmada, ao analisar o depoimento de Adiles do Amaral Torres, viúva de Weimar Torres:

[...] olha, o Weimar quando morreu, veio aqui o Filinto e a esposa dele, e ele queria me fazer candidata a prefeita de Dourados. Eu nunca quis saber muito de política, eu não quis, me disseram que me ajudariam com pessoal e dinheiro e tudo, eu não quis. (TORRES, 2010).

Portanto, o diretório municipal de Dourados do Partido Social Democrático não se mostrou aberto a discussões políticas em seu seio, o que pode ser atestado pelas próprias páginas de *O Progresso*, quando Weimar apontava o partido como *símbolo de coesão*, que pode ser interpretado muito mais como controle absoluto do partido por um reduzido número de filiados, do que *harmonia* entre os membros do diretório, discurso que o periódico sob direção de Weimar Torres buscava legitimar. Há de se verificar também a ingerência da cúpula estadual no diretório douradense do PSD, conforme apontado na entrevista realizada com a Sra. Adiles do Amaral Torres, com a finalidade de garantir o mando e os interesses dos dirigentes do partido. Nesse sentido, os interesses da cúpula do PSD em Dourados acabaram se confundindo com o próprio partido, ou seja, a base no interior da legenda também se

²¹ Em 1950 e 1960, Filinto Muller foi derrotado pelo udenista Fernando Correa da Costa.

apropriou desses interesses, da cúpula da legenda em Dourados, e até de Filinto Muller, dirigente máximo do PSD. Sobre isso, apontamos Pierre Bourdieu:

Os que dominam o partido e têm interesses ligados com a existência e a persistência desta instituição e com os ganhos específicos que ela assegura, encontram na liberdade, que o monopólio da produção e da imposição dos interesses políticos instituídos lhes deixa, a possibilidade de imporem seus interesses de mandatários como sendo os interesses dos seus mandantes. E isto passa-se sem que nada permita fazer a prova completa de que os interesses assim universalizados e plebiscitados dos mandatários coincidam com os interesses não expressos dos mandantes, pois os primeiros tem o monopólio dos instrumentos de produção dos interesses políticos, quer dizer, politicamente expressos e reconhecidos, dos segundos (BOURDIEU, 1989, p. 169).

Em relação à UDN de Dourados, podemos dizer que era composta por latifundiários, por profissionais liberais – principalmente médicos, além de comerciantes e servidores públicos estaduais –, nomeados quando dos governos estaduais udenistas, sem contar os servidores federais. Destacava-se Antônio Morais, prefeito de Dourados entre 1954 e 1957, proprietário de terras, dono de uma das maiores fortunas do estado do Mato Grosso, que só veio a aumentar após seu casamento com uma das sobrinhas do político de Campo Grande e também proprietário de terras, Lúdio Coelho (TORRACA FILHO, 2010). Outro que exercia a liderança no partido, quando da sua fundação era o *coronel* Joaquim de Oliveira, chamado de *chefe político da UDN* (*O PROGRESSO*, 10/06/1951, p. 3) na cidade. Joaquim ocupava também o cargo de tabelião no município, obtendo bom trânsito com a cúpula dos poderes federal e estadual. Segundo Dal Bosco:

O relacionamento político de Joaquim de Oliveira sempre garantiu certa tranquilidade na manutenção do cartório, atividade dependente de concessão governamental. Amigo de Vargas, não era incomodado pelo poderoso chefe da polícia política do Presidente, Filinto Muller, membro influente do PSD (DAL BOSCO, 1995, p. 166).

Havia fazendeiros de menor porte, como João Augusto Capilé Júnior, prefeito nomeado de Dourados entre 1945 e 1947, que também atuava na zona urbana, sendo redator chefe do jornal *O Progresso*, além de ocupar cargos nos governos estaduais de Fernando Correa da Costa. Podemos citar os médicos Nelson de Araújo, médico do posto da missão Caiuá e da CAND, prefeito de Dourados entre 1951 e 1954, Antônio Duarte, diretor do Hospital Evangélico e vice-prefeito entre 1955 e 1958, e o Dr. Camilo Hermelindo da Silva, médico da CAND. No estamento burocrático, apareceu Antônio de Carvalho, o *Carvalhinho*, prefeito de Dourados entre 1947 e 1950, funcionário do antigo Serviço de Proteção ao Índio, o SPI, entre 1925 e 1945.

Portanto, a base social da cúpula da UDN em Dourados era formada por indivíduos que possuíam posição de destaque na sociedade douradense, seja no campo seja na cidade,

estando em contato direto com eleitores no atendimento às famílias, como no caso dos médicos udenistas ou dos servidores públicos, ou proprietários de terra que conseguiam angariar votos através dos velhos esquemas eleitorais das zonas rurais. Além disso, possuíam bons contatos nas esferas governamentais, o que facilitava a manutenção de seus interesses.

Diferentemente do PSD, podemos notar uma substituição de nomes no comando da legenda, como a ocorrida em 1957 quando da eleição do diretório municipal da UDN. Nesse processo, apenas Joaquim de Oliveira e Antônio de Carvalho apareciam nos quadros do partido (*O PROGRESSO*, 23/6/1957. p. 1). É provável que Joaquim de Oliveira ainda detivesse a liderança da legenda, mesmo não estando na presidência, haja vista ser conhecido como o *chefe político da UDN de Dourados*, ou mesmo, como nas palavras de Atílio Torraca Filho, o *coronel* da UDN (TORRACA FILHO, 2010). Mas em outras oportunidades, identificamos o Sr. Ciro Melo, um dos fundadores da UDN em nível local, como sendo presidente do diretório municipal do partido. Era o que mostrava o convite para a posse do prefeito eleito em 1954, Antônio Morais dos Santos (*O PROGRESSO*, 30/1/1955. p. 1). Sendo assim, essa substituição de nomes pôde indicar, guardadas as devidas proporções, que havia espaço no interior do partido para acordos visando à oxigenação de seus quadros e à alternância de poder entre as lideranças, o que não significava disputa interna pelo controle da legenda no município.

A exceção se deu quando da eleição de prefeito e vereadores em 1958, momento de tensão e fracionamento da UDN de Dourados, devido ao apoio de supostos *comunistas* à candidatura do udenista João Augusto Capilé Júnior, fato que será exposto no capítulo III.

Portanto, mesmo havendo tensionamentos internos, intraoligárquicos, que acabaram trazendo prejuízos eleitorais à UDN – os quais beneficiaram o PTB, como em 1958 –, tais conflitos não possibilitaram uma abertura de espaço real, consistente, para uma mudança de mando na direção local do partido, e que pudesse abalar a estrutura de poder estabelecida, muito menos gerar um espaço para discussão interna no interior da legenda, o que garantia uma UDN local oligarquizada, ligada às velhas estruturas de poder, às políticas desenvolvidas sob a égide do coronelismo, do clientelismo e do latifúndio. Tal afirmativa reforça a colocação de Neves. Segundo a autora, “o padrão oligárquico-familiar assentado na base municipal é bem mais perceptível na definição partidária que originou o PSD e a UDN do que no caso do PTB” (NEVES, 1988, p. 140).

Com base no estudo de Vitor Nunes Leal, é importante salientar que PSD e UDN em Dourados não fugiam do modelo típico marcado pelos ditames da política clientelista do

coronelismo. Tanto na composição partidária de uma quanto da outra legenda, encontramos a liderança, ancorada no domínio da grande propriedade rural, ocupando o espaço principal no interior do partido. Aliados a este, estavam indivíduos ligados à burocracia estatal e profissionais liberais, que mantinham a rede de ligação entre o povo e o coronel, realizando o atendimento às necessidades da população rural, distribuindo favores aos assistidos pelo *chefe político* do partido. Leal afirma que:

O aspecto que logo salta aos olhos é o da liderança, com a figura do coronel ocupando o lugar de maior destaque. Os chefes políticos municipais nem sempre são autênticos coronéis. A maior difusão do ensino superior no Brasil espalhou por toda parte médicos e advogados, cuja ilustração relativa, se reunida a qualidades de comando e dedicação, os habilitava à chefia. Mas esses mesmos doutores, ou são parentes, ou afins, ou aliados políticos dos coronéis (LEAL, 1975, p. 22).

Um exemplo da citação acima nos foi afirmado através do depoimento de Petrolina Pires de Castro. Seguindo os passos de Zupério, seu pai, que havia vindo para a região momentos antes, Petrolina migrou para Dourados, trazendo consigo toda a família. Antes de conseguirem o lote na CAND, se instalaram em uma fazenda próxima ao distrito de Caarapó. Seu Zupério acaba conhecendo Nelson de Araújo, médico e prefeito em Dourados entre 1951 e 1954. Todo problema de saúde que ocorria na fazenda, Zupério era encarregado de ir buscar o Dr. Nelson, que acabava tratando os doentes na região. Por esse fato, Dona Petrolina afirmava que “não havia homi mió no mundo que o Dr. Nerso” (CASTRO, 2011)²².

Interessante salientar que essa estrutura política baseada no coronelismo, muito visível no PSD e na UDN em Dourados, não significou hegemonia dessas legendas nas eleições no município, com exceção de 1954, eleição vencida pela UDN graças ao arranjo político arquitetado pelo Governador Fernando Correa da Costa, pois O PTB passou a vencer as eleições. Portanto, a migração e consequente distribuição de lotes da CAND pode ter desmontado o esquema eleitoral montado pela UDN e pelo PSD, baseado no clientelismo, com o atendimento realizado pelas lideranças *ilustradas* aos apaniguados sob o cobertor dos *coronéis* não funcionando como fator garantidor da vitória a um dos dois partidos.

²² Entrevista realizada em 12 de abril de 2011. A entrevistada é avó do autor desta dissertação.

CAPÍTULO II

O jornal *O Progresso* e a classe política local

2.1 Problemas do cotidiano urbano nas páginas de *O Progresso* (1953 a 1962)

Os problemas do cotidiano urbano que assolavam a população de Dourados serviram também para aquecer o debate político no município. O jornal *O Progresso* noticiou esses problemas, e aqui chamamos de temáticas, de maneiras diferentes, conforme a relação de seu diretor com o poder público local, e também conforme o momento, fosse este eleitoral ou não, dependendo do interesse imediato de Weimar e seu grupo político.

Apontaremos quais os temas levantados em torno do debate político em Dourados pelo jornal *O Progresso*, e em que medida tais temáticas se constituíram em discursos por ocasião dos pleitos eleitorais. Enfocaremos as principais delas, e como *O Progresso* explorava tais problemas, ou seja, analisaremos o discurso do jornal quanto à sua relação com a Prefeitura de Dourados e o Governo do estado do Mato Grosso, e seus mandatários, seja nas críticas ao prefeito local e ao governador, seja no levantamento de situações quanto aos principais problemas do município, e se havia alteração dessa relação em períodos eleitorais e não eleitorais.

Vários são os temas citados pelo jornal *O Progresso* no tocante à reivindicação ao poder público. Mas alguns ganharam destaque nas páginas do jornal, durante o recorte temporal proposto. Realizamos o levantamento das temáticas nos anos de 1953, 1954, 1957, 1958 e 1962. Optamos por tal metodologia para compararmos o comportamento do jornal quanto aos executivos municipal e estadual, entre anos não eleitorais e eleitorais, para buscar compreender a mudança de posicionamento de Weimar Torres em períodos distintos. De início, propusemos levantar as principais temáticas também em 1961, pois se trata de ano anterior ao eleitoral, porém isso não foi possível, haja vista o jornal ter sofrido uma interrupção em sua veiculação de aproximadamente 17 meses, entre final de agosto de 1960 e início de fevereiro de 1962.

Tal fato deve ter ocorrido em virtude de problemas financeiros que o jornal *O Progresso* vinha apresentando desde 1957, ano em que Weimar deixou em seu lugar o empresário Antônio Tonnani na direção do jornal. No final de 1958, o deputado federal Fernando Jorge Mendes Gonçalves assumiu o lugar de Tonnani no periódico, pois este se afastou de *O Progresso* e fundou *O Jornal de Dourados*. Nesse ano, Weimar lançou sua candidatura a deputado estadual. Além disso, era vereador em Dourados, formando vários subdiretórios do PSD pela zona rural, na tentativa de fortalecer seu partido em nível local. Esteve também na presidência do Clube Social de Dourados entre 1954 e 1957, sem contar o exercício da advocacia e o trabalho no cartório do 1º ofício.

Portanto, não havia uma dedicação de Weimar Torres ao jornal *O Progresso*, entre 1957 e 1960, em virtude de seus inúmeros afazeres, como membro influente da sociedade douradense. Sem contar que, no ano de 1960, o PSD perdeu as eleições para o Governo do estado, fato que pode ter causado a diminuição de recursos do executivo estadual para o jornal. Por isso, voltou a circular apenas em 1962. Quando o periódico retornou, Weimar retomou o posto de diretor, e ao seu lado apareceu como vice-diretor seu sogro, Vlademiro do

Amaral. Nesse ano, Weimar Torres voltou a comandar os editoriais de *O Progresso*, o que indica uma maior participação de seu fundador no cotidiano do periódico.

Outros trabalhos se ocuparam da análise de discursos de periódicos relativos aos temas que afligiam a população, estando esses discursos servindo ao interesse de determinados grupos políticos. Adson Arruda estudou as representações dos jornais sobre a cidade de Cáceres (MT) na primeira metade do século XX. O autor afirma que esses órgãos de imprensa, ao apontar os problemas do cotidiano urbano daquele município, construíam um discurso que tinha como principal objetivo garantir os interesses político-partidários dos proprietários dos periódicos, ao atacar as administrações locais. Ao mesmo tempo, idealizavam a Cáceres dos sonhos, e a importância em investir nos lugares que expressavam uma funcionalidade, como a praça, o porto e a igreja (ARRUDA, 2002, p. 28).

Laurindo Mékie Pereira, ao analisar os discursos da imprensa em Montes Claros (MG) no início de 1950, afirma que os jornais da cidade, dirigidos por próceres políticos do PSD e do PR, tinham por objetivo reproduzir um discurso desenvolvimentista, que representava uma Montes Claros *próspera, pacificada e moderna*. Porém, os problemas relativos à precariedade no fornecimento da energia elétrica, a falta de água, a pobreza e a carestia que assolava a população demonstravam uma outra face da cidade, diferente do discurso oficial, problemas que os jornais locais contraditoriamente reafirmavam. Portanto, mesmo com a construção de um discurso harmônico, que se dá principalmente com a eleição de JK para o governo de Minas Gerais, a imprensa “não pôde evitar o reverso da moeda” (PEREIRA, 2001, p. 18).

Os problemas do cotidiano urbano levantados em Dourados foram uma constante no período estudado, e fizeram parte da agenda de discursos do jornal *O Progresso*. Na tabela abaixo, encontramos críticas, ações, reivindicações e elogios ao poder público, relativas a cada uma das temáticas. Inseridos nesses problemas, podemos encontrar diversos subitens, como em conservação das vias urbanas, na qual estão incluídas também a numeração das casas, a construção do meio-fio e a arborização; ou na manutenção das estradas de acesso, que podem abranger a construção de pontilhões e criação de novas estradas:

Tabela 5 – Principais problemas do cotidiano urbano apontados pelo jornal *O Progresso*, nos anos de 1953, 1954, 1957, 1958 e 1962.

Temáticas discursivas	1953	1954	1957	1958	1962	Total
Melhoramento das estradas de acesso	23	10	12	12	9	66
Melhoramento das vias urbanas	8	17	25	3	13	66
Construção e manutenção de escolas	5	5	19	7	29	65
Fornecimento de energia elétrica	9	21	9	3	13	55

O jornal é importante fonte para estudos históricos, pois se constitui em elemento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. É de acordo com essa visão que analisamos as temáticas levantadas pelo jornal *O Progresso*, haja vista se constituir em um importante difusor de opiniões de determinados grupos de interesses, cujo lugar social e posicionamentos de seu proprietário se fazem presentes em suas páginas.

Não estamos preocupados apenas em levantar as temáticas apontadas pelo jornal *O Progresso*, as quais anunciavam que as ações do poder público poderiam trazer melhorias no cotidiano da população douradense, mas buscamos compreender as estratégias de ação de Weimar Torres e de seu grupo político, na conquista de seus interesses junto aos mandatários municipal e estadual, fossem esses interesses imediatos ou em futuros processos eleitorais. Segundo Heber Ricardo da Silva, a História procura estudar a imprensa “como agente político destacado, com a preocupação de captar o movimento vivo das ideias e dos personagens que circulam nas páginas dos jornais” (SILVA, 2003, p. 24).

Nelson Werneck Sodré aponta a imprensa como espaço de mediação política, entre o jornalista, ou o grupo que representa, e o espaço público, sendo elemento importante na influência do jogo político (SODRÉ, 1983, p. 165). Já Luciano da Silva Moreira procura compreender os impressos como uma “força da História, um dos ingredientes fundamentais de uma cultura política e o elemento em torno do qual foram tecidos conceitos e idéias” (MOREIRA, 2006, p. 11).

Portanto, não há como desvincular o jornal *O Progresso* da política local, pois esse jornal servia de elo entre a comunidade douradense e o poder público, com o periódico agindo como elemento de tensão entre as duas partes, sob a bandeira da *independência*, tão propagandeada. Mas na realidade, tal discurso de *independência* correspondia muito mais aos interesses e às estratégias de Weimar Torres na busca de recursos para o jornal, ou na tentativa de desacreditar o adversário político junto à opinião pública, do que a simples defesa dos interesses da população douradense quanto às necessidades que a afligiam. Maria Helena Rolim Capelato desconstrói esse discurso de *independência*, tão propagandeado pela imprensa brasileira. A autora afirma:

A imprensa tem o dever de criticar o poder e os poderosos. Como podem os empresários-jornalistas exercerem, de forma independente, o dever da crítica se estão ligados, por vínculos estreitos, a indivíduos e grupos cujos atos devem denunciar? Os compromissos que eles estabelecem na esfera privada não desaparecem quando atuam na esfera pública (CAPELATO, 1994, p. 19/20).

Seguem abaixo alguns exemplos da utilização do discurso da *independência*, já afirmado desde a primeira edição do periódico:

Nossas Diretrizes – Sai hoje a público, este primeiro jornal impresso em terra douradense. Como criança, tímida, enfrentamos a opinião pública, e nos lançamos à aventura de dar a Dourados um jornal permanente, *independente* e capaz de servir a todos com igualdade e lealdade (*O PROGRESSO*, 21/4/1951, p. 3).

Na apresentação do jornal, local onde apareciam os nomes do diretor, do chefe de redação e do gerente, e também dos valores dos exemplares e de assinaturas, mais uma vez era reafirmado esse discurso de *independência*. Segue abaixo a apresentação extraída em 1954, onde *O Progresso* afirmava ser um jornal sem cor partidária:

O PROGRESSO é um jornal *independente*, não possuindo cor política ou partidária. Nessas condições as matérias de caráter político partidário só serão publicadas como matéria paga, bem como as de interesse estritamente pessoal. Reserva-se à direção rejeitar mesmo como matéria paga artigos ofensivos ao pudor e à moral (*O PROGRESSO*, 6/6/1954, p. 3).

Fazemos alusão às transformações pelas quais o jornalismo nacional vinha passando a partir da década de 1950. Segundo Ana Paula Goulart Ribeiro, a imprensa escrita se aproxima mais do modelo estadunidense, mais empresarial, pregando um jornalismo *independente, imparcial*, em detrimento do modelo francês, do político-literário. Até a década anterior, era marcado por debates virulentos, pela paixão das polêmicas, estando a serviço de um determinado grupo político ou dos poderes públicos. Na década posterior, a imprensa nacional abandonou a tradição de crítica, de doutrina e da polêmica e assumiu características de um jornalismo que preza pela informação transmitida de forma objetiva, passando a ser reconhecido com um gênero de *estabelecimento de verdades* (RIBEIRO, 2003, p. 148).

O Progresso não acompanhou tais transformações, pois mesmo com o periódico se autodenominando *independente*, seus editoriais, escritos por Weimar Torres ou por seus colaboradores, sempre transmitiam opiniões pessoais, muitas em forma de crítica, ou ao contrário, de elogio às ações do poder público local e estadual, não deixando de opinar conforme a agenda política ia criando seus contornos. Isso se explica pelo fato de Weimar Torres ter sido vereador e deputado estadual durante o recorte temporal proposto, portanto, vinculado a um partido político, o PSD, e seus editoriais tinham como estratégia garantir os interesses partidários do grupo ao qual ele era vinculado.

Ademais, o novo estilo jornalístico brasileiro, próximo do estadunidense, seria mais utilizado nos jornais dos grandes centros brasileiros, pois os cidadãos do Rio de Janeiro ou de São Paulo, diante dos novos desafios do mundo moderno que se implantara, experimentavam uma rotina mais frenética. A população de tais cidades conheceu um crescimento vertiginoso a partir da migração de indivíduos em busca de uma oportunidade que a cidade grande poderia proporcionar. A eles não era permitido perder um precioso tempo buscando entender as longas opiniões expostas no jornal.

Portanto, os periódicos tinham que se tornar “veículos dinâmicos para as notícias e para a propaganda” (RIBEIRO, 2003, p. 150). Era necessário um rápido consumo da notícia, coisa que em Dourados poderia ser diferente, pois a maioria dos seus habitantes nessa época se encontrava na zona rural. Ainda não havia uma demanda importante de leitores na zona urbana, e tais leitores da cidade até então estavam alheios aos efeitos da vida moderna. Podemos afirmar também que Dourados, como os polos da região Sudeste, experimentou um crescimento demográfico importante, mas diferentemente deles, seu crescimento ocorreu na zona rural em virtude da CAND, e *O Progresso* praticamente não circulava na área da colônia nesse momento.

Além disso, os interesses de Weimar Torres e seu partido estiveram sempre presentes nas páginas de *O Progresso*, e isso tinha como foco uma estratégia que balizava os discursos relativos às ações da Prefeitura de Dourados e do Governo estadual. Por exemplo, em 1951, apesar de Weimar estar em grupo político adversário do prefeito municipal e do governador do estado – dois udenistas –, o tom crítico em relação a tais administrações não era uma constante, o que podemos explicar pelo apoio em dinheiro da municipalidade para fundação de *O Progresso*, conforme apontamos no capítulo I. Dois anos depois, as críticas em relação à Prefeitura Municipal são mais rotineiras, haja vista Weimar Torres se situar na oposição ao executivo na Câmara de Vereadores. No mesmo ano, Weimar chegou supostamente a sofrer ameaças contra sua integridade física, por requerer, juntamente, com outros vereadores, a responsabilidade criminal do Prefeito Nelson de Araújo por mau uso de verbas públicas. O editorial intitulado *Harmonizar sim, recuar nunca!* corrobora a afirmação acima:

Ninguém ignora hoje que eu estou, ao lado de outros vereadores, em oposição ao Executivo Municipal. É um direito que eu tenho e que ninguém pode me negar. Por isso, e porque era do meu dever, votei favoravelmente ao parecer da Comissão de Finanças que opinou pela responsabilidade civil e criminal do Prefeito, em face da

aplicação irregular de 297 mil cruzeiros. [...] Nada tenho contra a pessoa do Dr. Nelson de Araújo, pessoa admirável por todos os títulos e merecedora do meu respeito. Mas o Prefeito Municipal errou. [...] Si algo me acontecer, o meu sucessor na Câmara continuará a batalha....estou com o velho Badaró para dizer: morre um liberal, mas não morre a liberdade [...] (*O PROGRESSO*, 15/2/1953, p. 1/4²³).

Um mês depois, Weimar pareceu mudar novamente de posicionamento. Tratava-se da aquisição de um trator para manutenção das estradas de acesso ao município. O Prefeito Nelson de Araújo enviou à Câmara Municipal lei pedindo autorização para contrair empréstimo no valor de um milhão de cruzeiros para a referida compra. Weimar, em seu editorial, fez elogios à ação do prefeito pelo referido projeto:

[...] Por isso, no meu entender, a lei recentemente proposta pelo Prefeito, autorizando o empréstimo de um milhão de cruzeiros para a compra daquela máquina, avulta como uma das mais importantes iniciativas dos poderes públicos municipais [...] (*O PROGRESSO*, 8/4/1953, p. 1).

Essa mudança de postura do periódico em relação ao prefeito chamou a atenção para um provável acordo realizado entre Weimar e Nelson de Araújo, quando da crise do processo crime contra o alcaide. O próprio Weimar Torres fez menção a esse acordo, que pode ter ocorrido, exigindo de Nelson de Araújo a obrigatoriedade de publicação das ações da administração municipal, como o caso do balanço de seu governo em 1952, publicado pelo jornal *O Progresso* dois meses depois da tentativa de criação pela Câmara Municipal do processo crime contra o prefeito, em 21 de abril de 1953.

Antônio Moraes, liderança udenista à época, e que se tornaria depois prefeito da cidade e deputado estadual, teria supostamente procurado Weimar Torres com o propósito de construir o dito acordo, o que foi registrado pelo jornal *O Progresso* no momento da polêmica:

[...] com as coisas nesse pé, fui procurado pelo meu prestigioso amigo Antônio Moraes a quem sou devedor de inúmeras atenções, a qual me faz um apelo para estudar uma forma de harmonizar a questão através de um acordo. Esse acordo está sendo estudado, e está baseado em serviços de utilidade pública e pontos de real interesse para o bem do município e do povo em geral [...] (*O PROGRESSO*, 15/2/1953, p. 1).

Ou seja, Weimar e os demais articulistas nunca deixaram de dar suas opiniões sobre as ações do poder público e, de acordo com o momento, essas opiniões eram em tom de crítica ou de elogios aos mandatários. Seu posicionamento político demonstrava muito bem isso, haja vista essa postura se modificar, dependendo da ocasião e a quem referisse.

A mudança de posicionamento de Weimar Torres era muito nítida em 1953 e 1954, se comparada à sua relação com a Prefeitura de Dourados, como afirmamos acima. No início de 1953, Weimar, em oposição ao governo de Nelson de Araújo, criticou por diversas vezes sua administração, chegando a colocar os dois primeiros anos como *dois anos vazios*, título do editorial abaixo:

Muito pouca gente se deu conta que a administração do nosso Prefeito Municipal completou dois anos. Essas datas são geralmente comemoradas ou recordadas pelos governantes com a apresentação dos serviços realizados, havendo homenagens com banquetes, discursos, e outras demonstrações de apreço. Nada disso houve aqui. Já não exigimos homenagens, mas pelo menos o relatório devia aparecer, pormenorizando o que foi feito. Acreditamos que o Sr. Prefeito está incapacitado de fazer um relatório, isto porque, em verdade quase nada foi feito durante todo esse

²³ Quando uma matéria não cabia na mesma página, era prática rotineira de *O Progresso* recortá-la e colá-la em outra página.

tempo que está a frente do Executivo Municipal [...] (*O PROGRESSO*, 1/2/1953, p. 4).

As críticas eram as mais diversas. Quando da polêmica do processo crime contra o prefeito, e o suposto acordo entre Weimar e Nelson de Araújo, houve uma mudança de postura do periódico. A temática mais levantada pelo jornal *O Progresso* em 1953, relativa à manutenção das estradas de acesso ao município, ganhou um novo tom. Antes, apenas reivindicações e críticas, depois tais críticas se atenuavam, além de surgirem diversas congratulações ao prefeito pela realização dos serviços de manutenção das estradas de acesso ao perímetro urbano. Os elogios partiram de toda a equipe editorial de *O Progresso*. Em sua coluna *Aquarela da Vida*, João Augusto Capilé Júnior elogiou os serviços de melhoramento da estrada de acesso a Maracaju, realizados pela Prefeitura:

Há tempos queríamos falar sobre as rodovias douradenses, principal problema para o desenvolvimento de toda essa região. Os dias passavam-se rapidamente e, como nem sempre lembramos daquilo que não se vê, as nossas colunas não recebiam um rabisco sequer sobre o palpitante assunto. Entretanto, há alguns dias resolvemos dar umas voltinhas lá para os lados de Maracaju e qual não foi a nossa surpresa ao verificarmos o trabalho que está sendo desenvolvido pela máquina adquirida pela Prefeitura, cujo paradeiro muita gente ignorava! Encontramos ali um perfeito trabalho de terraplanagem que, justiça seja feita, é digno dos melhores encômios. [...] Mas a coisa é assim mesmo. Os dias correm velozes e as idéias vão se voltando aos poucos para aquilo que realmente venha redundar em benefício da região. Estamos já na época de compreender que a demagogia não pode ser muito barata. Deve ter um preço pelo qual se interesse o povo. E esse preço só se consegue com a apresentação de trabalhos reais e insofismáveis tais como aquele belo serviço que irá favorecer todos que trafegam desta Cidade à estrada de ferro. (*O PROGRESSO*, 26/4/1953, p. 3).

Em manchete de capa, Weimar Torres congratulou a administração municipal pelo serviço de manutenção na estrada de acesso à colônia municipal, atual município de Itaporã:

Registramos com esperada satisfação o fato da Prefeitura Municipal estar fazendo os necessários reparos na estrada que demanda ao Patrimônio Panambi, sede da Colônia Municipal, sendo construído um pontilhão numa das baixadas ali existentes e que estava ameaçando impedir o trânsito devido ao acúmulo de água das recentes chuvas. Esperamos ainda que oportunamente, seja dado um reforço naquela rodovia pela motoniveladora afim de consolidar o seu leito, permitindo tornar-se uma estrada mais resistente à ação das chuvas (*O PROGRESSO*, 27/9/1953, p. 1).

Esse discurso mais ameno também ocorreu mediante as demais temáticas. O jornal deixou de lado a crítica, sempre presente antes do suposto acordo com o Prefeito Nelson de Araújo, e adotou uma postura mais tênue em relação à Prefeitura Municipal. Ainda reivindica melhorias, como pôde ser verificado na citação acima, mas não mais de forma ácida no tocante ao poder público local. As reivindicações eram sempre acompanhadas de elogios à administração. Podemos apontar a questão da energia elétrica, citada diversas vezes no ano. O jornal congratulou o prefeito pelos esforços em colocar em funcionamento esse serviço, após a queima de seu transformador:

O incêndio dos transformadores da sub-estação, que nos privou da luz elétrica, foi objeto das providências imediatas do Sr. Prefeito Municipal, Dr. Nelson de Araújo e da Câmara Municipal, tendo esta autorizado o conserto do transformador danificado e a compra de outro para solucionar o caso. Da mesma forma, em face das grandes despesas que tais providências acarretarão, foi oficiado ao Governador do Estado, pedindo um auxílio para ocorrer a tais despesas. [...] Louvável, por certo, a atitude do Prefeito que viajou para São Paulo, afim de apressar a reforma da unidade incendiada e a compra da outra, com a autorização que lhe foi dada pela Câmara Municipal (*O PROGRESSO*, 18/10/1953, p. 1).

O jornal *O Progresso*, utilizando-se da mesma estratégia, reivindicou a construção de meio-fio no município. É importante verificar que tal reivindicação era tênue, chegando a eximir a prefeitura de culpa por não realizar o melhoramento, em virtude dos escassos recursos da municipalidade, como apontamos abaixo:

Cidade que se agiganta dia a dia, progressista em todos os setores, Dourados já está precisando de meio fio, para o melhoramento de sua avenida principal, pois valiosos prédios tem sido construídos e muitos outros o serão dentro em breve. Não é de hoje que nossa Prefeitura Municipal cogita desse importante assunto, procurando dar-lhe atenção, estando, entretanto, com a exigüidade das verbas, pois nossa reduzida arrecadação não permite esforços maiores (*O PROGRESSO*, 4/10/1953, p. 1).

É interessante apontar a mudança de foco de *O Progresso* no tocante aos problemas do cotidiano urbano, a partir do momento em que o ano de 1953 vai chegando ao fim. As reivindicações e ações da Prefeitura de Dourados saíram um pouco do foco do jornal. Nesse período foi criado pela Assembleia Legislativa do Mato Grosso o município de Itaporã, através da Lei n° 660, de 1 de dezembro de 1953, onde funcionava a sede da Colônia Municipal de Dourados²⁴. Weimar liderou uma luta contra a criação do município vizinho, estando o assunto ocupando as páginas do periódico semanalmente.

Desde quando começou a figurar nas páginas do jornal *O Progresso*, a criação do município de Itaporã foi noticiada 24 vezes, sendo que destas, 22 citações entre dezembro de 1953 e maio de 1954, quase todas em forma de crítica à Assembleia Legislativa, ou mesmo relatando as ações de Weimar Torres visando anular junto ao Superior Tribunal de Justiça o ato do legislativo do estado do Mato Grosso. Servindo como comparação, a temática energia elétrica, um dos principais problemas que afligiam a população douradense, pela precariedade no fornecimento do serviço, no mesmo período, dezembro de 1953 e maio de 1954, foi citada 11 vezes, menos da metade das citações sobre a criação do município vizinho. Mas o tema energia elétrica retornou em tom de críticas, destinadas em sua maioria ao Governo do estado, assim como as demais temáticas também passaram a ganhar mais espaço no decorrer do ano.

Os ataques à Assembleia Legislativa pela criação do município de Itaporã, o que de certa forma indicava uma mudança de foco do periódico, pois destinava suas críticas à outra instituição, diferente do poder público estadual e municipal, podemos explicar pela proximidade dos arranjos eleitorais. A UDN poderia se tornar um aliado do PSD nas eleições de 1954, e ataques diretos ao Governo do Estado ou à Prefeitura Municipal pelo jornal *O Progresso* poderiam inviabilizar qualquer tentativa de arranjo entre os dois partidos visando às eleições daquele ano. Por isso a alteração, para uma temática direcionada para um adversário distante do dia a dia dos douradenses, a Assembleia Legislativa do Mato Grosso. Até momentos anteriores ao fechamento das chapas, diminuía muito os assuntos relacionados à administração estadual e à municipal, que atingiam diretamente a população local.

Podemos verificar abaixo o tom tênue do jornal em período anterior ao eleitoral, quando da realização dos serviços de conservação das ruas do município pela Prefeitura, em fevereiro de 1954:

Conforme estava programado, o Dr. Nelson de Araújo, prefeito municipal, após a conclusão da estrada de Itahum está fazendo o patrolamento das ruas da cidade que de há muito precisavam dessa providência. Mas na verdade, para que o estado das

²⁴ Para assentar os colonos que chegavam à região, foi criada pelo Prefeito João Augusto Capilé Júnior a Colônia Municipal de Dourados, cuja sede funcionava onde é hoje o município de Itaporã. A CMD era dividida em duas áreas: zona do Panambi (não confundir com o atual distrito de Panambi, antiga zona da CAND) e zona do Sardinha (CARLI, 2008, pg. 86).

ruas permaneça conservado é necessária a colaboração dos nossos motoristas, especialmente dos caminhões, evitando trafegar em dias de muita chuva, o que destrói em pouco tempo o nivelamento das pistas (*O PROGRESSO*, 28/2/1954, p. 1).

Tal postura do periódico se manteve em abril de 1954. Elogios à administração municipal foram constantes nesse período. Citamos a notícia de aumento na arrecadação municipal veiculada pelo jornal *O Progresso*:

[...] o prefeito Nelson de Araújo vem levando a cabo em toda a área do município, o plano traçado na construção de estradas e outros benefícios. A renda municipal, graças à perfeita organização da contabilidade pública municipal, vem passando por um sensível aumento a cada ano [...] (*O PROGRESSO*, 15/4/1954, p. 1).

Em relação ao governo do estado, comandado pelo udenista Fernando Correa da Costa, podemos afirmar também uma postura amena do periódico. As poucas citações ao governo estadual apareciam muito mais como notícia por serviços, ou até em forma de elogios. O exemplo é a notícia do aumento da arrecadação estadual no município, em 23 de maio de 1954, quando o coletor estadual no município, Wilson Carneiro, segundo o jornal, “vem demonstrando assim o elevado empenho com que encara suas funções (*O PROGRESSO*, 23/05/1954, p. 1). Mesmo no período eleitoral de 1954, o periódico não subiu o tom no que tange a Fernando Correa da Costa, noticiando inclusive com destaque de capa sua chegada ao município em agosto de 1954, momento em que as campanhas já tinham ganhado as ruas: “Dourados hospeda desde ontem o Governador do Estado Dr. Fernando Correa da Costa, que vem inaugurar vários melhoramentos e obras em nosso município. Cumprimentamo-lo” (*O PROGRESSO*, 8/8/1954, p. 1).

Nesse momento, Weimar estava muito mais focado na campanha local. Não havia uma preocupação em atacar o mandatário estadual, contentando-se em apenas noticiar seus serviços na região. Como o foco era a eleição em Dourados e sua reeleição como vereador, o alvo das críticas era a administração municipal de Nelson de Araújo, demonstrando mais uma vez a alteração na relação entre o prefeito e *O Progresso*.

Um exemplo é a matéria assinada pelo vereador do PSD, Sinésio de Matos, intitulada “Que venha sempre”, criticando a administração municipal pelo fato de ter realizado os serviços de patrolamento nas ruas da cidade somente em virtude da visita do governador a Dourados: “[...] Finalmente agora, com a propalada vinda do governador, a tal patrula apareceu raspando um pouco a buaqueira das ruas. Assim sendo, só nos resta pedir ao governador que venha sempre” (*O PROGRESSO*, 8/8/1954, p. 3).

Os problemas que mais afligiam a população da cidade de Dourados, relativos ao fornecimento de energia elétrica no município e ao melhoramento das vias urbanas, retornaram em tom de crítica à administração municipal quando se aproximaram as eleições. Sendo serviços que envolviam diretamente a Prefeitura Municipal, tanto Weimar Torres quanto João Augusto Capilé Júnior, editor chefe do periódico, transformaram o discurso tênue, ameno, em críticas ácidas no que tangia a tais temáticas, por vezes em destaque. Como o jornal *O Progresso* circulava quase que somente na zona urbana, essa estratégia poderia refletir em votos aos candidatos do PSD.

Ainda na edição de 8 de agosto de 1954, em matéria de destaque de capa sob o título de *Queremos luz*, o periódico criticou o serviço de fornecimento de energia realizado pela Prefeitura Municipal. Na mesma matéria, além da crítica, o jornal aproveitou esse espaço para fazer campanha para Ruy Gomes, candidato a prefeito pelo PSD, e para Filinto Muller, candidato ao Senado, afirmando que eles foram os principais responsáveis na conquista de verbas para fazer funcionar a usina de energia:

Há quasi quatro meses que estamos às escuras. [...] Quando a atual Uzina elétrica não passava de um monte de materiais sem que houvesse verbas para concluir sua montagem, tivemos o braço forte de um Ruy Gomes que ao lado de Filinto Muller lutaram para conseguir a verba necessária, fazendo-a funcionar em outubro de 1949, ante o regozijo geral de nosso povo. Perguntamos agora. O atual desarranjo da Uzina pôde ser mais difícil de sanar do que foi a sua montagem quasi total naquela época? (*O PROGRESSO*, 8/8/1954, p. 1).

Em 12 de setembro, João Augusto Capilé Júnior em seu editorial, *Aquarela da Vida*, afirmou que não ia falar sobre política no momento eleitoral, assunto tão corriqueiro nas rodas em todos os lugares do país, e que preferia falar sobre a não conservação das ruas da cidade:

[...] E por não plagiarmos tantos outros assuntos, o que diremos da política douradense, nesta época em que são travadas as batalhas eleitorais em todos os quadrantes do território brasileiro? Não passa também de chuva em terreno molhado, porque é assunto de todas as rodas, de todos os quadrantes. E por falar em assunto corriqueiro, também não acham de lamentar a grande nuvem de poeira que cobre toda a área de nossa querida cidade é um tema que está sendo adotado para princípio da conversa? Para o lado que pendermos sempre encontraremos a cantilena vulgar de todos contra o horrível pó que está se transformando em tijolos no bojo dos pulmões dos douradenses [...] (*O PROGRESSO*, 12/9/1954, p. 3).

Mas mesmo assim, é importante afirmar que tais temáticas não dominaram a pauta do periódico, ou seja, não se tratava das principais notícias veiculadas pelo *O Progresso*, muito mais preocupado com a corrida eleitoral, e com a necessidade de garantir o espaço de poder de Weimar e seu grupo político, no tocante ao ano de 1954.

As duas temáticas foram citadas em tom de crítica, conjuntamente, 11 vezes, entre início de julho e início de outubro do referido ano, o que pode não ser pouco para um jornal semanário. Porém, a propaganda política de Weimar Torres, de Ruy Gomes – candidato a prefeito –, de Filinto Muller e dos demais candidatos a vereador pelo PSD, além das notícias relativas a eles, foram bem mais exploradas pelo periódico.

Entre junho e setembro de 1954, aumentou muito a exposição dos candidatos do partido, que ocupavam os principais espaços do jornal, quase sempre na capa. Conforme o tempo passava, a propaganda ia sendo intensificada, chegando a sete veiculações em 12 de setembro, última edição do jornal antes do pleito eleitoral. Apareciam desde uma simples menção ao candidato, no interior da página ou no rodapé; propaganda do candidato com foto; um breve histórico deste, também com foto; além de notícias da campanha do PSD pela cidade.

Já em 1957, *O Progresso* não circulou em janeiro, reaparecendo no mês seguinte, havendo mudanças importantes em sua redação. O jornal que, no ano anterior, contava com o diretor Weimar Torres, o vice-diretor Armando Carmello, o redator chefe João Augusto Capilé Júnior e o gerente Naurestides Brandão, passou por uma reformulação administrativa nos principais postos do periódico. Conforme comentamos anteriormente, Weimar, que antes era citado como diretor, agora apareceu como fundador, estando em seu lugar, Antônio Tonanni.

Antônio Tonanni assumiu a direção do jornal *O Progresso* em um momento de dificuldades financeiras. Nesse momento, pôs em prática a reformulação nos principais cargos do jornal, extinguindo o posto de vice-diretor em um primeiro momento, e depois, o de editor chefe.

Tonanni trouxe consigo José Floriano de Freitas, que, primeiramente, tornou-se responsável pela coluna *Ecos e comentários* – relativa à veiculação das temáticas aos poderes

públicos. Freitas depois deixou a coluna a cargo dos colaboradores do jornal, assumindo em seguida a coluna *O que vai pela polícia*.

O jornal *O Progresso* noticiava constantemente as viagens de Antônio Tonnani ao exterior para estudar o cultivo de oliveiras, ficando durante diversos períodos ausente da direção do jornal. É provável que nesse momento assumia a direção do jornal, mas de maneira informal, seu braço direito José Floriano de Freitas.

Vale notar que a partir dessa importante reestruturação no jornal *O Progresso*, se modificou também a linha editorial do periódico. A escrita opinativa, combativa, própria de Weimar Torres, deu espaço a uma escrita mais noticiosa, na qual havia menos exposições de comentários pessoais.

As leis (decretos, licitações, nomeações, entre outros) da Prefeitura passaram a ser publicadas no periódico, constituindo-se em importante fonte de renda, o que de certa forma balizava a relação do jornal com a Prefeitura de Dourados, o que não significava o fim das críticas à administração municipal do Prefeito Antônio Moraes, porém tais críticas nunca apareciam em destaque, e sim na pequena coluna *Ecos e comentários*. A principal temática, relativa ao melhoramento das vias urbanas, citada 25 vezes em 1957, apareceu 12 vezes em forma de crítica ou reivindicação, e 13 vezes em forma de ações ou elogios ao prefeito por algum serviço realizado.

Tais críticas apareciam quase sempre de forma tênue, em um discurso brando contra o alcaide local. Um exemplo era o comentário publicado na coluna *Ecos e Comentários* em 7 de julho, sobre a numeração das casas, subtema incluído na temática melhoramento das vias urbanas. O autor apontava o problema, mas minimizava o tom do discurso quando se referia ao prefeito, apontando sua boa vontade e de seu antecessor quanto ao problema:

A pesar de todas as campanhas que temos feito desde 1951 pelas colunas deste jornal, através de dezenas de artigos, apesar da boa vontade do prefeito anterior, do atual e do seu substituto, apesar de ser Dourados uma cidade que se orgulha de seu progresso, não está resolvido ainda o problema da numeração de casas, apesar de haver no orçamento municipal, anualmente, verbas para esse fim [...] (*O PROGRESSO*, 7/7/1957, p. 1).

Em 18 de agosto, o jornal noticiou três vezes o cascalhamento da Avenida Marcelino Pires, sempre em forma de elogios à administração municipal. Armando Carmello, em seu editorial *Terra e Gente*, chamou atenção para o fato em matéria de destaque, dizendo estar envolto em um sonho, quando se referia ao serviço mencionado:

Nessa manhã eu acordei tristonho. Não via que e redor de mim as coisas mudaram, as coisas tomaram um ritmo diferente, pois desde a madrugada alta que os caminhões do DNER trabalhavam carregando cascalhos para o calçamento de nossas ruas, a nossa feira livre estava animada, os olhares eram todos bons, otimistas de verdade. E o meu olhar lançado na extensão da Avenida Marcelino Pires, descobriu que, de fato, vamos ter as nossas ruas cascalhadas, sem os inconvenientes da poeira do mês de agosto e sem as lamas nos dias de chuvas. Folguei, então, em presenciar os fatos, tendo acordado nesse instante do sonho que estava embebido desde as primeiras horas da manhã (*O PROGRESSO*, 18/8/1957, p. 1).

Além do mais, o jornal continuou servindo aos interesses do grupo político de Weimar Torres, atuando, por exemplo, na divulgação das ações do Governador Ponce de Arruda, do Deputado Federal Fernando Jorge Mendes Gonçalves, do Deputado Estadual Wilson Pinho, todos do PSD. A temática que tratava da construção e manutenção de escolas, citada 19 vezes, foi retratada como propaganda do trabalho do Governo do estado, pelo fato de estar em construção o ginásio estadual de Dourados, atual escola Presidente Vargas. Sem contar a

liberação de verbas para o ginásio Osvaldo Cruz e para o Patronato de Menores de Dourados. Um exemplo de propaganda das ações do Governo do estado era a matéria de capa, com a foto do governador, em 26 de maio daquele ano, registrada da seguinte forma:

Residência da CER, Inspetoria de ensino, Distrito sanitário. O trinômio “Estradas-Escolas-Energia” funcionará não como simples rifões eleitorais, mas, como um objetivo concreto, extruturado em programas e obras de envergadura, resultante de amadurecidos estudos e esforços, visando soluções definitivas (*O PROGRESSO*, 26/5/1957, p. 1).

Em 30 de junho de 1957, o jornal noticiou a chegada do governador a Dourados, dando destaque de capa às ações da administração estadual na cidade. O periódico apontou todos os passos da visita ao município, retratando inclusive a reunião do governador com seus correligionários em um jantar na casa do possedista Ruy Gomes:

Depois de visitar a Colônia, o Governador Ponce de Arruda veio para esta cidade, tendo inspecionado as obras do Ginásio Estadual e os primeiros quilômetros da moderna rodovia Dourados-Ponta Porã, dirigindo-se, após para a residência do Sr. Ruy Gomes, onde ficou hospedado. Ao jantar íntimo que lhe ofereceu o casal anfitrião, saudou a S. Exa. o Dr. Weimar Torres, tendo o Governador Ponce de Arruda agradecido. Em seguida ao jantar, tendo ao lado o Sr. Onofre de Matos, presidente do Diretório Municipal do PSD, o Governador manteve cordial palestra com numerosos correligionários e amigos (*O PROGRESSO*, 30/6/1957, p. 1).

Havia apenas uma notícia em forma de reivindicação relativa ao tema, colocada na terceira página, em espaço ínfimo, no tocante ao início das aulas no ginásio estadual, em 6 de outubro de 1957.

Portanto, dos principais temas que afligiam a população de Dourados, muito poucos foram destaque nas páginas do jornal *O Progresso* no ano de 1957. A exceção existiu quando se tratava de noticiar as ações do Governo do estado, nas mãos do possedista Ponce de Arruda, aliado político de Weimar Torres. Grande parte dessas ações foram veiculadas em forma de júbilo, de elogio ou de agradecimento pelos trabalhos realizados. Em relação à Prefeitura de Dourados, o jornal se dividia entre críticas e elogios. Tais críticas, quando apareciam, eram amenas, às vezes propositivas, sem muito alarde, em poucas linhas, geralmente na pequena coluna *Ecos e comentários*, haja vista a publicação dos atos oficiais da Prefeitura se constituir em matéria paga, importante fonte de renda para o periódico.

No ano seguinte, ao deixar a direção do jornal *O Progresso*, Antônio Tonnani, juntamente com José Floriano de Freitas, inaugurou *O Jornal de Dourados*, semanário concorrente do jornal *O Progresso*. Tonanni levou consigo as publicações pagas pela Prefeitura de Dourados, para serem veiculadas em seu órgão recém-inaugurado. Isso, além de se tratar de ano eleitoral, fez com que o jornal *O Progresso* passasse a atacar com maior veemência a administração municipal do udenista Antônio Moraes.

A perda da verba da Prefeitura provavelmente gerou problemas financeiros a *O Progresso*, haja vista que o jornal ficou sem circular em janeiro e fevereiro de 1958. Quando retornou, no início de março, tinha como novo diretor o Deputado Federal do PSD, Fernando Jorge Mendes Gonçalves, e como gerente Alfeu Lopes Pael. A partir da fundação de *O Jornal de Dourados*, os diretores dos dois periódicos ocuparam suas páginas para degladiarem entre si, uma constante no ano de 1958, conforme apontaremos no último item deste capítulo.

Entre setembro e outubro do mesmo ano, o jornal *O Progresso* novamente teve problemas de veiculação. Não circulou entre 21 de setembro e 26 de outubro de 1958. Isso pode ser explicado por se tratar de momentos imediatamente anterior e posterior às eleições, com Fernando Jorge e Weimar Torres totalmente voltados para suas candidaturas de deputado

federal e deputado estadual, respectivamente, ocupando muito tempo e dinheiro em tais projetos políticos.

Porém, assim como ocorreu com Tonanni quando diretor de *O Progresso*, não havia uma dedicação permanente de Fernando Jorge ao periódico, impossibilitada por sua campanha a deputado federal. O próprio jornal noticiou suas viagens pelo estado de Mato Grosso no momento da campanha eleitoral.

Após um período de ausência, Weimar voltou a publicar suas opiniões em 1958, porém, até as eleições, com o pseudônimo de *J. Bartolomeu*, um velhinho, sempre acompanhado de seu cachorro *Matraca* e de seu cavalo *Fivela*, um senhor humilde que recebia em sua casa líderes políticos locais, e que constantemente dava conselhos a esses líderes. Mas as temáticas que afligiam a população nunca constaram nas opiniões de J. Bartolomeu. Seu assunto eram a política e as eleições, sendo que suas palavras sempre eram de apoio às candidaturas do PSD, principalmente de Vlademiro do Amaral, candidato pessedista a prefeito, e críticas aos adversários. Weimar voltou a assinar seus editoriais após o período eleitoral, mas sem abordar os assuntos inerentes ao cotidiano urbano da cidade.

Com Fernando Jorge Mendes Gonçalves à frente de *O Progresso*, o periódico se consolidou como instrumento a serviço do PSD. Além da propaganda dos candidatos a deputado, prefeito, vereadores e senador, o jornal não se cansava de divulgar as ações do governo de João Ponce de Arruda, assim como o fez em 1957. A postura do jornal, de total apoio ao PSD, é reforçada mais ainda pelo fato de o candidato a prefeito ser o sogro de Weimar, Vlademiro do Amaral.

O ano eleitoral motivou as constantes críticas do periódico às ações da administração municipal do udenista Antônio Morais, críticas estas produzidas ainda mais pela perda da publicação dos atos oficiais da Prefeitura para o concorrente, o *Jornal de Dourados*. Dessa vez, as temáticas relativas aos problemas que afligiam a comunidade douradense, quando envolviam a municipalidade, estiveram quase sempre em tom de críticas veementes ao alcaide, estando muitas vezes em destaque na capa do periódico.

Segue abaixo reportagem em tom de denúncia, levantando contra o prefeito suspeitas de sua conduta na gestão dos recursos do município:

A arrecadação municipal de 1957 que havia sido prevista pelo Prefeito em 14 milhões e, em virtude de prorrogação do orçamento anterior permaneceu com uma previsão de 9 milhões e 200 mil cruzeiros, atingiu a pouco mais de 4 milhões, menos da metade. O prefeito explica o decréscimo com a crise. Mas, com toda a crise a arrecadação da Coletoria Estadual e da Coletoria Federal não sofreu decréscimos. Há outros motivos para o debacle das receitas da Prefeitura. É preciso investigar (*O PROGRESSO*, 2/3/1958, p. 1).

Mais tarde, quando se aproximou o pleito eleitoral, o jornal criticou o depósito de lixo da Prefeitura, localizado no interior da cidade, inflamando os douradenses a entrar na justiça contra tal localização:

Não é de hoje que se reclama contra o depósito de lixo da Prefeitura, em plena rua Cuiabá, já bastante habitada, contaminando todas as cercanias, dando um aspecto infecto com o ajuntamento de urubus, porcos sobre o lixo noseabundo que ali se amontoa. Mas nunca o prefeito atendeu a esses reclamos que já foram feitos por este Jornal e na Tribuna da Câmara pelo vereador Weimar Torres. Cansado de reclamar o povo vai pedir providências à saúde pública e, em seguida, promover uma ação judicial contra a municipalidade, para se livrar dessa situação vexatória e humilhante de ter que suportar o mau cheiro daquele monturo que ameaça até uma epidemia na população (*O PROGRESSO*, 10/8/1958, p. 1).

Porém, o principal tema a ser abordado por *O Progresso* estava fora do debate político no município. Tratava-se da chegada do telefone à cidade, com 14 citações. O que não faltava eram notícias de júbilo ao Dr. Joaquim Lourenço, médico, responsável pelo empreendimento. Em seguida, havia as notícias que envolvem a arrecadação municipal, quase sempre em tom de crítica, com 13 citações. E em terceiro, as veiculações relativas ao melhoramento e construção de estradas de acesso ao município, que quase sempre serviram de propaganda ao governo de João Ponce, com 12 citações. Dessa vez, os problemas relativos ao fornecimento de energia elétrica, a construção e manutenção de escolas e o melhoramento das vias urbanas, não ocuparam frequentemente as páginas de *O Progresso*.

Mas vale apontar que a relação com o prefeito não foi apenas tempestuosa. A partir da edição de 30 de novembro, as publicações da administração de Antônio Morais voltaram a aparecer em *O Progresso*, como os editais e as leis municipais, mudando mais uma vez a relação com a Prefeitura de Dourados. A partir daí, as críticas desapareceram das páginas do jornal, e em seu lugar reivindicações tênues, as ações da administração e até elogios aos serviços realizados.

Quanto ao retorno das boas relações entre a Prefeitura e o periódico, destaque para a aquisição da fonte luminosa para a Praça Antônio João. Nos assuntos relativos à reforma da praça, há dez citações. Entre estas, só a aquisição do artefato ocupou cinco vezes as páginas do jornal. Segue abaixo matéria de destaque na capa de *O Progresso* sobre a aquisição supramencionada, demonstrando a cordialidade do jornal para com a administração municipal:

O Prefeito Municipal enviou mensagem à Câmara, solicitando abertura de verba especial para compra de uma fonte luminosa que será instalada na praça Antônio João que depois das importantes obras que estão sendo ali realizadas será um legítimo orgulho da cidade. Embora a maioria dos vereadores tivesse votado contra o pedido dessa verba, a compra do chafariz será realizada pelo prefeito, uma vez que vai vigorar em 1959 o orçamento do corrente ano, onde há verbas destinadas às obras de ajardinamento e embelezamento da praça Antônio João. O custo da moderna fonte luminosa atinge oitocentos e cinquenta mil cruzeiros e será a maior e mais bela de todo o Estado do Mato Grosso, como o público douradense terá a oportunidade de ver quando da inauguração das importantes obras de embelezamento pelas quais está passando o nosso principal logradouro público (*O PROGRESSO*, 30/11/1958).

Mas vale apontar que, assim como em 1954, as temáticas que envolviam os problemas do cotidiano urbano de Dourados não eram o principal assunto a ser tratado pelo jornal *O Progresso*. Em se tratando de ano eleitoral, ganhou espaço nas páginas do periódico a campanha política em Dourados, servindo o jornal como instrumento a serviço dos interesses dos candidatos do PSD, mais especificamente da candidatura de Vlademiro do Amaral a prefeito, do diretor Fernando Jorge a deputado federal, e de Weimar Torres a deputado estadual. Havia constantes publicações sobre a reorganização do PSD, com a criação de subdiretórios do partido na zona da colônia, *calcanhar de Aquiles* da legenda pelo seu baixo desempenho na zona rural. As temáticas seriam um subtema contido no tema principal *eleições*, embora o ataque à administração municipal pudesse tirar votos da UDN, partido do prefeito na cidade. O foco do jornal em 1958 eram as eleições daquele ano.

Também em 1962, podemos dizer o mesmo. Há grande atenção do periódico para as eleições. Weimar volta a ser candidato a deputado estadual, vencendo dessa vez o pleito. Mas as temáticas não ficaram de fora das páginas do jornal *O Progresso*.

Após deixar de circular entre setembro de 1960 e janeiro de 1962²⁵, o periódico reiniciou sua veiculação remodelado, com seis páginas, e espaço considerável para publicações de peças publicitárias, divulgando propagandas das mais diversas. Maria Helena Rolim Capelato chama atenção para as mudanças na roupagem dos jornais, a partir da segunda metade do século XX:

Na segunda metade deste século, os artifícios de sedução do público se sofisticaram. A concorrência com os veículos de comunicação de massa eletrônicos obrigou os jornais a reestruturarem sua roupagem gráfico-editorial. Novas técnicas vêm sendo constantemente introduzidas para melhorar a apresentação do produto ao consumidor (CAPELATO, 1994, p. 16).

No caso de *O Progresso*, a mudança ocorreu muito mais pela concorrência estabelecida entre este e *O Jornal de Dourados*, órgão de imprensa de Antônio Tonanni e José Floriano de Freitas. Não acreditamos que em Dourados houvesse aparelhos televisivos suficientes para estabelecer uma disputa entre órgãos impressos e televisão. Outro motivo aliado à modificação atravessada pelo jornal é a busca por novas fontes de recursos.

O Progresso ressurgiu diversificando sua fonte de renda, dedicando maior espaço às peças publicitárias, desvinculando-se um pouco dos recursos oriundos dos poderes públicos, verba que vinha mingando desde 1958, ano em que Tonanni fundou o *Jornal de Dourados*, levando consigo as publicações oficiais da Prefeitura local. Sem contar a derrota de Filinto Muller, principal liderança do PSD em 1960, para o Governo do estado do Mato Grosso. Se com João Ponce no governo, os elogios ao mandatário estavam relacionados às verbas enviadas ao periódico, com Fernando Correa da Costa a realidade era outra.

O jornal reabre com máquinas novas e uma nova postura comercial. Sua direção decidiu aumentar os espaços disponíveis para publicidade em seu interior. Uma página inteira foi disponibilizada para espaços publicitários de vários tamanhos, para os mais diversos tipos de empreendimento e necessidades dos douradenses, onde eram veiculadas desde propagandas de profissionais liberais – como médicos, advogados e dentistas –, até anúncios de revendas de automóveis, isso tudo reflexo do aumento da população urbana de Dourados. Portanto, o periódico reapareceu com nova roupagem, mais comercial, diversificando sua fonte de recursos, antes muito dependente dos poderes públicos. Embora as temáticas inerentes ao cotidiano urbano da cidade ainda continuassem sendo uma constante nas páginas do jornal.

Quando tais temáticas envolviam o Governo do estado, comandado por Fernando Correa da Costa, apareciam quase sempre em tom de crítica. O principal tema abordado pelo jornal em 1962, a construção e manutenção de escolas, citado 29 vezes, se constituiu em elemento de ataque à administração estadual, assim como as obras de saneamento básico da SESP²⁶ – veiculada 18 vezes. Tal postura frente ao governador do estado fazia sentido se pensarmos as eleições para o executivo estadual em 1960, momento em que Filinto Muller, *chefe* do PSD no Mato Grosso, perdia as eleições para Fernando Correa da Costa, da UDN. Portanto, tal derrota devia ter causado um constrangimento a Weimar em noticiar as ações de Fernando Correa da Costa, o que poderia gerar retaliações por parte de seu principal e mais *ilustre* aliado, Filinto Muller.

No número inaugural de 1962, o periódico reafirmou o discurso de independência em relação aos poderes públicos, de estar agindo de acordo com as necessidades da população

²⁵ O exemplar n° 441 é de 28 de agosto de 1960. O n° 442, de 11 de fevereiro de 1962.

²⁶ Tratava-se da Secretaria Estadual de Saúde Pública do Estado do Mato Grosso.

local. Após criticar o Governador Fernando Correa da Costa por inúmeros vetos, como o veto ao auxílio financeiro para construção de uma escola em Itaporã; o veto à lei que obriga as coletorias a recolher um valor à carceragem; o veto ao auxílio concedido pela Assembleia Legislativa à Liga Esportiva Douradense de Amadores, o artigo afirmava: “fazemos estes reparos não inspirados no espírito mesquinho de acusar o Sr. Governador, mas, na defesa dos sagrados direitos da gente e da terra douradense [...]” (*O PROGRESSO*, 11/02/1962).

Ao criticar o governador Fernando Correa da Costa em 27 de maio, por não cumprir a promessa de campanha, segundo a qual construiria a Usina Hidrelétrica do Salto Pirapó, no rio Amambai, antiga reivindicação da região, houve o retorno do discurso de defesa dos interesses do povo:

Não é assim, jornal que não defende o povo não é jornal. Nossa missão é lutar pelas reivindicações populares. E, uma das formas porque o fazemos é buscando lembrar aos governantes as promessas que fez para galgar aos postos do governo. (*O PROGRESSO*, 27/5/1962, p.1).

O periódico não recebia, nesse momento, recursos do Governo do estado do Mato Grosso, o que possibilitava ao órgão de Weimar criticá-lo quando achasse necessário, sentindo-se livre para construir um discurso de *garantia de interesses do povo*. A campanha perdida por Filinto Muller para Fernando Correa da Costa em 1960 e as eleições locais em 1962 foram um combustível a mais na postura crítica do periódico, haja vista o fato de o governador estar filiado à UDN, embora tenham existido tentativas de acordo político visando a uma coligação entre PSD e UDN em Dourados para as eleições daquele ano, arranjo esse comandado por Vlademiro do Amaral, conforme relatado por Weimar Torres em seu diário pessoal.

Já o Prefeito Vivaldi de Oliveira, por ser candidato a deputado estadual era alvo certo, pois concorria diretamente com Weimar Torres ao pleito. Tais críticas eram relativas, principalmente, ao melhoramento das vias urbanas e das estradas de acesso ao município. Mas quando Vivaldi se afastou da Prefeitura para sua campanha a deputado, e assumiu o pessedista Jonas Dourado, presidente da Câmara Municipal à época, o periódico mudou completamente a postura. Um novo discurso foi criado, com o objetivo de legitimar um governo de *realizações, de desenvolvimento para Dourados*.

“Mobilizada a Prefeitura para produzir dia e noite em benefício da cidade – aplausos gerais da população ao Prefeito Interino, vereador Jonas Francisco Dourado” (*O PROGRESSO*, 26/8/1962). Não faltaram congratulações e elogios a Jonas Dourado, correligionário de Weimar e Vlademiro. “Tem sido justosamente aplaudidas as providências do Prefeito Jonas Dourado a frente da Prefeitura Municipal, revelando-se um administrador dinâmico e de um grande espírito de iniciativa” (*O PROGRESSO*, 2/9/1962, p. 1).

Foi inaugurado um serviço de relações públicas pela Prefeitura, uma espécie de prestação de contas das obras e ações da administração municipal, estampada semanalmente nas páginas de *O Progresso*, demonstrando também a mudança de atitude do jornal quando assumiu o comando da cidade Jonas Dourado. Antes críticas, agora *afagos*, motivados, sem dúvida, pelas verbas publicitárias destinadas ao periódico, além de Jonas Dourado pertencer ao mesmo partido de Weimar.

Ao final da campanha, com o retorno de Vivaldi de Oliveira à Prefeitura, o jornal manteve uma postura amena, mesmo porque as leis promulgadas pelo Executivo municipal, antes veiculadas pelo *Jornal de Dourados*, já estavam sendo publicadas pelo periódico quando da interinidade de Jonas – o que não encerrou com Vivaldi, embora não houvesse mais a divulgação dos atos da municipalidade por um serviço de relações públicas nas páginas de *O Progresso*.

Quanto ao Governo estadual, as críticas amenizaram após o período eleitoral. Estas ainda apareceram, mas em menor número que o registrado durante as eleições. O jornal ainda manteve a postura combativa quanto às ações da administração estadual, porém diminuíram os ataques. Prova disso é a principal temática levantada no período, relativa à construção e manutenção de escolas, ter sido citada apenas duas vezes após o período eleitoral. Uma em tom de crítica ao péssimo estado do ginásio estadual Presidente Vargas, outra anunciando o início de sua reconstrução.

A mudança de postura por parte do jornal deve ter ocorrido em virtude de verbas publicitárias direcionadas pelo Governo do estado ao periódico, já sinalizadas desde o mês de julho de 1962, quando o jornal *O Progresso* recebeu ofício do gabinete do executivo estadual, destinado a “manter permanente contato com os órgãos de divulgação e com todos os setores de opinião pública de Mato Grosso”. Segue o ofício, dizendo: “Para que alcancemos, em sua plenitude, nossos objetivos – [...] vimos propor um contato permanente e constante com V. Excia. que tem conosco interesses recíprocos” (*O PROGRESSO*, 29/7/1962, p. 5). Nesse momento, as críticas mais ácidas foram feitas aos serviços da companhia telefônica de Dourados, portanto fora da alçada estadual e municipal.

Sendo assim, a postura do periódico quanto aos problemas do cotidiano urbano que afligiam a população – melhoramento das vias urbanas, das estradas de acesso, construção e manutenção de escolas e fornecimento de energia elétrica –, estavam diretamente ligadas ao recebimento ou não de verbas publicitárias por parte dos poderes constituídos. Tal postura dependia também de quem estava à frente. Se fosse correligionário de Weimar, elogios, congratulações, apoio. Ao contrário, se fosse adversário, a postura poderia ser de crítica ou de reivindicação.

Quando não havia o recurso público, a postura do jornal era de crítica, seja pelo não cumprimento de promessas de campanha, seja pela não realização de um determinado serviço, ou mesmo de denúncia. Quando havia o recebimento de recursos de publicidade, a postura era mais amena, chegando a configurar até elogios ao poder público. A relação mais cordial era certa quando os mandatários faziam parte do grupo político de Weimar, como em 1957 e 1958, quando o governo estadual era comandado por João Ponce, ou quando da interinidade de Jonas Dourado à frente da Prefeitura em 1962.

Portanto, o jornal *O Progresso*, como importante meio de comunicação em Dourados, se utilizou de formas simbólicas de transmissão de ideias, sendo que seu proprietário detém a posse, um instrumento simbólico, nas palavras de Bourdieu, seja na forma de reivindicações, críticas ou elogios, para se fazer reconhecer pela opinião pública local, seja ao buscar capitanear lucros políticos junto aos munícipes, e desta forma, garantir os interesses de seu proprietário, Weimar Torres, com o objetivo de ampliar seu *poder simbólico*. Quanto ao apontado, podemos citar Pierre Bourdieu:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se reconhece se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário.[...] O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras (BOURDIEU, 1999, p. 14/15).

As críticas ao executivo municipal e estadual quanto aos problemas do cotidiano urbano da cidade também estavam diretamente ligadas às eleições locais. Dependendo de quem estivesse à frente, se fosse aliado naquele momento, um discurso elogioso e tênue em

relação a esses problemas. Se adversário, críticas tenazes, chegando a soar em tom de denúncia em alguns momentos.

2.2. As eleições e o jornal *O Progresso*: estratégias discursivas (1954, 1958 e 1962)

Não há como compreender as estratégias de Weimar Torres e de seu grupo político na tentativa de conquistar o poder em Dourados, sem analisar os discursos construídos pelo jornal *O Progresso*, no que tange ao período eleitoral. Tal análise serve também para demonstrar de que forma o PSD se relacionava com os demais grupos políticos em Dourados, durante as eleições supramencionadas. Conforme apontado no capítulo anterior, desde a fundação de *O Progresso*, já se estabelecera uma ligação de Weimar com a classe política local, através da doação de espaço público aprovado pela Câmara de Vereadores para colocar o periódico em funcionamento. O jornal acabou se configurando em instrumento a serviço do grupo político de Weimar Torres. Suas páginas eram estigmatizadas por reivindicações ao poder público, agradecimento por benfeitorias, convenções dos partidos, propaganda político-partidária, entre outros assuntos políticos. E é claro, as eleições locais se constituíam em pauta certa.

Como veículo de informação pronto a atender aos interesses de uma elite política, serão analisadas as representações contidas em suas páginas – reportagens, imagens, poesias, artigos, propagandas políticas, entre outros –, em 1954, 1958 e 1962, na cidade de Dourados, anos estes em que houve eleições no município. Demonstraremos que, de acordo com as conveniências e com a conjuntura política local, o periódico construía discursos, tentando manipular a opinião pública douradense durante a campanha eleitoral em questão. Sobre isso, Tânia Regina De Luca afirma que a natureza do conteúdo noticiado nos jornais nunca se dissocia do público que o jornal pretende atingir (LUCA, 2005, p. 140).

Maria Helena Capelato e Eliana Dutra, ancoradas em Ferdinand de Saussure, afirmam que as representações estão ligadas à teoria de signos, seguindo articuladas ao pensamento/linguagem. Dessa forma são capazes de dar significado às práticas sociais, através de todo e qualquer domínio da linguagem, sejam elas icônicas, escritas ou verbais. Sendo o signo expressão de linguagem, possui uma relação simbólica, ou uma relação de representação, em que o signo toma o lugar da coisa representada, dando a possibilidade de estabelecer uma comunicação. Nesse momento, coloca-se em funcionamento outra categoria importante, a de imaginários sociais, que tem a sua existência afirmada pelo símbolo e seu chamado exposto através de palavras, discursos, objetos ou figuras de linguagem.

Segundo as autoras, a representação política usa o símbolo – linguagem –, como instrumento de poder eficaz na idealização de imaginários, pondo em funcionamento estratégias capazes de garantir sentido a um determinado mundo social. As representações estabelecem significados às práticas específicas de um dado grupo no tocante ao poder. A linguagem – através de símbolos, signos, discursos, narrativas, etc. –, extrapola a sua eficácia quanto ao reconhecimento pelos indivíduos em fazer parte do grupo, e é claro, em não pertencer a ele (CAPELATO; DUTRA, 2000, p. 240).

Rosângela Schulz, ao arguir sobre a crise de representação política vivida pelas democracias, aponta que hoje há um esgotamento do modelo de democracia dos partidos, sendo substituído pela democracia do público, e essa mudança altera a relação da mídia com a política. No modelo anterior havia um atrelamento da mídia a um determinado grupo político, enquanto na democracia do público há uma *neutralidade* relativa da mídia. (SCHULZ, 2006, p. 205).

Acreditamos que tal colocação se aplica perfeitamente ao recorte temporal proposto, haja vista que, nos períodos eleitorais, o jornal *O Progresso* se transformou em porta-voz do PSD, partido de Weimar Torres, propagandeando seus candidatos, construindo notícias que exaltavam os políticos da legenda, além de criticar seus adversários sempre que preciso. Há um verdadeiro atrelamento do jornal ao PSD. O periódico era utilizado por Weimar Torres como elemento estratégico em prol dos interesses de seu grupo político visando à conquista de poder em Dourados, mas cujos resultados não foram positivos, haja vista o partido não ter ganho nenhuma eleição para prefeito e vice durante o recorte temporal proposto.

Patrick Champagne afirma que a imprensa representa um agente fundamental na realidade política, uma vez que produz efeitos sobre essa realidade, ou mesmo pode até criá-la por meio de suas visões midiáticas ocupadas em descrever fatos ou acontecimentos do campo político (CHAMPAGNE, 2003, p. 75). Portanto, o jornal *O Progresso* se caracterizou como elemento importante na vida política da sociedade douradense, por servir como instrumento de garantia de interesses de um determinado grupo político, cujos discursos tinham o objetivo de construir representações que pudessem trazer benefícios futuros a Weimar Torres e ao PSD.

Trata-se de um veículo de comunicação que possuía relações manifestas com o poder local, gerando uma certa *opacidade* no tocante ao limite entre o público e o privado²⁷. Jürgen Habermas, ao analisar a introjeção do interesse público sobre o capital privado dos proprietários de órgãos de imprensa, afirma que, com o nascimento de um jornalismo mais comercial, o qual acabou propiciando a criação de anúncios publicitários no interior dos impressos, os interesses privados dos proprietários dos periódicos se amalgamam a interesses das classes políticas, pois:

À mesma época em que, através da propaganda publicitária, penetrava na esfera pública a concorrência horizontal dos interesses dos donos das mercadorias entre si, os fundamentos do capitalista concorrencial já haviam penetrado enquanto tais nas lutas dos partidos, também a concorrência vertical entre contraditórios interesses de classes havia ingressado no âmbito da esfera pública (HABERMAS, 2003, p. 225).

Pudemos verificar como adjetivos positivos, capazes de idealizar determinados personagens da política local, eram frequentemente expostos, quase sempre na primeira página. Segue abaixo reportagem segundo a qual um vereador filiado ao PTB estaria sendo cotado para assumir a presidência municipal da legenda:

Segundo apurou nossa reportagem, o vereador Orlando Marques de Almeida, brilhante representante do Partido Trabalhista Brasileiro na Câmara Municipal, (...) homem sereno e equilibrado, trabalhador incansável em defesa dos interesses do povo, (...) representará, por certo, o fortalecimento do partido. (*O PROGRESSO*, 17/1/1954, p.4).

Ao prefeito municipal à época – Sr. Nelson de Araújo, membro da UDN –, também não faltavam predicados elogiosos. As ações da Prefeitura local eram estampadas em destaque em um período anterior às eleições de 1954, e podem ser verificadas abaixo:

²⁷ Podemos afirmar da dificuldade em se delinear os limites de introjeção (ou influência) do agente público (ou instituição) em um ambiente privado, como o Jornal *O Progresso*. Maria Helena Capelato afirma que a mídia coloca no mercado um produto extremamente específico: a mercadoria política. Sendo assim, há dois aspectos a serem levados em consideração: o público, relacionado ao aspecto político, e o privado, ao empresarial. A autora afirma: “Nessa instituição onde se mesclam o público e o privado, os direitos dos cidadãos se confundem com os do dono do jornal. Os limites entre uns e outros são muito tênues” (CAPELATO, 1994, p. 18).

[...] a arrecadação da tesouraria, no ano passado, deverá ultrapassar a casa dos dois milhões e quinhentos mil cruzeiros superando as melhores expectativas e deixando um grande saldo orçamentário. Sem dúvida alguma, tal fato vem demonstrar a eficiência da administração do município na gestão do Dr. Nelson de Araújo, que superando enormes obstáculos vem mantendo as finanças municipais em elevado índice e conceito. (*O PROGRESSO*, 10/1/1954, p. 1).

Exaltações e elogios foram por diversas vezes afirmados durante todo o ano de 1954 em se tratando do ex-senador do PSD Filinto Muller. Na corrida pela indicação de uma vaga de seu partido ao Senado Federal, foi citado como:

[...] homem de luta, passado brilhante, todo ele dedicado a serviço da pátria e do povo matogrossense, [...] um dos expoentes máximos da política nacional, justo orgulho de nosso Estado, que já representou na Câmara Alta, com inexcedível zelo e brilhantismo. Figura inconfundível de cidadão e de soldado. (*O PROGRESSO*, 17/1/1954, p. 1).

O PSD, partido de Weimar Torres, foi citado pelo jornal *O Progresso* como exemplo de coesão interna, a única esperança do povo douradense, e por isso sua responsabilidade era maior do que a dos demais partidos. Isso podemos notar em um editorial do próprio Weimar, cujo ataque teve como objetivo certo: atingir a direção local do PTB:

Nunca na história de Dourados tiveram tão numerosos desligamentos de seus membros como nesta agitada preparação do pleito de 3 de outubro próximo. Isso denuncia por um lado a fragilidade dos laços que unem os componentes de uma agremiação partidária, e por outro lado a orientação reinante nos partidos que lhes vem sendo imprimida. Acrescente-se entretanto que o único partido de Dourados que até agora não teve nenhum desligamento de seus quadros é o Partido Social Democrático, para o qual estão voltadas as melhores esperanças do nosso povo, de uma solução feliz na escolha dos candidatos aos cargos eletivos municipais. (*O PROGRESSO*, 2/5/1954, p. 4).

Portanto, em um momento anterior ao início da corrida eleitoral de 1954, o que interessava ao periódico era o bom proveito que poderia ser extraído de sua relação com a classe política local, independentemente de agremiação partidária, pois emitindo elogios ou *adulações*, poderiam estar garantidos os interesses do jornal *O Progresso*, fosse em benefício do jornal, ou do homem público, político Weimar Torres, fosse até mesmo de seu partido, o PSD, em uma futura aliança para as eleições de 1954. Tratava-se de uma via de mão dupla.

A citação anterior apontou para o início da mudança de postura do periódico, em um período anterior ao princípio da campanha eleitoral. Nesse momento, Weimar começou a perceber as dificuldades em se coligar com o PTB, portanto os discursos elogiosos e meritórios aos líderes da legenda desapareceram das páginas do jornal *O Progresso*. Mais tarde, o PSD se coligou ao PDC e a uma ala dissidente petebista, intitulada Ala Trabalhista. Essa corrente era formada por políticos filiados ao PTB, que acabam discordando do resultado da convenção petebista, estabelecendo uma aliança informal com a coligação PSD/PDC, mostrando-se alinhados aos pessedistas²⁸. Buscando influenciar a opinião pública douradense, os discursos escritos no jornal realçam as virtudes apenas dos candidatos da coligação PSD/PDC/Ala Trabalhista, da qual Weimar Torres era candidato a vereador.

Portanto, em um período anterior às eleições de 1954, o jornal *O Progresso* construiu discursos de conteúdo meritório e elogioso a toda a classe política local. Como não havia

²⁸ No capítulo seguinte, explanaremos com mais detalhes sobre o desdobramento dessa coligação e das demais nas eleições de 1954.

definição em relação às alianças, era necessário *eleva*r os nomes dos políticos, futuros possíveis alinhados do PSD, partido de Weimar. O PTB seria o principal alvo dos elogios.

Isso, de acordo com a nossa análise, se deu por dois motivos: o primeiro seria a força do PTB na colônia agrícola, partido mais forte na zona rural em Dourados, e seu apoio era fundamental para se conseguir qualquer vitória no município, haja vista a CAND possuir o maior colégio eleitoral. Segundo, era o fato do PSD ser parceiro do PTB em nível nacional, e, ocasionalmente também em Mato Grosso. Conforme Maria Manuela Neves, no estado, o PTB agiria como o partido equilibrador do sistema bipartidário mato-grossense, e a vitória de PSD ou de UDN dependia basicamente do apoio formal ou não do PTB, por isso a aliança com os trabalhistas seria tão cobiçada pelos dois adversários hegemônicos em nível estadual, o PSD e a UDN (NEVES, 1988, p. 26). Weimar e seu grupo político sabiam da força crescente do partido em nível local.

Mas quando Weimar Torres percebeu que não haveria possibilidade de seu partido se coligar com o PTB, muito menos com a UDN, os discursos meritórios foram destinados apenas aos candidatos da aliança PSD/PDC/Ala Trabalhista. Para os demais, foram construídos discursos que se apresentavam, na maioria das vezes, de forma pejorativa. Porém, tal expediente acabou não sendo eficaz, pois o grupo de Weimar perdeu as eleições daquele ano, vencidas pela UDN.

Já em 1958, antes do período eleitoral, não havia uma postura de *afago* à toda classe política local, como nos meses que antecediam as eleições de 1954. Havia alguns elogios e adulações destinados ao PTB antes da corrida ao pleito, em um movimento semelhante ao que ocorreu em 1954. Mas o conteúdo meritório dos discursos eram direcionados principalmente ao grupo político de Weimar Torres, principalmente em virtude de seu sogro, Vlademiro do Amaral, ser o escolhido pelo partido como candidato a prefeito.

As eleições de 1958 foram marcadas pela superexposição dos candidatos do PSD nas páginas do jornal *O Progresso*. Foram 140 inserções em prol dos pessedistas, entre março e setembro. As veiculações dos candidatos do PSD iam aumentando com o passar do tempo, chegando ao ápice no mês de setembro. Destaque para a candidatura de Vlademiro do Amaral e de Weimar Torres. Para Vlademiro, os espaços eram os mais diversos: desde a propaganda de seu histórico com foto, até a explanação de seu programa de governo. Também a imagem de Weimar era propagandeada de forma maciça pelo periódico. É quase uma constante a divulgação dos dois candidatos na primeira página do jornal, inclusive destacada como manchete. Portanto, a diagramação do jornal *O Progresso* atuou no sentido de dar uma maior visibilidade a Vlademiro e Weimar na campanha de 1958. Em relação a esse aspecto, Capelato afirma:

O diagramador organiza as imagens, o título principal e secundários, a subdivisão dos textos com fios grossos e finos, espaços cheios e vazios; manipula o contraste entre o preto e o branco.[...] Na diagramação, afirma Rafael Souza e Silva, as ilustrações desempenham papel preponderante: as fotos, caricaturas, desenhos e anúncios, enxertados em meio aos textos, quebram-lhe a monotonia, imprimindo movimento ao todo (CAPELATO, 1994, p. 17).

Quanto à UDN, principal adversário do PSD, apenas discursos desqualificadores, tanto em relação à administração do Prefeito Antônio Moraes, quanto às estratégias políticas dos udenistas visando conquistar o poder, fazendo diversas críticas às tensões internas da UDN.

O jornal apontou para uma disputa que havia no interior do partido entre João Augusto Capilé Júnior e Delmar de Oliveira, filho do coronel Joaquim de Oliveira. No editorial intitulado *Política é assim mesmo*, Weimar Torres, sob o pseudônimo de J. Bartolomeu, afirmou:

Fiquei sabendo que a UDN está procurando outro candidato a prefeito, porque as brigas entre o pessoal do Sinjão e do Delmar acabaram esfriando todo o resto de entusiasmo nos arraiais udenistas. Do jeito que a coisa está, o Sinjão vai ter menos votos do que a D. Morena, como vereadora (*O PROGRESSO*, 18/5/1958, p. 3).

Quanto ao PTB, havia um movimento similar ao que ocorreu nas eleições anteriores. O jornal destacava a tentativa do PSD de aproximação com os petebistas, visando derrotar a UDN, demonstrando claramente que a iniciativa da coligação partia do PSD:

Uma comissão permanente do PSD vai entrar em contacto com o PTB local visando encontrar uma fórmula capaz de unir as duas agremiações no pleito vindouro. As conversações terão como ponto de partida a procura de nomes que possam unir os objetivos dos dois partidos visando uma ampla vitória comum (*O PROGRESSO*, 13/4/1958, p. 1).

Mesmo com a aceitação da candidatura de Vivaldi de Oliveira pelo PTB local em virtude do pedido de correligionários do partido (*O PROGRESSO*, 20/4/1958, p. 1), as conversas entre PSD e PTB ocorreram, sendo estruturada uma comissão visando construir a aliança: “Uma Comissão inter-partidária do PSD e PTB está estudando a fundo, a possibilidade de aliança entre as duas agremiações. Ambos estão convencidos de que a disputarem separados o pleito, a vitória caberá à UDN” (*O PROGRESSO*, 27/4/1958, p. 1). O partido, já com o processo eleitoral se aproximando, ainda buscava uma coligação com o PTB, e com a chegada de Vlademiro a Dourados para a campanha, os entendimentos poderiam acontecer. (*O PROGRESSO*, 1/6/1958, p. 1).

A coligação entre os dois partidos acabou não se consolidando, e o periódico começou a publicar as defecções no seio do PTB local, como ocorreu nas eleições de 1954, tentando demonstrar a fragilidade interna do partido. O jornal divulgou amplamente a dissidência promovida por Tibúrcio Olau de Almeida, um dos fundadores da legenda na cidade, eleito juiz de paz na eleição de 1954, pelo fato de não ter sido indicado candidato a prefeito pelo PTB, como apareceu em 8 de junho de 1958. No editorial *Política é assim mesmo*, foi construído um suposto diálogo entre o articulista J. Bartolomeu e o coronel Juca de Mattos, líder do PSD douradense. Na *conversa*, Juca afirmava que o candidato do PTB deveria ser Tibúrcio Olau, pois ele detinha a liderança no diretório:

- Me diga, cumpadre Juca, de quem é aquele jeep que passou ainda agora por aqui, levantando poeira?
- Pois é o jeep do PTB, vovô Bartolo. Eles estão embalados para a candidatura do Vivaldi....
- E o velho Olau, onde vai ficar?
- Não sei vovô. Mas a verdade é que ele é que devia ser o candidato, pois tem oitenta por cento do eleitorado do partido, é uma injustiça que fique do lado de fora (*O PROGRESSO*, 8/6/1958, p. 3).

Portanto, como em 1954, Weimar construiu um discurso vinculado à estratégia de conquista do poder em Dourados. Weimar era consciente da força política do PTB, crescente desde a chegada dos primeiros migrantes a partir da CAND. Por isso, as inúmeras tentativas em construir a aliança com os trabalhistas no município. Porém, Weimar Torres e o PSD não obtêm sucesso na empreita, por motivos que serão analisados no capítulo seguinte. Restava chamar a atenção do eleitorado para as fraquezas do PTB, construindo um discurso com o objetivo de macular a imagem do partido perante a opinião pública local. Quanto à UDN, a crítica foi uma constante, haja vista o partido se configurar no principal adversário em Dourados, vencedor das eleições de 1950 e 1954.

Em 1962, após 18 meses sem o jornal circular, Weimar Torres correu contra o tempo para voltar a rodar *O Progresso*. Em seu diário pessoal, mencionou a aquisição do novo

motor, visando modernizar o jornal: “Está sendo montado para alimentar a gráfica o motor que adquiri dos sucessores do finado Ângelo Nigro, com um gerador de 7 KWA” (Diário pessoal de Weimar Torres, 11/1/1962). Em 5 de fevereiro, Weimar chama a atenção para a intensidade dos trabalhos visando veicular novamente *O Progresso*: “Trabalho intenso no jornal. Imprimimos as duas páginas do suplemento interno. A máquina ainda não está perfeita, mas pouco a pouco a iremos regulado” (Diário pessoal de Weimar Torres, 5/2/1962).

Sobre a utilização dos diários pessoais nos estudos históricos, apontamos a análise de Maria Tereza Cunha. Segundo a autora, essas fontes passaram a ser utilizadas mais intensivamente pelos pesquisadores a partir da década de 1980, com a emergência da História Cultural. Esses documentos passaram a ser essenciais para a compreensão de vidas cotidianas, expondo a forma como os indivíduos tratavam seu dia a dia. Cunha afirma:

Escritos à mão, materializados em papel e tinta, os diários eternizam, em folhas amareladas pela passagem do tempo, ideias, saberes, valores, acontecimentos e dizeres, além de fantasias, medos e experiências – tudo isso são *representações* de outro tempo que dão sentido ao mundo social, criando outras realidades (CUNHA, 2009, p. 253).

Weimar Torres reinaugurou o jornal *O Progresso* em 11 de fevereiro de 1962. Vlademiro do Amaral assumiu a gerência do jornal nesse momento, fator que deve ter influenciado uma sensível modificação nos discursos criados pelo periódico, sendo provável que Vlademiro passasse a ter autoridade sobre a linha editorial de *O Progresso*. Isso pôde ser sentido no que tange à política local. Os discursos mais combativos, próprios de Weimar Torres nos períodos eleitorais de 1954 e 1958, de ataques a adversários políticos, ou mesmo de *afagos* em períodos eleitorais foram deixados de lado. Um tom mais ameno passou a predominar nas páginas de *O Progresso*, no que concerne aos antigos adversários, especialmente às lideranças da UDN local. A exceção eram as constantes críticas ao governo de Fernando Correa da Costa, conforme citamos anteriormente.

Há de se destacar que Vlademiro do Amaral é ex-udenista, vereador em Dourados pelo partido de 1947 a 1950. Vlademiro se desfilou da UDN e migrou para o PSD por influência de seu genro, conforme apontou Adiles do Amaral Torres, viúva de Weimar. Portanto, havia uma ligação anterior de Vlademiro com a UDN local.

O que é mais relevante é o fato de o filho de Vlademiro, Celso Muller do Amaral, ser candidato a vice-prefeito na chapa udenista, o que pode ter motivado um tom mais ameno de *O Progresso* quanto à UDN local durante o período eleitoral de 1962, embora Weimar e Celso Muller estivessem de relações cortadas nessas eleições – o que não permitia espaço para Celso nas páginas do semanário –, havendo um pedido de reatamento de relações feito por Celso via carta na noite de Natal daquele ano (Diário pessoal de Weimar Torres, 24/12/1962).

Outro fato remeteu também a um discurso mais tênue do jornal para com a UDN: a tentativa de aproximação entre PSD e UDN nas eleições de 1962 em Dourados, aproximação essa liderada pelo próprio Vlademiro. Ciente da força eleitoral crescente do PTB em Dourados, Vlademiro enxergou como a única possibilidade de derrota dos petebistas a aliança entre pessedistas e udenistas, sempre antagônicos nas eleições estaduais. Weimar, avaliando que isso poderia lhe trazer prejuízos, em seu diário pessoal apontou sua preocupação com o fato:

A situação política se agita no PSD. O Wilson Dias de Pinho insiste em ser candidato do partido à Prefeitura. Por outro lado, vários elementos, liderados pelo *seo* Amaral repelem essa candidatura para preferir uma aliança com a UDN. Minha situação, como candidato a deputado é delicadíssima. (Diário pessoal de Weimar Torres, 21/1/1962).

Tal aproximação acaba não acontecendo, e Wilson Dias de Pinho foi lançado candidato do PSD à Prefeitura de Dourados, candidatura essa que não era vista com bons olhos, nem por Weimar, nem por seu sogro Vlademiro do Amaral. Portanto, diferentemente das campanhas anteriores, o monólito pessedista acabou não se configurando. A cisão no PSD era certa, e *O Progresso* apontava sem muito alarde o nome do Deputado Estadual Wilson Dias de Pinho como candidato do partido. Em seu número de retorno, o periódico afirmou que o nome de Pinho foi lançado pela maioria da legenda, o que não indicava unanimidade do PSD em relação à sua candidatura, ainda mais lançando tal campanha sem aliados (*O PROGRESSO*, 11/2/1962, p. 1).

Diferentemente das eleições anteriores, não havia uma empolgação em relação à candidatura do PSD a prefeito por *O Progresso*. Prevendo resultados negativos na candidatura de Wilson Dias de Pinho, Weimar estava mais preocupado com a reestruturação dos diretórios do PSD na região, que podiam vir a se tornar importantes pontos de apoio à sua candidatura a deputado estadual. Em seu diário pessoal, Weimar ressaltou o desastre que seria a campanha para prefeito do PSD em Dourados. O próprio Pinho tentou por diversas vezes renunciar à candidatura, mas foi convencido pelos correligionários a não fazê-lo (Diário pessoal de Weimar Torres, 2/5/1962).

O jornal *O Progresso* deu outro tom à tentativa de renúncia de Wilson Pinho. Segundo o periódico, Pinho desmentiu os boatos de renúncia e afirmou que “é um candidato para valer, para ganhar ou para perder, mas que lutará até o fim pela sua vitória” (*O PROGRESSO*, 13/5/1962, p. 1).

Mesmo assim, foram feitas enquetes pelo jornal *O Progresso* na zona urbana de Dourados, segundo as quais Wilson Dias de Pinho supostamente disputava palmo a palmo a eleição com o deputado estadual Antônio Moraes, da UDN, estando o candidato petebista Napoleão Francisco de Souza sempre em desvantagem. É importante frisar que *O Progresso* tinha circulação praticamente nula na colônia agrícola, reduto petebista, e que tais resultados poderiam também ser manipulados pela direção do jornal com o objetivo de alavancar a candidatura de Pinho. Mas sempre sem muito alarde, sem manifestações calorosas ao candidato do PSD, e sem ataques a seus adversários políticos. Os discursos elogiosos e de caráter meritório cabiam mais ao próprio Weimar Torres e às principais lideranças pessedistas estaduais, Filinto Muller e João Ponce, ou algum outro candidato a vereador pelo partido.

É importante destacar o espaço publicitário que é dado a Wilson Barbosa Martins, prefeito de Campo Grande (1958-1962) e candidato a deputado federal pela UDN, e Júlio de Castro Pinto, candidato udenista ao Senado. Desde o início da campanha eleitoral, suas propagandas foram uma constante, sendo registradas todas as semanas até as eleições. No calor das eleições, foi concedido a Wilson Barbosa Martins um espaço de três quartos de página para divulgação de suas propostas, sem contar os comentários na coluna *Passarela Política*. Em quase todos, não faltaram elogios a Wilson Martins, afirmando que ele será mais votado na região que o udenista Rachid Saldanha Derzi, candidato a deputado federal da UDN de Ponta Porã.

Isso também explica a influência de Vlademiro do Amaral, ex-udenista, quanto às publicações de *O Progresso*, indicando uma postura menos *panfletária* do semanário, pois importavam muito mais os lucros vindouros das publicações, independentemente de sua origem. Se o jornal adotasse uma postura de combate aos candidatos da UDN, poderia contribuir para que tais lucros migrassem para o concorrente, *O Jornal de Dourados*.

Mas o que importava para Weimar era sua eleição para deputado estadual, que ele mesmo previu que também seria muito difícil. Pensando dessa forma, atuava na

reestruturação dos diretórios do PSD na região, fator que consolidava sua vitória a deputado estadual, assunto que será explanado no capítulo III.

Em relação à candidatura de Napoleão Ferreira de Souza (PTB), não havia críticas durante o período eleitoral. Além de Weimar e Vlademiro não acreditarem na vitória do candidato do PSD, essa postura tênue também em relação ao candidato do PTB se dava em virtude de pessedistas e petebistas estarem coligados nas eleições para o Senado Federal, suplente de senador e Câmara Federal.

Portanto, no período estudado, Weimar Torres construiu representações que demonstravam claramente a estratégia de seu grupo político. O jornal *O Progresso*, como meio de comunicação capaz de interferir na vida social dos douradenses, serviu de instrumento para garantia de interesses do PSD no período, fosse na tentativa de construir alianças, fosse na vontade em alavancar seus candidatos – por isso a *elevação, adulação* de determinados políticos em um determinado período. O contrário, adjetivos pejorativos também faziam parte do vocabulário político do periódico, destinados a desqualificar seus adversários. Tanto UDN quanto PTB, em períodos diferentes, sendo possíveis aliados ou possíveis contendores, eram o principal alvo das representações construídas pelo jornal. Maior ênfase do discurso elogioso ao PTB, pela força política na CAND e pelos arranjos estaduais entre as duas legendas, mas tal discurso não é uma constante. Havia também discursos de combate aos trabalhistas no município no período, sempre que a aliança não se consolidava, como em 1954 e 1958.

Para Jean-Noël Jeanneney, a imprensa detém uma importância cabal na conquista de votos, porém, os dirigentes geralmente exageram, tendem a potencializar essa importância (JEANNENEY, 2003, p. 216). O uso que o PSD fez do jornal *O Progresso*, como instrumento na estratégia do partido em conquistar o poder, serve de exemplo, está de acordo com a colocação do autor. Embora *O Progresso* fosse utilizado por Weimar Torres e seu grupo político para garantir seus interesses, isso não se traduzia em vitória eleitoral do partido, principalmente no tocante à cadeira de prefeito de Dourados.

Nesse caso, também podemos fazer algumas colocações sobre *poder simbólico*. John B. Thompson alude a este conceito como a capacidade que certos indivíduos têm de promover ações que podem intervir no curso dos acontecimentos, ou influenciar as ações de outros indivíduos, além de “produzir eventos por meio da produção e da transmissão de formas simbólicas”. Os meios de comunicação são instituições que possuem esse *poder simbólico*, pois “se orientam para a produção e difusão generalizada de formas simbólicas no espaço e no tempo” (THOMPSON, 1998, p. 24).

Portanto, Weimar Torres utilizava-se de um *capital simbólico* – os discursos produzidos pelo jornal *O Progresso* –, com o objetivo bem definido de conquistar espaços mais significativos na esfera pública municipal, ou seja, garantir seu poder político em Dourados, ou até mesmo aumentá-lo no município. Para esse objetivo, foram criadas formas discursivas diferentes, dependendo a quem se referisse, fossem elogios, fossem críticas, discursos esses construídos para fazer valer os interesses de seu grupo político.

2.3. *O Progresso versus O Jornal de Dourados: concorrência e política local (1958).*

O ano de 1958 marcou o momento em que *O Progresso* viu surgir seu principal concorrente no período, *O Jornal de Dourados*. Um fator relevante era que seus fundadores, Antônio Tonanni e José Floriano de Freitas foram funcionários do periódico de Weimar

Torres. O primeiro ocupou a cadeira de diretor, em um momento que o jornal não passava por uma situação financeira confortável. Quando deixou a direção de *O Progresso*, assumiu seu lugar o Deputado Federal Fernando Jorge Mendes Gonçalves. Portanto, tanto Tonanni quanto Freitas eram indivíduos que detinham fundamental influência na linha editorial do jornal *O Progresso*. Em 29 de dezembro de 1957, no último exemplar sob direção de Tonanni, este fez um balanço de sua passagem pelo periódico, ressaltando a melhora nos resultados:

Em fevereiro do corrente ano quando assumimos a responsabilidade do jornal, já fazia um mês que ele deixara de ser editado. Com permissão de seu fundador Dr. Weimar Torres, ele voltou a circular. Os primeiros 3 meses foram de organização, tendo havido déficit na receita mensal. A tiragem era de 150 exemplares por semana, 80 assinantes e pouca venda de balcão. Mês após mês a procura do jornal foi aumentando e passou a apresentar superavit. Em setembro contávamos com 110 assinantes uma tiragem de 250 números e vendas de 120 (semanal). Em novembro alcançamos 500 números por semana e para nossa satisfação a aceitação do jornal foi sempre crescente. Este mês chegamos ao máximo com a tiragem de hoje de 800 exemplares e 150 assinantes. A venda em dezembro até domingo passado foi de 1610 números. [...] Satisfeitos pelo êxito obtido, lançaremos-nos para nova luta [...] (*O PROGRESSO*, 29/12/1957, p. 1).

Antônio Tonanni chega a Dourados para trabalhar com o comendador Geremia Lunardelli, milionário italiano que adquiriu na região uma extensa área para o plantio do café. Lunardelli era conhecido como o *rei do café* e sua chegada à cidade foi noticiada pela imprensa local. Tonanni atuava tanto no plantio quanto no beneficiamento do café e de arroz (*O PROGRESSO*, 3/2/1957, p.1).

Em 5 de janeiro de 1958, iniciou-se a circulação de *O Jornal de Dourados*. Em seu primeiro número, José Floriano de Freitas apontou a intenção em manter o periódico independente das vontades de grupos políticos, sem paixões ou rancores, conforme afirmado no editorial intitulado *Nosso Propósito*:

[...] Quando criamos a ideia de um novo jornal para esta cidade progressista, tínhamos em vista o seu engrandecimento. Era nosso desejo que a leitura de “O Jornal de Dourados” despertasse no leitor o interesse pela conversa da imprensa local e que a imprensa local levasse ao leitor notícias de algum proveito; que o jornal seguisse uma orientação segura, sem rancores e paixões, sem compromissos com grupos ou partidos políticos; um semanário que encontrasse todos os lares abertos para recebê-lo; um jornal para a família [...] (*O JORNAL DE DOURADOS*, 5/1/1958, p. 1).

Analisando o discurso dos dois periódicos em questão, buscamos compreender a concorrência estabelecida a partir das transformações importantes vividas por Dourados com a migração proporcionada pela CAND, conforme apontamos no capítulo I. Tanto o jornal *O Progresso* quanto *O Jornal de Dourados* emergiram nesse momento de crescimento sentido tanto pela zona rural quanto pela zona urbana, e os dois, como instrumentos a serviço de seus proprietários, e elementos de intervenção na vida da sociedade local, buscavam disputar espaços publicitários, tanto junto ao poder público quanto ao mundo privado, que crescia substancialmente em virtude da migração supramencionada. Portanto, os interesses dos diretores dos dois órgãos de imprensa estavam latentes nas páginas dos periódicos. A subjetividade dos proprietários se fez presente nas páginas de *O Progresso* e *O Jornal de Dourados*. Sobre isso, Capelato afirma: “Na construção do fato jornalístico interferem não apenas elementos subjetivos de quem o produz, mas também os interesses aos quais o jornal está vinculado” (CAPELATO, 1994, p. 22).

Ao mesmo tempo, essa concorrência foi estabelecida a partir da vida política douradense, ainda quando se tratava de ano eleitoral, como era o caso, e com os dois jornais fazendo campanha explícita para seus respectivos candidatos. Os dois buscaram, de acordo

com as conveniências, se aproveitar desse momento, numa queda de braço em que 1958 foi o período de constantes *rounds*. Weimar Torres e Antônio Tonanni, mais do que diretores dos dois periódicos, eram personagens de uma história que envolve diretamente a disputa pelo poder local naquele ano.

Capelato afirma que a leitura dos discursos contidos nos periódicos busca identificar, por parte do historiador, as práticas políticas de seus representantes, revelando seus interesses específicos ou não, e suas ações de acordo com o momento. Segundo a autora:

Grupos se aproximam e se distanciam segundo as conveniências do momento; seus projetos se interpenetram, se mesclam e são matizados. [...] O confronto das falas, que exprimem idéias e práticas, permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos (CAPELATO, 1988, p. 34).

Adson de Arruda aponta que os jornais da época surgiram primeiramente a partir da iniciativa estatal. Em um segundo estágio, se transformaram em porta-vozes das lutas político-partidárias no período, e a disputa entre oposições era pauta certa dos periódicos, haja vista a necessidade de um político, proprietário de um órgão de comunicação, em desqualificar um adversário para garantir seus interesses. Segundo o autor:

Ter um periódico nas mãos significava agora estabelecer uma nova forma de divulgação do programa de seus respectivos partidos e, o que é mais importante, tornou-se uma nova arma para combater os adversários, em nível das ideias, mostrando os seus erros, as suas incoerências; mas também para lançar ataques pessoais, como uma maneira bastante eficaz de desqualificar as oposições (ARRUDA, 2002, p. 22).

No mesmo sentido, Monique de Siqueira Gonçalves afirma que os jornais, desde o período imperial, são os principais veículos de informação no meio urbano. Portanto, se tornaram os instrumentos fundamentais para formação de opiniões, servindo aos interesses de grupos que disputavam o apoio da opinião pública com a finalidade de legitimar suas práticas (GONÇALVES, 2005, p. 48).

De início, parecia haver um clima ameno na relação entre os dois periódicos. Em 13 de abril de 1958, o jornal *O Progresso*, na coluna intitulada *Viajantes*, noticiou a viagem a São Paulo de Antônio Tonanni, tratando-o como “grande industrial e comerciante neste município” (*O PROGRESSO*, 13/4/1958). Na coluna *Política em Marcha*, Tonanni é citado como possível candidato a vice-prefeito na chapa encabeçada pelo PSD (*O PROGRESSO*, 11/5/1958, p. 1). Em 27 de abril de 1958, *O Jornal de Dourados* deu destaque, em matéria de capa, à candidatura de Vlademiro do Amaral. Em editorial intitulado *Amaral, o favorito do público*, o periódico remeteu elogios e adulações ao candidato pessedista, sogro de Weimar Torres:

[...] O PSD, por sua vez lançando mão de um de seus elementos de maior valor, indiscutivelmente escolheu o agrimensor Vlademiro Muller do Amaral, riograndense, aqui radicado há mais de vinte e cinco anos, onde grangeou profundas e sólidas amizades que hoje estão sendo traduzidas pelo constante apoio de elementos estranhos às fileiras de seu partido. [...] O favoritismo que atribuímos ao candidato pessedista não é uma observação superficial ou uma manifestação de nossa tendência política, mas é fruto da observação que vimos fazendo de há muito tempo não só nesta cidade, como na Colônia e nos Distritos onde através dos nossos correspondentes e leitores temos sentido as manifestações espontâneas do público que é afinal de contas o juiz que decidirá a sorte através das urnas de três de outubro [...] (*O JORNAL DE DOURADOS*, 27/4/1958, p. 1).

Porém, não se passou muito tempo para que as relações entre seus diretores se estreitassem, e o discurso inaugural de *O Jornal de Dourados*, de independência em

relação aos grupos políticos, sem paixões ou rancores, caiu por terra. As eleições daquele ano foram a pedra de toque para a troca de ofensas pelas páginas dos dois periódicos, sem contar a verba publicitária da Prefeitura de Dourados, nas mãos do órgão comandado por Tonanni.

Tais verbas publicitárias podem ter sido destinadas ao órgão dirigido por Tonanni e Freitas a partir de março de 1958. A postura de *O Jornal de Dourados* quanto à administração municipal, anteriormente, foi de crítica tênue e reivindicação no tocante aos problemas do cotidiano urbano da cidade. Tais críticas não apareceram em destaque, sempre na terceira página, e nunca como matéria de capa. Segue abaixo reivindicação por melhoria nos serviços de fornecimento de energia elétrica na cidade:

Falta luz em vários pontos da cidade. Apelamos ao Sr. Prefeito, para que esta preciosidade pelo menos até o Patronato de Menores, onde as nossas heróicas educadoras lecionam e corrigem provas até altas horas sob a luz de candeeiro. Estamos certos de que com seu espírito de homem humanitário e compreendedor das necessidades, tão logo seja possível baterá com sua vara mágica no telhado do Patronato. (*O JORNAL DE DOURADOS*, 23/2/1958, p. 3).

Depois, também de forma tênue, o jornal criticou o estado do aeroporto, administrado pela Prefeitura local: “O aeroporto precisa ter pista asfaltada. Estamos dormindo no ponto. Breve os novos aviões passarão só no céu de Dourados” (*O JORNAL DE DOURADOS*, 16/3/1958, p. 3).

Na edição de 28 de março de 1958, momento em que o periódico começou a publicar a divulgação dos atos oficiais da Prefeitura, *O Jornal de Dourados* mudou a postura em relação à Prefeitura de Dourados. Em destaque de capa, noticiava com ênfase as futuras ações da municipalidade, parabenizando o prefeito pelas iniciativas:

Grandes transformações vai sofrer a cidade. Vão ser lançados à Concorrência Pública: o calçamento das ruas, o ajardinamento da praça Antônio João, construção de refúgios de águas pluviais, muros e ruas no cemitério e outros vários melhoramentos. Dourados merece isto e muito mais. Parabéns ao Sr. Prefeito Antônio Morais. (*O JORNAL DE DOURADOS*, 28/3/1958, p. 1).

Também em março surgiu o primeiro desentendimento expresso nas páginas dos dois periódicos. Tratava-se do caso de demissão do administrador da CAND, Tácito Pacce, a pedido do PSD do Mato Grosso. O jornal *O Progresso* noticiou o fato, apontando Pacce como traidor das hostes do partido, pelo fato de ter deixado a legenda após não ter sido indicado candidato a deputado federal, preterido por Fernando Jorge Mendes Gonçalves, diretor durante 1958 do jornal *O Progresso* (*O PROGRESSO*, 2/3/1958, p. 1/4). *O Jornal de Dourados* saiu em defesa de Tácito Pacce, acusando Fernando Jorge Mendes Gonçalves, de agir em “desinteresse público que, o que mais interessava era o bem estar de um diretório político local, e não o bom andamento e administração do Departamento de Colonização do INIC e a solução de problemas que interessam a coletividade” (*O JORNAL DE DOURADOS*, 9/3/1958, p. 1).

Tácito Pacce, nesse episódio, pode ter sido personagem importante na disputa pelo comando político na região da colônia agrícola. Era comum o administrador da CAND fazer campanha explícita em épocas eleitorais a um determinado candidato dentro da colônia. Estando Pacce no PSD, poderia trazer lucros políticos ao partido de Weimar Torres em uma região onde a legenda sempre foi carente de votos. Por isso os pessedistas pressionaram por sua demissão, noticiada pelo seu órgão de comunicação, o jornal *O Progresso*, a partir de seu desentendimento com o diretório local.

É possível que Tácito Pacce tenha migrado para o PTB, e sua defesa por *O Jornal de Dourados* se deu em virtude dos entendimentos entre esse periódico e os trabalhistas locais quanto ao apoio do órgão de Tonanni e Freitas à campanha petebista para a Prefeitura local.

Em 2 de março de 1958, *O Jornal de Dourados* deu amplo destaque à reestruturação do PTB local, tecendo elogios e adulações aos petebistas de Dourados e Itaporã:

Reestruturados os diretórios de Dourados e Itaporã. Adesões em massa ao PTB. Grande é o número de adeptos que ultimamente têm ingressados às fileiras do Partido Trabalhista Brasileiro, graças ao eficiente trabalho de arregimentação e esclarecimento que vêm fazendo os seus dirigentes na zona sul do Estado, conquistando sempre novos núcleos, o que por certo mudará o rumo nas próximas eleições (*O JORNAL DE DOURADOS*, 2/3/1958, p. 1).

Além disso, *O Jornal de Dourados* noticiou uma proposta de emancipação da colônia agrícola elaborada pelos diretores do jornal e encaminhada a Pacce, que passou a trabalhar nessa proposta. A demissão de Pacce poderia encerrar tal demanda iniciada pelos diretores do periódico, transformando-se em perda de prestígio político de Tonanni, por isso a defesa de Tácito Pacce nas páginas de seu órgão de comunicação. Quanto à proposta de emancipação da colônia, Tácito Pacce foi recebido pelo Governador Ponce de Arruda para viabilizar a proposta, notícia que o periódico anunciou com júbilo. Sobre o ocorrido, *O Jornal de Dourados* afirmou:

Dr. Tácito devidamente credenciado pelo Sr. Dr. Walter Cechella, presidente do INIC submeteu a apreciação de S. Excia, o Governador do Estado, o plano de emancipação da Colônia, que foi jubilosamente apreciado pelo Sr. Dr. João Ponce de Arruda, que mais uma vez salienta a sua preocupação em solucionar esse problema que diz respeito a milhares de agricultores da região do Núcleo Colonial de Dourados, tendo mesmo, cumprimentado o Dr. Tácito pela dedicação e esforços dispendidos na elaboração de tal plano, em boa hora determinado pela nova direção do INIC. O “Jornal de Dourados” que esteve presente a todos os demarches rejubilase com os futuros beneficiados com esse plano e sente-se orgulhoso por ver uma sugestão tornar-se realidade (*O JORNAL DE DOURADOS*, 16/3/1958, p. 1).

Portanto, a partir do episódio envolvendo o administrador da CAND, se estabeleceram os primeiros momentos de uma disputa por prestígio político junto à comunidade douradense, entre *O Progresso* e *O Jornal de Dourados*. Como Tácito Pacce não foi demitido, os diretores de *O Jornal de Dourados* saíram fortalecidos politicamente, o que de certa forma motivou um primeiro tensionamento, evidente nas páginas dos periódicos, ainda mais latente por envolver Fernando Jorge Mendes Gonçalves, candidato do PSD à reeleição para deputado federal, preferido ao invés de Tácito Pacce, o que motivou a saída do administrador da CAND do partido.

Mais tarde, em razão da conquista das verbas para divulgação dos atos da administração municipal por *O Jornal de Dourados*, esse órgão mudou sua postura em relação à Prefeitura de Dourados. Antes críticas, embora tênues, à administração municipal. Após receber os recursos mencionados, passou a tecer contínuos elogios aos serviços prestados pela Prefeitura local. Por parte do periódico de Weimar Torres, ataques à administração do udenista Antônio Morais, pelo fato de haver perdido para o concorrente os referidos recursos, conforme já levantamos no primeiro item deste capítulo.

Quanto à postura elogiosa de *O Jornal de Dourados* em relação ao alcaide, podemos citar as obras realizadas na praça Antônio João. O periódico afirmava que “[...] Será um dos mais bonitos jardins do Estado” (*O JORNAL DE DOURADOS*, 15/6/1958, p. 1).

Até as reivindicações à Prefeitura Municipal foram realizadas de forma muito respeitosa, como na matéria de destaque de capa sobre o péssimo estado da estrada que ligava o Patrimônio Rainha dos Apóstolos com a estrada Dourados-Rio Brillhante: “Dirigimo-nos ao Sr. Antônio Morais, digno Prefeito Municipal, solicitando-lhe que mande abrir mais um pouco a mata permitindo a entrada do sol na estrada a fim de secá-la” (*O JORNAL DE DOURADOS*, 8/6/1958, p. 1).

Na crônica intitulada *O homem que não fez nada*, *O Jornal de Dourados*, antes de apontar as benfeitorias da administração municipal de Antônio Morais dos Santos, realizou a defesa veemente do alcaide:

[...] vem ele, o nosso Prefeito, recebendo dos seus adversários políticos toda sorte de doestos, que na verdade não são merecidos porque, é o único dentre muitos municípios, quer a frente dos destinos da municipalidade, quer como cidadão simplesmente, muito tem feito pelo torrão que habitamos [...] (*O JORNAL DE DOURADOS*, 3/8/1958, p. 3).

Esse estado de coisas motivou um desconforto na relação antes cordial entre os dois periódicos. Tanto Weimar Torres quanto Fernando Jorge Mendes Gonçalves perceberam que seu concorrente vinha ganhando espaços significativos junto à comunidade local, espaços que poderiam estar nas mãos dos dirigentes do jornal *O Progresso*. Interesses políticos e partidários se entrecruzaram, colocando em uma zona de conflito os dois órgãos, cujas contendas passaram a ganhar as páginas, tanto de um, quanto de outro.

Francisco de Assis Neves, ao analisar os discursos da imprensa em Rio Grande (RS) do final do século XIX sobre a política regional daquele estado, afirmou que os meios de comunicação se transformaram em instrumentos de interesses político-partidários, cujos conflitos e ataques entre grupos políticos adversários ganharam destaque nas páginas dos periódicos. Para o autor, o jornalismo chega a servir como “elo de ligação ou agente de combate entre diferentes tendências político-ideológicas (NEVES, 1998, p. 9). Tal análise serve como referência para este trabalho, haja vista os discursos construídos por *O Jornal de Dourados* e por *O Progresso*, quando referidos a um dos concorrentes, estarem relacionados, primeiramente, à luta pela vitória nas eleições em Dourados, estando os dois órgãos a serviço de grupos políticos adversários.

Começaram a surgir críticas a Antônio Tonanni nas páginas de *O Progresso*, como no episódio da instalação do primeiro bispado em Dourados, evento este muito festejado pela comunidade douradense. Na coluna *Política em Marcha*, o jornal *O Progresso* questionou a religiosidade de Tonanni, apontando que ele estava mesmo é interessado em agenciar terreno para o bispo Dom José Aquino Pereira, sem nunca ter entrado em uma igreja. “Demagogia cristã” (*O PROGRESSO*, 22/6/1958, p. 1), afirmava o periódico.

O discurso ácido de *O Progresso* foi direcionado também ao *Jornal de Dourados*. Na edição de 29 de junho de 1958, o periódico de Weimar levantou suspeitas sobre a idoneidade da enquete para prefeito feita pelo concorrente, afirmando que: “Muita gente não acredita na enquete – eleições prévias – que o Jornal de Dourados está promovendo [...]” (*O PROGRESSO*, 29/6/1958, p. 1).

Na mesma coluna, intitulada *Política em Marcha*, *O Progresso* afirmou que caso acontecesse uma coligação UDN/PTB, o candidato a prefeito deveria ser Antônio Tonanni, “conhecido integralista de Dourados. Os comunistas, naturalmente, votarão nele...” (*O PROGRESSO*, 29/6/1958).

Tal publicação apontava tanto para a *ojeriza* do periódico em relação ao comunismo e ao integralismo – colocando de lados iguais posições políticas completamente antagônicas naquele período –, quanto para o propósito de desqualificar uma possível coligação entre seu adversário histórico, a UDN, e aquele que sempre foi seu pretense aliado, o PTB. O tom pejorativo em relação aos comunistas coube também à UDN. Sendo os comunistas futuros aliados da UDN, era necessário que se construísse um discurso pejorativo em relação aos udenistas por conta de tal apoio, tão malvisto por um Weimar *liberal*.

Antônio Tonanni realmente era adepto do integralismo. Mais tarde, ele e seu sócio José Floriano de Freitas articularam a implantação do PRP em Dourados, o que ocorreu em

julho de 1958. Na ocasião ambos foram eleitos, respectivamente, como presidente de honra e presidente do partido²⁹. José Floriano de Freitas era candidato do partido a vereador na cidade. As páginas do *Jornal de Dourados* deram destaque à estruturação do PRP no município:

Com a presença de várias pessoas, no dia 28 de julho passado, sob a presidência do Vice-Presidente do PRP/MT dr. Victor Emanuel Sorrenti, foram eleitos os membros do diretório do Partido de Representação Popular. Os trabalhos correram em perfeita ordem sendo eleito Presidente de Honra Dr. Antônio Tonanni, para Presidente José Floriano de Freitas [...] (*JORNAL DE DOURADOS*, 3/8/1958, p. 1).

Podemos afirmar que já havia uma vontade de Tonanni em lançar sua candidatura a deputado federal pelo PRP antes da fundação do partido em Dourados. Por diversas vezes, *O Jornal de Dourados* através de sua coluna intitulada *Panela de Pressão* apontou para a necessidade em se lançar um candidato douradense à Câmara Federal, que esteja “INTEGRADO em nosso meio e conhecedor de nossos problemas” (*O JORNAL DE DOURADOS*, 9/3/1958, p. 1). Podemos notar o destaque ao verbo *integrado*, o que se deduz estar relacionado ao integralismo, ideologia defendida por Tonanni e Freitas. Seria Tonanni a pleitear a vaga como candidato a deputado federal, citado por *O Jornal de Dourados*.

Podemos dizer também que a fundação do PRP em Dourados estava aliada a uma futura aliança deste com o PTB, com a aproximação do período eleitoral. O acordo houve, pois o *Jornal de Dourados* acabou se transformando em instrumento a serviço da candidatura do petebista Vivaldi de Oliveira em 1958. Portanto, os dois partidos caminharam juntos nas eleições em Dourados naquele ano.

Um exemplo é a enquete realizada pelo *Jornal de Dourados* para prefeito da cidade, cuja idoneidade foi colocada em xeque pelo jornal *O Progresso*. O periódico de Tonanni afirmava que traria o resultado antes do período eleitoral, e que a primeira apuração já era compensadora, haja vista o resultado ser favorável a Vivaldi de Oliveira, candidato petebista, apoiado por *O Jornal de Dourados*, “pois, não vimos por terra o nosso desejo” (*JORNAL DE DOURADOS*, 15/6/1958, p. 1). Tal resultado teria motivado a acidez de *O Progresso*, pois o periódico já havia decidido seu lado muito antes da corrida eleitoral. Iria apoiar o sogro de Weimar Torres, Vlademiro do Amaral, candidato do PSD.

Mas antes de se posicionar favorável à candidatura de Vivaldi de Oliveira, a postura do *Jornal de Dourados* deveria ser pensada no sentido de fazer frente à campanha do pessedista Vlademiro do Amaral e ao seu concorrente – *O Progresso*, de Weimar Torres. Foi nesse contexto que surgiram ataques e contra-ataques, tão constantes conforme se aproxima o período eleitoral.

À medida que o pleito vai se aproximando, os ataques de *O Jornal de Dourados* a Weimar, Vlademiro e demais membros do PSD aumentaram. O periódico publica na chamada de capa do dia 29 de junho de 1958, em forma de denúncia, sob o título de *Orgia Eleitoreira*, o suposto valor que deveria ser gasto na tentativa de eleger o candidato do PSD, Vlademiro do Amaral, à Prefeitura de Dourados, dando a entender que poderiam surgir falcaturas com o erário público municipal, caso vencesse o candidato do PSD, para compensar o valor gasto na campanha, conforme apontamos abaixo:

O candidato do PSD local gastará um milhão e duzentos mil cruzeiros para pegar a Prefeitura de Dourados, assim afirmou o genro do candidato [Weimar Torres] que espera pegar uma cadeira de deputado estadual. A título de esclarecimento

²⁹ Sobre o PRP e o integralismo, ver capítulo anterior.

informamos que os vencimentos do Prefeito de Dourados são de CR\$ 7.600 por mês!!! (*O JORNAL DE DOURADOS*, 29/6/1958, p. 1).

Tal publicação teve um caráter puramente provocativo, pois buscava colocar em xeque a moral de Vlademiro do Amaral frente ao eleitorado local, insinuando que o valor gasto na campanha seria incompatível com o salário de prefeito de Dourados. Além do que, a Lei 1164, de 24 de julho de 1950³⁰ não incluía nenhum dispositivo que vetasse doações de campanhas por particulares, com exceção das entidades estrangeiras, as autoridades públicas e empresas de economia mista ou concessionária. No mais, não havia uma fiscalização rigorosa por parte dos TREs quanto às violações das prescrições legais, muito menos penalidades previstas, nem eram estabelecidos mecanismos que viabilizassem a fiscalização das supostas improbidades por parte da Justiça (BACKES, 2001, p. 5).

O objetivo principal do periódico de Tonanni e Freitas seria desmoralizar o nome de Vlademiro do Amaral perante o eleitorado local. Além disso, apesar de apoiar declaradamente o candidato petebista Vivaldi de Oliveira, o *Jornal de Dourados* concedeu também aos candidatos da UDN, João Augusto Capilé Júnior, e do PSP, Milton Milan, espaços para divulgação de suas candidaturas à Prefeitura Municipal. O mesmo não aconteceu com o candidato pessedista Vlademiro do Amaral, mostrando mais uma vez que o objetivo primeiro de Tonanni e Freitas não seria apenas a vitória do candidato do PTB, e sim aumentar a visibilidade dos demais postulantes frente a Vlademiro na disputa eleitoral, além de macular a imagem dele perante os eleitores douradenses.

Justificando a publicação de editoriais dos candidatos da UDN, PTB e PSP, *O Jornal de Dourados* afirmou em *Nota aos leitores*, que tais espaços são legítimos pelo fato desses partidos não possuírem órgão de imprensa. Indiretamente, o editorial fez um ataque a seus adversários, Weimar Torres, Vlademiro do Amaral e o jornal *O Progresso*:

Ao aproximar-se do pleito de 3 de outubro, dando oportunidade para que todos se manifestem e tornem conhecidos os seus valores, o *Jornal de Dourados*, atendendo as justas necessidades dos partidos políticos, cedeu suas folhas àqueles que não possuem imprensa. Assim é que a partir deste domingo os partidos PTB, UDN e PSP farão as suas publicidades neste semanário, ficando cada qual responsável pela sua matéria. Outrossim, considerando o mínimo espaço que ficará a nossa disposição, rogamos aos nossos prezados anunciantes alguma falta que porventura ocorrer (*O JORNAL DE DOURADOS*, 3/8/1958, p. 1).

Já o jornal *O Progresso*, na *reta final* desse período eleitoral, deixou de circular. O periódico foi veiculado em 21 de setembro de 1958, publicando o número seguinte em 26 de outubro de 1958, não sendo veiculado por mais de um mês. É provável que esse intervalo tenha acontecido em virtude da dedicação do seu diretor, Fernando Jorge Mendes Gonçalves, e de Weimar Torres às suas respectivas campanhas, envolvendo recursos oriundos da receita do próprio periódico. Antes desse interregno, eram quase inexistentes as críticas direcionadas diretamente aos diretores de *O Jornal de Dourados*. Tais comentários ácidos eram destinados aos partidos políticos adversários do PSD. Já o órgão concorrente eventualmente disparava críticas e ironias diretamente a Weimar Torres e aos demais correligionários do PSD durante o período eleitoral, conforme apontamos abaixo:

É bom que se diga:

[...] 5º) – Que o advogadosinho não concorda com candidato lançado em convenção só de colonos. Que é necessário ser lançado pelo Diretório. Sim, porque de outra maneira ele não seria candidato, pois arrancou à saca-rolha uma candidatura a Deputado e quer agora embarcar as candidaturas de VIANA e BRIANEZI, por

³⁰ Lei que regulamentava as eleições no período.

considerá-las capazes de selar o destino fracassado do seu PSD. Quer ganhar eleição em Cartório. Quer conquistar o poder sem que o povo seja ouvido, se esquecendo do que é princípio democrático, “todo poder emana do povo”. VIANA e BRIANEZI, seu “Torrinho” são cidadãos iguais à V. Sa. e têm o direito de concorrer à eleição, votar e ser votado, mesmo que todas as outras forças estejam do lado de V. Sa., como aquela de “ganhar eleição no peito” (*O JORNAL DE DOURADOS*, 14/9/1958, p. 1).

Em 21 de setembro de 1958, novamente *O Jornal de Dourados* fez mais um comentário ácido em relação a Weimar Torres: “Desta vez o Dr. “Chorinho” foi mais brincalhão, inclusive soltou a piada que fará uma boa dobradinha com Wilson de Pinho, já reeleito, na Assembléia” (*O JORNAL DE DOURADOS*, 21/9/1958, p. 3). Na edição seguinte, nova provocação citando Weimar Torres, dessa vez na coluna *Panela de Pressão*: “O Weimar é um bom speaker: apresenta bem. Emprego garantido no circo Arrelia” (*O JORNAL DE DOURADOS*, 28/9/1958, p. 1). Também na mesma coluna, as ironias eram dirigidas ao PSD: “Comício do PSD em Caarapó. Houve comício? Não vimos ninguém...” (*O JORNAL DE DOURADOS*, 28/9/1958, p. 1).

Na edição de 12 de outubro, *O Jornal de Dourados*, passado o calor do período eleitoral, chegou a fazer torcida para a eleição de Weimar: “Incerta ainda a vitória de nossos Deputados Estaduais porquanto esperamos ter o Moraes, Wilson Pinho, Weimar Torres e um outro na Assembléia para representar Dourados” (*O JORNAL DE DOURADOS*, 12/10/1958). Porém, a crítica, nesse mesmo editorial, recaiu sobre as lideranças do diretório do partido de Weimar Torres: “O PSD é o que mais gastou e demonstrou a capacidade de organização do Sr. Amaral. Teria a vitória fácil se renovasse o seu diretório, pondo mocidade e sangue novo em suas fileiras” (*O JORNAL DE DOURADOS*, 12/10/1958, p. 1).

Na edição de 26 de outubro de 1958, *O Jornal de Dourados* denunciou a tentativa do diretório do PSD local de cooptar o administrador do Núcleo Colonial de Dourados, para que pudesse trabalhar em favor do partido na colônia nas vésperas da eleição:

Uma prova da fraqueza do candidato derrotado do PSD local é que membros desse diretório dias antes da eleição, certos da derrota, solicitaram o apoio do administrador do NCD [Núcleo Colonial de Dourados], mas este, fiel a seus princípios e por força de seu cargo, recusou tal medida por julgar imoral e incompatível com o seu cargo (*O JORNAL DE DOURADOS*, 26/10/1958, p. 1).

Disparando contra seu concorrente, *O Progresso* buscava desmentir as denúncias feitas por Antônio Tonanni no jornal *O Estado de São Paulo*, edição de 15 de outubro de 1958, transcritas por *O Jornal de Dourados* na edição de 2 de novembro de 1958, segundo os quais elementos destacados do PSD prometiam terras devolutas a quem votasse nos candidatos do partido (*O JORNAL DE DOURADOS*, 2/11/1958, p. 1).

Segundo o jornal *O Progresso*, Tonanni – moço rico e bonitão –, frustrado por não ter conseguido viabilizar sua candidatura a deputado federal, pagou publicação, segundo a qual próceres do PSD douradense teriam prometido doar terras do Departamento de Terras do Estado do Mato Grosso a quem votasse nos candidatos do PSD, tudo isso sob orientação do General Filinto Muller. *O Progresso* defendeu seus correligionários, acusando Tonanni de covarde por não ter assinado a matéria, e de invejoso, por atingir pessoas “que aqui lutaram muitos anos e continuarão lutando pela grandeza do município”. (*O PROGRESSO*, 26/10/1958, p. 3).

Na edição seguinte de *O Progresso*, também em resposta a tais denúncias, o presidente do diretório municipal do PSD – coronel Onofre Pereira de Mattos –, ameaçou os diretores de *O Jornal de Dourados*. Segundo o coronel, estariam José Floriano de Freitas e Antônio Tonanni insinuando injúrias ao PSD e suas lideranças, acusando pessedistas de se beneficiar

de órgãos da máquina pública do estado do Mato Grosso, como a CER³¹ e o Departamento de Terras, com o objetivo de angariar votos. Sem pestanejar, Onofre Pereira de Mattos ameaçou seus adversários:

O que o Jornal de Dourados está fazendo, provocando homens de bem, remexendo coisas de eleição, demonstra muita baixesa de caráter e falta de responsabilidade. Todo mundo se lembra do que aconteceu ao Dr. Ary Coelho por causa dessas provocações de jornal³².

[...] Na minha terra, no Rio Grande, nem uma china velha é capaz de fazer isso. Não sei qual é o objetivo dessa baixesa. Si estão procurando chifre em cabeça de cavalo, olhem bem...

[...] Estamos sabendo de onde estão saindo esses insultos. Já conhecemos bem aquele que andava jurando apoio ao nosso candidato, ao mesmo tempo que viajava em busca de certidões para atacar sua vida pessoal, entregando essas certidões a outros partidos para que sua façanha torpe ficasse escondida. O diabo faz a panela mas não faz a tampa.

[...] Não gosto de dar conselho a marmanjo. Mas seria bom que essa história parasse por aqui. Ninguém tem sangue de barata. O gaúcho, principalmente, não gosta de levar insultos para casa.

[...] Este é um aviso de amigo. Quem ganhou a eleição que trate de desempenhar como puder. Quem tiver educação, está na hora de mostrar (*O PROGRESSO*, 2/11/1958, p. 1/3).

Nessa mesma edição, o editorial intitulado *Quem com ferro fere, com ferro será ferido*, assinado por *Tabajara*, critica acidamente os diretores de *O Jornal de Dourados*, fazendo mais uma vez ameaças a José Floriano de Freitas e Antônio Tonanni. Iniciou o articulista dizendo que, no período em que *O Progresso* deixou de circular, o periódico concorrente disparou ataques dos mais diversos contra o PSD e seus correligionários. *Tabajara* é o pseudônimo criado por Armando Carmello, e mais tarde José Floriano de Freitas registrou queixa contra Carmello pelas ameaças veladas contidas no editorial abaixo. A matéria afirmava:

[...] Não compreendem esses mentores de má categoria que esse proceder redundante ou poderá redundar numa reação muito natural? Não compreendem que, com essas gracinhas de pouco espírito, poderá resultar em fatos mais graves nossa vida de cidade? Jamais concordaremos com uma arbitrariedade, mas, tão pouco, não poderemos calar ante a saraivada de mentiras e provocações que o “jornalinho” sob a orientação de Antônio Tonanni e José Floriano de Freitas, aonde os mesmos, que se intitulam jornalistas, veem imprimindo no mesmo jornal, oferecendo, por outro modo, os seus préstimos a terceiros para que façam uso do jornal contra A ou B do seu desagrado [...] (*O PROGRESSO*, 2/11/1958, p. 3).

José Floriano de Freitas, em 9 de novembro de 1958, respondeu às ameaças feitas por Onofre Pereira de Mattos. No editorial de capa intitulado *Antiguidade não é posto*, Freitas apontou que o fato de ele e Tonanni terem chegado havia pouco tempo a Dourados não os desmerecia perante a sociedade local, e mesmo o fato de não serem de família tradicional na cidade não os desabonava em fazer um jornalismo sério. Freitas escreveu:

³¹ Companhia de Estradas de Rodagem, órgão responsável pela construção e manutenção de estradas no estado do Mato Grosso

³² A morte de Ary Coelho, prefeito de Campo Grande e diretor do jornal *O Matogrossense*, está ligada à publicação de denúncias de doações irregulares de terras à Fundação Brasil Central, dirigida por Arquimedes Pereira Lima. As respostas vieram por Alcy Ferreira Lima, irmão de Arquimedes, no periódico *O Combate* de Cuiabá. Tal contenda acabou culminando na morte do prefeito de Campo Grande, em 1952. (ARAKAKI, 2003, p. 109).

[...] A título de melhor esclarecer nossos leitores que não leram “O Progresso” do domingo último, transcrevo aqui a negra frase ventilada no artigo em referência: “TODO MUNDO SE LEMBRA DO QUE ACONTECEU AO DR. ARI COELHO...”. Dr. Ari Coelho foi bárbara e estupidamente assassinado, bem como outros e outros que tomaria muito tempo em enumerar. Eu poderei ser o próximo a tombar na mão de facínoras (meu endereço Av. Marcelino Pires 1188, escritório e redação do jornal), mas a vida não pára aí, a imprensa não morre comigo. Alguém irá me substituir e as forças do bem um dia hão de triunfar sobre as do mal.

[...] É bom que se diga que Dourados não é propriedade de famílias tradicionais como eu não serei o dono em tempo algum. Pertence a todos nós. Embora eu seja residente há poucos anos, goso, por felicidade de nossas leis, desde o primeiro minuto que aqui pisei, dos mesmos direitos e das mesmas penas que amparam e castigam os mais velhos moradores deste rincão.

[...] Querem nos matar. E por que? Porque mantemos um jornal a altura de um povo civilizado, um Jornal independente que tem sua tiragem constantemente aumentada, um Jornal cujos diretores não tem famílias tradicionais, um Jornal que só tem compromisso com o povo, um Jornal que não fica de camarote.

[...] Refrescando a memória, me recordo de uma manchete de “O Progresso”, que apregoava a positiva retirada do Administrador da Colônia Dr. Tácito Pace. Não me digam que foi erro de imprensa, pois, na semana seguinte, inconformado com a firmeza do Diretor da Colônia em seu alto posto voltava o mesmo jornal ventilar a saída do ilustre funcionário do INIC. A este propósito trago a luz mais uma frase do sanguinário artigo assinado pelo Sr. Onofre de Matos, acertadíssima:

“Jornalista que mente é inimigo do povo”. A prova está aí. “O Progresso” está semeando o desassossêgo na alma da família brasileira. Finalizando, reconheço o valor do Sr. Onofre de Matos que assinou o artigo, não fazendo como o J. Bartolomeu, o Já Vitudo e o Tabajara (*O JORNAL DE DOURADOS*, 9/11/1958, p. 1).

Ainda em 9 de novembro de 1958, José Floriano de Freitas responde a Armando Carmello, no editorial intitulado *Alô seu Jabarata*. Freitas *destilou* acidamente contra *Tabajara*, pseudônimo de Armando Carmello, fazendo acusações que pesam sobre a vida pessoal dele:

[...] Conheço as suas artimanhas. Sei, de início, que você é um mau filho, que já espancou sua mãe e que apanha de outras mulheres, que você tenta contra mocinhas que trabalham em escritório. Isso já é o bastante, para eu não tomar conhecimento de sua forte ameaça no jornal que está servindo para alarmar os lares douradenses. Somente aqui estou para lhe dizer, que pondo em concurso as bobearas escritas no seu depósito de ferro velho “Quem com ferro fere, com ferro será ferido: ganhou aquela que diz: ...banindo de uma vez por todas, a inveja deste ou daquele que está bem na vida...” porque ela coube com a precisão na sua alma. Se eu estiver enganado, faça o favor de assinar corretamente a sua nova pasquinada (*O JORNAL DE DOURADOS*, 9/11/1958, p. 3).

Na mesma edição, na coluna *Panela de Pressão*, o articulista continuou com suas críticas, dessa vez destinadas ao periódico de Weimar Torres, insinuando que o jornal deixou de ser veiculado em fins de 1956, em virtude da falta de zelo de Weimar:

Grande é a faculdade do esquecimento. “O Progresso” já se esqueceu de que quem o manteve desde 1951 até 1956 foi o Sr. Naurestides Brandão. Faltando sempre o apoio moral e financeiro do seu diretor Dr. Weimar Torres, foi o jornal fechado em fins de 56. No início de 57, o diretor desta folha, Antonio Tonanni para não deixar a cidade as escuras, o fez voltar a circulação, dando-lhe outro cunho. “O Progresso” não se lembra disto, mas, a população de Dourados sim (*O JORNAL DE DOURADOS*, 9/11/1958, p. 3).

Armando Carmello, em sua coluna *Terra e Gente*, em 9 de novembro de 1958, chamou a atenção para a falta de ética dos diretores de *O Jornal de Dourados*:

A propósito de certos fatos que vem se desencadeando nesta cidade, os quais se relacionam com o proposital intuito de lançar veneno pela imprensa escrita, sobre este ou aquele que cai no desagrado de um certo grupinho que dispõe de dinheiro e de um jornal na mão, não posso me esquecer da vidinha da imprensa da velha guarda, lá pelos recuados anos em que sempre estive metido, principalmente na encantadora “Princesa do Paraguai” Corumbá ou na progressista e bondosa terra de Campo Grande. [...] Mas, de toda essa experiência, devo confessar que sempre me dei muito bem com os meus artigos para o jornal, sem ofensa a quem quer que seja, sem nunca haver aproveitado do jornal para desancar a fúria incontida contra este ou aquele, mesmo do meu desagrado [...] (*O PROGRESSO*, 9/11/1958, p. 3).

Armando Carmello pode ter sido responsável pela linha editorial de *O Progresso* durante e depois do período eleitoral de 1958, haja vista Weimar Torres e Fernando Jorge Mendes Gonçalves estarem empenhados em suas respectivas campanhas. Outro fator que o aponta à frente da redação do periódico de Weimar Torres é o fato de Armando Carmello se transformar no principal emissor de ataques aos adversários de *O Jornal de Dourados*, ingressando ainda com uma representação contra um de seus diretores, por calúnia, injúria e difamação, conforme publicado pelo jornal *O Progresso* em 7 de dezembro de 1958. A ação foi impetrada contra José Floriano de Freitas, pois este, em represália, apresentou contra Armando Carmello queixa crime pelas ameaças veladas no editorial publicado em 2 de novembro de 1958, intitulado *Quem com ferro fere, com ferro será ferido* (*O PROGRESSO*, 28/12/1958).

Em 14 de dezembro de 1958, a coluna escrita por Freitas intitulada *Panela de Pressão* fez menção ao processo sofrido por ele, apresentado por Carmello: “CONSELHO AOS JOVENS JORNALISTAS: procurem sempre dizer a mentira, pois que a verdade quando não dá ameaças, dá processo...” (*O JORNAL DE DOURADOS*, 14/12/1958, p. 3). Em 28 de dezembro de 1958, é a vez de Freitas noticiar a ação movida por ele contra Carmello: “quem tem telhado de vidro não atira pedra no telhado do vizinho, mais ou menos assim é o adágio. O jornalista Armando Carmelo, que tem telhas de vidro, está sendo processado por um dos diretores deste jornal” (*O JORNAL DE DOURADOS*, 28/12/1958, p. 3).

Portanto, havia um ranço por parte de *O Progresso* pela fundação de *O Jornal de Dourados*, o que motivou divergências políticas e posteriores contendas que ocuparam as páginas dos dois periódicos. Há de se levar em consideração o fato de que justamente Tonanni, homem em quem Weimar Torres confiava a ponto de dirigir seu órgão de comunicação, montar um jornal concorrente, fato que pode ter gerado em Weimar um sentimento de traição diante do ato. Mesmo assim, é provável que Weimar Torres e seu grupo político esperassem que José Floriano de Freitas e Antônio Tonanni apoiassem o PSD nas eleições locais, como uma forma de gratidão por parte de Freitas e Tonanni pelo período que trabalharam no jornal *O Progresso*, que lhes deu experiência para fundarem seu próprio jornal.

Meses antes do calor das eleições, *O Jornal de Dourados* chegou a publicar artigos elogiosos a Vlademiro do Amaral, chegando a indicar realmente um possível apoio de seus diretores à candidatura pessedista, embora se iniciassem as primeiras contendas entre os dois periódicos, como no caso da tentativa de demissão de Tácito Pacce da administração da CAND, proposta pelo PSD local.

Porém, mais tarde, Tonanni e Freitas tomaram rumo completamente diferente do supostamente pensado pelo PSD de Dourados, fundando o PRP na cidade, e oferecendo a legenda em uma coligação proporcional com o PTB local, o que pode ter contribuído ainda mais para o tensionamento entre os dois periódicos. Se a fundação de *O Jornal de Dourados* poderia ser vista pelo PSD como mais um ponto de apoio a suas candidaturas, por isso a relação cordial entre os dois periódicos no início, o caminho inesperado tomado por Freitas e

Tonanni veio mudar completamente esse estado de coisas. Antes companheiros, agora adversários. Iniciaram as contendas, embora, no período eleitoral, mais disparadas por *O Jornal de Dourados* contra o jornal *O Progresso*.

Weimar Torres não se elegeu deputado estadual, e seu sogro Vlademiro do Amaral perdeu as eleições para prefeito. Diante do resultado negativo, o jornal *O Progresso* começou a responder aos ataques do concorrente. As denúncias de doação ilegal de terras pelo PSD local, publicadas por Antônio Tonanni, só vieram aumentar ainda mais a contenda, gerando reações imediatas por parte de Weimar Torres e seu grupo político, chegando inclusive ao tom de ameaça de morte, como os editoriais escritos por Onofre Pereira de Mattos e Armando Carmello, em *O Progresso*. A Weimar Torres, restava o sentimento de ter sido traído por Antônio Tonanni e José Floriano de Freitas. Prova disso é o editorial redigido por Weimar, intitulado “A peor raça que existe”, em 9 de novembro de 1958, onde ele mesmo não citava nomes, mas chama atenção para o fato de ter ajudado alguém, supostamente Tonanni e Freitas, que mais tarde, acabou lançando os *dardos ferais da ingratidão*. Escreveu Weimar:

VIVENDO e aprendendo, envelhecendo e conhecendo o mundo, o homem vai se convencendo de que não vale a pena ajudar a ninguém. E vai vendo, também, por estranha ironia, como progridem e proliferam os ingratos. Aqueles mesmos que ontem nos rodeavam de servilismo interesseiro, hoje, melhorados pela nossa ajuda, não se pejam de lançar contra as próprias forças conquistadas, os dardos ferais da ingratidão [...] (*O PROGRESSO*, 9/11/1958, p. 1).

Após o período de constantes ataques entre os dois periódicos, ocorrido entre as eleições de outubro até meados de novembro, um acordo de cavalheiros entre os diretores dos dois jornais deve ter sido selado, em virtude de não mais haver ofensas pessoais registradas nas páginas dos jornais, embora tal acordo não tenha eximido Freitas e Carmello de iniciarem seus respectivos processos judiciais motivados por ofensas de um contra o outro.

CAPÍTULO III

PTB, UDN e PSD: dinâmica eleitoral em Dourados (1954, 1958 e 1962)

3.1. Disputas eleitorais em Dourados: influência do contexto estadual e crescimento do PTB

As eleições em Dourados sempre sofreram influência direta do contexto político estadual. Pode-se dizer que faz parte da cultura política³³ do antigo estado do Mato Grosso, e do atual estado do Mato Grosso do Sul, inclusive do Brasil, a *intromissão* de governadores na indicação de candidatos dos partidos situacionistas em nível estadual para pleitear os cargos de prefeito e até de vereadores. Tal fenômeno se deu devido à contrapartida política que essa indicação poderia proporcionar caso vencesse o candidato indicado pelo governador, como a nomeação de seus afilhados políticos em cargos de chefia na Prefeitura, e o apoio político do prefeito em futuros pleitos a serem disputados pelo ocupante do executivo estadual.

O prefeito de Dourados eleito em 2011, Murilo Zauith (DEM), é o exemplo típico da colocação acima. Vice-Governador do Mato Grosso do Sul no primeiro mandato do Governador André Puccinelli (PMDB), foi escolhido candidato em uma articulação política comandada por Puccinelli, hábil *arquitecto* do poder do estado. André Puccinelli, na eleição extemporânea em 2011 em Dourados³⁴, instrumentalizou uma aliança entre DEM e PT no

³³ Conceituando o termo cultura política, Gabriel Almond e Sidney Verba referem-se “às orientações especificamente políticas, às atitudes com respeito ao sistema político, suas diversas partes e o papel dos cidadãos na vida pública” (*Apud* BORBA, 2005, p. 149). José Álvaro Moisés aponta cultura política como um resultado “tanto dos processos de socialização, como da experiência política concreta dos membros da comunidade política” (MOISÉS, 1992, p. 7). Para Victor Ponte, a cultura política é entendida como um “conjunto de códigos que permite o estabelecimento de relações políticas entre indivíduos e grupos” (PONTE, 1992, P. 167). Dermi Azevedo, ao analisar o papel político da igreja católica no Brasil, apresenta a definição de cultura política construído pela própria Igreja, como o “conjunto de convicções e atitudes, normas éticas e opções referentes ao fenômeno político, compartilhadas pelos membros de uma determinada sociedade” (AZEVEDO, 2004, p. 115).

³⁴ A eleição extemporânea de 2011 em Dourados ocorreu em virtude da renúncia do Prefeito Ari Valdecir Artuzi, do Vice-Prefeito Carlinhos Cantor e do Presidente da Câmara de Vereadores Sidlei Alves. Estes, juntamente com 8 vereadores, foram presos na *Operação Uragana*, deflagrada pela Polícia Federal, a partir das gravações autorizadas pela Justiça Federal realizadas por Eleandro Passaia, secretário de governo de Artuzi. Tais gravações, feitas sob orientação da própria Polícia Federal, comprovaram um esquema de corrupção envolvendo políticos e empresários locais. Tal fato ganhou repercussão na mídia de todo o país. Após a prisão de Ari Artuzi, Carlinhos Cantor e Sidlei Alves, assumiu interinamente a cadeira de prefeito o Diretor do Fórum da Comarca de Dourados, Juiz Eduardo Machado Rocha, passando o comando do executivo municipal, cerca de um mês depois, para a Presidenta da Câmara de Vereadores (eleita após a prisão de Sidlei Alves), Délia Razuk.

município, aliando grupos políticos que até muito pouco tempo eram adversários históricos, aliança essa construída com a intenção de anular o principal opositor na cidade, o próprio PT, acomodando sem riscos Zauith na Prefeitura, após derrota deste para o Senado em 2011.

Explicamos essa *intromissão* do governador do estado nos pleitos em Dourados pelo aumento da influência da cidade no contexto político regional, desde a CAND, que se consolidou após a divisão do estado em 1977. O município se transformou no segundo maior colégio eleitoral do Mato Grosso do Sul. A partir disso, tornou-se comum a indicação de um candidato a vice-governador oriundo da cidade nos pleitos estaduais, devido a importância do município no *mosaico* político estadual. Portanto, o apoio do governador a um determinado candidato, dando margem à sua interferência nos pleitos em Dourados está incrustado na cultura política local, e é elemento importante para o entendimento da dinâmica das eleições no município.

Essa influência direta do chefe do executivo estadual nos pleitos em Dourados pôde ser observada no ano de 1954, como explanaremos a seguir, possibilitando a eleição do candidato da UDN, do mesmo partido do governador do estado à época. Já em 1958, foi o PSD que ocupou o posto mais alto do executivo estadual, porém isso não possibilitou a vitória dos pessedistas na cidade, e o crescimento contínuo do PTB local pode ter sido determinante para tal fato, crescimento esse sentido desde as eleições de 1950. Em 1962, Fernando Correa da Costa (UDN) era o governador do Mato Grosso, e não houve articulação que possibilitasse a vitória de seu partido em Dourados, sendo o ininterrupto *surto* trabalhista no município mais uma vez preponderante para tal derrota.

Valentina Gomes Somarriba aponta que o sucesso de uma competição política, ou de uma eleição, depende dos recursos disponíveis pelo candidato, sejam estes financeiros, de mídia, coalizões, apoios ou alianças, e como as disputas e as estratégias em torno desses recursos se dão em uma democracia, seus resultados devem ser pautados pela incerteza da vitória. Tal incerteza, passível dentro das regras democráticas, acaba gerando a possibilidade real de alternância no poder político (SOMARRIBA, 2005, p. 16)

A seguir um quadro demonstrativo, apontando as eleições municipais em 1954, 1958 e 1962, e seus respectivos vencedores:

Tabela 6 – Quadro demonstrativo das eleições para prefeito municipal em Dourados, em 1954, 1958 e 1962

Eleições municipais	Candidato vencedor
1954	Antônio Moraes – UDN
1958	Vivaldi de Oliveira – PTB
1962	Napoleão F Souza – PTB

Nas eleições municipais de 1954 e 1958, as cédulas de votação podiam ser distribuídas pelos partidos políticos e seus respectivos candidatos. Tal procedimento já havia se alterado para as eleições para Presidente e Vice Presidente da República, através da Lei nº 2.582, de 30 de agosto de 1.955, que instituiu a cédula oficial – distribuída pela Justiça Eleitoral. Só com a Lei nº 4.109, de 27 de fevereiro de 1962, instituiu-se a cédula oficial para os demais cargos eletivos (FARHAT, 1996, p. 331). *O Progresso* noticiou a aprovação da cédula única pela Câmara dos Deputados: “Aprovada cédula única para todo o território nacional” (*O PROGRESSO*, 8/7/1962, p. 1). A partir daí, as eleições se tornaram um pouco mais moralizadas, pois até então a multiplicidade de cédulas era uma *porta escancarada* para o mais puro clientelismo.

Podemos afirmar que os embates eleitorais os quais são objeto deste estudo estão relacionados ao contexto político estadual do período, garantindo, é claro, as especificidades locais. Segundo Neves, as eleições no Mato Grosso uno eram polarizadas pela UDN e pelo PSD, sendo o PTB a terceira força, estando este último em uma postura pendular de apoio, ora à UDN, ora ao PSD. Tal postura petebista era preponderante para a vitória das duas legendas

maiores (NEVES, 1988, p. 215). Ou seja, havia uma forte rivalidade entre os dois últimos, sendo que tal rivalidade saía do campo regional para as outras localidades, como pode ser atestado em uma carta enviada em 18 de fevereiro de 1950 pelo pessedista Ubaldo dos Santos, membro do subdiretório de Santa Luzia, zona rural de Dourados, ao coronel Firmino Vieira de Mattos, presidente do diretório municipal do partido, sobre a inserção de udenistas na localidade, da necessidade em informar o governador sobre o fato:

Comunico V. Sa. que estive em Vila Juty dia 15 deste meis, e converçando com os homens do Sub-Diretório de lá, achei noça situação política boa, mais os chefes da UDN andaro fazendo propaganda prometendo estradas e pontes no distrito Santa Luzia. V. Sa. deve aprevinir nosso Governador [...] (MOREIRA, 1990, p. 131).

A disputa pelo poder entre as duas maiores legendas acabou influenciando também sua composição no antigo Mato Grosso. Neves afirma que a configuração da UDN e do PSD no estado ocorria muito mais em razão da luta pela conquista do espaço público de poder e pelo interesse político imediato, como a distribuição de cargos públicos e outros privilégios, do que em virtude de um conteúdo programático diferenciador entre os principais partidos que disputavam o controle da máquina pública estadual, capaz de aglutinar indivíduos que com um deles se identificassem e se posicionassem politicamente (NEVES, 1988, p. 135/136).

Rubens de Toledo Júnior, ao discorrer sobre as contribuições da Geografia para a análise do comportamento eleitoral, afirma que a interpretação geográfica sobre as eleições permite entender as estratégias desenvolvidas pelas elites locais para manutenção do poder, e de que forma tais estratégias vão repercutir em suas demandas aos governos estaduais e ao governo federal, ou ainda, buscar compreender a diminuição do capital eleitoral dessas mesmas elites (TOLEDO JÚNIOR, 2007, p. 173).

Em entrevista realizada com o Sr. Atílio Torraca Filho, membro do diretório do PTB entre 1955 e 1965, vereador e candidato a prefeito pelo MDB na década de 1970, ele comentou que a rivalidade entre PSD e UDN também era transferida para Dourados, assim como ocorria nas eleições para o Governo estadual. Segundo o entrevistado, em épocas de eleições as disputas se acirravam mais ainda:

O clima era quente, tinha sabotagem, algumas vezes tinha sabotagem, mas era mais aquele ataque entendeu, que por exemplo você montar um comício aqui entendeu, o PSD por exemplo montar um comício aqui, e a UDN, porque era os dois que mais brigavam, e a UDN mandar por exemplo quinze, vinte, vamos dizer arruaceiros, entendeu, pra ir perturbar, acabar com o comício, era o que existia (TORRACA FILHO, 2010)³⁵.

³⁵ Entrevista concedida ao autor em 11 de junho de 2010.

Quando da campanha eleitoral para Presidente da República, Vice-Presidente, Governadores de estado e Vice-Governadores no ano de 1955, com a possível vitória do candidato pessedista Juscelino Kubitschek, havia uma ameaça de golpe, que poderia ser deflagrado pela UDN. Isso só fez acirrar ainda mais a rivalidade entre os dois partidos, transferindo-se do centro do poder federal para as demais localidades do país. E em Dourados não foi diferente. Um verso satírico publicado no jornal *O Progresso* intitulado *Eleitores Maturos*, de autoria desconhecida, apontava nesse sentido:

Cumpadre Mané Faustino,
Mi diga só pru que é
Que a UDN e os coroné,
Por toda força não qué
O Jango e o Juscelino?
Meu cumpadre Zeca Júlio,
Iscuta, vou ti contá,
Como foi i como é,
I como tá pra ficá
Despois que morreu Getúlio,
No Brasil tudo mudo
Nóis fiquemo abandonado,
Só quem manda é tubarão!
Só pru mode ele falô
Em aumentá os ordenado
Os coroné não gostaro
I fizero memória,
Fizero tanta lambança
Que o coitado do véinho
Acabô por si matá (*O PROGRESSO*, 6/7/1955, p. 4).

Os versos acima, antes de tudo, transferiam para o contexto local a rivalidade que havia em nível nacional entre UDN de um lado, e PSD e PTB de outro. E o jornal *O Progresso* atuou como difusor dessa rivalidade, demarcando posição ao lado do PSD e do PTB, ao questionar os motivos pelos quais “os coroné por toda força não qué o Jango e o Juscelino?”, associando a figura do coronel à UDN; ou ainda no verso “só quem manda é tubarão!”, fazendo referência aos grandes capitalistas, aliados da UDN. E que o povo pobre ficou abandonado com a morte de Getúlio Vargas, ocorrida em virtude da pressão dos coroné – leia-se da elite da UDN –, por conta do aumento do salário mínimo.

Vale lembrar que PSD e PTB estavam coligados nas eleições para o Governo do estado em 1955, eleição vencida por João Ponce de Arruda (PSD), o que explica a publicação dos versos acima, haja vista o jornal *O Progresso* pertencer a uma liderança do PSD em Dourados.

A eleição anterior, para o pleito municipal de 1954, foi o exemplo mais claro da interferência do executivo estadual nas campanhas eleitorais em Dourados. A rivalidade entre PSD e UDN no Mato Grosso, aliada ao crescimento sucessivo do PTB no município foram fundamentais para que o Governador udenista Fernando Correa da Costa encabeçasse, indiretamente e sem aparecer, a fundação do Partido Social Progressista na cidade, sob a presidência de João Augusto Capilé Júnior. Segundo este último, o fato ocorreu para que não se consolidasse a coligação entre PTB e PSD em Dourados, que seria imbatível nas eleições que se aproximavam.

A fundação do PSP em Dourados pode ser entendida a partir da ligação entre as lideranças udenistas e petebistas na porção sul do Estado, o que pôde ser verificado a partir do apoio informal do PTB à UDN na campanha de Fernando Correa da Costa em 1950. Havia um acordo não oficial entre os dois partidos no sul do Mato Grosso para as eleições daquele ano, reforçado pela visita de Vargas à região, em campanha presidencial, ressaltando, segundo Neves, “a natureza faccionada da formação petebista e seu caráter regionalizado, bem como revela uma racionalidade própria em busca do crescimento – [...] – ainda que pese a força que a candidatura Vargas imprimiu aos resultados eleitorais” (NEVES, 1988, p. 188), haja vista que Vargas tomou posição de neutralidade nas eleições, demonstrando seu assentimento às forças udenistas locais, não apoiando Filinto Muller, candidato do PSD ao Governo do estado, fato que demonstrou também a existência de um desgaste na relação entre os dois políticos³⁶ (NEVES, 1988, p. 189).

Seguindo a direção da ligação entre UDN e PTB no sul do Mato Grosso, a fundação do PSP em Dourados arquitetada e articulada pelo governador udenista – segundo João

³⁶ De acordo com os depoimentos constantes em Neves, o desgaste na relação entre Filinto Muller e Getúlio Vargas pode ter ocorrido por um dos fatores a seguir: a saída mal explicada de Filinto da chefatura da polícia política de Getúlio Vargas durante o Estado Novo, ou a mágoa de Getúlio pelo fato de Filinto não o ter acompanhado em sua ida para o PTB (NEVES, 1988, p. 189). Segundo Pedro Lima, Filinto Muller teria apoiado Cristiano Machado (PSD) para Presidente da República em 1950. Mesmo assim, Vargas se comprometeu em fazer um discurso em Campo Grande de apoio à candidatura de Filinto ao Governo do estado do Mato Grosso. Porém, conforme Lima, quando embarcou de São Paulo para Campo Grande, Getúlio foi acompanhado pelo general Marinho Lutz, que por oito anos comandara a Noroeste do Brasil. Durante o voo, Lutz teria oferecido um cheque de CR\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) a Getúlio para sua campanha como colaboração dos udenistas do sul do estado do Mato Grosso (LIMA, 2006, p. 1).

Augusto Capilé Júnior (CAPILÉ JÚNIOR, 2010) –, fazia sentido, uma vez que enfraqueceria em Dourados o principal adversário de seu partido em nível estadual, o PSD. Como parte importante do PTB defendia a coligação com o PSD, Fernando Correa instrumentalizou a fundação do PSP em Dourados, e cooptou a principal liderança petebista no diretório douradense, Armando Campos Belo, para que liderasse uma coligação com os pessepistas, enfraquecendo tanto o PTB local – que ficou em terceiro lugar nessas eleições –, quanto o PSD. Caso vencesse a coligação PSD/PTB, o PSD poderia se fortalecer também a nível estadual, considerando a crescente relevância de Dourados no cenário político estadual a partir da migração para a CAND, pois tal migração significou também aumento contínuo do contingente eleitoral.

A cúpula trabalhista que apoiou informalmente a UDN no Mato Grosso em 1950 veio a Dourados atuar na reestruturação do diretório local em 1954 (*O PROGRESSO*, 17/1/1954, p. 3), o que indicava a participação deles no arranjo comandado por Fernando Correa da Costa para implodir a coligação PSD/PTB.

O Governador Fernando Correa da Costa sabia que Dourados estava se transformando em reduto petebista e, caso fosse confirmada a coligação do PTB com o PSD, como queriam os pessepistas e alguns da base petebista, a derrota da UDN estaria praticamente selada. Por isso o arranjo comandado pelo governador. O PTB acabou se coligando com o PSP, e tal eleição resultou na vitória do udenista Antônio Morais dos Santos para a Prefeitura de Dourados nas eleições de 1954.

Sobre as coligações de partidos políticos nas eleições no período republicano de 1945 a 1954, Luiz Navarro de Britto afirma que elas ocorrem muito mais por conveniências estabelecidas na ocasião, sendo resultante de fatores específicos das localidades brasileiras, e nunca como eixos programáticos de agregação ideológica. Os interesses pessoais das lideranças se sobrepunham aos programas dos partidos, impedindo que as legendas se convertessem em “instrumentos de reivindicações e interesses definidos” (BRITTO, 1967, p. 102).

Quanto ao crescimento alcançado pelo PTB em Dourados, podemos dizer que modificou a geografia eleitoral local. Se a principal disputa no estado do Mato Grosso ocorria entre PSD e UDN, em Dourados era diferente. Mesmo estando a cidade diretamente ligada ao contexto eleitoral regional, eram os petebistas que disputavam com os udenistas o mando político local, haja vista o PTB ganhar musculatura eleitoral a partir do crescimento populacional sentido com o advento da CAND. Contudo, os arranjos políticos também

interferiram, como no caso das eleições de 1954, quando a articulação entre petebistas e pessepistas culminou em um terceiro lugar.

O PTB experimentou um forte crescimento a partir do início da década de 1950 em Dourados. Quanto a isso, tanto a bibliografia pesquisada quanto as entrevistas apontaram o fenômeno como resultado da chegada dos colonos da CAND. Segundo Marisa Bittar, “a colônia [CAND] é um dos fatores que explicam as raízes desse partido no sul” (BITTAR, 1997, p. 192). O ex- vereador Atílio Torraca Filho defendeu a mesma colocação. O entrevistado apontou que a hegemonia do PTB local se dá “única e exclusivamente pela Colônia Agrícola Nacional de Dourados, a CAND” (TORRACA FILHO, 2010). O ex-prefeito udenista João Augusto Capilé Júnior ratificou tal proposição:

[...] mas aí, o PTB foi o partido que mais cresceu aqui no município. Porque? Porque Getúlio veio à Colônia Federal, aí foi dividido em lotes de 30 hectares, 30 em trezentos mil hectares de terra. Então foram 10 mil lotes que foram ocupados por famílias, gente do PTB. Então a UDN que era o partido mais forte do que o próprio PSD ficou em minoria. Aí quando veio a nova eleição, não tinha o, o nosso partido da UDN não tinha um outro elemento pra enfrentar o PTB senão eu (CAPILÉ JÚNIOR, 2010).

Uma análise mais acurada quanto ao crescimento do PTB local a partir da migração de colonos para a CAND deve ser realizada, também considerando outros fatores. O partido já estava competitivo antes de o fluxo migratório mais significativo ocorrer, o que aconteceu principalmente a partir de 1951 até o início da década de 1960. Além disso, já existia um aumento demográfico importante – mesmo que menor, se comparado ao citado anteriormente –, a partir do fim da década de 1940, o que não poderia deixar de causar impacto nos processos eleitorais naquele momento.

Exemplo disso são as eleições de 1950. Nesse ano, o PTB *ganhou mas não levou*, em virtude da impugnação de uma urna. Se tal fato não tivesse ocorrido, a vitória em 1950 seria do petebista Armando Campos Belo por 79 votos. Já nas eleições de 1954, momento do auge da migração para a CAND, conforme já comentado, o PTB caiu diante da articulação do Governador Fernando Correa da Costa, com endosso da cúpula trabalhista douradense, impedindo a coligação *imbatível* PTB/PSD, levando à vitória o candidato udenista.

Há também um fator conjuntural que colaborou com o crescimento eleitoral do PTB, sentido a partir das eleições de 1950 em Dourados. Naquele ano, momento em que o PTB perdeu no município por apenas dois votos, aconteceram também eleições para Presidente da República. Vargas foi eleito para o cargo, fator preponderante para que a campanha petebista

ecoasse em todo o país, reforçada pelo retorno de Getúlio que, com seu forte carisma junto à sociedade brasileira, influenciava os processos eleitorais Brasil afora.

Em Dourados, cuja base social passava por transformações importantes naquele período, havia uma identificação do eleitorado recém-chegado com Getúlio, em sua maioria migrantes em virtude da CAND, pois o colono tinha gratidão para com Vargas e seu partido, haja vista ter deixado a condição de miséria em sua região originária e ganho um pedaço de terra para subsistência dele e de sua família – uma espécie de *dádiva recebida*. Mesmo havendo inúmeras adversidades no momento da chegada desses colonos, conforme mencionado anteriormente, para eles *foi Vargas quem deu o lote*, e a gratidão ao *pai dos pobres* acabou se materializando através do voto.

Gláucio Soares afirma que o prestígio de Getúlio Vargas junto ao eleitorado nacional serviu para alavancar o partido pelo país. Esse crescimento petebista acontece paralelo ao declínio do PSD (SOARES, 1981, p. 19). Essa colocação vai ao encontro ao apontado por Serge Berstein. Segundo o autor, o historiador da política deve entender que um partido não nasce fortuitamente. As razões de seu sucesso estão ligados a:

[...] um problema fundamental colocado para a sociedade contemporânea, e que faz com que haja adequação entre a imagem que ele transmite de si mesmo e as aspirações mais profundas de uma parte importante da população que aceita, como solução para os problemas que ela percebe, a mediação política que ele lhe propõe (BERSTEIN, 2003, p. 67/68).

A imagem de Vargas, para o eleitor da CAND, é o PTB, e para esse eleitor, o PTB é Vargas. Se para eles *foi Vargas quem deu o lote*, por conseguinte uma condição melhor de vida, e essa melhor condição de vida fazia parte de suas *aspirações mais profundas*, utilizando as palavras de Berstein, esse eleitor se sentia na obrigação moral de demonstrar sua gratidão através do voto aos candidatos do PTB. Isso foi o que aconteceu em Dourados, desde 1950 até 1962. Sobre a gratidão do eleitorado recém-chegado a Dourados para com Getúlio Vargas, Sultan Rasslan, ex-deputado estadual pelo antigo MDB, membro do PTB desde 1957 até sua extinção em 1965, deu o seguinte depoimento:

Crescimento do PTB? Por causa da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, começou ali né. Getúlio Vargas. Como é que você vê a política hoje atual? A cesta básica não elege ninguém? É a cesta básica que tá elegendo e continua elegendo. O governo que fizer um bem qualquer para esse pessoal, vamos dizer, mais rejeitado pelo poder público, cresce politicamente (RASSLAN, 2011)³⁷.

Portanto, a afirmação, segundo a qual o PTB aumentou seu contingente eleitoral em Dourados a partir da consolidação da CAND, deve ser aliada a uma espécie de gratidão a

³⁷ Entrevista realizada em 17 de maio de 2011.

Vargas pela doação dos lotes, o que só vinha a aumentar o poderio eleitoral do PTB no município, mesmo antes do fluxo migratório mais significativo iniciado em 1951, levando em conta o fato de Armando Campos Belo perder as eleições por apenas dois votos, o que já demonstrava a força do partido. Além do que, um aumento populacional de 52, 38% ocorrido entre 1940 e 1950³⁸, em grande parte em função da CAND, já causou um impacto importante quanto à geografia eleitoral local, o que fez com que o PTB conquistasse força suficiente para disputar com a UDN a hegemonia política em Dourados.

Impugnação de urnas, tentativa de anulação de eleições, sabotagens, assaltos a cartórios eleitorais, eram elementos importantes que realçavam as acirradas eleições para a Prefeitura de Dourados, extrapolando inclusive os períodos eleitorais. Porém também houve acordos, dos quais trataremos a seguir.

Embora tenha havido influência direta do Governador Fernando Correa da Costa nas eleições de 1954 em Dourados, com a articulação que culminou com a fundação do PSP e com a coligação deste com o PTB local, o que acabou fragmentando as opiniões do eleitorado e culminando na vitória de Antônio Morais (UDN), nas eleições de 1958 e 1962 a influência dos governadores pode não ter sido sentida. PSD e UDN, respectivamente, os partidos ocupantes das cadeiras do executivo estadual naqueles anos, não venceram as eleições em Dourados.

Seguindo a alternância partidária no comando político do estado do Mato Grosso, o Governo estadual estava nas mãos do PSD em 1958, com João Ponce de Arruda, político do norte do estado, eleito em uma coligação com o PTB. João Ponce de Arruda era cunhado de Júlio Muller, irmão de Filinto Muller e principal liderança petebista no norte do estado do Mato Grosso. João Ponce iniciou sua carreira política em 1932, substituindo o próprio Júlio Muller na Prefeitura de Cuiabá, por este último ter sido indicado por Vargas para chefe da polícia no estado do Mato Grosso (BRANDÃO, s/d, p. 1), significando uma antiga e forte ligação entre as duas lideranças, bem aos moldes da política oligárquica mato-grossense. Sobre a formação oligárquica no Mato Grosso entre 1930 e 1945, e sobre o enquadramento das elites políticas em uma das legendas partidárias, Neves afirma:

O traço mais marcante da passagem de 30 para 45 é a presença de elementos novos em mais uma etapa de rearranjo das elites mato-grossenses, ou seja, a ascensão dos estratos médios de feição urbano-burocrática-liberal e o conteúdo regionalizado das elites políticas. O clientelismo revigora o poder das oligarquias tradicionais e confere expressão política às novas lideranças urbanas. [...] A organização partidária

³⁸ Ver capítulo I

operada por essas elites políticas terá, portanto, a marca desse rearranjo, e se expressa num perfil partidário do qual está ausente qualquer significado ideológico mais profundo, salvo em alguns momentos do PTB e do episódio PCB. A clivagem pela opção partidária dá-se, sobretudo, pela definição oposicionista aos representantes estadonovistas frente a interesses imediatos inconciliáveis e, ainda, pelo caráter familístico/oligárquico (NEVES, 1988, p. 169/170).

Com o fim do Estado Novo, Ponce e Júlio Muller acabaram se assentando, respectivamente, no PSD e no PTB. Mais tarde, em 1955, Ponce de Arruda foi eleito governador em uma aliança entre PSD/PTB, o que possibilitou aos dirigentes locais dos dois partidos indicarem os cargos estaduais a serem ocupados no município³⁹. Portanto, seria possível ocorrer uma coligação entre as legendas para as eleições em Dourados no ano de 1958. Assim como em 1954, o jornal *O Progresso* noticiou sobre uma plausível coligação entre PSD e PTB, relatando a formação de uma comissão formada por membros dos dois partidos visando ao entendimento. Tal conversa ocorreu durante o mês de abril. A aliança não aconteceu, apesar dos esforços do PSD na empreita.

Mesmo assim o PSD, ainda em junho daquele ano, buscava um entendimento com os petebistas visando à coligação⁴⁰, haja vista as duas legendas estarem aliadas nas eleições estaduais desde 1947, com a vitória de Arnaldo Estevão de Figueiredo (LIMA, 2006, p. 1)⁴¹. Além disso, tal arranjo ocorria também em nível proporcional.

Porém, em 1958, nenhum dos dois partidos abriu mão de ser *cabeça de chapa*⁴² em Dourados. O PTB já sabia de sua força crescente no município, principalmente na região da CAND. Já o PSD poderia contar com o apoio da máquina estadual, governada por João Ponce de Arruda, o que, de certa forma, poderia lhe dar um fôlego na disputa. Por esse motivo, tanto PTB quanto PSD impuseram o candidato a prefeito, o que culminou na implosão da possível aliança.

O jornal *O Progresso*, na coluna intitulada *Telescópio*, fez alusão à necessidade da coligação, sugerindo que o PTB indicasse o candidato a vice-prefeito, comprovando o único interesse dos pessedistas – sair de suas fileiras o *cabeça de chapa*:

³⁹ Ver capítulo I

⁴⁰ Ver capítulo II

⁴¹ A exceção se deu em 1950, momento de uma aliança não oficial entre PTB e UDN que culminou na vitória do udenista Fernando Correa da Costa, conforme citado anteriormente; e em 1960, eleições em que o PTB lançou candidato próprio, o deputado Wilson Fadul. Tal pleito foi vencido novamente por Fernando Correa da Costa.

⁴² *Cabeça de chapa*, em uma coligação para uma eleição majoritária, é o indivíduo de um dos partidos indicado como candidato ao principal posto do executivo, seja municipal, estadual ou federal.

[...] si o PTB e o PSD souberem usar a cabeça, o velho Onofre e o Saburá [presidentes dos diretórios municipais do PSD e do PTB, respectivamente] fizeram um bom casamento, o problema está resolvido. [...] Si separam os dois, vão os dois para o tacho. A escolha do Amaral foi acertadíssima. Nenhum outro candidato, nas mesmas condições, terá mais votos do que ele. O caso agora é o PTB escolher um vice-prefeito que pode ser o Vivaldi, o Saburá, o Olau, receber a metade dos cargos, o Juiz de Paz da séde, as sub prefeituras dos distritos e tocar o barco para a frente, porque afinal de contas é preferível um mau acordo do que uma boa derrota! (*O PROGRESSO*, 4/5/1958, p. 3).

Nas eleições de 1958, não houve uma articulação por parte do governo do estado para beneficiar seu partido em Dourados. O relato do petebista Sultan Rasslan apontou nesse sentido (RASSLAN/2011), diferentemente do que houve em 1954. O que há é uma indicação para que a coligação vitoriosa no pleito estadual de 1955 – PSD/PTB –, ocorresse em nível local. Portanto, havia uma vontade, principalmente por parte do PSD, em irradiar para Dourados a disputa estadual contra a UDN, tendo em vista tal rivalidade, como já demonstramos, ocorrer também no âmbito dos municípios. Mas não houve possibilidade de acordo entre petebistas e pessedistas. A frustração se iniciou em 1954, e se repetiu em 1958, motivada pelo fato de nenhum dos dois partidos abrirem mão de seu *cabeça de chapa*: Vlademiro do Amaral, por parte do PSD, e Vivaldi de Oliveira, pelo PTB. Pior para o PSD. Seu antigo pretense aliado, o PTB, venceu as eleições com Vivaldi de Oliveira.

Uma prova de que a principal disputa estadual não teria a mesma relevância em Dourados aconteceu também em 1962. UDN e PSD perdiam terreno para o PTB no município continuamente, e os dirigentes dos dois primeiros partidos sabiam disso. Tanto é que o inimaginável esteve prestes a ocorrer: havia uma tentativa de coligação entre udenistas e pessedistas nas eleições de 1962, registrada por Weimar Torres em seu diário pessoal. Segundo Weimar, essa tentativa de aliança teria partido da UDN, com os udenistas se reunindo em seu diretório, e lançando a candidatura de Wilson Benedito Carneiro, membro do PSD local. Conforme Weimar, caso houvesse o endosso do PSD, estaria selada a aliança. Weimar afirmava: “Nós, porém, preferimos dar tempo ao tempo, pôr as barbas de molho, deixar o barco rodar mais um pouco ao sabor da correnteza” (Diário pessoal de Weimar Torres, 9/1/1962).

A afirmação acima demonstra as reservas de Weimar Torres em relação a tal aliança. Sabia que isso poderia minar mais ainda seu partido em nível local. Sem contar, as disputas estaduais, históricas entre PSD e UDN. Como se portaria Weimar diante da coligação, haja vista sua forte ligação com Filinto Muller, líder maior do PSD estadual, e principal rival de Fernando Correa da Costa, da UDN? Mesmo assim, a executiva do PSD se reuniu e, por nove

votos a oito, decidiu montar uma comissão para conversar com a UDN, visando consolidar a aliança inédita.

Segundo Weimar, seu sogro seria o principal articulador dentro do PSD em prol da coligação. Vlademiro do Amaral, ex-udenista, candidato derrotado nas eleições de 1958, entendia que a única forma de derrotar o PTB seria a união das duas legendas adversárias, o que acabou gerando conflitos no interior do PSD. Foi enviada uma comissão pessedista para buscar um acordo junto à UDN local, mas o diretório municipal não aceitou a proposta udenista, rejeitando o lançamento de candidatura comum entre as duas legendas, descontentando Vlademiro do Amaral e o grupo que o apoiou na empreita. Wilson Dias de Pinho teria comandado a recusa da aliança, haja vista ele mesmo desejar disputar a Prefeitura de Dourados. Weimar Torres fez alusão ao não entendimento entre as duas legendas em seu diário pessoal:

Em reunião especial, esta noite, o Diretório Municipal do PSD recusou a fórmula do acordo proposto pela UDN através da comissão que a procurou. Houve descontentamento, principalmente do seu Amaral, Giolando e outros (Diário pessoal de Weimar Torres, 17/1/1962).

Um raciocínio importante sobre as eleições municipais de 1962 em Dourados deve ser realizado. A alternativa de coligação entre PSD e PTB, tentada e frustrada em 1954 e 1958, tornou-se muito difícil em virtude do lançamento da candidatura própria do PTB, por Wilson Fadul. O eleitorado do PTB crescia continuamente no Mato Grosso no período, fator que modificou a estratégia do partido. Se, nos pleitos anteriores, havia o movimento pendular do partido em apoio ao PSD ou à UDN, garantindo dessa forma o equilíbrio do sistema eleitoral no estado (NEVES, 1988, p. 26), em 1960 o PTB buscou seu voo solo, o que de certa forma deve ter influenciado as relações entre os dois partidos nos municípios.

Como a opção PSD/PTB em Dourados poderia melindrar a relação de Filinto Muller com o diretório do PSD local, o partido, já enfraquecido com as sucessivas derrotas nos pleitos anteriores, buscou guarida no seu principal adversário em nível estadual, a UDN, movimento que também se frustrou e foi reprimido pelo diretório pessedista. Além disso, o PTB já havia vencido as eleições anteriores, e mantinha seu ritmo de crescimento, portanto poderia não interessar uma aproximação com os pessedistas.

Portanto, havia em Dourados evidências que demonstravam, diferentemente do que havia em nível estadual, entendimentos entre os líderes udenistas e pessedistas locais. As eleições de 1962 demonstraram muito bem isso. Antes, em 1958, o próprio candidato do PSD

à Prefeitura é oriundo da UDN, o mesmo que buscou uma coligação com os udenistas em 1962. Sobre a paradoxal ligação entre UDN e PSD em Dourados, Sultan Rasslan afirmou:

Tinham suas desavenças, mas a partir do momento que se dividia o bolo e essa divisão dava boas fatias para o lado do PSD, eles se acertavam muito facilmente, mas precisava dividir a coisa, bem divididinho, como se faz até hoje aí né (RASSLAN, 2011).

Antes, em 1954, a UDN já buscava arranjos visando minar as forças do PTB local e, conseqüentemente, de seu rival em nível estadual, o PSD. As eleições municipais daquele ano, conforme apontamos anteriormente, foram marcadas pela arrumação promovida pela principal liderança da UDN no estado, o Governador Fernando Correa da Costa, cooptando o principal líder petebista em Dourados, Armando Campos Belo, o que acabou incitando a divisão do PTB na cidade, com a UDN se beneficiando com tal arranjo.

Mas o pleito de 1954 se constituiu em uma exceção. A rivalidade já deflagrada durante as eleições de 1950 foi retomada em 1958 e 1962. A UDN sentia a perda constante de espaço eleitoral para o PTB no município, e as derrotas de 1958 e 1962 só vieram realçar tal estado de coisas. Tudo isso só fez aumentar a rivalidade entre udenistas e petebistas, motivada pela disputa eleitoral local.

Portanto, embora a rivalidade em Mato Grosso entre UDN e PSD ecoasse também em Dourados, os processos eleitorais no município obedeciam a uma racionalidade própria, ditada pelo crescimento contínuo do PTB, que conseqüentemente tomou o lugar do PSD nessa disputa. Se em 1954 e 1958, foi tentado o arranjo visando derrotar a UDN, arranjo esse provavelmente encabeçado pelo PSD, com o objetivo de seguir a dinâmica estadual da rivalidade udenistas *versus* pessedistas, em 1962, o que aconteceu foi o contrário. O PSD procurou se aliar a seu velho rival, a UDN, pois suas lideranças sabiam que sairiam derrotadas da disputa em um voo solo. E foi isso que aconteceu em 1962, com o PTB vencendo mais uma vez as eleições.

René Rémond chama a atenção para a importância do estudo histórico sobre as campanhas eleitorais, pois se configura no primeiro ato de uma eleição. Segundo o autor, não se trata apenas de analisar a apresentação dos programas dos candidatos nem somente de estudar a expressão da manifestação das preocupações dos eleitores. Nas campanhas políticas, pode-se observar também “a entrada em operação de estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião. Sobretudo, ela modifica a cada dia as intenções e talvez a relação de forças” (RÉMOND, 2003, p. 49).

Podemos dizer, então, que a política nacional de colonização promovida pelo Governo Federal em Dourados, mesmo com seus problemas⁴³, agiu, embora inconscientemente, no sentido de minar o poder de fogo das elites oligárquicas dominantes do poder estadual em relação aos processos eleitorais na cidade, digo PSD e UDN. A tal ponto de, como em 1962, as duas legendas antagônicas em nível estadual tentarem a aliança, porém sem sucesso, para derrotar os trabalhistas em crescimento contínuo, garantindo uma racionalidade própria aos pleitos eleitorais no município nos anos de 1954, 1958 e 1962.

As elites políticas locais circunscritas ao PSD e à UDN vão perdendo densidade eleitoral desde as eleições municipais de 1950, não possuindo força para fazer reverter a mudança de foco do eleitorado, movida pela gratidão a Vargas pela doação de lotes, gerando resultados positivos ao PTB no município, transformando-o em partido hegemônico nos pleitos municipais de 1958 e 1962, portanto, anteriores ao golpe de 1964.

3.2. UDN *versus* PTB: estratégias eleitorais e polarização nas eleições em Dourados

A disputa ocorrida entre PTB e UDN durante o recorte temporal proposto, com os trabalhistas tomando a dianteira dos processos eleitorais a partir de 1958, proporcionou, no calor das eleições municipais, o uso de expedientes um tanto quanto duvidosos de ambos os lados. Isso não quer dizer que acordos não poderiam ser feitos entre as lideranças dos dois partidos, o que acabou acontecendo em 1954, conforme citamos no item anterior, e em 1958.

Maria Victória Benevides aponta para a polarização que ocorria na antiga capital federal a partir da dicotomia *getulismo/antigetulismo*⁴⁴, tratando-se, respectivamente de PTB e UDN. Segundo a autora, era “o partido dos pobres contra o partido dos cartolas...” (BENEVIDES, 1989, p. 139). Esse clima de rivalidade acabou sendo transportado também para Dourados, como demonstraremos a seguir, garantindo as especificidades locais, que acabavam resultando em uma dinâmica diversa da que se configurava no Rio de Janeiro.

⁴³ No capítulo I, citamos os problemas enfrentados pelos colonos quando da chegada à região para tomar posse de seus respectivos lotes, demonstrados por autores que estudaram o assunto.

⁴⁴ Ver capítulo I.

Reafirmando a colocação acima, Marly Silva da Motta, ao estudar o perfil político do ex-governador Chagas Freitas no Rio de Janeiro, aponta também para a rivalidade que havia entre PTB e UDN no estado. A autora afirma que os discursos de duas importantes lideranças na capital federal, Carlos Lacerda e Leonel Brizola, serviam como *caixa de ressonância* para a polarização entre as duas legendas, que se consolidava pelas demais regiões do país nas décadas de 1950 e 1960 (MOTTA, 2000, p. 2).

Abelardo Jurema, Ministro da Justiça no governo João Goulart (1961-1964), em sua biografia, afirmou que Jango, assim que o nomeou em 1963, lhe deu carta branca para dialogar com todos os partidos, até mesmo com a UDN, e com todas as tendências possíveis, sejam de esquerda, centro ou direita. O presidente achava que, dessa forma, poderia implantar as reformas almejadas. Só não cabia diálogo com o mais ferrenho opositor do executivo federal, o Governador da Guanabara, Carlos Lacerda (JUREMA, 1964, p. 9).

Isso demonstrou o papel do udenista Carlos Lacerda na cena política nacional, se configurando como principal elemento de tensão no que tange ao relacionamento entre udenistas e petebistas, talvez se constituindo no responsável pela irradiação desse estado de nervos para outras partes do Brasil. Tensão essa também potencializada pelas esquerdas que apoiavam João Goulart nessa disputa.

Ana Paula Leibrunder afirma que a UDN, liderada por Carlos Lacerda, se coloca claramente contrária à Emenda Constitucional como pré-requisito para implantação da reforma agrária no país, que viria a ser promovida por João Goulart (LEIBRUDER, 2007, p. 82). Isso demonstra mais uma vez a tensão construída entre as duas legendas no decorrer desse período republicano, que viria cessar apenas com a deposição de Goulart em 1964.

Desde 1950, fatos controversos marcaram a rivalidade entre PTB e UDN em Dourados, como a impugnação da urna que deu a vitória a Nelson de Araújo (UDN) naquela eleição, por apenas dois votos. Vale lembrar que nesse pleito ocorreram também as eleições para o executivo estadual e federal, com o diretório regional do PTB apoiando informalmente a candidatura de Fernando Correa da Costa, apoio esse ratificado por Getúlio Vargas, candidato a Presidente da República. Isso pode ter motivado um certo desinteresse da cúpula petebista estadual pela disputa da Prefeitura de Dourados, ocorrida no mesmo ano, não dando o necessário suporte jurídico no momento da impugnação da urna pela UDN. Se fosse ao contrário, a vitória seria do PTB.

Outro fato que chama a atenção ocorreu nas eleições estaduais em 1955 em Dourados. Dessa vez, diferentemente do que aconteceu no pleito municipal de 1950, a UDN não logrou êxito. Foi o caso da tentativa de anulação da eleição para governador no município, pelo diretório municipal da UDN, por conta da derrota do udenista Rachid Saldanha Derzi, por cerca de 700 votos, para o candidato João Ponce de Arruda, do PSD, conforme noticiou *O Progresso*:

A nulidade do pleito – Segundo estamos informados a UDN vai requerer perante o Tribunal de Justiça a nulidade do pleito em Dourados para o que já está preparado a necessária documentação sob à direção do D. Ney da Rocha e Dr. Dolor de Andrade (*O PROGRESSO*, 9/10/1955, p. 1).

Essa prática udenista de não reconhecer suas derrotas nas eleições, contestando os resultados eleitorais foi recorrente no período, não acontecendo apenas em Dourados. Márcio de Paiva Delgado aponta que nas eleições presidenciais de 1950 vencidas por Getúlio Vargas, a UDN, não aceitando a derrota, iniciaria em outubro daquele ano uma luta na imprensa e na Justiça Eleitoral pela não diplomação de Getúlio Vargas, com Carlos Lacerda defendendo no jornal *Tribuna da Imprensa* do Rio de Janeiro, uma nova eleição entre Getúlio e o Brigadeiro Eduardo Gomes (DELGADO, 2005, p. 5).

Alguns dias antes do pleito estadual de 1955, sabendo das dificuldades para se manter no poder no Governo do estado, a UDN requer junto ao juiz eleitoral a transferência das nove urnas da CAND para a zona urbana (*O PROGRESSO*, 18/9/1955, p. 1). Ciente que aquela região seria importante reduto petebista, e dessa vez, com o PTB coligado ao PSD nas eleições estaduais, e que a maioria dos eleitores se encontrava na CAND, seria impossível tirar a vitória do pessedista João Ponce em Dourados, caso houvesse urnas na colônia. Estando as urnas na cidade, as precárias condições das estradas de acesso da colônia à zona urbana representariam um obstáculo para os colonos exercerem seu direito de voto, fato que poderia resultar em muitas abstenções de eleitores, e dificultaria assim os planos da coligação PSD/PTB, o que daria alguma esperança à UDN. Não deu certo. O Tribunal Regional eleitoral não acatou a solicitação dos udenistas.

Nas eleições municipais de 1958, houve o caso de tentativa de incêndio no Clube Social de Dourados, quando da apuração das eleições. Nesse episódio, as acusações recaíram também sobre a UDN, segundo Atilio Torraca Filho (PTB), acabando a legenda udenista derrotada por apenas 181 votos. *O Progresso* noticiou o fato:

Mais um desses casos que tornam célebres a crônica de Dourados, foi, sem dúvida, a tentativa de incêndio do prédio do Clube Social de Dourados, com objetivos de destruir o resultado do pleito de 3 de outubro, uma vez que ali se achava instalada a

junta apuradora e ali se encontravam as urnas eleitorais. Naturalmente, as suspeitas recaem sobre os partidos que estavam perdendo o pleito [...] (*O PROGRESSO*, 26/10/1958, p. 3).

Essa eleição de 1958, vencida pelo petebista Vivaldi de Oliveira, foi marcada pelo conflito no interior da UDN, motivado pelo apoio de supostos integrantes do PCB – moradores da CAND –, a João Augusto Capilé Júnior, candidato udenista. Isso provocou um *racha* no seio do partido. Parte de suas lideranças apoiaram a candidatura de Vivaldi de Oliveira, indicando seu vice, João Viana, liderança udenista no distrito de Caarapó. Da mesma forma, outra ala udenista apoiou o candidato do PSD, indicando o ex-prefeito Antônio de Carvalho como vice de Vlademiro do Amaral. João Augusto Capilé Júnior relatou que sofreu retaliações por conta de tal apoio, como o não investimento financeiro do partido em sua campanha:

Eu me dediquei. Mas os companheiros prometeram de me ajudar financeiramente. Tal não ocorreu. Os companheiros não me ajudaram. A campanha diz não, mas ninguém faz política sem dinheiro, então, principalmente no último dia, de véspera de eleição, aí você gasta muito, aí todo mundo vem em cima de você, fica com receio que se você não vai atender, amanhã ele vai votar contra você (CAPILÉ JÚNIOR, 2010).

Capilé Júnior nos afirmou que tal apoio motivou represálias por parte da igreja católica em Dourados:

O partido comunista aí da colônia era composto de muito pouca gente. Mas de gente, pessoas ilustres, bem, com o pensamento bem elevado e tal, e vieram propor se eu aceitaria o apoio deles. Ora, porque não? Eu estou numa campanha, e tudo quanto é apoio é bem vindo, né, e aí saiu então uma campanha contra mim sobre os comunistas, inclusive a minha mulher, o padre frei Gino Ladeke, não, o frei Teodardo começou a fazer campanha contra mim lá na igreja, no calor das eleições, começou a fazer campanha contra mim dentro da igreja, inclusive a minha mulher a Roma, foi lá e destratou muito o padre: comunistas são vocês, malandros.ahaha. Acabou com o padre lá, mas eu nunca fui comunista, nunca pensei em comunismo, mesmo quando eu estava aí que eu fui procurado pelo Partido Comunista (CAPILÉ JÚNIOR, 2010).

Portanto, em 1958, o apoio de um grupo de comunistas a João Augusto Capilé Júnior foi fatal à sua campanha. Isso motivou as defecções por parte de uma UDN oligarquizada, marcada pelos interesses dos coronéis da zona rural, cuja ojeriza aos comunistas era mais do que conhecida. Estes últimos eram estigmatizados como *baderneiros* por aqueles que detinham a posse da terra, no que tange à questão agrária nacional, pelo fato de defender a pequena propriedade. Outro importante ponto é a repulsa por parte das lideranças da igreja católica em Dourados, instituição cuja opinião era prontamente atendida e não discutida por seus fiéis mais devotos, de influência incontestada no eleitorado local, em uma Dourados que acabava de instalar seu bispado. Os comunistas, identificados geralmente com o ateísmo, eram conhecidos como usurpadores da moral cristã e dos *bons costumes*.

Outro ponto a afirmar é que, embora o número de pessoas em Dourados que se autointitulavam comunistas fosse muito pequeno, como atestou o próprio Capilé Júnior, não significando um apoio importante à UDN, ser considerado comunista soava pejorativo, haja vista a campanha midiática contra eles. Portanto, o apoio do PCB à campanha de João Augusto Capilé Júnior, embora não relevante em termos numéricos, trouxe prejuízos à sua própria base, com defecções importantes que migraram para seus adversários, com a mídia local se ocupando por diversas vezes do assunto, como o caso do jornal *O Progresso*. Apesar da falta de apoio por parte dos correligionários e da defecção de lideranças importantes, a diferença entre João Augusto Capilé Júnior e Vivaldi de Oliveira foi pequena, por apenas 181 votos a favor do candidato do PTB.

Quanto à postura tomada por João Augusto Capilé Júnior, ao aceitar o apoio de um pequeno grupo de comunistas locais, fator fundamental para sua derrota, Sultan Rasslan afirmou que Capilé Júnior – ou *Sinjão*, como era conhecido –, era um indivíduo que possuía uma postura diferente em relação à política, se comparado aos seus correligionários da UDN. Rasslan disse que:

O Sinjão tinha uma posição política diferenciada dentro da UDN. O Sinjão era um elemento da UDN com um ideário bem de esquerda, bem mais voltado para a comunidade, então o que eu lhe digo é isso, que o Sinjão tinha um posicionamento mais claro, bem mais aberto em favor da comunidade né, então a gente chamava o Sinjão de comunista da UDN, o *comunista da marvada* né, mas ele não era comunista não, mas era um elemento com idéias socialistas (RASSLAN, 2011).

Uma reportagem do jornal *O Progresso* noticiada na coluna *Bastidores políticos* demonstrou a posição ideológica de Weimar Torres e seus colaboradores, sempre contrária aos comunistas, buscando desmerecer esses militantes nas páginas do semanário: “Os grandes derrotados desta campanha foram os comunistas. Desde Dourados, à S. Paulo, ao Rio Grande do Sul, as correntes que receberam seu apoio foram derrotadas” (*O PROGRESSO*, 26/10/1958, p. 1).

Quanto ao PTB, partido que mais crescia em Dourados, podemos dizer que não ficou atrás em se tratando de vencer as eleições a qualquer custo. Ainda segundo João Augusto Capilé Júnior, em 1958 houve coação aos eleitores da colônia por parte do administrador da CAND, fato que foi confirmado pelo petebista Atílio Torraca Filho. Capilé Júnior afirmou que o avião da administração da CAND atirava panfletos pedindo votos para o candidato petebista Vivaldi de Oliveira, ao mesmo tempo que o administrador coagia os colonos, dizendo que “se não votasse no Vivaldi, perderia o lote” (CAPILÉ JÚNIOR, 2010).

Vlademiro do Amaral, em entrevista à Rádio Voz D’oeste de Cuiabá, também fez a mesma acusação. O *Jornal de Dourados*, saindo em defesa da candidatura petebista de Vivaldi de Oliveira, relatou sobre a entrevista de Vlademiro:

Em Cuiabá, o candidato derrotado do diretório do PSD de Dourados, afirmara (segundo a Rádio Voz D’Oeste) que perdera a eleição, porque na colônia o seu Diretor havia feito coação sobre os colonos para votarem no Vivaldi. Pergunta-se: quem forçou o eleitorado a votar no candidato do PTB, em Caarapó, Nova América, Serraria, Laranja Lima, Mercado, Macauba, Guassu, Juti, Barreirinho, Bocajá, Itaum, Cabeceira Alegre e muitas urnas da cidade, onde o candidato do Diretório do PSD local fôra derrotado por VIVALDI DE OLIVEIRA? (*O JORNAL DE DOURADOS*, 26/10/1958, p. 3).

Na mesma edição, *O Jornal de Dourados* noticiou o pedido de apoio do diretório douradense do PSD ao administrador da colônia, para que ele fizesse campanha para Vlademiro do Amaral. O semanário de Tonanni, escrevendo em sentido de provocação ao diretório local do PSD, assim afirmou:

Uma prova da fraqueza do candidato derrotado do diretório do PSD local é que membros desse diretório dias antes da eleição, certos da derrota, solicitaram o apoio do Administrador do NCD, mas este, fiel aos seus princípios e por força de seu cargo, recusou tal medida por julgar imoral e incompatível com o seu cargo. Efetivamente o trânsito na colônia estava livre (*O JORNAL DE DOURADOS*, 26/10/1958, p. 1).

Vale lembrar que a indicação de administrador da CAND era muito disputada pelos partidos políticos, levando-se em conta sua influência sobre os colonos, estando este administrador agindo em prol dos interesses de seu grupo político em períodos eleitorais, interesses estes vinculados ao voto dos colonos. Regina Heloisa Targa Moreira afirmou que:

Os partidos políticos PSD e PTB e a União Democrática Nacional (UDN), tinha grande influência na escolha dos administradores da colônia; com o objetivo de “fazer” ou exonerar um administrador, dependendo da conveniência, entram em sérios atritos, ou realizava coligações (MOREIRA, 1990, p. 120).

Em 1958, o administrador da CAND era Tácito Pacce, o mesmo que havia sido exonerado em 1951 a pedido do PTB (MOREIRA, 1990, p. 120). Pacce retornou à CAND cinco anos depois, sendo indicado pelo PSD local (*O PROGRESSO*, 2/3/1958, p. 4). Um pouco antes das eleições de 1958, houve a tentativa frustrada da cúpula do PSD douradense de conseguir a exoneração de Tácito Pacce junto ao governo federal, em virtude da sua ida para o PTB. Tácito migrou para as hostes petebistas em virtude de ter sido preterido pelos pessedistas como candidato a deputado federal. *O Progresso*, a serviço do PSD, justificou o pedido de exoneração:

[...] Conhecidos esses fatos, ninguém mais póde extranhar que o Diretório de Dourados tivesse pedido, como pediu ao General Filinto a substituição do administrador da Colônia e aquele chefe do partido mais uma vez demonstrou-se merecedor do apreço e da solidariedade de seus companheiros, exigindo do Presidente da República aquela exoneração [...] (*O PROGRESSO*, 2/3/1958, p. 4)

A classe política de Dourados, incluindo aí o PSD local, sabia da influência do administrador da CAND junto ao eleitorado da colônia. Sendo a CAND o principal colégio eleitoral de Dourados, o administrador em períodos eleitorais atuaria na coação de eleitores, como fez Tácito Pacce em prol do PTB em 1958, conforme retratado por Capilé Júnior. Ao PSD, perdendo esse *trunfo*, só restava a alternativa de pedir a exoneração de Pacce, substituindo este por alguém ligado ao partido, pois se assim não ocorresse, a derrota para o PTB estaria certa. Embora acreditemos que, mesmo se a coação não tivesse acontecido – ou fosse em prol do PSD ou até da UDN –, o resultado eleitoral continuaria positivo para o PTB, pois a CAND já havia se transformado em reduto petebista, conforme discutimos no item anterior.

Mesmo com todos os episódios anteriores que culminaram na saída de Tácito Pacce do PSD, o diretório pessedista tentou sua cooptação dias antes da eleição, porém não obtém êxito na empreita, como noticiou *O Jornal de Dourados*, estando o “trânsito livre na colônia” (*O JORNAL DE DOURADOS*, 26/10/1958). Entenda-se *trânsito livre* para a melhor atuação de Pacce junto aos colonos para conseguir votos em prol do candidato do PTB local, Vivaldi de Oliveira.

Quando da vitória do petebista Napoleão Francisco de Souza sobre o ex-prefeito Antônio Morais dos Santos (UDN) por pouco mais de 900 votos nas eleições de 1962, houve outro caso controverso de sabotagem cujas suspeitas recaem dessa vez sobre o PTB. Trata-se do assalto ao cartório eleitoral em Dourados, ocasião em que sumiram milhares de processos eleitorais de filiados à UDN. Weimar Torres registrou o episódio em seu diário pessoal: “Há grande alvoroço nos meios políticos face ao roubo dos processos do cartório eleitoral. Fala-se em mil, dois mil processos, todos da UDN, pelo que os suspeitos recaem mais sobre o PTB” (Diário pessoal de Weimar Torres, 3/7/1962).

É provável que os udenistas douradenses agregassem indivíduos para que tirassem seus títulos de eleitor, e em seguida filiassem essas pessoas ao seu partido, registrando junto ao cartório eleitoral local o fato. Também é provável que os petebistas tivessem praticado o roubo para saber quem eram aqueles que se identificavam com a UDN local, e onde moravam, para poder cooptá-los.

A apuração dos votos ocorreu também no Clube Social de Dourados, mas dessa vez sob forte proteção do Exército, atendendo a pedido do candidato petebista Napoleão Francisco de Souza, ex-combatente na segunda guerra mundial (ARAKAKI, 2002, p. 52), haja vista

correr boatos de ameaça de sabotagem à contagem, que seria protagonizada pelos simpatizantes da UDN, de acordo com o relato do petebista Atílio Torraca Filho.

Outro expediente comum em época de eleições era a utilização nas urnas de votação de cédulas já preenchidas por membros dos diretórios dos partidos políticos. Sultan Rasslan confessou que ele mesmo votou em Napoleão Francisco de Souza, no ano de 1962, em uma cédula já preenchida pelo seu irmão:

Interessante que em 62 ainda se votava naquela cédulazinha pequenininha de mão. Então você pegava aquelas cédulas e colocava no envelope. Eu trabalhava na rádio Educação Rural em Campo Grande e vim votar no Napoleão aqui em 62. Eu encontrei meu irmão que é gêmeo, e me disse vote nesse vereador pra mim, e me deu a cédulazinha de Ivo cerzózimo, já prontinha, tudo prontinha, eu só pus no envelope, tem o Napoleão aí? Tem, então dá aqui. Fui lá, coloquei no envelope e fui na urna né (RASSLAN, 2011).

Fora das disputas eleitorais também houve episódios que demonstraram a rivalidade entre UDN e PTB no município. Podemos registrar o ocorrido com o golpe civil-militar de 1964, demonstrado por Arakaki, quando udenistas foram responsáveis por *caçar* petebistas em Dourados, tanto na cidade quanto na CAND, utilizando-se da força sob a autorização do próprio Estado brasileiro. Segundo a autora, essa perseguição se explica muito mais pela tomada de poder político perdida através do voto para o PTB, o que ocorria em Dourados, do que pela perseguição aos ditos comunistas, inimigos da *revolução* que se instalara em 1964, pois esses comunistas estavam em número irrisório na cidade (ARAKAKI, 2003, p. 134).

Antes do golpe de 1964, sob a bandeira da *defesa da democracia contra o perigo comunista*, foi criada a Ação Democrática Matogrossense, a ADEMAT⁴⁵, na cidade, em maio de 1963 (*O PROGRESSO*, 5/9/1963, p. 1), sob a presidência do udenista Celso Muller do Amaral, filho de Vlademiro do Amaral, que viria a ser um dos participantes mais ativos do Comando de Caça aos Comunistas em Dourados. Quando da eclosão da *revolução*, muitos petebistas foram presos, sob alegação de subversão às instituições democráticas. Segundo Arakaki:

Ao mesmo tempo em que mobilizavam ações de apoio ao golpe, os udenistas formaram o Comando de Caça aos Comunistas e buscaram incriminar os petebistas,

⁴⁵ Organização criada pela família Coelho com o objetivo de perseguir os ditos comunistas, atuando na *defesa dos preceitos democráticos*. A ADEMAT douradense foi fundada a partir da entidade campo-grandense, cujas lideranças estiveram em Dourados convidando elementos de *destaque* da sociedade local para ingressarem na associação. Seria um braço do Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD –, no estado do Mato Grosso. Este por último foi criado no governo de Juscelino Kubitschek, e agiu de forma decisiva na deposição do Presidente João Goulart. Tinha como objetivos intervir na vida política e eleitoral brasileira, além de infiltrar-se em organizações camponesas e operárias, movimentos estudantis e organismos da sociedade organizada urbana, atuando como importante agente desestruturador das bases sociais dos governos populistas pré-golpe de 1964, mais especialmente o de Jango (ARAKAKI, 2003, p. 57).

acusando-os de subversivos e de comunistas, usando como desculpa um suposto plano de ataque às instituições democráticas [...] (ARAKAKI, 2003, p. 134).

Um fato interessante é que o prefeito Napoleão Francisco de Souza (PTB), por ser militar, ex-combatente da segunda guerra mundial, conseguiu manter-se no comando da Prefeitura. Mas isso só foi possível graças ao apoio dado a Napoleão pelo Comando do Exército em Campo Grande, haja vista que partidários udenistas se dirigiram até a Prefeitura Municipal para exigir que Napoleão deixasse a cadeira de prefeito. Napoleão afirmou que deixaria, mas apressadamente rumou até Campo Grande e, na presença do Comandante Geral do Exército, reafirmou que aceitava entregar o cargo, desde que fosse nas mãos de um militar. O prefeito acabou sendo escoltado por um destacamento militar com cerca de 25 soldados. A partir daí, nenhum civil veio reivindicar o comando da Prefeitura de Dourados (ARAKAKI, 2003, p. 90).

Portanto, o contexto nacional se fez presente em Dourados no período. Um clima de *revanchismo* se instalou na cidade, causado pelas sucessivas derrotas eleitorais da UDN, demonstrando a rivalidade entre os udenistas e o PTB douradense. Quanto a isso, o Sr. Atílio Torraca Filho afirmou:

[...] nós víamos o Fernando Correa da Costa como inimigo político, porque era da UDN e foi justamente os líderes como Carlos Lacerda e outros que fizeram com que Getúlio suicidasse, então a gente tinha aquela mágoa da UDN por causa disso, e então existia essa mágoa (TORRACA FILHO, 2010).

Eventos históricos como o retorno de Vargas ao poder em 1950, além do golpe de 1964, trouxeram desdobramentos importantes. A disputa em nível nacional se fez transferir para o nível municipal, estando o PTB e a UDN mais uma vez em campos opostos. O poder em Dourados também estava diretamente ligado às disputas pelo executivo estadual, como em 1950 e 1955, conforme demonstramos acima. As estratégias dos dois partidos para conseguir o poder em Dourados entre 1954 e 1962, assim como o papel do PSD, partido de Weimar Torres, e do semanário sob sua direção, demonstraram que Dourados não estava alheia aos contextos estadual e nacional, com os agentes políticos utilizando todos os artifícios para conseguir a hegemonia política da cidade, sejam tais artifícios lícitos ou ilícitos.

Tudo isso demonstrava a crescente força do PTB em Dourados, partido que conseguiu a hegemonia política no município a partir de 1958. Se em 1954 a legenda sofreu com o arranjo arquitetado pelo Governador Fernando Correa da Costa, a vitória veio na eleição seguinte, mas de forma apertada – por 181 votos. Já em 1962, o crescimento se manteve vigoroso, haja vista uma diferença de quase mil votos em favor do candidato do PTB.

Porém, havia mais do que apenas rivalidades entre petebistas e udenistas. Em 1958, pode ter havido um acordo informal entre duas lideranças importantes dos dois partidos – o Prefeito Antônio Morais (UDN) e Vivaldi de Oliveira (PTB). O jornal *O Progresso* noticiou, através da coluna *Política é assim mesmo*, a aproximação de Vivaldi e Morais, informando sobre uma possível aliança entre os dois partidos para as eleições. Esse acordo, segundo *O Progresso*, envolveria também Antônio Tonanni, proprietário de *O Jornal de Dourados*, antigo correligionário udenista, que acabou fundando o PRP no município, partido que apoiava a candidatura de Vivaldi de Oliveira ao executivo municipal.

O jornal *O Progresso* noticiou mais tarde o descontentamento de um antigo militante petebista, Tibúrcio Olau de Almeida, candidato a Juiz de Paz pelo PTB, em virtude da aproximação entre petebistas e udenistas no pleito douradense, afirmando que seu partido havia se aliado “aos inimigos de Getúlio Vargas” (*O PROGRESSO*, 3/8/1958, p. 1).

Maria Manuela Neves afirma que há uma identificação entre petebistas e udenistas no sul do Mato Grosso, o que pode ter permitido acordos não oficiais entre as duas legendas na região, como ocorrido nas eleições de 1950 ao pleito estadual. Essa força aliancista dos dois partidos, segundo a autora, teria caráter regionalizado e municipal (NEVES, 1988, p. 28). De fato, houve uma aproximação entre líderes dos dois partidos em Dourados. Inclusive o vice do PTB em 1958, João Silveira Viana, era uma liderança da UDN no distrito de Caarapó.

Porém, diferentemente do que ocorria entre PTB e UDN em nível estadual, quando os acordos não oficiais entre as duas legendas significavam a não coligação do PSD com a UDN no Mato Grosso, em Dourados tal acordo deve ter ocorrido em outro sentido. Não no sentido de uma aliança entre os dois partidos para as eleições, nem no sentido de o PTB não coligar com o PSD. O Prefeito Antônio Morais deve ter feito *corpo mole* em relação à candidatura de João Augusto Capilé Júnior. Capilé Júnior relata sobre a falta de recursos financeiros para sua campanha, conforme citado em sua entrevista. Morais deve ter negado ajuda financeira para a campanha da UDN em Dourados em 1958, além de não se empenhar para que Capilé Júnior fosse eleito. O acordo entre PTB e UDN pode ter ocorrido nesse sentido. O próprio João Augusto Capilé Júnior relatou em sua entrevista sobre o não cumprimento financeiro de Antônio Morais a sua candidatura:

Éh, eu fui muito massacrado na campanha de 58. Esses amigos, todos eles íam na minha fazenda lá insistir: você é o único elemento capaz de enfrentar o PTB que cresceu muito devido à colônia, não tem outro candidato, é você. Até que a própria minha mulher disse: você tá bancando o covarde. Me influíram, eu voltei pra cidade, enfrentei a campanha por quase um ano, gastando do meu bolso. O Morais me acompanhava, nós tirávamos um dinheiro de vez em quando lá do João Berta, lá na,

da Pão Alves, nós íamos lá. Tirávamos dinheiro, mas era só eu que assinava, o Moraes nunca assinou. Então quando terminou, que ficamos devendo, quem devia lá era eu, de maneiras que, francamente, os políticos não me ajudaram financeiramente (CAPILÉ JÚNIOR, 2010).

Antônio Moraes tomou tal atitude em virtude da debandada de vários correligionários, ocorrida em virtude do apoio de um pequeno grupo de comunistas à candidatura udenista de João Augusto Capilé Júnior. É provável que o próprio Moraes, rico proprietário de terras, não se agradasse da *incômoda* companhia comunista, haja vista a *pecha* negativa que se reproduzia sobre eles, conforme citamos anteriormente. Além disso, Moraes era candidato a deputado estadual, elegendo-se no pleito, e colocar dinheiro em uma candidatura além da sua, poderia não ser prudente, ainda mais a de Capilé Júnior, cujo apoio comunista representava muito mais um imbróglio do que uma adesão consistente.

Portanto, mesmo estando UDN e PTB em campos opostos nas três eleições supramencionadas, podemos dizer que apenas oficialmente os dois partidos eram rivais no município. Em 1954, nos *bastidores* da política, a principal liderança udenista estadual, em acordo com o fundador do PTB em Dourados, promoveu uma articulação que provocou a vitória da UDN. Em 1958, embora tenha havido o embate direto entre as legendas, aconteceu um *acordo de cavalheiros* entre as duas principais lideranças dos dois partidos no município, resultado de uma aliança estranha entre UDN e um grupo de comunistas, culminando na derrota do candidato udenista. Ou seja, se para as bases de PTB e UDN havia uma disputa polarizada, que consolidava em nível local a rivalidade entre as duas legendas, na cúpula era diferente, pois ocorria um certo desinteresse de Antônio Moraes pela candidatura de João Augusto Capilé Júnior. Por isso o acordo com Vivaldi de Oliveira. Podemos dizer que apenas em 1962 houve uma disputa envolvendo a cúpula e a base dos dois partidos, cujo resultado também foi positivo para o PTB.

Os expedientes de ambos os lados, utilizados nas disputas, extrapolaram os acordos realizados na cúpula, dando sentido a uma rivalidade protagonizada por UDN e PTB que, na maioria das eleições, significava um embate apenas nas bases das duas legendas, que irradiava para a opinião pública local. Em relação à cúpula, independente se em nível estadual ou municipal, a regra era o acordo, exceto em 1962. Podemos citar como exemplo o incêndio no Clube Social em 1958, quando suspeitas recaíram sobre os correligionários da UDN. Tal incêndio teve como propósito destruir a contagem dos votos das eleições daquele ano. Se realmente foi realizado pelos udenistas, o mando pode ter sido feito por um grupo de militantes que não pertencia à cúpula do partido, pois esta estaria alinhada ou com o PSD ou

com o PTB nesse pleito. Ou até mesmo por algum militante da UDN da base de João Augusto Capilé Júnior, não contente com o resultado que se configurava.

Outro exemplo pode ser encontrado na fala de Atílio Torraca Filho, indivíduo da base petebista, ao afirmar que tinha mágoa dos udenistas pelo suicídio de Vargas; ou até mesmo nas palavras de outro militante, Tibúrcio Olau, que em 1958 chamou os udenistas de *inimigos de Getúlio Vargas*, conforme citamos anteriormente. Portanto, quando falamos sobre rivalidade entre PTB e UDN em Dourados nas eleições de 1954 e 1958, materializada nos diversos expedientes utilizados por ambas as partes para vencer as eleições, ou mesmo para impedir a vitória, como em 1958, afirmamos que essa rivalidade ficou circunscrita aos militantes da base dos dois partidos, já que foram comuns no período acordos entre as principais lideranças, garantindo a vitória de uma ou de outra legenda. Esse fato demonstra também a ausência de diferenças ideológicas, ao menos entre as lideranças do PTB e da UDN em Dourados.

Já em 1962, o que aconteceu foi realmente o embate entre UDN e PTB. Tanto foi que o alvo dos udenistas para um pretense acordo não era o PTB, e sim o PSD de Weimar Torres e Vlademiro do Amaral. As duas legendas sabiam da força eleitoral que o PTB havia conquistado a partir da migração para a região da colônia agrícola. Cooptação de eleitores da CAND pelo administrador, em prol do PTB, sumiço de fichas de alistamento eleitoral da UDN, tropas do Exército para guardar a contagem de votos, servem como exemplo do embate que se instalou no município nessas eleições, deslocando para o contexto local uma luta bem conhecida da política nacional, que viria a se acirrar mais ainda em 1964, com a caça de petebistas por membros da UDN em Dourados, após o golpe civil-militar daquele ano.

3.3. O PSD em Dourados: contínua perda de densidade eleitoral

O PSD, partido que disputava com a UDN o mando estadual, conforme já indicamos, não conseguiu vencer nenhuma das eleições para prefeito em Dourados no período. A única vez que o partido chegou ao comando do executivo municipal é com Jonas Dourado em 1962. Dourado era presidente da Câmara Municipal, e o prefeito Vivaldi de Oliveira se candidatou a deputado estadual. Nesse caso, conforme a lei eleitoral então em vigor, o presidente da Câmara de Vereadores local era quem assumia o executivo.

O PSD foi o partido que mais sofreu com o crescimento do PTB em Dourados. Porém, seu desempenho se manteve estável nas eleições de 1954 e 1958. A derrocada do partido veio em 1962. Em 1954 e 1958, mesmo não conseguindo eleger o prefeito local, conquistou um número significativo de cadeiras na Câmara Municipal. Já em 1962, sua participação na Câmara diminuiu, elegendo dois vereadores, contra cinco do PTB e seis da UDN. Segue abaixo quadro demonstrativo, indicando o número de vereadores eleitos por PSD, PTB e UDN em 1954, 1958 e 1962:

Tabela 7 – Divisão por partidos das cadeiras da Câmara Municipal de Dourados – 1954, 1958 e 1962

Partidos	1954	1958	1962	TOTAL
UDN	03	02	06	11
PTB	01	02	05	08
PSD	03	03	02	08

Fonte: Jornal *O Progresso*

Esse quadro demonstra a perda de poder político do PSD em Dourados, principalmente se compararmos as eleições de 1958 e 1962. Em 1954, dividia com a UDN o maior número de cadeiras. Mas, se em 1958, o partido possuía o maior número de representantes, quatro anos depois acabou elegendo apenas dois vereadores. Vale lembrar que em 1962, quase dobrou o número de cadeiras na Câmara Municipal de Dourados: de sete para treze. Ou seja, se em 1954 e 1958 o PSD ocupou quase metade das cadeiras na Câmara de Vereadores, em 1962 sua participação caiu sensivelmente, a menos de 20% do número de cadeiras disponíveis.

Vale a pena apontar também o quantitativo de votos para o executivo municipal por legenda, em cada uma das eleições supramencionadas, que veio ressaltar a tendência de perda de contingente eleitoral do PSD, também nas eleições para prefeito:

Tabela 8 – Quantitativo de votos para prefeito municipal de Dourados, em 1954, 1958 e 1962

1954	1958	1962	Total
PSD/PDC – 1.830	PSD – 2.343	PSD – 1.319	5.492
PSP/PTB – 1.498	PTB – 2.789	PTB – 5.676	9.963
UDN – 2.277	UDN – 2.608	UDN – 4.761	9.646
-	PSP – 1.478	-	1.478

Fonte: Jornal *O Progresso*

Em 1962, o PSD obtém uma votação menor do que em 1954, eleição no qual o partido registra a melhor colocação, chegando a disputar com a UDN o pleito. A tabela a seguir aponta a porcentagem de votos válidos dedicados a cada uma das legendas:

Tabela 9 – Porcentagem (%) de votos válidos para prefeito de Dourados, em 1954, 1958 e 1962

1954	1958	1962
Número de votantes – aproximadamente 6.000	Número de votantes – 11.569	Número de votantes – 18.680
PSD/PDC – 30,50%	PSD – 20,25%	PSD – 7,06%
PSP/PTB – 25%	PTB – 24,11%	PTB – 30,39%
UDN – 37,95%	UDN – 22,54%	UDN – 25,49%

-	PSP – 12,78%	-
Votos brancos/nulos – 6,55%	Votos brancos/nulos – 20,32%	Votos brancos/nulos – 37,06%

Fontes: Jornal *O Progresso* - 1954 e 1962; *Jornal de Dourados* – 1958

Ao mesmo tempo que triplicava o comparecimento às urnas, resultado da migração para a CAND, que logicamente também acaba proporcionando novos residentes na zona urbana, crescimento apontado no capítulo I, ocorreu a partir disso um efeito contrário do PSD em relação ao PTB: enquanto o crescimento eleitoral dos petebistas acompanhou o aumento no número de votantes em Dourados, com exceção de 1958, em virtude do lançamento da candidatura única do PSP, *roubando* votos dos demais partidos, para pessedistas aconteceu forte declínio ao comparar os três períodos eleitorais. Se em 1954 e 1958, o PSD perdeu, mas de forma competitiva, por pouca margem de votos, em 1962 o que aconteceu foi a derrota fragorosa, inclusive prevista por Weimar Torres em seu diário, conforme apontaremos a seguir.

O quadro acima também indicou o aumento considerável no número de votos brancos e nulos, mais que triplicando entre 1954 e 1958, e quase dobrando entre 1958 e 1962. Esse fenômeno pode ter ocorrido por alguns fatores: deve ter vindo para Dourados um contingente populacional cujos níveis de alfabetização seriam muito baixos. Os analfabetos, ou até mesmo semianalfabetos, podem ter encontrado muitas dificuldades na hora de exercer o voto. Além disso, não deve ter havido uma presença efetiva dos candidatos na área da colônia, causando desconhecimento por parte dos eleitores, em relação em quem votar. Só para comparar, o candidato vencedor em 1962 – Napoleão Francisco de Souza (PTB) –, recebeu 30,39% dos votos, enquanto a quantidade total de votos nulos e brancos somou 37,06%.

Em relação à decadência do PSD em Dourados no período, faremos alguns apontamentos. Não podemos afirmar que o eleitorado do PSD migrou para o PTB, pois houve um crescimento populacional forte, e esse eleitor que chegou a Dourados se identificou com o PTB, principalmente com o trabalhismo varguista, em virtude da gratidão a Getúlio Vargas pelo lote recebido, conforme já comentamos. Não há como falar em migração de votos, pois

houve um crescimento de eleitores, que boa parte da tendência aos votos já poderia ser identificada pelas circunstâncias que levaram essas pessoas a se transferirem para Dourados.

Uma constatação de Neves deve ser levada em consideração, se contextualizarmos a musculatura eleitoral do PSD em nível estadual, cujos percentuais eleitorais são mais significativos no norte, segundo a autora, e se inter-relacionarmos com o contexto eleitoral municipal, levando em consideração a afirmativa da regionalização partidário-eleitoral apontada pela autora para o período de 1945-1964. Segundo Neves:

É interessante observar que, em termos quantitativos, o sul confere maior número de votos ao PSD do que o norte, o que se explica pelas diferenças de contingente eleitoral. Porém os dados percentuais [...] reafirmam a regionalização partidária: norte/PSD e sul/UDN. Portanto, esta questão deixa de ser mito para constituir um fato político que será integrado às argumentações sobre o processo partidário-eleitoral em Mato Grosso (NEVES, 1988, p. 44).

A autora afirma ainda que esse regionalismo partidário, motivado pelas principais lideranças do PSD e da UDN no estado, acabou imprimindo o mesmo movimento às bases sociais dos dois partidos, o que indicava uma maior densidade eleitoral do PSD no norte, motivada pela liderança de Filinto Müller. Conforme Neves:

Portanto, já no momento inicial dos partidos, manifesta-se o caráter regionalista das lideranças partidárias maiores e isso pode ter condicionado as bases partidárias. Aliás, tal tipo de regionalização de lideranças não era um elemento estranho à cultura política mato-grossense. Vespasiano Martins e Filinto Müller, os “grandes caciques políticos do Estado”, já nos anos 30 haviam dividido o espaço político regional (NEVES, 1988, p. 145).

Portanto, em nível estadual o partido de Weimar estava mais consolidado na porção norte do estado, pelo fato de as principais lideranças da legenda possuírem domicílio naquela região. Isso de certa forma trouxe implicações nas disputas eleitorais em Dourados, cidade localizada na porção sul do Mato Grosso, onde o PSD não conseguiu vencer nenhuma eleição municipal.

Essa regionalização sugerida por Neves pode dar sentido ao fato de não ter se concretizado a coligação PSD/PTB em Dourados. Segundo a autora, houve uma maior identificação dos dois partidos no norte do estado, motivada pelas bases mais conservadoras do PTB naquela região. Já ao sul, as bases petebistas eram mais progressistas, além de serem mais tendentes a alianças com a UDN. Isso tudo determinava um equilíbrio eleitoral nas eleições no estado (NEVES, 1988, p. 203). Portanto, em Dourados, isso pode ter sido importante para entendermos a não ocorrência da aliança entre PTB e PSD.

De fato, eram constantes as alianças entre PSD e PTB em nível nacional no período 1945-1964. Porém, também era comum o não entendimento dessas legendas nos estados e

municípios brasileiros. Um exemplo é o da cidade de Carazinho, no Rio Grande do Sul. Cláudio Damião Braun aponta que o único episódio que motivou a união dos dois partidos naquela cidade foi a formação da *Rede da Legalidade*, movimento criado pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, pela posse do presidente João Goulart quando da renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República. Segundo o autor:

Desta forma a Legalidade conseguiu unir o PTB com o PSD, PDC e PL – rivais históricos nas disputas eleitorais em nível municipal, a exemplo das eleições em 1959, onde o PSD, PDC, PL uniram-se à UDN numa coligação anti-PTB. [...] A denominação oficial do movimento passou para “Comissão de Controle em Prol da Legalidade” [...] (BRAUN, 2007, p. 59).

Feitos os primeiros apontamentos, agora nos deteremos na capacidade de organização do PSD em nível local e na possibilidade em ampliar seus quadros nos períodos eleitorais. Era necessário que o partido aumentasse seu raio de ação na zona rural, pois seus dirigentes sabiam do aumento do contingente eleitoral do PTB a partir da migração para a CAND. Isso ficou muito latente em 1958, momento em que o partido se reorganizou na zona rural de Dourados, fundando diversos subdiretórios, na tentativa de reverter a situação de 1954, ocasião em que a legenda quase não possuía representação na área rural do município.

Quando da convenção municipal do PSD que ratificou o nome de Ruy Gomes para prefeito em 1954, estiveram presentes apenas três integrantes de subdiretórios do partido na zona rural: de Guassu, Caarapó e Juty (*O PROGRESSO*, 9/5/1954, p. 3), ou seja, de áreas que não faziam parte da região da CAND. Mais tarde, o jornal noticiou a reestruturação do subdiretório da Picadinha (*O PROGRESSO*, 5/9/1954, p. 1), que também não pertencia à CAND⁴⁶.

Portanto, o partido estava organizado apenas em algumas poucas áreas rurais do município de Dourados, áreas estas não vinculadas à CAND, de contingente eleitoral pequeno, cujos votantes estavam apegados às antigas estratégias eleitorais baseadas na lógica do latifúndio. Os apoiadores do PSD se utilizavam de artifícios para vencer as eleições baseados no velho paternalismo, estando o trabalhador rural vinculado ao proprietário da terra, cujos favores prestados quando de suas necessidades deveriam obrigatoriamente se converter em votos para o partido que o fazendeiro apoiava. Exemplo disso foi a notícia veiculada pelo jornal *O Progresso* quando da campanha do PSD em 1954 pela zona rural de Carumbé:

⁴⁶ As localidades que faziam parte da área da Colônia Agrícola Nacional de Dourados são as seguintes: os atuais municípios de Fátima do Sul, Glória de Dourados, Jateí, Deodápolis e Douradina; além dos atuais distritos de Panambi, Vila São Pedro, Indápolis e Vila Vargas (PONCIANO, 2006, p. 109).

[...] Domingo último, grande caravana do PSD ali esteve, realizando movimentado comício que teve lugar na fazenda do Snr. Anatalio Vicente de Almeida. Foi mais uma vez ali reafirmada a supremacia do partido, que se espera, como das vezes anteriores vencer o pleito na urna local, obtendo ao que se calcula mais de cem votos [...] (*O PROGRESSO*, 12/9/1954, p. 3).

Ademais, são noticiados pelo jornal *O Progresso* alguns comícios e visitas dos candidatos do PSD pela região da colônia agrícola, como a notícia veiculada em 20 de junho de 1954, segundo a qual Ruy Gomes pernoitaria nas terras da CAND, com o objetivo de fazer o alistamento de alguns eleitores (*O PROGRESSO*, 20/6/1954, p. 1).

Já nas eleições de 1958, percebemos o afinco do partido em nível local em se organizar na zona rural em Dourados. Tal organização é encabeçada por Weimar Torres e Vlademiro do Amaral, candidato do PSD naquele ano. Os dois visitaram as localidades atuando na fundação e na reorganização de subdiretórios, o que aconteceu principalmente nos meses de março, abril e maio. Quando da convenção do partido, que ratificou o nome de Vlademiro como candidato a prefeito, havia 28 subdiretórios do PSD organizados pela área rural do município (*O PROGRESSO*, 3/8/1958, p. 1). O partido sabia da importância do eleitorado do campo em Dourados, em virtude da CAND, sem deixar de lado as localidades de Caarapó, Nova América, Vila Juty e Naviraí, as quais não faziam parte da região da colônia, mas também pertenciam ao município.

Houve uma empolgação com a campanha de Vlademiro a prefeito e a do próprio Weimar a deputado estadual, por isso os dois atuaram com afinco na organização do PSD na zona rural de Dourados, o que de certa forma atenuou a derrota do partido no município, terminando as eleições a apenas 446 votos do candidato vitorioso, Vivaldi de Oliveira, em um universo de 11.569 votantes.

É importante salientar a ligação de Weimar Torres e Vlademiro do Amaral. Vlademiro não era apenas sogro de Weimar. Os dois eram sócios em diversos loteamentos urbanos no município e também em propriedades rurais, inclusive fora do estado. Em seu diário pessoal, Weimar revelou uma viagem de última hora para São José do Rio Preto, “afim de assinar escritura de terras vendidas por *seo* Amaral” (Diário pessoal de Weimar Torres, 22/1/1962). Mais tarde, Weimar Torres relatou sobre a venda de outra propriedade rural que pertencia aos dois: “Vendemos (*seo* Amaral e eu) a fazendinha que tínhamos no Laranja Doce, cerca de 600 hectares. Preço 2.400.000,00 [...]” (Diário pessoal de Weimar Torres, 16/3/1962).

No diário, houve também o registro da venda de um lote urbano de propriedade conjunta de Weimar Torres e Vlademiro do Amaral: “Passamos a escritura do lote que

oferecemos ao Banco Brasileiro de Descontos. Preço: três milhões de cruzeiros já recebidos integralmente, cabendo-me a metade dessa quantia e a outra a *seo* Amaral, meu sócio na compra do terreno” (Diário pessoal de Weimar Torres, 19/07/1962).

Quanto à entrada de Vlademiro do Amaral no PSD após sair da UDN deu-se, segundo João Augusto Capilé Júnior, pelas mãos de Weimar Torres. Além do que, Vlademiro assumiu o cargo de diretor gerente do jornal *O Progresso* após sua saída da direção do Departamento de Terras e Colonização do Estado do Mato Grosso, quando da derrota de Filinto Muller para Fernando Correa da Costa nas eleições de 1960. Portanto, podemos explicar uma maior motivação de Weimar Torres na campanha de 1958, pela ligação com o candidato, seu sogro Vlademiro do Amaral, e também pela primeira campanha de Weimar a deputado estadual.

Tanto em 1954 quanto em 1958, houve tentativas do PSD em se coligar com o PTB, tentativas estas noticiadas pelo jornal *O Progresso*, conforme apontado anteriormente, todas frustradas. Se em 1954, isso não ocorreu pela articulação de Fernando Correa da Costa e a cúpula trabalhista no Mato Grosso, em 1958 o motivo teria sido a falta de entendimento dos diretórios locais dos dois partidos, os quais não abriam mão de indicar o candidato a prefeito em uma futura coligação. Mesmo não conseguindo emplacar a aliança, o PSD local ainda possuía uma certa densidade eleitoral, pois perdeu por pequena margem de votos nas duas eleições. Ademais, conseguiu emplacar um bom quantitativo de vereadores, dividindo com a UDN a maioria em 1954 e fazendo a maior bancada na Câmara Municipal em 1958.

Em 1954, a não ocorrência da coligação entre PSD e PTB teria provocado a divisão no PTB local, o que fez um razoável contingente de lideranças petebistas descontentes com a não realização da aliança, formarem a Ala Dissidente Trabalhista, possibilitando-lhes coligarem com o PSD, fator que de certa forma se materializou em votos para o candidato Ruy Gomes. O PSD acabou ficando em segundo lugar no pleito, atrás da UDN por apenas 447 votos, em um universo de aproximadamente seis mil votantes.

Nas eleições de 1958, o PSD se encontrava bem articulado na zona rural no município. Se em 1954, era bem pequena a organização de subdiretórios do PSD pela área rural, em 1958 a legenda já contava com 28 subdiretórios, incluindo a colônia agrícola. As lideranças do partido sabiam da importância dos colonos quanto ao voto, pois as eleições eram vencidas na colônia. Weimar e Vlademiro do Amaral atuaram com afinco na organização desses subdiretórios, o que possibilitou ao partido terminar as eleições, embora em terceiro lugar, embolado com PTB e UDN, em uma eleição muito disputada. Os percentuais de voto de PSD,

PTB e UDN nessas eleições ficaram respectivamente entre 20,25; 24,11 e 22,54, conforme tabela 9.

Em 1962, a história foi diferente. Percebe-se um interesse maior de Weimar Torres em sua própria campanha a deputado estadual, não se dedicando como em 1958 na eleição para prefeito municipal de Dourados, na qual o PSD indicou o nome do Deputado Estadual Wilson Dias de Pinho. Não havia relatos de reestruturação de subdiretórios na zona rural de Dourados, como em 1958, eleição em que o próprio Weimar, juntamente com seu sogro Vlademiro do Amaral, atuou na organização do PSD na zona rural de Dourados. Weimar Torres se dedicou à organização de seu partido em outros municípios, como em Rio Brillhante e no distrito de Nova América, ligado à recém-emancipada Caarapó. O próprio jornal, conforme apontado no capítulo II, pareceu dar mais publicidade às campanhas do PSD em Ponta Porã, Itaporã, Rio Brillhante, Maracaju e Caarapó, do que às eleições em Dourados.

Falou-se em campanha pela zona rural em Dourados apenas duas vezes. A primeira, quando da vinda de João Ponce como candidato a deputado federal pela legenda, momento em que ele juntamente com Weimar e caravana visitaram a região da colônia agrícola (Diário pessoal de Weimar Torres, 26/5/1962). A outra visita à região da colônia aconteceu com Filinto Muller em 19 de julho daquele ano, também registrada no diário de Weimar.

Outra anotação pessoal de Weimar Torres em seu diário comprovava seus laços com os diretórios do PSD nas cidades vizinhas, o que acabaria resultando em apoio de ambas as partes nas eleições que viriam. A anotação dizia respeito à aquisição de um veículo Ford por Weimar que seria doado ao diretório do partido em Rio Brillhante: “Acabei comprando a chalana do Teotônio. Começarei a pagar daqui a cinco meses 20.000 mensais. Si o diretório de Rio Brillhante me apoiar, darei esse carro a eles⁴⁷” (Diário pessoal de Weimar Torres, 20/1/1962). Weimar Torres esteve incumbido na reorganização daquele diretório nas eleições de 1962.

Outro exemplo é a ligação de Weimar Torres com o diretório de Itaporã, cujo candidato a prefeito, que havia prometido apoio a ele, acabou renunciando à sua candidatura: “A tarde visitei Itaporã onde tive a má notícia de que o Edson Bezerra retirou sua candidatura a Prefeito. Ele estava me apoiando e sua retirada só pode me prejudicar” (Diário pessoal de

⁴⁷ Weimar citou Teotônio de Almeida, candidato a juiz de paz pelo PSD em Dourados. Weimar se referiu ao veículo Ford como uma *chalana* pelo fato de estar em ruim estado de conservação.

Weimar Torres, 3/6/1962). Mais tarde, Edson Bezerra voltou atrás e disputou o pleito, sendo derrotado pelo candidato da UDN.

O péssimo desempenho do PSD em 1962 também dizia respeito ao fato de o partido já entrar rachado nessas eleições. Uma ala importante da legenda se mobilizou visando aceitar a coligação com a UDN⁴⁸, o que deve ter tensionado o diretório local do partido, haja vista tratar-se do principal rival do PSD em nível estadual e, indiscutivelmente, o alvo primeiro dos pessedistas quando das críticas desferidas no jornal de Weimar Torres. Duas alas importantes discordavam no posicionamento de apoiar ou não a UDN, uma comandada por Vlademiro do Amaral – favorável –, e outra contrária, encabeçada pelo deputado Wilson Dias de Pinho. Este último, vencendo essa disputa interna por pequena maioria, liderou o movimento contrário à aliança com os udenistas, pois o que lhe interessava era viabilizar seu nome no diretório como candidato da legenda ao pleito municipal. Com o PSD rachado, foi para a disputa tendo que suportar o ônus de sua candidatura, desacreditada pelo restante da legenda. Weimar Torres, em seu diário pessoal, fez a seguinte colocação sobre a candidatura de Wilson Pinho:

O Wilson Pinho que chegou hoje de Campo Grande mandou me chamar à sua casa onde me manifestou seu desejo de se candidatar a Prefeito e não mais a Deputado Federal. Não creio que ele tenha chance de se eleger. Qualquer dos dois outros candidatos, Moraes pela UDN e Napoleão pelo PTB tem mais possibilidades do que ele (Diário pessoal de Weimar Torres, 14/1/1962).

Weimar, pensando muito mais em sua candidatura a deputado estadual do que na campanha majoritária do partido, apontava a perda de unidade do PSD a partir da disputa interna entre Wilson Dias de Pinho e Vlademiro do Amaral como fatal para suas pretensões à Assembleia Legislativa de Mato Grosso:

[...]Uma dissidência viria comprometer, pontualmente, minha votação tornando mais aconselhável desistir e, desta vez, para sempre da carreira política. Enfim, veremos como se sucederão os fatos (Diário pessoal de Weimar Torres, 21/1/1962).

Foi possível perceber rugas entre as lideranças pessedistas após a não ocorrência da coligação com os udenistas, ou seja, antes do início da corrida eleitoral. Um fato demonstrou tal colocação. Onofre Pereira de Mattos, presidente da legenda em Dourados, foi até a casa de Weimar Torres, acusando-o de não pagar um título avalizado por Mattos. Tal situação acabou gerando desconforto na relação entre os dois. Em seu diário, Weimar afirmou, após ter encontrado em sua casa o título pago: “[...] vou desmascará-lo” (Diário pessoal de Weimar Torres, 23/2/1962). Tal fato, portanto, aponta uma desarmonia entre as lideranças, que pode ter sido motivada pela não ocorrência da aliança com a UDN. A destruturação das bases do

⁴⁸ Ver item 3.1.

PSD pode ter gerado desavenças internas, o que acabou colaborando para a derrota fragorosa no partido naquele ano.

Quando da aceitação da candidatura de Wilson Pinho para prefeito de Dourados pelo diretório municipal do PSD em 1962, são um tanto quanto desesperançosas as palavras de Weimar: “O Diretório Municipal do PSD reunido hoje decidiu adotar a candidatura a prefeito do Dep. Wilson Dias de Pinho. Marcha, assim, a meu ver, para um verdadeiro suicídio político” (Diário pessoal de Weimar Torres, 9/2/1962).

O próprio Wilson Dias de Pinho tentou renunciar à sua candidatura pelo menos duas vezes, pois sabia das dificuldades que o partido vinha enfrentando, além de ser iminente a perda de espaço político do PSD local com o passar do tempo. Mesmo assim, com muito trabalho, foi convencido a continuar na campanha. Weimar Torres, em seu diário, fez alusão à tentativa de renúncia, prenunciando que se houvesse outra crise, Pinho não resistiria: “O Wilson Pinho, hoje, pela segunda vez, teve uma crise de renúncia. A muito custo foi destituído desse propósito. Mas, tenho a impressão de que se outra crise sobrevier ele não resistirá como candidato. Veremos...” (Diário pessoal de Weimar Torres, 2/5/1962).

As eleições aconteceram e o partido de Weimar Torres levou uma verdadeira *surra* em Dourados. Wilson Pinho e o candidato a vice do PSD, Dr. Joaquim Lourenço Filho, terminaram em último lugar, com uma votação ínfima, estando Wilson Pinho a mais de três mil votos atrás do segundo colocado, o udenista Antônio Moraes, com o petebista Napoleão eleito. O PSD, que sempre disputou com a UDN a maioria na Câmara Municipal, nessa eleição elegeu apenas dois vereadores.

Até Weimar Torres, figura destacada da política em Dourados, obteve apenas 921 votos no município. Inclusive o ex-governador do estado, Ponce de Arruda, indivíduo de grande prestígio nos meios políticos estaduais, acabou essa eleição em quinto lugar em Dourados. Sobre a derrota fragorosa do PSD no município, Weimar Torres fez a seguinte observação: “é decepcionante a votação do PSD em Dourados, e a minha sofre, naturalmente, as conseqüências desse desmoronamento do partido” (Diário pessoal de Weimar Torres, 13/10/1962).

Importante destacar que, em seu diário pessoal, havia apenas uma menção de Weimar Torres citando Wilson Dias de Pinho em campanha pela região da colônia agrícola (Diário pessoal de Weimar Torres, 5/8/1962). Isso pode demonstrar um desinteresse de Wilson Pinho

pela sua candidatura, ou seja, uma constatação do próprio Pinho da certeza da derrota, haja vista se tratar do maior colégio eleitoral do município.

Em seu diário, Weimar Torres citou apenas sua própria campanha, tanto pela CAND quanto nos municípios de Caarapó (incluindo os distritos de Nova América, Juty e Naviraí), Nova Andradina, Itaporã e Ponta Porã. Weimar Torres venceu as eleições para a Assembleia Legislativa naquele ano. Dos nove eleitos do PSD, ele terminou o pleito em oitavo lugar. Como obteve 2.468 votos – sendo 921 em Dourados, contando as urnas da colônia –, Weimar deveu a sua vitória em 1962 à votação que recebeu nos municípios vizinhos, obtendo 1.547 votos. Seu diário demonstrou sua preocupação em aglutinar apoios nos municípios da região, durante a corrida eleitoral. Foram constantes as viagens a essas localidades, em um número bem superior, se comparado às áreas da CAND.

O próprio Weimar Torres apontou em seu diário sua ausência pela área da colônia agrícola, fato que propiciou a inserção de Ruy Gomes, outro candidato a deputado estadual do PSD por Dourados, junto àquele eleitorado:

Particpei de dois comícios realizados pelo partido em Jateí e Vila Vicentina. Percebi que o Ruy Gomes tem aproveitado minha ausência da área da colônia para se infiltrar e crescer consideravelmente. Devo tomar providências para neutralizar esse trabalho (Diário pessoal de Weimar Torres, 16/9/1962).

Portanto, a derrota fragorosa do PSD em Dourados no ano de 1962, partido que nas eleições de 1954 e 1958 esteve competitivo, disputando com as demais legendas o mando político local, se deu pelo desinteresse dos principais líderes políticos da legenda no município com as eleições locais, após ver frustrada a aliança com a UDN, além de perceber o ganho eleitoral contínuo do PTB. Ciente da situação, Weimar Torres não apostou suas fichas na região da colônia agrícola, principal colégio eleitoral de Dourados, buscando guarida nas cidades vizinhas, regiões cujos velhos esquemas eleitorais poderiam trazer vantagens para eles, localidades cujas populações em sua maioria eram moradoras das zonas rurais, portanto mais suscetíveis aos velhos esquemas paternalistas, que os próceres do PSD conheciam muito bem.

Relevante perceber, por último, que havia uma fatia importante do eleitorado a ser conquistada, e que acabou não exercendo o voto naquelas eleições. São 37,06% dos eleitores que acabaram votando em branco e nulo em 1962, o que demonstrou a falta de estratégia de todos os partidos – não só do PSD –, na tarefa de convencer o eleitor, que provavelmente, acabara de chegar ao município. Se parte dessa porcentagem migrasse, por exemplo, para o PSD, o resultado das eleições poderia ter sido outro. Mas, como demonstramos, Weimar

Torres e seus correligionários perceberam o *débâcle* de seu partido em Dourados, o que causou o desinteresse pela conquista do eleitorado douradense, aceitando a derrota, ou mesmo, buscando o voto em outras hostes, como ocorreu com o próprio Weimar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período entre o fim da década de 1940 e início da década de 1960 foi marcado por inúmeras transformações econômicas, sociais e políticas em Dourados, cidade localizada no sul do estado do Mato Grosso do Sul. A criação da CAND pelo governo federal e suas implicações para a região foram a mola propulsora das mudanças. Ao mesmo tempo, o espaço urbano douradense se redesenhou. O comércio se desenvolveu, espaços de sociabilidade, como o Clube Social e o Cine Ouro Verde, foram criados, surgiram novos loteamentos urbanos, entre outras mudanças. O aumento contínuo da população não transformou a vida somente no campo, mas também na cidade.

Na esteira de todas essas transformações, são fundados também os partidos políticos, mais especialmente o PTB, a UDN e o PSD, legendas que protagonizaram a cena política nacional, entre 1945 e 1965. Quanto a esses partidos, se havia uma disputa polarizada entre PTB e UDN em nível nacional, em Dourados os dois também rivalizaram pela hegemonia política local.

E o PTB acabou saindo vitorioso dessa disputa. O partido se beneficiou da migração propiciada pela implantação da CAND, conforme indicamos na dissertação. Os colonos, ao receberem o tão sonhado quinhão de terra, demonstraram sua gratidão à legenda de Getúlio Vargas. Mesmo com todas as dificuldades encontradas ao chegar a Dourados, foi *Vargas quem deu o lote*. Sendo assim, para esses colonos, a figura de Getúlio se confundia com o PTB, e o agradecimento pela *dádiva recebida* se materializou através do voto aos candidatos do partido no município.

Já o PSD não conseguiu tirar proveito político desse novo contexto que se apresentava. Ao contrário, entrou em franco declínio. Se em 1954 e 1958, o partido disputava com as demais legendas o comando político local, o pleito de 1962 veio demonstrar a derrocada política da legenda em Dourados, o que fez Weimar Torres sair em busca de votos nas cidades vizinhas, estratégia que lhe garantiu a vitória. Mesmo com o jornal *O Progresso* construindo discursos em prol do grupo político de Weimar Torres, com o objetivo de angariar votos junto à comunidade douradense, tal estratégia se mostrou ineficaz diante do esfacelamento do partido em nível municipal, comprovado pelo péssimo resultado de 1962.

Como um trabalho de mestrado é insuficiente para encerrar qualquer questão, e no presente caso a pesquisa suscitou outras problemáticas, e de certa forma levanta mais dúvidas do que traz respostas, apresentamos a importância de se estudar mais a fundo, a partir da composição social de PTB, UDN e PSD em Dourados, os motivos que levaram suas cúpulas a escolherem um ou outro partido. Ou seja, buscar a gênese da identificação partidária das lideranças.

Por exemplo, no capítulo I indicamos a proximidade de Joaquim de Oliveira, liderança da UDN, com Getúlio Vargas. Então quais os motivos que levaram Joaquim de Oliveira a se filiar à UDN, partido adversário declarado de Vargas? Da mesma forma, será que foram apenas os laços de parentesco entre Weimar Torres e Vlademiro do Amaral que fizeram com que este último deixasse a UDN e ingressasse no PSD? Por que João Augusto Capilé Júnior, indivíduo considerado *mais à esquerda*, considerado por alguns como *o comunista da UDN*, ingressou nesse partido? Seria simplesmente pela sua forte ligação com Fernando Correa da Costa? Portanto, tudo isso vem ressaltar a necessidade de aprofundar os estudos sobre a História política douradense, haja vista serem poucos os trabalhos circunscritos nesta esfera da História local.

Na Dourados em crescimento, havia espaço para mídia impressa. E um jovem advogado ponta-poranense, chegado a alguns anos a Dourados, já bem situado na sociedade local, com família constituída, resolveu fundar o jornal *O Progresso*, homônimo do jornal fundado por seu pai, José dos Passos Rangel Torres, na vizinha Ponta Porã, fechado na década de 1920 em virtude das disputas políticas ocorridas naquela cidade.

Weimar Torres buscou guarida no PSD douradense. A partir disso, utilizou-se do seu capital simbólico, o jornal *O Progresso*, para construir representações que pudessem servir aos interesses políticos de seu partido. Weimar utilizou-se dos espaços do periódico na tentativa de formular discursos para interferir na formação da opinião pública de Dourados, no tocante às questões políticas, fossem relativas às administrações municipal e estadual, ou mesmo às disputas propriamente ditas, mais especificamente às eleições no município.

Porém, o capital simbólico de Weimar, a serviço dos interesses dele e do PSD, não foi suficiente para garantir seu capital político em Dourados. Tanto é que em 1962, Weimar Torres só se elegeu deputado estadual porque a maioria de seus votos foi conquistada em cidades vizinhas. Aqui chegamos a outra conclusão: a pouca inserção do PSD no principal reduto eleitoral em Dourados - a CAND. Também podemos indicar outra: a pequena circulação do jornal *O Progresso* fora da zona urbana do município.

As eleições de 1962 demonstraram que os partidos políticos em Dourados não souberam angariar eleitores na CAND, principal colégio eleitoral do município, pois a porcentagem de votos brancos e nulos naquela eleição, 37,07%, é muito expressiva. Portanto, aí está a força do simbolismo de Vargas, materializada nas vitórias do PTB em Dourados, em virtude da gratidão dos colonos a Vargas pelo lote recebido na CAND. Não houve uma sólida estratégia partidária desenvolvida na região da colônia. Se PSD ou UDN trabalhassem melhor o convencimento daquela fatia do eleitorado, os resultados poderiam ter sido outros, haja vista o alto número de votos brancos e nulos. O diário pessoal de Weimar Torres demonstrou que, em 1962, nem ele, muito menos o candidato a prefeito Wilson Pinho, buscaram fortalecer suas candidaturas na CAND, conforme indicamos no capítulo III.

Aí se encontra mais uma questão que este trabalho suscita. A tese, segundo a qual os colonos em Dourados deram a vitória ao PTB em virtude da gratidão pelo lote recebido, carece ainda de uma análise mais aprofundada. Seria importante discutir a política em Dourados, mas dando um maior enfoque aos migrantes da CAND, utilizando como fontes documentos da época, entrevistas com colonos, entre outras. É fundamental buscar compreender de forma mais analítica esse crescimento do PTB na colônia, mas a partir do cotidiano desses migrantes, no trabalho das roças, nos seus pontos de sociabilidade.

Seria importante entender também como se dava a aproximação dos políticos aos colonos, naquela região. Se UDN e PSD eram partidos cujas lideranças faziam parte da elite econômica da cidade, será que o artifício de relações clientelistas, nas suas diversas formas nunca foi usado naquela região? Ou se usado, por que não teve influência nos resultados?

Portanto, de certa forma este trabalho contribui para abrir novas questões no campo da História Política, mais especificamente sobre a História Política de Dourados, que poderiam apontar novas reflexões, ou até mesmo questionar os resultados obtidos na dissertação que apresentamos, além de levantar futuros questionamentos.

Se a política está presente em todos os campos do mundo social, não seria a análise histórica do poder a mola mestra da História?

BIBLIOGRAFIA

AGGIO, Alberto; BARBOSA, Agnaldo de Souza; COELHO, Hercídia Mara Facuri. *Política e sociedade no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Annablume, 2002.

ARAKAKI, Suzana. *Dourados: memórias e representações de 1964*. 2003. 144 f. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

ARIAS NETO, José Miguel. *O El dorado: representações da política em Londrina (1930-1975)*. Londrina: EDUEL, 1998.

ARRUDA, Adson de. *Imprensa, vida urbana e fronteira: a cidade de Cáceres nas primeiras décadas do século XX (1900-1930)*. 2002. 143 f. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp000168.pdf>. Acesso em 26 de abril de 2011.

AZEVEDO, Dermi. *A Igreja Católica e seu papel político no Brasil*. *Revista Estudos Avançados*, IEA/USP – revista eletrônica de coletâneas de artigos acadêmicos – São Paulo, v. 18, n. 52, p. 109-120, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n52/a09v1852.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2011.

BACKES, Ana Luiza. *Legislação sobre financiamento de partidos e de campanhas eleitorais no Brasil, em perspectiva histórica*. *Câmara dos Deputados*. Brasília, p. 5, dez/2001. Disponível em <http://pdba.georgetown.edu/Parties/Brazil/Leyes/financiamento.pdf>. Acesso em 19 de abril de 2011.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In LEACH, Edmund *et al.* *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

BENEVIDES, Maria Victória M. *A União Democrática Nacional (UDN)*. In FLEISCHER, David V. (org). *Os partidos políticos no Brasil*. v. 1. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981. p. 90-108.

BENEVIDES, Maria Victória M. *O velho PTB paulista: (Partido, Sindicato e Governo em São Paulo – 1945/1964)*. *Revista Lua Nova*, CEDEC – revista eletrônica de cultura e política de massas – São Paulo, n. 17, p. 133-161, 1989. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n17/a08n17.pdf>. Acesso em 09 de junho de 2011.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. v. 1. 2 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

BERNARDES, Dênis Antônio M. *A Era Vargas acabou?*. *Fundação Joaquim Nabuco*, Recife, p. 2, ago/2004. Disponível em www.fundaj.gov.br/licitacao/texto_denis.pdf. Acesso em 06 de agosto de 2010.

BERSTEIN, Serge. *Os partidos*. In RÉMOND, René (org.). *Por uma História política*. Tradução de Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 57-98.

BETONI, Walteir Luiz. *Dourados: entre a memória e a história*. 2002. 101 f. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído*. 1997. 538 f. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, São Paulo.

BORBA, Julian. *Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro*. *Revista Opinião Pública*, CESOP – revista eletrônica de

opinião pública, comportamento social e político e estudos da mídia – Campinas, V. 11, n. 1, p. 147-168, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/op/v11n1/23698.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2011.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomas. Lisboa: Editora Difel, 1989.

BORGES, Vavy Pacheco. *História política: totalidade e imaginário*. *Revista Estudos Históricos*, CPDOC/FGV – revista eletrônica de História, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 151-160, 1996. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2017/1156>. Acesso em 10 de julho de 2010.

BRAUN, Cláudio Damião. *1961: Carazinho e a resistência legalista no interior do Rio Grande do Sul*. *Revista Semina*, UPF – revista eletrônica de História – Passo Fundo, v. 5, n. 1, p. 51-62, 1º sem. 2007. Disponível em http://www.ppgh.upf.br/images/stories/revista/Seminav520071/4-1961_carazinho_e_a_resistencia-claudio_damiao_brum.pdf. Acesso em 11 de junho de 2011.

BRITTO, Luiz Navarro de. *Introdução aos partidos políticos*. Salvador: UFBA, 1967..

BURKE, Peter. *A nova história, seu passado e seu futuro*. In BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992. p. 7-37.

CAPELATO, Maria Helena R.; DUTRA, Eliana R. F. *Representação política: o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira*. In CARDOSO, Ciro F.; MALERBA, Jurandir. *Representações: contribuição a um debate interdisciplinar*. Campinas: Ed. Papirus, 2000. p. 227-253.

CAPELATO, Maria Helena R. *A imprensa na História do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 1994

CARLI, Maria Aparecida Ferreira. *Dourados e a democratização da terra: povoamento da Colônia Agrícola Municipal de Dourados (1946-1956)*. Dourados (MS): Editora da UFGD, 2008. Disponível em <http://www.ufgd.edu.br/editora/catalogo/dourados-e-a-democratizacao-da-terra-povoamento-e-colonizacao-da-colonia-agricola-municipal-de-dourados-1946-1956>. Acesso em 12 de julho de 2011.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil – o longo caminho*. 12 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CHAMPAGNE, Patrick. *A visão mediática*. In Bordieu, Pierre (org). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Tradução de Patrícia Chikaru Ramos. Porto Alegre: EDUFRGS, 2002.

CUNHA, Maria Tereza. *Diários pessoais: Territórios abertos para a História*. In PINSKY, Carla Bassanezi; Luca, Tânia Regina de (orgs.). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2009. p. 255-279.

D'ARAÚJO, Maria Celina S. *Partidos trabalhistas no Brasil: reflexões atuais*. *Revista Estudos Históricos*, CPDOC/UFGV – revista eletrônica de História, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 196-206, 1990. Disponível em virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2307/1446. Acesso em 27 de maio de 2010.

DELGADO, Márcio de Paiva. *O jornalista e o político Carlos Lacerda nas crises institucionais de 1950-1955*. In: ANAIS do primeiro colóquio do Laboratório de História

- Econômica e Social. Juiz de Fora: LAHES/UFJF, 2005. p. 1-16. Disponível em <http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a51.pdf>. Acesso em 09 de junho de 2011.
- FALCON, Francisco. *História das idéias*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. p. 61-89.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1979.
- FARHAT, Said. *Dicionário parlamentar e político: o processo político e legislativo no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Petrópolis – Companhia Melhoramentos, 1996.
- FAUSTO, Bóris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.
- FLEISCHER, David. V. *Dimensões do recrutamento partidário*. In _____. *Os partidos políticos no Brasil*. v. 1. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981. p. 45-63.
- GONÇALVES, Monique de Siqueira. *A febre amarela, o poder público e a imprensa durante a década de 1850, no Rio de Janeiro*. 2005. 178 f. Dissertação (mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- HABERMAS, Jürgen, *Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiros, 2003.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco; D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. *A esfera do político na produção acadêmica dos programas de pós-graduação (1985-1994)*. *Revista Estudos Históricos*, CPDOC/UFGD – revista eletrônica de História, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 123-149, 1996. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2012/1151>. Acesso em 13 de abril de 2010.
- JEANNENEY, Jean-Noël. *A mídia*. In RÉMOND, René. *Por uma História política*. Tradução de Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 213-230.
- JUREMA, Abelardo. *Sexta-feira, 13: Os últimos dias do Governo João Goulart*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1964. Disponível em <http://www2.fpa.org.br/uploads/sextafeira13.pdf>. Acesso em 09 de junho de 2011.
- LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. *Tenentismo e crises políticas na Primeira República*. In FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003. p. 313-350.
- LE GOFF, Jacques. *A política será ainda a ossatura da história?* In LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. Lisboa: Editora 70, 1985. p. 221-242.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- LEIBRUDER, Ana Paula. *O posicionamento da UDN sobre o projeto de reforma agrária do governo João Goulart (1963-1964): estratégias de silenciamento da polifonia enunciativa*.

2007. Dissertação (mestrado em filologia e língua portuguesa) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-14052008-160050/pt-br.php>. Acesso em 09 de junho de 2011.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1986.

LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005. p. 111-151.

MAZOWER, Mark. *Continente sombrio: A Europa no século XX*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização*. In LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MOISÉS, José Álvaro. *Democratização e cultura política de massas no Brasil*. *Revista Lua Nova*, CEDEC – revista eletrônica de cultura e política de massas – São Paulo, n. 26, p. 5-51, 1992. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451992000200002&script=sci_arttext. Acesso em 10 de maio de 2011.

MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política: espaço público e cultura política na Província de Minas Gerais (1828-1842)*. 2006. 271 f. Dissertação (mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MOTTA, Marly Silva da. *Mania de Estado: o chaguismo e a estadualização da Guanabara*. *Revista História Oral*, ABHO – revista eletrônica de História – São Paulo, n. 3, p. 91-108, 2000. Disponível em [http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=viewFile&path\[\]=24&path\[\]=18](http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=viewFile&path[]=24&path[]=18). Acesso em 09 de junho de 2011.

NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. *“Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto” – Os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960)*. 2008. 118 f. Dissertação (mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

NEVES, Francisco de Assis. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. 1998. 428 f. Tese (doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp000277.pdf>. Acesso em 26 de abril de 2011.

NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Elites políticas: competição e dinâmica partidário-eleitoral (Caso de Mato Grosso)*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)*. 1999. 182 f. Dissertação (mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.

OLIVEIRA, José Roberto Rodrigues de. *Terras devolutas de áreas ervateiras do sul do Mato Grosso: a difícil constituição da pequena propriedade (1916-1948)*. 2004. 147 f. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. *O Partido Social Democrático (PSD)*. In FLEISCHER, David. V. (org). *Os partidos políticos no Brasil*. v.1. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981. p. 108-114.

PEREIRA, Laurindo Mékie. *Dependência, favores e compromissos: relações sociais e políticas em Montes Claros nos anos 40 e 50*. 2001. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp00235.pdf>. Acesso em 27 de abril de 2011.

PONCIANO, Nilton Paulo. *Fronteira, religião, cidade: O papel da Igreja Católica no processo de organização sócio-espacial de Fátima do Sul/MS (1943-1965)*. 2006. 231 f. Tese (doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis. Disponível em www.cipedya.com/web/FileDownload.aspx?IDFile=167526. Acesso em 31 de maio de 2011.

PONTE, Victor M. Durand. *Contexto e mudança na cultura política mexicana*. Tradução de Régis de Castro Andrade. *Revista Lua Nova*, CEDEC – revista eletrônica de cultura e política, São Paulo, n. 26, p. 167-185, 1992. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n26/a06n26.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2011.

QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. *A grande empresa conhecida como Mate Laranjeira e a economia ervateira na bacia platina (1882-1949): notas preliminares*. In: ANAIS do primeiro e do segundo encontros de pós-doutores do PPGH/UFF. Niterói: PPGH/UFF, 2009. p. 1-19. Disponível em http://www.historia.uff.br/stricto/files/public_ppgh/2009-12_queiroz.pdf. Acesso em 28 maio 2010.

QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. *Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: Divisionismo e identidades (um breve ensaio)*. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM – revista eletrônica de História, Maringá, v. 10, n. 2, p. 149-184, 2006. Disponível em: [http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path\[\]=105&path\[\]=pdf_87](http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path[]=105&path[]=pdf_87). Acesso em 11 de maio de 2010.

QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. *Temores e esperanças: o antigo sul de Mato Grosso e o Estado Nacional brasileiro*. In MARIN, Jéri Roberto; VASCONCELOS, Cláudio Alves de (orgs.). *História, Região e Identidades*. Campo Grande: Editora UFMS, 2003. p. 19-46.

RÉMOND, René. *As eleições*. In _____ (org.). *Por uma História política*. Tradução de Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 37-55.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950*. *Revista Estudos Históricos*, CPDOC/FGV – revista eletrônica de História, Rio de Janeiro, v. 1, n 31, p. 147-160, 2003. Disponível em <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2186/1325>. Acesso em 26 de janeiro de 2011.

SCHULZ, Rosângela. *A crise de representação e o espaço da mídia na política*. *Caderno de Ciências Humanas – Especiaria*, v. 9, n. 15, p. 199-224, jan./jun. 2006. Disponível em http://www.uesc.br/revistas/especiarias/ed15/15_10_a_crise_de_representacao.pdf. Acesso em 02 de fevereiro de 2011.

SCHWENGBER, Isabela de Fátima. *Representações do MST na imprensa do Mato Grosso do Sul (1995 a 2000)*. 2005. 160 f. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

SILVA, Héber Ricardo da. *A democracia impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa, 1945-1948*. 2008. 211 f.

Dissertação (mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.

SILVA, Lélío Loureiro da. *As representações dos Kaiwoa-Ñandeva no jornal O Progresso na década de 1980*. 2007. 120 f. Dissertação (mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

SOARES, Gláucio A. D., *A formação dos partidos nacionais*. In FLEISCHER, David V. (org). *Os partidos políticos no Brasil*. v. 1. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981. p. 7-24.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOMARRIBA, Valentina Gomes. *Estabilidade política, competitividade eleitoral e alternância ideológica do poder: Uma análise comparada de processos eleitorais no Brasil*. 2005. 119 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Política) – FAFICH/UFMG, Belo Horizonte. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp010310.pdf>. Acessado em 19 de maio de 2011.

SOUZA, João Carlos de. *Sertão cosmopolita: A modernidade de Corumbá (1872-1918)*. 2001. 313 f. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, São Paulo.

SOUZA, Maria do Carmo C. de. *Evolução e crise do sistema partidário*. In FLEISCHER, David V. (Org.). *Partidos políticos no Brasil*. v. 1. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981. p. 63-88.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia*. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

TOLEDO JÚNIOR, Rubens de. *O lugar e as eleições: A expressão territorial do voto no Brasil*. *GeoTextos*, POSGEO-UFBA – *Revista eletrônica de geografia* – Salvador, v. 3, n. 1 e 2, p. 171-183. Disponível em <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3050/2153>. Acessado em 18 de maio de 2011.

VIUDES, Priscila. *Índios nas páginas D'O Progresso: Representações da desnutrição infantil no jornal (2005)*. 2009. 132 f. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

FONTES DE NATUREZA NÃO BIBLIOGRÁFICA

Ata de fundação do Diretório Municipal do Partido Trabalhista Brasileiro, 24/11/1945, Dourados (MS), UFGD, CDR, versão digitalizada.

DAL BOSCO, Maria Goretti. *Viajantes da ilusão: os pioneiros*. Dourados: Ed. Vila Nova, 1995.

Diário pessoal de Weimar Torres, 9/1/1962, Weimar Torres chama atenção para a possibilidade de coligação entre PSD e UDN em Dourados, Dourados (MS), UFGD, CDR, versão digitalizada.

Diário pessoal de Weimar Torres, 11/1/1962, Weimar Torres aponta sua ansiedade quanto ao retorno das atividades do jornal *O Progresso*, Dourados (MS), UFGD, CDR, versão digitalizada.

Diário pessoal de Weimar Torres, 14/1/1962, Weimar Torres afirma sobre a vontade de Wilson Pinho em ser candidato a prefeito pelo PSD em Dourados, Dourados (MS), UFGD, CDR, versão digitalizada.

Diário pessoal de Weimar Torres, 17/1/1962, Weimar Torres aponta sobre o não entendimento entre PSD e UDN na tentativa de coligação para as eleições municipais de Dourados, Dourados (MS), UFGD, CDR, versão digitalizada.

Diário pessoal de Weimar Torres, 20/1/1962, Weimar Torres afirma sobre a aquisição de um veículo Ford para ser doado ao diretório do PSD em Rio Brilhante, Dourados (MS), UFGD, CDR, versão digitalizada.

Diário pessoal de Weimar Torres, 21/1/1962, Weimar Torres afirma sobre a disputa interna no PSD entre Wilson Pinho e o grupo que queria se unir à UDN, Dourados (MS), UFGD, CDR, versão digitalizada.

Diário pessoal de Weimar Torres, 21/1/1962, Weimar Torres se preocupa com a disputa interna do PSD em Dourados, que poderia ser prejudicial a sua campanha, Dourados (MS), UFGD, CDR, versão digitalizada.

Diário pessoal de Weimar Torres, 22/1/1962, Weimar Torres afirma sobre a necessidade de viagem para São José do Rio Preto, afim de assinar escritura de terras vendidas por Vlademiro do Amaral, Dourados (MS), UFGD, CDR, versão digitalizada.

Diário pessoal de Weimar Torres, 5/2/1962, Weimar afirma sobre o retorno dos trabalhos do jornal *O Progresso*, Dourados (MS), UFGD, CDR, versão digitalizada.

Diário pessoal de Weimar Torres, 9/2/1962, Weimar Torres chama a candidatura de Wilson Pinho de *suicídio político*, Dourados (MS), UFGD, CDR, versão digitalizada.

Diário pessoal de Weimar Torres, 23/2/1962, Weimar Torres se ofende com a acusação de Onofre Pereira de Mattos de não ter pago o título avalizado por Onofre, Dourados (MS), UFGD, CDR, versão digitalizada.

Diário pessoal de Weimar Torres, 16/3/1962, Weimar Torres afirma sobre a venda de uma propriedade rural dele e de Vlademiro do Amaral, Dourados (MS), UFGD, CDR, versão digitalizada.

Diário pessoal de Weimar Torres, 2/5/1962, Weimar Torres afirma sobre a tentativa de renúncia da candidatura de Wilson Pinho a prefeito de Dourados, Dourados (MS), UFGD, CDR, versão digitalizada.

Diário pessoal de Weimar Torres, 26/5/1962, Weimar Torres afirma sobre a campanha do PSD pela região da CAND, Dourados (MS), UFGD, CDR, versão digitalizada.

Diário pessoal de Weimar Torres, 3/6/1962, Weimar Torres lamenta a desistência da candidatura de Edson Bezerra como candidato a prefeito de Itaporã, Dourados (MS), UFGD, CDR, versão digitalizada.

Diário pessoal de Weimar Torres, 3/7/1962, Weimar Torres afirma sobre o roubo dos processos no cartório eleitoral, Dourados (MS), UFGD, CDR, versão digitalizada.

Diário pessoal de Weimar Torres, 19/7/1962, Weimar Torres afirma sobre a campanha do PSD pela região da CAND, Dourados (MS), UFGD, CDR, versão digitalizada.

Diário pessoal de Weimar Torres, 19/7/1962, Weimar Torres afirma sobre a venda de um lote urbano de propriedade dele e de Vlademiro do Amaral, Dourados (MS), UFGD, CDR, versão digitalizada.

Diário pessoal de Weimar Torres, 5/8/1962, Weimar Torres afirma sobre a candidatura de Wilson Pinho pela CAND, Dourados (MS), UFGD, CDR, versão digitalizada.

Diário pessoal de Weimar Torres, 16/9/1962, Weimar Torres se preocupa com a campanha de Ruy Gomes à Assembleia Legislativa pela região da CAND, Dourados (MS), UFGD, CDR, versão digitalizada.

Diário pessoal de Weimar Torres, 13/10/1962, Weimar Torres se preocupa com o péssimo resultado eleitoral do PSD em Dourados, Dourados (MS), UFGD, CDR, versão digitalizada.

Diário pessoal de Weimar Torres, 24/12/1962, Weimar Torres afirma sobre o pedido de reatamento de relações feito via carta por Celso Amaral, Dourados (MS), UFGD, CDR, versão digitalizada.

Entrevista com Adiles do Amaral Torres, em 10 de janeiro de 2010.

Entrevista com Atílio Torraca Filho, em 11 de junho de 2010.

Entrevista com João Augusto Capilé Júnior, em 26 de abril de 2010.

Entrevista com Petrolina Pires de Castro, em 12 de abril de 2011.

Entrevista com Rosemar Mattos de Souza, em 1 de junho de 2010.

Entrevista com Sultan Rasslan, em 17 de maio de 2011.

Jornal *O Progresso*, 21/4/1951, Museu Municipal de Dourados (MS), matéria escrita por João Augusto Capilé Júnior, ressaltando o discurso de progresso e desenvolvimento.

Jornal *O Progresso*, 10/6/1951, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal chama Joaquim de Oliveira de *chefe político* da UDN local.

Jornal *O Progresso*, 24/6/1951, Museu Municipal de Dourados (MS), *Revivescência*, editorial escrita por Weimar Torres, dizendo estar revivendo o homônimo ponta-poranense, de propriedade de seu pai.

Jornal *O Progresso*, 9/9/1951, Museu Municipal de Dourados (MS), editorial escrito por Weimar Torres, chamando atenção para o crescimento de Dourados no período.

Jornal *O Progresso*, 1/2/1953, Museu Municipal de Dourados (MS), editorial escrito por Weimar Torres critica a administração do prefeito Nelson de Araújo.

Jornal *O Progresso*, 15/2/1953, Museu Municipal de Dourados (MS), editorial escrito por Weimar Torres noticia sobre seu voto na Câmara de Vereadores para abertura de processo contra o prefeito Nelson de Araújo.

Jornal *O Progresso*, 15/2/1953, Museu Municipal de Dourados (MS), editorial escrito por Weimar Torres noticia que o udenista Antônio Moraes o procura, na tentativa de um acordo, para Weimar não votar a favor do processo crime contra o prefeito Nelson de Araújo.

Jornal *O Progresso*, 8/4/1953, Museu Municipal de Dourados (MS), editorial escrito por Weimar Torres elogia o prefeito Nelson de Araújo pela aquisição de um trator.

Jornal *O Progresso*, 26/4/1953, Museu Municipal de Dourados (MS), editorial escrito por João Augusto Capilé Júnior, elogiando a prefeitura pelos serviços de melhoramento da estrada que dá acesso à Maracaju.

Jornal *O Progresso*, 27/9/1953, Museu Municipal de Dourados (MS), editorial escrito por Weimar Torres, elogiando a prefeitura pelos serviços de melhoramento na estrada que dá acesso à CAND.

Jornal *O Progresso*, 4/10/1953, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal reivindica a fundação do meio-fio para Dourados.

Jornal *O Progresso*, 18/10/1953, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal tece elogios ao prefeito Nelson de Araújo pelo melhoramento no fornecimento de energia elétrica.

Jornal *O Progresso*, 10/1/1954, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal elogia os serviços de arrecadação da Prefeitura de Dourados.

Jornal *O Progresso*, 17/1/1954, Museu Municipal de Dourados (MS), exaltação de Filinto Muller.

Jornal *O Progresso*, 17/1/1954, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal noticia Orlando Marques de Almeida como possível presidente do PTB em Dourados.

Jornal *O Progresso*, 17/1/1954, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal noticia a chegada do comando regional do PTB em Mato Grosso para reestruturar o diretório douradense do partido.

Jornal *O Progresso*, 28/2/1954, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal aponta melhoramento nas vias urbanas de Dourados.

Jornal *O Progresso*, 21/3/1954, Museu Municipal de Dourados (MS), exaltação de Filinto Muller.

Jornal *O Progresso*, 11/4/1954, Museu Municipal de Dourados (MS), exaltação de Filinto Muller.

Jornal *O Progresso*, 15/4/1954, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal aponta o aumento na arrecadação da Prefeitura de Dourados.

Jornal *O Progresso*, 2/5/1954, Museu Municipal de Dourados (MS), editorial de Weimar Torres aponta a defecção no PTB.

Jornal *O Progresso*, 2/5/1954, Museu Municipal de Dourados (MS), editorial de Weimar Torres aponta o PSD como *símbolo de coesão*.

Jornal *O Progresso*, 9/5/1954, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal noticia a presença de membros de subdiretórios da zona rural na convenção do PSD em Dourados.

Jornal *O Progresso*, 23/5/1954, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal noticia o aumento na arrecadação estadual em Dourados.

Jornal *O Progresso*, 20/6/1954, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal noticia a campanha de Ruy Gomes pela CAND.

Jornal *O Progresso*, 8/8/1954, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal cumprimenta o Governador Fernando Correa da Costa por sua chegada em Dourados.

Jornal *O Progresso*, 8/8/1954, Museu Municipal de Dourados (MS), matéria escrita por Sinésio de Mattos, criticando a administração municipal, por realizar melhorias em Dourados apenas pelo fato do governador ter visitado a cidade.

Jornal *O Progresso*, 8/8/1954, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal critica a Prefeitura pelos serviços de energia elétrica em Dourados.

Jornal *O Progresso*, 5/9/1954, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal noticia a reestruturação do subdiretório do PSD em Picadinha.

Jornal *O Progresso*, 12/9/1954, Museu Municipal de Dourados (MS), editorial escrito por João Augusto Capilé Júnior critica o estado de conservação das ruas de Dourados.

Jornal *O Progresso*, 12/9/1954, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal noticia a campanha pessedista por Carumbé, zona rural de Dourados.

Jornal *O Progresso*, 30/1/1955, Museu Municipal de Dourados (MS), convite do diretório local da UDN para a posse de Antônio Moraes na Prefeitura de Dourados.

Jornal *O Progresso*, 26/6/1955, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal aponta a mudança de direção do diretório municipal do PTB.

Jornal *O Progresso*, 6/7/1955, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal publica versos satíricos, relacionando à morte de Getúlio aos correligionários ligados à UDN.

Jornal *O Progresso*, 18/9/1955, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal noticia a tentativa da UDN em transferir as urnas da CAND para a cidade de Dourados.

Jornal *O Progresso*, 9/10/1955, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal noticia a tentativa da UDN em anular o pleito estadual.

Jornal *O Progresso*, 19/2/1956, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal aponta sobre a divisão de cargos estaduais em Dourados entre PSD e PTB, após a vitória de João Ponce de Arruda para o Governo do estado.

Jornal *O Progresso*, 30/9/1956, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal critica a mudança de direção do PSD local.

Jornal *O Progresso*, 30/12/1956, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal aponta o não reconhecimento pelo diretório regional da mudança de mando no diretório local do PSD.

Jornal *O Progresso*, 3/2/1957, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal aponta as atividades de Antônio Tonanni.

Jornal *O Progresso*, 26/5/1957, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal aponta as ações do Governador João Ponce em Dourados.

Jornal *O Progresso*, 23/6/1957, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal aponta a substituição de comando na UDN local.

Jornal *O Progresso*, 30/6/1957, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal noticia a visita do Governador João Ponce a Dourados.

Jornal *O Progresso*, 7/7/1957, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal reivindica a numeração das casas em Dourados.

Jornal *O Progresso*, 18/8/1957, Museu Municipal de Dourados (MS), editorial escrito por Armando Carmello elogia a administração municipal pelo cascalhamento na avenida Marcelino Pires.

Jornal *O Progresso*, 6/10/1957, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal reivindica o início das aulas do ginásio Estadual.

Jornal *O Progresso*, 29/12/1957, Museu Municipal de Dourados (MS), editorial escrito por Antônio Tonanni, fazendo um balanço de sua direção do jornal de Weimar Torres.

Jornal *O Progresso*, 2/3/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal chama a atenção para possível gestão fraudulenta do Prefeito Antônio Morais.

Jornal *O Progresso*, 2/3/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal pede a demissão de Tácito Pacce da administração da CAND.

Jornal *O Progresso*, 2/3/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal aponta que Tácito Pacce foi indicado ao cargo de administrador da CAND pelo PSD.

Jornal *O Progresso*, 13/4/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal noticia uma possível coligação entre PSD e PTB em Dourados.

Jornal *O Progresso*, 13/4/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal noticia viagem de Antônio Tonanni.

Jornal *O Progresso*, 20/4/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal noticia o apoio de correligionários do PTB à candidatura de Vivaldi de Oliveira para a Prefeitura de Dourados.

Jornal *O Progresso*, 27/4/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal noticia a criação de uma comissão entre PSD e PTB, visando uma coligação para as eleições municipais de Dourados.

Jornal *O Progresso*, 4/5/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal alude à necessidade de coligação entre PSD e PTB.

Jornal *O Progresso*, 11/5/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal noticia Antônio Tonanni como possível candidato a vice-prefeito pelo PSD.

Jornal *O Progresso*, 18/5/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), coluna de J. Bartolomeu noticia a disputa interna na UDN, entre Delmar de Oliveira e João Augusto Capilé Júnior.

Jornal *O Progresso*, 1/6/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal noticia a tentativa de coligação entre PSD e PTB.

Jornal *O Progresso*, 8/6/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), coluna de J. Bartolomeu discute sobre as candidaturas do PTB em Dourados.

Jornal *O Progresso*, 22/6/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal critica Antônio Tonanni no episódio da instalação do primeiro bispado de Dourados.

Jornal *O Progresso*, 29/6/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal coloca em dúvida a idoneidade da enquete feita pelo *O Jornal de Dourados*.

Jornal *O Progresso*, 29/6/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal critica uma possível candidatura de Antônio Tonanni.

Jornal *O Progresso*, 3/8/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal noticia a dissidência promovida por Tibúrcio Olau de Almeida no PTB.

Jornal *O Progresso*, 3/8/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal noticia a presença dos membros dos subdiretórios do PSD quando da convenção do partido.

Jornal *O Progresso*, 10/8/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal critica a localização do depósito de lixo de Dourados.

Jornal *O Progresso*, 14/9/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal aponta para a *coesão* pessedista e para as defecções no seio da UDN.

Jornal *O Progresso*, 26/10/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal ataca Antônio Tonanni, pela publicação que o mesmo pagou no jornal *O Estado de São Paulo*, denunciando por compra de votos o diretório douradense do PSD.

Jornal *O Progresso*, 26/10/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal noticia a tentativa de incêndio no Clube Social de Dourados.

Jornal *O Progresso*, 26/10/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal noticia as derrotas dos comunistas nas eleições Brasil afora.

Jornal *O Progresso*, 2/11/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), Onofre Pereira de Mattos, presidente do PSD de Dourados, ameaça os diretores de *O Jornal de Dourados*.

Jornal *O Progresso*, 2/11/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), editorial de Armando Carmello ataca os diretores de *O Jornal de Dourados*.

Jornal *O Progresso*, 9/11/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), Armando Carmello acusa os diretores de *O Jornal de Dourados* de faltarem à ética.

Jornal *O Progresso*, 9/11/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), editorial de Weimar Torres acusa Antônio Tonanni e José Floriano de Freitas de traição.

Jornal *O Progresso*, 30/11/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal noticia a aquisição da fonte luminosa para a Praça Antônio João, em Dourados.

Jornal *O Progresso*, 7/12/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal noticia processo de Armando Carmello contra José Floriano de Freitas por calúnia, injúria e difamação.

Jornal *O Progresso*, 28/12/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), José Floriano de Freitas processa Armando Carmello, pelo contido no editorial escrito por Carmello em 02 de novembro de 1958.

Jornal *O Progresso*, 11/2/1962, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal critica vetos do Governador Fernando Correa da Costa.

Jornal *O Progresso*, 11/2/1962, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal aponta sobre a candidatura de Wilson Pinho para prefeito de Dourados pelo PSD.

Jornal *O Progresso*, 13/5/1962, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal aponta que a candidatura de Wilson Pinho é sólida.

Jornal *O Progresso*, 27/5/1962, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal critica o governador, criando um discurso de defesa do povo douradense.

Jornal *O Progresso*, 29/7/1962, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal noticia ofício recebido pelo Governo do estado, buscando uma interação entre executivos estadual e municipal.

Jornal *O Progresso*, 26/8/1962, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal elogia o Prefeito Interino Jonas Dourados pelas suas ações na administração de Dourados.

Jornal *O Progresso*, 05/9/1963, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal noticia a fundação da ADEMAT em Dourados.

LIMA, Pedro. *Imoralidade branca. Blog Pedro Lima Artigos 2006*, Cuiabá, 01 jun. 2006. Disponível em <http://pedrolima2006.blogspot.com/2006/06/imoralidade-branca.html>. Acesso em 16 de maio de 2011. Memorialista relata a trajetória de João Ponce de Arruda na política do Mato Grosso.

MOREIRA, Regina Heloísa Targa. *Memória fotográfica de Dourados*. Campo Grande: UFMS, 1990.

O Jornal de Dourados, 5/1/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), editorial de José Floriano de Freitas aponta sobre um discurso de independência de seu periódico.

O Jornal de Dourados, 23/2/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal reivindica melhoria no fornecimento de energia elétrica em Dourados.

O Jornal de Dourados, 9/3/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal reivindica a reestruturação dos diretórios do PTB em Dourados e Itaporã.

O Jornal de Dourados, 9/3/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal defende Tácito Pacce quando o PSD queria sua demissão da administração da CAND.

O Jornal de Dourados, 9/3/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal defende um douradense como candidato a deputado federal.

O Jornal de Dourados, 16/3/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal critica o aeroporto de Dourados.

O Jornal de Dourados, 28/3/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal elogia os serviços da administração municipal de Dourados.

O Jornal de Dourados, 27/4/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal exalta a candidatura de Vlademiro do Amaral.

O Jornal de Dourados, 8/6/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal reivindica melhoria nas estradas vicinais em Dourados.

O Jornal de Dourados, 15/6/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal elogia os serviços de melhoramento da praça Antônio João.

O Jornal de Dourados, 15/6/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal comenta o resultado positivo para Vivaldi de Oliveira (PTB) na sua enquete para prefeito de Dourados.

O Jornal de Dourados, 29/6/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal chama a atenção para o alto custo da campanha de Vlademiro do Amaral (PSD).

O Jornal de Dourados, 3/8/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal justifica o espaço para divulgação das candidaturas do PTB, PSP e UDN em suas páginas, para a Prefeitura de Dourados.

O Jornal de Dourados, 3/8/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal noticia a fundação do PRP em Dourados.

O Jornal de Dourados, 3/8/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal elogia os serviços da administração municipal de Antônio Morais.

O Jornal de Dourados, 14/9/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal realiza críticas ácidas a Weimar Torres.

O Jornal de Dourados, 21/9/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal satiriza acidamente Weimar Torres.

O Jornal de Dourados, 28/9/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal satiriza acidamente Weimar Torres

O Jornal de Dourados, 28/9/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal satiriza comício do PSD.

O Jornal de Dourados, 12/10/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal espera que Weimar Torres se eleja deputado estadual.

O Jornal de Dourados, 12/10/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal critica o diretório douradense do PSD.

O Jornal de Dourados, 26/10/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal denuncia a tentativa de cooptação do administrador da CAND pelo diretório douradense do PSD.

O Jornal de Dourados, 26/10/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal defende as acusações feitas contra o administrador da CAND pelo diretório do PSD.

O Jornal de Dourados, 2/11/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal denuncia o diretório douradense do PSD de oferecer terras devolutas do estado em troca de votos.

O Jornal de Dourados, 9/11/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), José Floriano de Freitas responde às ameaças feitas por Onofre Pereira de Mattos nas páginas do jornal *O Progresso*.

O Jornal de Dourados, 9/11/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), José Floriano de Freitas responde aos ataques de Armando Carmello.

O Jornal de Dourados, 9/11/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), José Floriano de Freitas ataca o jornal *O Progresso*.

O Jornal de Dourados, 14/12/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), editorial de José Floriano de Freitas satiriza o processo impetrado por Armando Carmello contra ele.

O Jornal de Dourados, 14/12/1958, Museu Municipal de Dourados (MS), jornal noticia o processo de José Floriano de Freitas impetrado contra Armando Carmello.

População urbana e rural de Dourados entre 1940 e 1960, Escritório do IBGE em Dourados (MS).

SOUZA, Rozemar Mattos. *Dourados: seus pioneiros, sua história*. Dourados (MS): Gráfica Stillus, 2003.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 19 de agosto de 2011.

Fernando de Castro Além